



*Banco de Portugal*

EUROSISTEMA

Evolução das Economias dos PALOP  
e de Timor-Leste  
2004 | 2005

*Disponível em*  
*[www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)*  
*Publicações*

*Banco de Portugal*

**Departamento de Relações Internacionais**

Rua do Comércio, 148  
1100-150 LISBOA

[www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)

**Design e Distribuição**

Departamento de Serviços de Apoio  
Av. Almirante Reis, 71/2º.  
1150-012 Lisboa

**Impressão e Acabamento**

Guide, Artes Gráficas

**Tiragem**

600 exemplares

Deposito Legal Nº  
ISSN 1646-2807

## Índice



---

## Índice

<i>Nota prévia</i> .....	1
<b>Capítulo I</b> <i>Enquadramento Internacional</i> .....	5
<b>Capítulo II</b> <i>Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste</i> .....	11
Angola .....	13
Cabo Verde .....	31
Guiné-Bissau .....	49
Moçambique .....	67
São Tomé e Príncipe .....	85
Timor-Leste .....	103
<b>Capítulo III</b> <i>Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste</i> .....	119
III.1. Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste .....	121
III.2. Investimento directo bilateral nos PALOP e em Timor-Leste .....	127
III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal .....	131



## Nota Prévia



## Nota Prévía

A "Evolução das Economias dos PALOP – 2004/2005", à semelhança das edições anteriores, pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica actual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, tanto no que diz respeito aos seus indicadores macroeconómicos fundamentais, como no que se refere às suas relações económicas e financeiras com Portugal.

O presente documento foi elaborado com base nos dados mais recentes a que se teve acesso, os quais correspondem, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, pelo que poderão ser eventualmente sujeitos a posterior revisão.

Agradece-se ainda a amável colaboração das diversas entidades contactadas – e em particular os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau e a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste – que se revestiu da maior importância para a obtenção dos elementos necessários.

**Departamento de Relações Internacionais**

Área de Cooperação

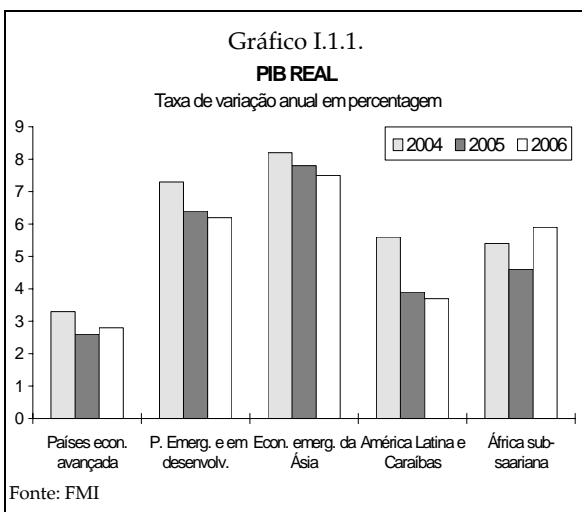
*Setembro de 2005*



## Capítulo 1. Enquadramento Internacional

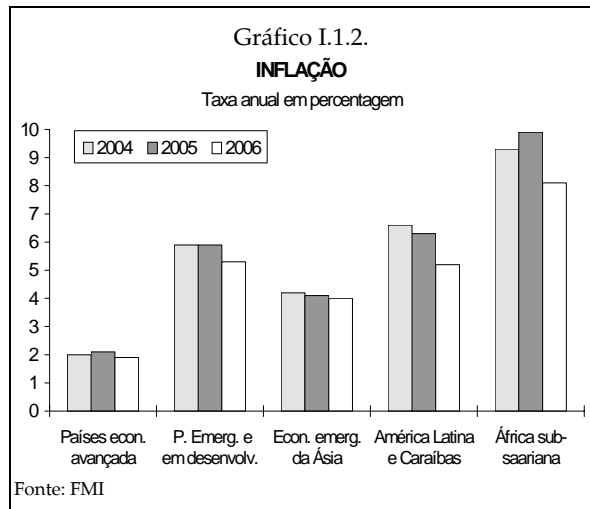


A expansão económica mundial tem prosseguido em 2005. Apesar do dinamismo económico ser generalizado às várias áreas geográficas, persistem – e ter-se-ão mesmo alargado – as anteriores divergências inter-regionais, com os EUA e a China a liderarem o crescimento. Para o conjunto do ano e também para 2006 espera-se um crescimento global da ordem de 4.3%, após 5.1% em 2004, impulsionado pela robustez do sector de serviços, que mais que compensa o abrandamento da indústria e, mais recentemente, também do comércio. As políticas económicas relativamente acomodáticas, a situação favorável nos mercados financeiros e a solidez das contas do sector empresarial, que tem vindo a registar excedentes (e taxas de lucro) muito elevados, são os principais factores subjacentes ao desempenho económico mundial.



As pressões inflacionistas mantêm-se contidas. Apesar de ligeiros ajustamentos no índice geral de preços em resultado da tendência ascendente do preço do petróleo, a inflação subjacente está estabilizada nas principais economias industrializadas, embora se notem ligeiros aumentos deste índice nas economias emergentes – mais vulneráveis e em alguns casos pressionadas por situações de sobreaquecimento. A persistência de excesso de capacidade instalada em muitos países, em conjunto com uma relativa moderação salarial e ganhos de

produtividade e rentabilidade contribuem para o comportamento favorável da inflação. De notar que os preços do petróleo têm vindo a ultrapassar máximos sucessivos, não obstante o aumento das quotas de produção da OPEP, pois persistem incertezas quanto à capacidade de oferta a médio prazo.



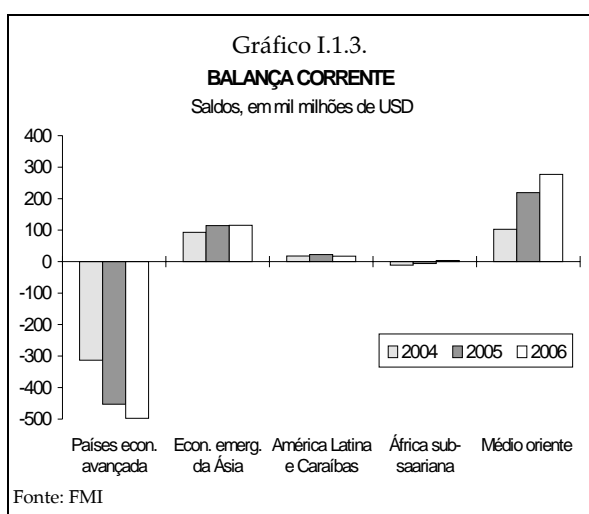
As condições financeiras continuam favoráveis, com liquidez abundante, taxas de juro baixas e curvas de rendimentos com inclinação reduzida e decrescente. De facto quer as taxas de juro de longo prazo nos países desenvolvidos, quer os diferenciais de rendimento - face às obrigações do Tesouro dos EUA - nos mercados emergentes têm apresentado níveis historicamente baixos, embora com focos temporários de volatilidade.

Neste quadro, os fluxos financeiros para os países emergentes expandiram-se acentuadamente em 2004, em resultado fundamentalmente do investimento directo estrangeiro, evolução que prossegue no corrente ano; a descida esperada dos fluxos líquidos de capital privado para os países emergentes em 2005 reflecte apenas a reciclagem dos excedentes dos países produtores de petróleo.

Estes movimentos, em conjugação com os excedentes correntes registados nalgumas regiões têm-se traduzido numa aceleração da acumulação de reservas pelas eco-

nomias emergentes, nomeadamente Asiáticas.

Os desequilíbrios globais continuaram a aumentar. O défice corrente dos EUA poderá este ano atingir 6% do PIB, reflectindo a subida do preço do petróleo e o vigor da procura interna. Em contrapartida, o Japão, a China, a Rússia e os países do Médio Oriente exportadores de petróleo registam elevados excedentes.

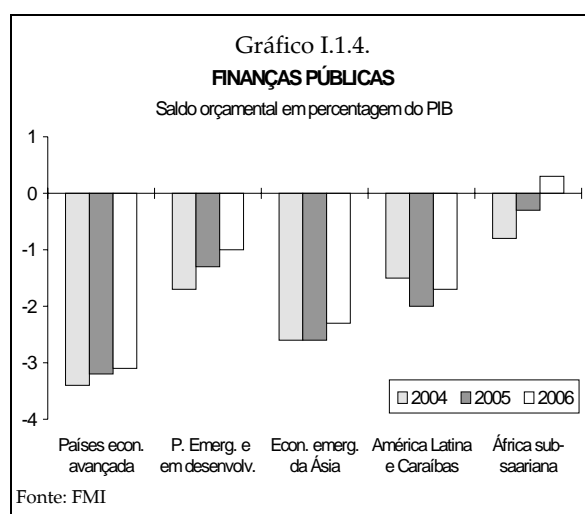


São também patentes os vincados desequilíbrios entre poupança e investimento a nível global, num contexto de taxas de investimento anormalmente baixas para a actual fase cíclica. O nível de investimento nos países industrializados é baixo e também na Ásia (excepto China) ainda não recuperou totalmente após a crise de 1997. Por outro lado, enquanto nos EUA, Japão e, em menor escala, na área do euro, a taxa de poupança tem vindo a decair continuamente nos últimos anos e mesmo décadas, nas economias emergentes a poupança tem aumentado, com especial destaque para a China (e permanecendo alta no conjunto da Ásia), mas também na América Latina, devido às melhorias nas finanças públicas, e no Médio Oriente, em resultado dos ganhos petrolíferos.

O “excesso de poupança” dos países emergentes pode de resto ser um dos factores determinantes do reduzido nível das taxas de juro de longo prazo, contribuindo

ainda para financiar o avolumar do défice externo corrente dos EUA, através da aplicação nesse país das crescentes reservas externas das economias asiáticas.

Outra explicação que tem sido avançada para o acentuado défice corrente dos EUA relaciona-o com o mais rápido crescimento da produtividade e PIB potencial neste país, o que propicia a sustentabilidade externa a médio prazo de um défice mais elevado.



Nas **economias avançadas**, os EUA continuam a ser a economia mais dinâmica, suportada pelas condições no mercado de trabalho e nos mercados financeiros e pela alta dos preços da habitação. Para além dos riscos de uma correcção, o *boom* no mercado da habitação associa-se a um forte crescimento do crédito hipotecário, incluindo o recurso a segundas hipotecas, que concorre para a elevada procura interna privada e para a baixa taxa de poupança das famílias. A consolidação orçamental continua a ser prioritária, mas é aliás uma área onde se denotam já alguns progressos, esperando-se em 2005 uma diminuição do défice orçamental. O *Federal Reserve* tem prosseguido a política de subida gradual da taxa dos *Fed funds*.

Na UE, a recuperação iniciada no segundo semestre de 2004 não teve continuidade e embora se preveja um maior vigor a partir do final de 2005, num contexto de moderação salarial e elevada rentabilidade empre-

sarial, em muitas destas economias a procura interna continua fraca e os elementos de rigidez nos mercados de produtos e do trabalho requerem progressos nas reformas estruturais, como reconhecido na agenda de Lisboa, recentemente reavaliada e ajustada. No Japão, o vigor da actividade económica no início de 2005 induzido pelo consumo privado e investimento, pode já ser reflexo das reformas em curso nos sectores bancário e empresarial, as quais contudo devem prosseguir. Persiste ainda uma situação de deflação suave, pelo que a política monetária mantém um pendor muito acomodatório. Em termos orçamentais, o Japão terá de inverter o crescimento prolongado da dívida pública nos últimos anos.

Embora se estime o prosseguimento da expansão económica nos países industrializados, o risco associado aos altos e voláteis preços do petróleo é uma importante fonte de vulnerabilidade da actual conjuntura, que pode afectar seriamente o rendimento disponível das famílias e começar a alimentar expectativas inflacionistas, elevando também a probabilidade de ajustamentos abruptos nas taxas de juro de longo prazo.

A **Ásia** excluindo Japão continua com altas taxas de expansão, em particular na China, que continuou a exceder as expectativas, e na Índia, onde o produto tem crescido acima de 7%, estimulado pela robustez do sector industrial. A inflação na região subiu em 2004 mas mantém-se estabilizada. Em termos de perspectivas, estima-se que a continuada alta dos preços energéticos afecte negativamente a actividade no final de 2005, ao mesmo tempo que a região se mantém muito dependente dos desenvolvimentos no sector de telecomunicações. Visto que o sector externo é o motor de muitas destas economias, o desafio da região é evoluir para um crescimento mais assente na procura interna, o que deve ser acompanhado por uma apreciação a médio prazo das taxas de câmbio. A dinamização do investimento – que, à excepção da China, se mantém muito baixo – exige, por seu turno, o prosseguimento das ainda incompletas

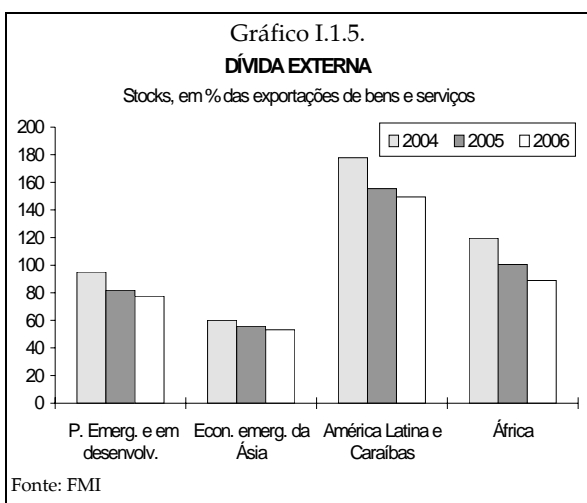
reformas estruturais na banca e empresas. No futuro próximo não se espera uma correcção significativa do excedente corrente da região, que se situa em cerca de 4% do PIB. Mas a estratégia de esterilização cambial extensiva será cada vez mais difícil e expõe os bancos centrais a potenciais perdas de capital nas suas reservas. A recente introdução de elementos de maior flexibilidade na política cambial chinesa é assim bem-vinda e fortalecerá a resistência a choques externos.

A retoma na **América Latina** abrandou em 2005 face ao rápido ritmo do ano anterior, mas o vigor das exportações de bens primários em conjugação com amplos ganhos nos termos de troca nas principais economias continuam a favorecer esta região. Permanece o dinamismo da procura interna, embora moderada nalguns casos, nomeadamente Brasil e México, pela maior restritividade monetária. Os progressos conseguidos na contenção da inflação e a redução da exposição a riscos financeiros de curto prazo – na medida em que os governos aproveitaram as condições financeiras favoráveis para pré-financiar as suas necessidades futuras de serviço da dívida – devem traduzir-se numa maior solidez e sustentação da presente expansão económica. Contudo a região ainda apresenta fragilidades, devendo empenhar-se na promoção da abertura do comércio ao exterior, na atracção do investimento estrangeiro e no fortalecimento dos mecanismos legais e quadros regulamentares de mercado. Sem esquecer as vulnerabilidades resultantes do alto nível de dívida pública e dolarização financeira que caracterizam esta área geográfica.

O ritmo da expansão na **Europa central e oriental** abrandou desde meados de 2004, prejudicado pela fraca procura externa originária da Europa ocidental, em conjunto com alguma apreciação cambial. No entanto, a actividade mantém-se sólida e com indícios de sobreaquecimento, patente nas fortes taxas de crescimento do crédito e nos persistentes défices correntes; a região é

muito vulnerável a movimentos cambiais e também das taxas de juro. Por outro lado, a Comunidade de Estados Independentes evidencia uma nítida desaceleração em 2005. Os excedentes correntes da região devem alargar-se este ano, em resultado da subida do preço do petróleo e, no caso da Rússia, da antecipação do pagamento da sua dívida externa, enquanto as finanças públicas se robusteceram nos países exportadores de petróleo. A inflação recrudescceu, indiciando também os riscos de sobreaquecimento na região.

No **Médio Oriente** o desafio é a capacidade da região gerir e absorver as receitas crescentes do sector energético, que estão a originar saldos correntes positivos da ordem de 20% do PIB e acentuadas melhorias nas contas públicas.



Na **África sub-sahariana**, após um firme crescimento, de 5.3%, em 2004, estima-se alguma atenuação do ritmo da actividade no corrente ano, para cerca de 4 ½ %. O dinamismo da região assenta na robustez da procura externa, nos progressos na estabilidade macroeconómica e nas reformas estruturais verificadas em grande número de países. Os países exportadores de petró-

leo continuam a beneficiar dos aumentos de preços mas, contrariamente a 2004, os preços de outros bens primários evoluíram negativamente em 2005, o que conjugado com os maiores custos de importação de energia prejudicou muitos países desta zona. A recente eliminação das quotas mundiais de comércio de têxteis irá afectar algumas economias mas os efeitos ainda são incertos. Em termos mais gerais, o sucesso nas negociações da Agenda de Doha de redução das distorções ao comércio dos países em desenvolvimento é importante para promover a integração de África nos mercados mundiais.

Os compromissos internacionais de renovada ajuda e alívio adicional da dívida podem favorecer a confiança e o investimento, para além de libertarem recursos para despesas essenciais, por exemplo a nível de infra-estruturas. A actual conjuntura global em que se configura uma tendência de atenuação dos défices públicos em grande número de economias propicia um acolhimento favorável pelos principais doadores internacionais da recente proposta do G-8 com vista à redução da dívida externa e ao cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. No referente ao desenvolvimento das instituições, o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, lançado no âmbito do *New Partnership for African Development* (NEPAD) pode fornecer incentivos para uma melhor governação e transparência. Mas o desenvolvimento da África sub-sahariana passa também pelo encorajamento da iniciativa privada e por medidas que visem a integração no mercado de trabalho de uma crescente população em idade activa e por esforços de investimento em capital humano.

Capítulo 2. Evolução das Economias dos PALOP  
e de Timor-Leste



## Angola

*Área:* 1 246 700 Km<sup>2</sup>

*Capital:* Luanda

*População:* 12 000 000 hab.

*Moeda:* Kwanza



### II.1.1. Síntese

O comportamento da economia angolana em 2004 pode considerar-se como globalmente positivo: o produto cresceu significativamente (cerca de 11.2% em termos reais) e prosseguiu o processo de desinflação iniciado em meados de 2003. As contas externas apresentaram saldos positivos (quer da balança corrente quer da global), o que já não se registava desde o ano de 2000. Também as contas públicas evidenciaram clara melhoria pois ao fim de uma longa série de défices, o saldo do exercício fiscal de 2004 apresentou um valor positivo.

As expectativas para o presente ano de 2005 são igualmente favoráveis, nomeadamente no que diz respeito ao produto (onde se espera uma ligeira aceleração face ao ano precedente), bem como no que concerne à inflação (que manteve ao longo do primeiro semestre a sua trajectória descendente).

Quadro II.1.1.

#### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	2002	2003	2004	2005
			Est.	Proj.
PIB real ( <i>t.v. anual</i> )	14.4	3.4	11.2	13.8
Inflação ( <i>t.v. média</i> )	119.1	109.0	54.2	20.0
Massa monetária ( <i>t.v.</i> )	158.0	67.6	48.2	...
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i> )	-1.4	-5.2	6.8	8.6
Saldo orçamental (% <i>PIB</i> )	-7.5	-7.8	0.6	-8.0
Dívida externa (% <i>PIB</i> )	71.5	70.6	50.7	...

Fontes: FMI, BNA, Min. Finanças e Min. do Planeamento de Angola.

Os bons resultados em termos de produto e contas públicas e externas não são alheios ao comportamento muito favorável do sector petrolífero, marcado pelo aumento da produção e – sobretudo – dos preços. Há no entanto que reconhecer que a situação de paz que Angola vem experimentando desde 2002 tem permitido o desenvolvimento de outros e novos sectores de actividade económica, tendência que naturalmente tenderá a acentuar-se no futuro.

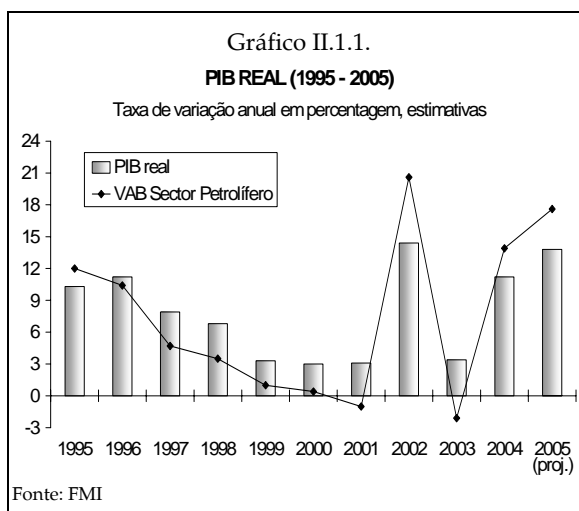
Uma das áreas em que esse progresso tem particular evidência é no sector bancário, onde o dinamismo se expressa quer

pela emergência de novas instituições, quer pelo papel acrescido em termos de intermediação financeira, consubstanciado no facto do crédito ao sector privado corresponder já a cerca de 50% dos recursos captados sobre a forma de depósitos.

Esta evolução positiva decorre também da maior estabilidade cambial (face à situação vivida até 2003), a qual veio dar origem a uma utilização mais intensiva da moeda local (quer em depósitos, quer no crédito).

### II.1.2. Procura, Produção e Preços

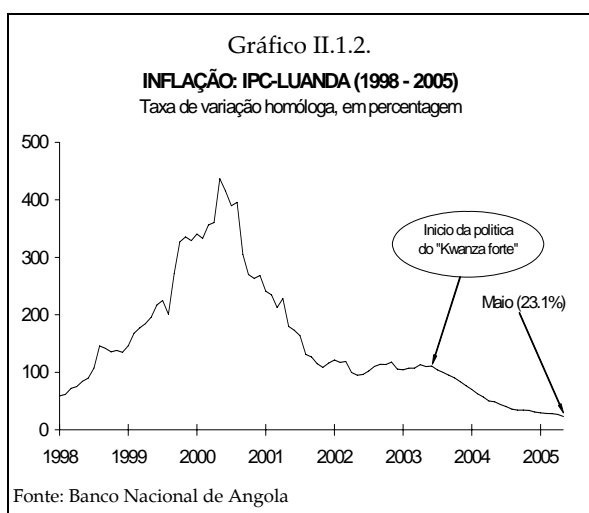
As últimas estimativas sugerem que o crescimento económico em Angola ao longo deste ano de 2005 possa ser superior ao do ano anterior, com a taxa de variação do PIB real a atingir 13.8% (face a 11.2% em 2004). O comportamento do sector petrolífero é o principal dinamizador desta evolução, mas espera-se uma aceleração dos restantes sectores económicos, que, de acordo com as expectativas, poderão atingir um crescimento de quase 10%.



No entanto será provável que o crescimento estimado do sector petrolífero (17.6%) venha a ser superado, pois as respectivas previsões foram efectuadas no início deste ano, quando ainda não se admitia que a subida dos preços do petróleo fosse tão acentuada e – sobretudo – tão duradoura. É assim provável que quer o PIB, quer as receitas fiscais, quer ainda os saldos das

contas externas de Angola no final de 2005 se venham a revelar bem mais favoráveis do que aqueles que os valores estimados (e apresentados neste relatório) indiciam.

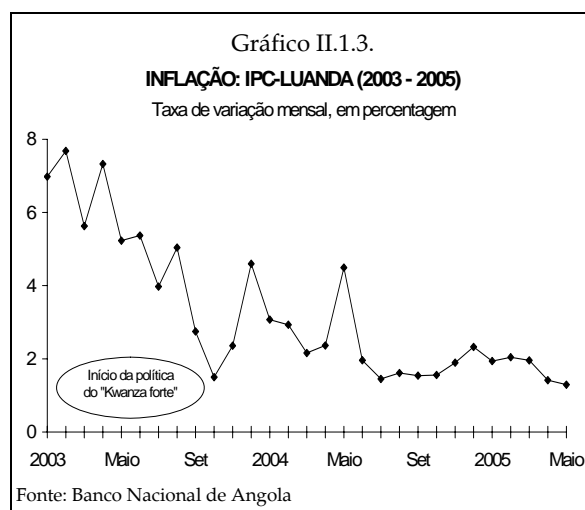
Apesar de não existirem valores nem estimativas para a decomposição da procura final admite-se que o investimento (público e privado) venha a assumir um papel de relevo na dinamização da actividade económica ao longo deste ano. No domínio do investimento público são conhecidas as intenções do governo angolano de acelerar a implementação de um ambicioso plano de recuperação de infra-estruturas (nomeadamente de transportes), para o que contaria com o envolvimento de empresas de obras públicas chinesas, bem como o recurso a financiamento através de linhas de crédito facultadas por aquele país.



No que diz respeito à inflação é objectivo do governo reduzir a taxa de inflação homóloga para 15% no final deste ano de 2005. Este valor significaria uma clara evolução face ao passado recente: em meados de 2003 a inflação em Angola ainda se expressava por três dígitos e em Dezembro de 2004 cifrava-se em 31%. No final de Maio a inflação homóloga – apesar de manter a sua tendência decrescente – registava ainda o valor de 23.1%, o que indicia a escassa possibilidade daquela meta (15%) vir a ser atingida.

Deve no entanto reconhecer-se que desde meados de 2003 (com o início do que é designado por “política do kwanza forte”) o comportamento dos preços vem mantendo uma trajetória em sustentada desaceleração.

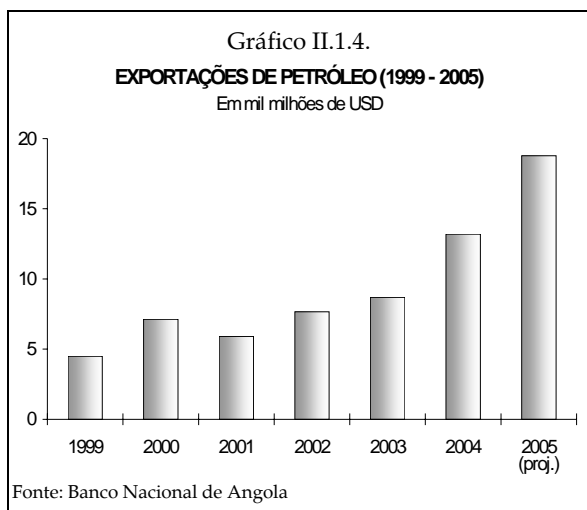
A política desinflationista prosseguida, com forte ênfase na vertente cambial e que se consubstancia na absorção de liquidez através da venda de divisas aos agentes económicos, encontra os seus limites naturais na capacidade do governo (e do banco central) em dispor das reservas em moeda externa.



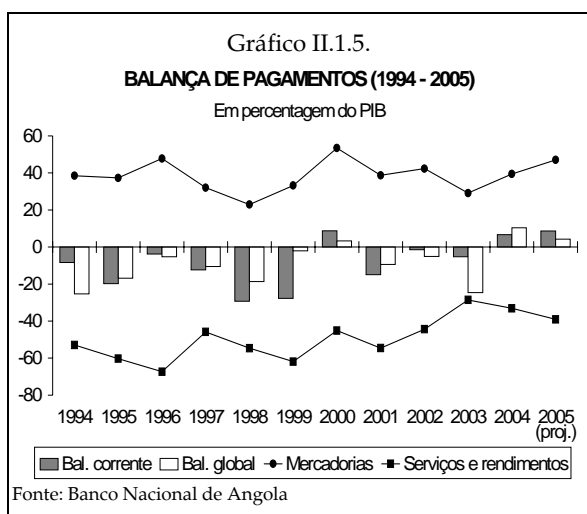
Por outro lado afigura-se como preocupante o agravamento previsto da posição fiscal (défice previsto para 2005 no valor de 8.0% do PIB), que pode vir a comprometer todo o inegável progresso que no domínio da inflação se vem registando desde 2003.

### II.1.3. Contas Externas

Tal como se verificou no ano anterior, espera-se que o comportamento das contas externas em Angola fique marcado pela evolução das exportações de petróleo. Com efeito estima-se que o acréscimo desta rubrica em 2005 seja de cerca de 5.6 mil milhões de dólares, atingindo portanto um valor que se aproximaria dos 18.8 mil milhões (recorde-se que estas estimativas foram efectuadas no início do ano, pelo que é admissível que venham a ser superadas).



Este crescimento das receitas das vendas de petróleo permitiria assim acomodar os fortes aumentos previstos das importações de bens (cerca de 2.4 mil milhões) e do défice da balança de serviços e rendimentos (agravamento de 2.4 mil milhões), dando origem a um excedente da balança de transações correntes que se cifraria em cerca de 2 mil milhões de dólares.

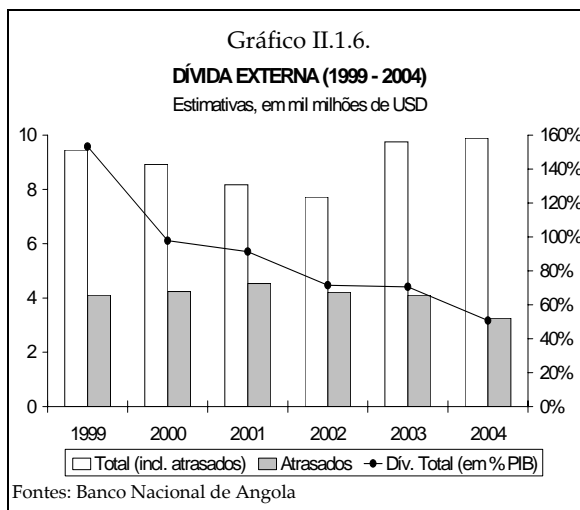


Caso este cenário se venha a materializar a balança de transações correntes registaria um excedente de cerca de 8.6% do PIB, uma evolução notável se comparada com o défice de 5.2% que se registava ainda em 2003.

Refira-se que o ano de 2004 registou já uma importante melhoria relativamente aos anos anteriores: a balança de transações correntes (que tinha apresentado sucessivos défices nos três anos anteriores) registou

um excedente de 1.3 mil milhões de dólares (equivalente a 6.8% do PIB), o que adicionado ao saldo positivo de cerca de mil milhões de dólares das operações financeiras e de capital (resultantes da obtenção de elevados empréstimos de médio e longo prazo) deu origem a que em 2004 a balança de pagamentos registasse um excedente de dimensões inéditas. Foi aliás este processo que permitiu a acumulação de reservas necessárias para o prosseguimento da política cambial.

Admitindo-se que as estimativas formuladas para 2005 se venham a concretizar, o cenário em termos de desafogo da posição externa poderia permitir uma inversão do comportamento do ano anterior em termos de operações financeiras e de capital: com efeito espera-se que neste ano de 2005 o endividamento líquido venha a ser negativo (volume de amortizações superior aos novos empréstimos e financiamentos). Apesar do comportamento desfavorável a nível de financiamento externo, prevê-se que a balança de pagamentos global apresente um saldo positivo de cerca de mil milhões de dólares.



Caso a evolução acima prevista se venha a materializar, o ano de 2005 viria a testemunhar uma desejável redução da dívida externa, a qual se agravou sensivelmente de 2002 para 2003, tendo estabilizado no ano seguinte.

Registe-se que apesar de em 2004 o volume global da dívida externa não ter apresentado grande variação no seu montante (cerca de 9.9 mil milhões de dólares), registou-se uma significativa alteração do seu conteúdo: através de um processo de reescalonamento e de regularização de dívidas vencidas, o volume de atrasados (que constituía quase metade da dívida total) reduziu-se em cerca de 2.0 mil milhões de dólares. Para a concretização destas operações não terão sido alheias as disponibilidades geradas pelas acrescidas receitas do petróleo, bem como o acesso a novas linhas de crédito facultadas por países como o Brasil e a China.

A dívida oficial bilateral para com o Estado português (incluindo instituições de capitais públicos), que orçava em 955 milhões de dólares, foi reescalada em 2004. Angola pagou 27% deste valor, devendo o restante capital ser pago ao longo de 25 anos a partir de 2009. Os juros serão cobrados à taxa de 1%, sendo a primeira prestação devida no corrente ano.

Da dívida às instituições bancárias portuguesas, no valor de 560 milhões de dólares, terá sido pago 35%, tendo as mesmas perdoado o restante valor. Idêntico procedimento está previsto no que concerne a dívidas a empresas e instituições privadas portuguesas (cerca de 840 milhões de USD).

#### II.1.4. Finanças Públicas

O ano de 2004 terá ficado marcado pelo facto de pela primeira vez ao fim de muitos anos o exercício fiscal ter-se encerrado com um saldo positivo, correspondendo o 0.6% do PIB (se avaliado em termos de compromisso, pois incluindo a regularização de atrasados – portanto numa base de caixa – o saldo foi ainda negativo).

Como se referiu anteriormente a principal razão para esse desenvolvimento positivo foi o incremento de quase 62% das receitas fiscais associadas à exploração do petróleo, resultante não só do aumento dos volumes extraídos (cerca de 1100 milhões

de barris por dia) como naturalmente do seu elevado preço.

Quadro II.1.2.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em percentagem do PIB	2002	2003	2004	2005
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	40.4	37.5	36.2	30.6
d.q.: Receitas petrolíferas	31.0	28.2	28.2	20.4
Despesas totais	47.9	45.3	35.6	38.6
Despesas correntes	40.7	37.9	30.5	26.9
d.q.: Pessoal	11.3	12.5	10.3	11.8
Bens e serviços	20.0	15.9	9.4	8.9
Juros	4.2	2.4	2.3	2.4
Desp. de investimento	7.2	7.4	4.4	11.7
Saldo (base compromissos)	-7.5	-7.8	0.6	-8.0

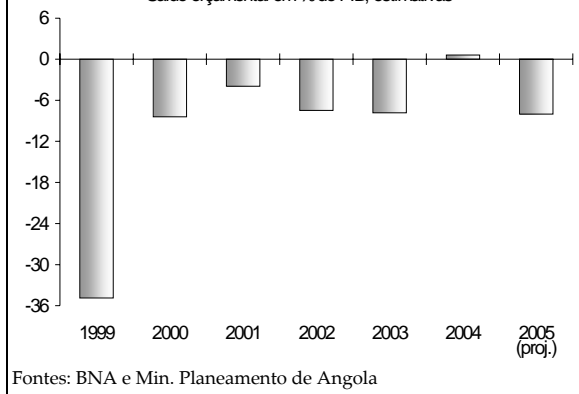
Fonte: Ministério do Planeamento de Angola.

Do lado das despesas deve ser referido a diminuição nominal dos gastos em bens e serviços, que no entanto foram mais do que compensados com os acréscimos verificados nas despesas com pessoal e nas transferências.

Gráfico II.1.7.

#### FINANÇAS PÚBLICAS (1999 - 2005)

Saldo orçamental em % do PIB, estimativas



O excedente de 10.3 mil milhões de kwanzas foi no entanto insuficiente para financiar a regularização de pagamentos em atraso que se efectuou durante 2004, pelo que houve necessidade de recorrer a financiamento.

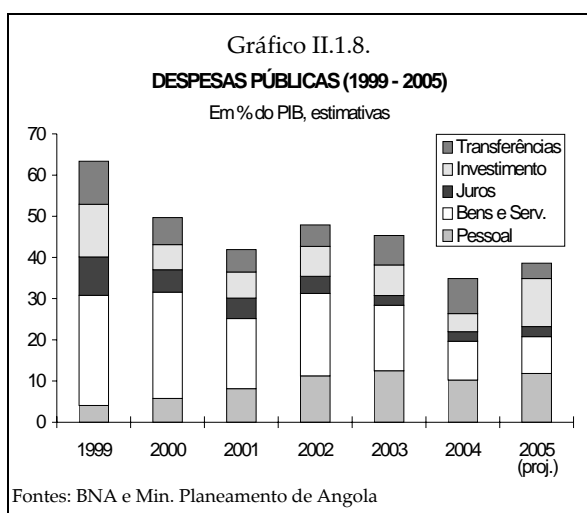
Ao contrário do que havia sucedido em 2003 esse financiamento não veio do exterior (o endividamento público externo foi negativo em termos líquidos) nem do banco central mas sim de outros agentes domésticos.

cos (emergência de um mercado de títulos de dívida pública).

A posição financeira do estado angolano beneficiou ainda em 2004 de um significativo valor de alívio da dívida.

As perspectivas orçamentais para 2005 são bem menos favoráveis pois prevêem um elevado défice fiscal, que poderia atingir 8.0% do PIB.

Este valor está associado a um crescimento muito elevado do investimento público, o qual, de acordo com o orçamento aprovado, deverá triplicar em 2005 para responder às necessidades prementes de reconstrução de infraestruturas. Também se estima um aumento significativo das despesas em pessoal, o qual no entanto é essencialmente igual à redução no valor das transferências.



O elevado valor do défice acima referido deve ser encarado com algumas reservas, pois do lado dos proveitos orçamentais está prevista uma redução superior a 10% das receitas fiscais do petróleo, o que face à evolução dos preços entretanto verificada, está longe de ser o cenário mais plausível.

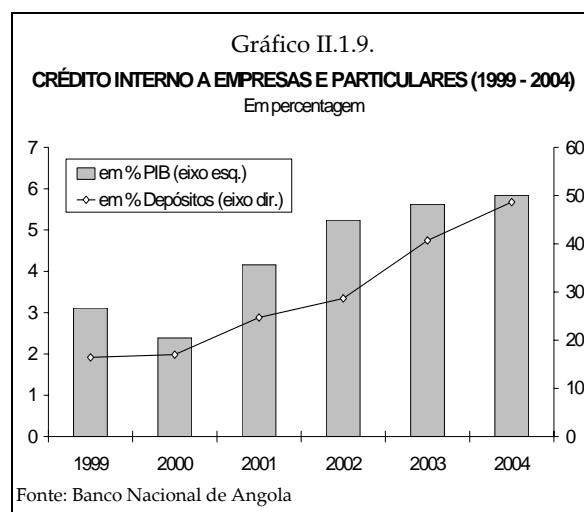
Dado que também é questionável que todas as despesas de investimento orçamentadas venham a ser efectivamente executadas, não surpreenderá se no final do ano o valor do défice vier a ser substancialmente inferior ao valor previsto no orçamento.

## II.1.5. Situação Monetária e Cambial

A política monetária e cambial vem sendo utilizada desde meados de 2003 fundamentalmente na prossecução de objectivos desinflationistas, no que tem alcançado algum sucesso com a inflação a diminuir gradualmente dos 110%, valor que a taxa homóloga registava em Maio de 2003, para 23.1% em Maio deste ano.

Essa política consubstancia-se essencialmente na absorção da liquidez em moeda local através de operações cambiais com os bancos comerciais, bem como na venda de títulos do banco central e, progressivamente, de obrigações governamentais.

Simultaneamente o papel do sector bancário (quer o banco central, quer as instituições comerciais) como financiador da administração pública tendo vindo a diminuir, sendo mesmo negativo (desde meados de 2004) o crédito líquido do sector bancário ao governo.

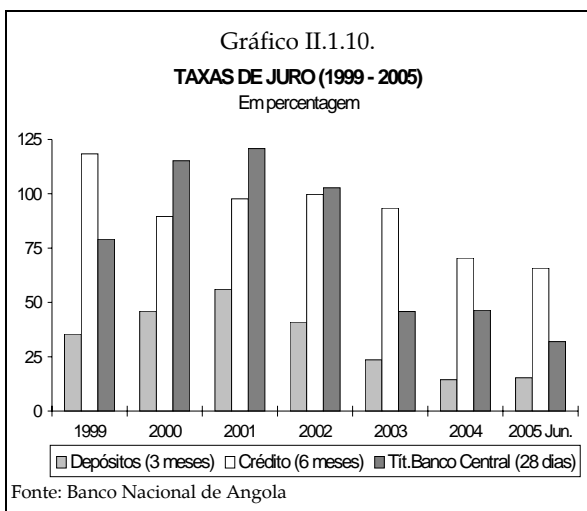


Apesar destes desenvolvimentos positivos o crescimento da massa monetária continua a ser demasiado elevado: cerca de 48% em Dezembro de 2004 face a idêntico mês de 2003 e 13% entre o final do ano passado e o final de Abril deste ano, o que deixa antever grandes dificuldades em atingir a meta dos 15% de inflação homóloga no final de 2005.

O processo de desinflation permitiu que as taxas de juro reais (para as operações

activas em moeda local) se tenham tornado positivas e esse facto veio reintroduzir alguma racionalidade no processo de intermediação financeira. O crédito à economia (sector privado) vem-se expandindo a uma velocidade um pouco superior à da inflação e representa já cerca de 50% dos recursos captados sob a forma de depósitos de clientes (menos de 20% em 1999).

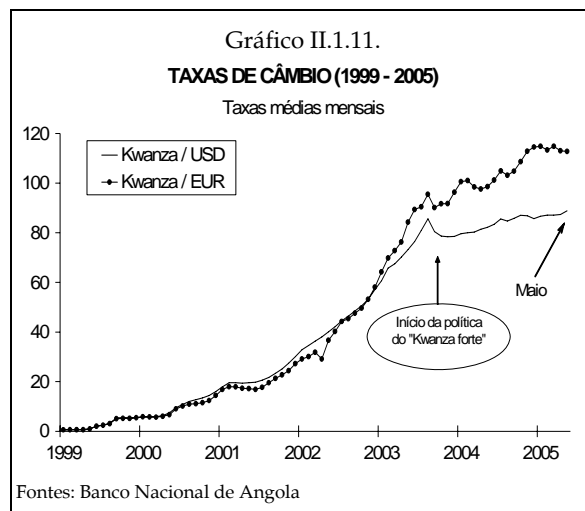
A crescente credibilidade do banco central tem permitido que se tenha vindo a alargar e a consolidar um *spread* entre as taxas de juro das operações de crédito e as taxas dos títulos do banco central (esse *spread* era praticamente inexistente ainda no final de 2002). Os bancos passaram assim a ter motivo para desenvolverem políticas mais activas de crédito em vez de parquearem todos os seus recursos em aplicações no banco central (ou converterem-nos em moeda externa).



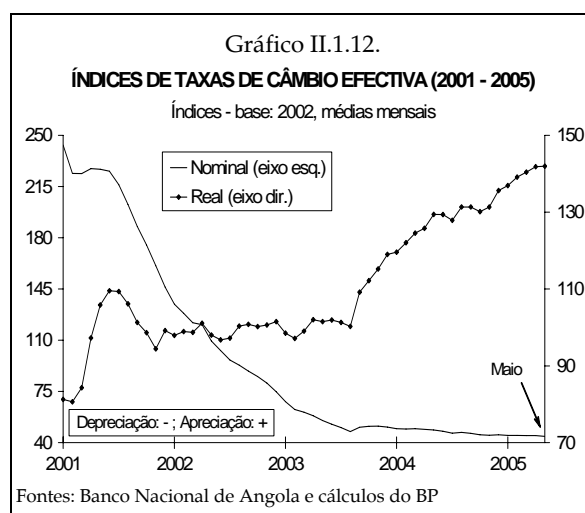
Esta evolução conferiu um novo dinamismo ao sector bancário que se consubstancia na abertura de novas instituições e em expressões de interesse provenientes quer de investidores domésticos quer de instituições estrangeiras.

No domínio cambial manteve-se a situação de mitigada depreciação do kwanza face ao dólar norte-americano (7.5% durante o ano até Dezembro de 2004), o que implicou no mesmo ano uma depreciação mais marcada face ao euro (13.9%). No

primeiro semestre de 2005 a moeda angolana apreciou-se muito moderadamente face ao euro e mais acentuadamente em relação ao rand sul-africano (cerca de 12%).



Fruto destes desenvolvimentos o índice de taxa de câmbio efectiva nominal registava no final de Maio uma ligeira depreciação (inferior a 9% em termos anuais), enquanto o mesmo índice medido em termos reais e portanto tendo em conta os diferenciais de inflação entre Angola e os principais parceiros comerciais, registava na mesma data uma apreciação anual de cerca de 10%.



Quadro II.1a.1.

**PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 1999 - 2005**

		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	UNIDADES	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Proj. <sup>1</sup>
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>								
Produto Interno Bruto p.m.	em mil milhões de EUR	6.5	10.0	10.0	11.4	12.2	15.7	19.1
	em mil milhões de USD	6.2	9.1	9.0	10.8	13.8	19.5	23.5
Produto Interno Bruto	taxa de variação real	3.3	3.0	3.1	14.4	3.4	11.2	13.8
VAB do Sector petrolífero	taxa de variação real	1.0	0.4	-1.0	20.6	-2.1	13.9	17.6
VAB dos Sectores não-petrolíferos	taxa de variação real	4.8	6.8	9.4	7.9	9.8	8.8	9.9
Inflação (IPC-Luanda)	tx. variação homóloga	329.0	268.4	116.1	105.6	76.6	31.0	15.0
	taxa de variação média	242.7	371.9	191.7	119.1	109.0	54.2	20.0
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>								
Receitas totais	em % do PIB	46.5	50.2	45.1	40.5	37.5	37.2	30.6
Receitas petrolíferas	em % do PIB	40.7	44.8	35.9	31.0	28.2	28.7	20.4
Despesas totais	em % do PIB	81.4	58.6	49.1	47.9	45.3	41.2	38.6
Saldo global (base compromissos)	em % do PIB	-34.9	-8.4	-4.0	-7.5	-7.8	0.6	-8.0
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>								
Crédito ao SPA (líq.)	taxa de variação (%)	133.8	-2332.2	-40.2	-122.3	204.8	-478.2	...
Crédito à economia	taxa de variação (%)	261.8	309.2	274.6	201.2	134.7	64.2	...
Massa monetária (M3)	taxa de variação (%)	528.2	303.8	163.3	158.0	67.6	48.2	...
<b>TAXAS DE JURO</b>								
Depósitos a 6 meses	taxa anual	55.0	55.0	50.0	59.7	28.0	14.5	...
Desconto	taxa anual	120.0	150.0	150.0	150.0	150.0	95.0	...
Títulos do Banco Central (a 90 dias) <sup>2</sup>	taxa anual	79.1	115.2	128.0	109.0	81.0	56.7	...
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>								
Exportações (em USD correntes)	taxa de variação	45.6	53.6	-16.2	25.5	14.2	44.2	40.5
Importações (em USD correntes)	taxa de variação	49.5	-2.2	4.6	18.3	45.7	22.8	37.0
Balança corrente	em % do PIB	-28.2	9.0	-14.9	-1.4	-5.2	6.8	8.6
Reservas externas (líquidas)	em mil milhões de USD	0.41	1.04	0.57	0.35	0.62	1.36	...
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>								
Valor total	em mil milhões de EUR	9.34	8.02	7.41	7.85	11.96	13.22	...
	em mil milhões de USD	9.45	8.92	8.17	7.72	9.75	9.88	...
Dívida externa / PIB	em % do PIB	153.2	97.7	91.3	71.5	70.6	50.7	...
Serviço da dívida	em % das exportações	44.4	36.3	141.1	40.0	39.0	23.4	...
<b>TAXAS DE CÂMBIO</b>								
Tx. nominal KZ / EUR	taxa média	2.66	9.15	19.77	41.27	84.39	103.87	...
Tx. nominal KZ / USD	taxa média	2.79	10.04	22.02	43.70	74.69	83.54	...
Índice Tx. Câmbio Efectiva nominal <sup>3,4,5</sup>	taxa de variação (%)	-85.8	-71.2	-54.1	-50.1	-30.2	-10.4	...
Índice Tx. Câmbio Efectiva real <sup>3,4,5</sup>	taxa de variação (%)	-51.5	18.9	12.7	2.4	16.5	14.0	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> As projecções para 2005 foram elaboradas pelo staff do FMI (Produto e Preços), pelo Ministério do Planeamento de Angola (Finanças Públicas) e pelo BNA (Contas Externas).

<sup>2</sup> Tx. de juro dos títulos do Banco Central a 28 dias para 1999 e 2000. <sup>3</sup> Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE), calculado a partir das taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais. <sup>4</sup> Variação do ITCE em Dezembro face a Dezembro anterior. <sup>5</sup> Redução do ITCE (nominal ou real): depreciação do Kwanza / Aumento do ITCE (nominal ou real): apreciação do Kwanza.

## Quadro II.1a.2.

**PRODUTO INTERNO BRUTO, 1999 - 2004**

Preços correntes, em mil milhões de Kwanzas

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
Sector primário	12.5	66.1	129.2	311.6	630.3	974.7
Agricultura, silvicultura e pesca	1.1	5.2	16.1	38.1	84.9	133.7
Indústria extractiva	11.4	60.9	113.1	273.5	545.4	841.1
Petróleo e gás	10.0	55.1	100.9	251.0	498.5	788.9
Outros (incl. diamantes)	1.4	5.9	12.1	22.5	46.9	52.2
Sector secundário	1.1	5.1	14.8	34.2	76.5	137.4
Indústria transformadora	0.6	2.6	7.6	17.6	39.3	71.7
Electricidade e água	0.0	0.0	0.1	0.2	0.4	0.5
Construção	0.5	2.5	7.1	16.4	36.8	65.2
Sector terciário	3.4	19.2	48.8	117.4	302.7	481.2
Comércio e serviços transaccionáveis	2.6	13.1	30.4	67.1	146.8	236.4
Serviços não-transaccionáveis	0.8	6.1	18.4	50.3	155.9	244.8
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (custo de factores)</b>	<b>17.0</b>	<b>90.4</b>	<b>192.8</b>	<b>463.2</b>	<b>1 009.5</b>	<b>1 593.3</b>
Tributação aduaneira	0.2	1.2	4.3	8.5	22.0	36.7
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)</b>	<b>17.2</b>	<b>91.6</b>	<b>197.1</b>	<b>471.7</b>	<b>1 031.4</b>	<b>1 630.0</b>
<i>(em % PIB)</i>						
Sector primário	73.5	73.1	67.0	67.3	62.4	61.2
Agricultura, silvicultura e pesca	6.5	5.8	8.4	8.2	8.4	8.4
Indústria extractiva	67.1	67.4	58.7	59.0	54.0	52.8
Petróleo e gás	58.8	61.0	52.3	54.2	49.4	49.5
Outros (incl. diamantes)	8.2	6.5	6.3	4.9	4.6	3.3
Sector secundário	6.5	5.6	7.7	7.4	7.6	8.6
Indústria transformadora	3.5	2.9	3.9	3.8	3.9	4.5
Electricidade e água	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0
Construção	2.9	2.8	3.7	3.5	3.6	4.1
Sector terciário	20.0	21.2	25.3	25.3	30.0	30.2
Comércio e serviços transaccionáveis	15.3	14.5	15.8	14.5	14.5	14.8
Serviços não-transaccionáveis	4.7	6.7	9.5	10.9	15.4	15.4
<i>Por memoria:</i>						
PIB <sub>pm</sub> nominal (mil milhões de EUR)	6.5	10.0	10.0	11.4	12.2	15.7
PIB <sub>pm</sub> nominal (mil milhões de USD)	6.2	9.1	9.0	10.8	13.8	19.5
PIB <sub>pm</sub> nominal (variação anual em %)	577.8	432.6	115.2	139.3	118.7	58.0
PIB real (variação anual em %)	3.3	3.0	3.1	14.4	3.4	11.2
Sector petrolífero	1.0	0.4	-1.0	20.6	-2.1	13.9
Sector não-petrolífero	4.8	6.8	9.4	7.9	9.8	8.8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.1a.3.

**ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR <sup>(\*)</sup>**

Variações em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média	Var. acumulada
		(1)	(2)	(3)	(4)
1991	Dezembro	...	175.7	---	...
1992	Dezembro	...	495.8	290.4	...
1993	Dezembro	...	1837.7	1210.9	...
1994	Dezembro	...	971.9	1308.9	...
1995	Dezembro	...	3783.2	2148.1	...
1996	Dezembro	...	1650.1	6181.7	...
1997	Dezembro	...	147.7	708.0	...
1998	Dezembro	...	134.8	116.2	...
1999	Dezembro	...	329.0	242.7	...
2000	Dezembro	...	268.4	371.9	...
2001	Dezembro	...	116.1	191.7	...
2002	Dezembro	...	105.6	119.1	...
2003	Dezembro	...	76.6	109.0	...
2004	Dezembro	...	31.0	43.5	...
2003	Janeiro	7.0	104.4	107.8	7.0
	Fevereiro	7.7	107.2	107.2	15.2
	Março	5.6	107.2	106.6	21.7
	Abril	7.3	113.5	107.7	30.6
	Maio	5.2	110.0	108.8	37.4
	Junho	5.4	110.7	109.7	44.8
	Julho	4.0	104.2	109.5	50.5
	Agosto	5.0	99.7	108.3	58.1
	Setembro	2.7	95.0	106.5	62.5
	Outubro	1.5	90.4	104.3	64.9
	Novembro	2.4	83.5	101.3	68.8
	Dezembro	4.6	76.6	98.2	76.6
2004	Janeiro	3.1	70.1	94.7	3.1
	Fevereiro	2.9	62.6	90.2	6.1
	Março	2.2	57.3	85.5	8.4
	Abril	2.4	50.0	79.8	10.9
	Maio	4.5	49.0	74.6	15.9
	Junho	2.0	44.2	69.2	18.2
	Julho	1.4	40.7	64.1	19.9
	Agosto	1.6	36.1	59.0	21.9
	Setembro	1.5	34.5	54.4	23.7
	Outubro	1.6	34.5	50.4	25.7
	Novembro	1.9	33.9	46.8	28.0
	Dezembro	2.3	31.0	43.5	31.0
2005	Janeiro	1.9	29.6	40.6	1.9
	Fevereiro	2.0	28.5	38.0	4.0
	Março	2.0	28.2	35.9	6.1
	Abril	1.4	27.0	34.1	7.6
	Maio	1.3	23.1	32.0	9.0

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>(\*)</sup> Índice total para a região de Luanda (inclui as tarifas dos serviços públicos); não existe um índice disponível para o conjunto do país  
(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / mês n do ano anterior; (3) últimos 12 meses / 12 meses anteriores; (4) mês n / Dezembro anterior.

## Quadro II.1a.4.

**BALANÇA DE PAGAMENTOS, 1999 - 2005**

Em milhões de USD

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Proj. <sup>2</sup>
<b>1. CONTA CORRENTE</b>	<b>-1 710</b>	<b>796</b>	<b>-1 329</b>	<b>-150</b>	<b>-720</b>	<b>1 299</b>	<b>2 032</b>
Mercadorias	2 048	4 881	3 457	4 568	4 028	7 705	11 057
Exportações (f.o.b.)	5 157	7 921	6 636	8 328	9 508	14 068	19 769
das quais: Sector petrolífero	4 491	7 120	5 905	7 653	8 685	13 193	18 772
Outros (inclui diamantes)	666	801	731	675	823	874	997
Importações (f.o.b.)	-3 109	-3 040	-3 179	-3 760	-5 480	-6 362	-8 713
Sector petrolífero	...	...	-1 178	-1 393	-2 022	...	...
Não relacionadas com sect. petrolíf.	...	...	-2 001	-2 367	-3 458	...	...
Serviços e rendimentos	-3 814	-4 113	-4 877	-4 790	-3 946	-6 473	-9 175
Serviços (Líquidos)	-2 442	-2 432	-3 316	-3 155	-3 120	-4 231	-6 676
Créditos / receitas	153	267	203	207	201	...	...
Débitos / pagamentos	-2 595	-2 699	-3 518	-3 322	-3 321	...	...
Rendimentos (líquidos)	-1 372	-1 681	-1 561	-1 635	-1 726	-2 242	-2 499
dos quais: Juros da dívida pública	-569	-597	-539	-354	-268	-360	-483
Transferências correntes (líq.)	56	28	91	32	99	65	150
<b>2. CONTA DE CAPITAL E OPERAÇ. FINANCEIRAS</b>	<b>1 665</b>	<b>-449</b>	<b>955</b>	<b>-552</b>	<b>-2 294</b>	<b>1 016</b>	<b>-1 040</b>
Transferências de capital (líq.)	7	18	4	0	0	0	0
Endividamento a médio e longo prazo	-290	-766	-618	-162	298	807	-861
Desembolsos	1 501	1 610	1 619	1 279	1 890	2 414	500
Amortizações programadas	-1 791	-2 376	-2 237	-1 441	-1 592	-1 606	-1 361
Investimento directo estrangeiro (líq.)	2 472	879	2 146	1 643	1 652	677	404
do qual: no Sector petrolífero	935	0	0	1 672	3 505	677	654
Capitais de curto prazo	...	...	...	...	-2 123	316	-1 069
Outras operações (líq.)	-524	-580	-577	-2 033	-2 121	-784	486
<b>3. ERROS E OMISSÕES</b>	<b>-80</b>	<b>-50</b>	<b>-467</b>	<b>150</b>	<b>-388</b>	<b>-286</b>	<b>...</b>
<b>4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)</b>	<b>-126</b>	<b>295</b>	<b>-842</b>	<b>-551</b>	<b>-3 402</b>	<b>2 029</b>	<b>992</b>
<b>5. FINANCIAMENTO</b>	<b>126</b>	<b>-295</b>	<b>842</b>	<b>551</b>	<b>3 402</b>	<b>-2 029</b>	<b>-992</b>
Variação das DLX [aumento das DLX: -]	-530	-631	508	207	-172	-813	...
Financiamento excepcional <sup>1</sup>	656	336	334	344	3 574	-1 216	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> O Financiamento Excepcional compreende essencialmente a variação de atrasados e a perdão / reescalonamento da dívida.

<sup>2</sup> As projecções para 2005 são da responsabilidade do Banco Nacional de Angola.

Quadro II.1a.5.  
**EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 1995 - 2004**

Total e por tipo de bens exportados - em milhões de USD correntes - e por destino - em percentagem

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Exportações totais (em milhões de USD)</b>	<b>3 722</b>	<b>5 169</b>	<b>5 066</b>	<b>3 543</b>	<b>5 157</b>	<b>7 920</b>	<b>6 534</b>	<b>8 328</b>	<b>9 508</b>	<b>14 068</b>
Exportaç. por tipos de bens (milhões USD)										
Petróleo bruto (crude)	...	...	...	...	4 406.0	6 951.0	5 690.0	7 538.7	8 530.4	13 002.4
Produtos refinados de petróleo	...	...	...	...	75.0	132.0	92.7	95.5	138.5	160.5
Gás natural liquefeito	...	...	...	...	9.0	37.0	20.1	10.0	15.7	30.4
Diamantes	...	...	...	...	629.0	739.0	688.6	638.4	788.1	805.6
Café	...	...	...	...	4.0	1.2	0.6	0.4	0.8	0.3
Outras exportações	...	...	...	...	33.0	60.0	42.3	44.9	34.6	68.2
Exportações por destinos (%) <sup>1</sup>										
África	...	...	...	...	1.0	0.2	0.2	0.1	0.9	1.3
<i>entre a qual: África do Sul</i>	...	...	...	...	0.7	0.1	0.0	0.0	0.6	1.3
União Europeia	6.1	7.4	6.8	4.3	17.0	17.3	26.4	28.7	14.8	6.6
<i>entre a qual: Portugal</i>	0.4	0.3	1.0	0.6	0.2	0.6	1.7	0.8	0.0	0.0
E. U. America	65.9	58.0	65.0	63.5	53.2	44.6	47.9	42.0	47.1	30.0
Outros	28.0	34.6	28.2	32.2	28.8	37.9	25.5	29.2	37.2	62.0
<i>entre os quais: R. P. da China</i>	...	...	...	...	...	...	...	...	...	28.5
Por memória:										
Exportaç. Mercad. totais (milhões USD)	3 722	5 169	5 066	3 543	5 157	7 920	6 534	8 328	9 508	14 068
Importaç. Mercad. totais (milhões USD)	1 852	2 040	2 597	2 079	3 109	3 040	3 179	3 760	5 480	6 362
<b>Saldo da Balanç. Mercad. (milhões USD)</b>	<b>1 870</b>	<b>3 129</b>	<b>2 469</b>	<b>1 464</b>	<b>2 048</b>	<b>4 881</b>	<b>3 355</b>	<b>4 568</b>	<b>4 028</b>	<b>7 705</b>

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Para o ano de 2004 a repartição por países de exportação foi calculada a partir das exportações de petróleo, as quais corresponderam a 92.4% das exportações totais de Angola neste mesmo ano

 Quadro II.1a.6.  
**IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 1995 - 2004**

Total e por tipo de bens importados - em milhões de USD correntes - e por origem - em percentagem

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Importações totais (em milhões de USD)</b>	<b>1 852</b>	<b>2 040</b>	<b>2 597</b>	<b>2 079</b>	<b>3 109</b>	<b>3 040</b>	<b>3 179</b>	<b>3 760</b>	<b>5 480</b>	<b>6 362</b>
Importaç. por tipos de bens (milhões USD)										
Bens de consumo	...	...	...	...	4 406	6 951	5 792	7 548	8 533	...
Bens intermédios	...	...	...	...	182	245	304	437	580	...
Bens de investimento	...	...	...	...	850	845	701	1 130	1 428	...
Importações por origens (%)										
África	...	...	...	...	11.5	19.5	13.8	16.7	14.1	...
<i>entre a qual: África do Sul</i>	8.0	18.7	9.2	9.7	9.4	15.6	12.1	14.6	12.3	8.1
União Europeia	57.3	46.9	52.8	45.8	44.1	46.6	38.7	46.7	52.2	...
<i>entre a qual: Portugal</i>	20.4	21.5	22.5	20.4	14.4	17.1	14.2	19.2	18.1	12.4
E. U. America	15.4	14.5	13.7	17.6	12.4	11.0	8.8	13.2	12.1	3.2
Outros	27.3	38.6	33.5	36.6	32.0	22.9	38.7	23.4	21.6	...
<i>entre os quais: Brasil</i>	...	...	...	...	...	...	...	...	...	4.7
<i>China</i>	...	...	...	...	...	...	...	...	...	3.2
Por memória:										
Exportaç. Mercad. totais (milhões USD)	3 722	5 169	5 066	3 543	5 157	7 920	6 534	8 328	9 508	14 068
Importaç. Mercad. totais (milhões USD)	1 852	2 040	2 597	2 079	3 109	3 040	3 179	3 760	5 480	6 362
<b>Saldo da Balanç. Mercad. (milhões USD)</b>	<b>1 870</b>	<b>3 129</b>	<b>2 469</b>	<b>1 464</b>	<b>2 048</b>	<b>4 881</b>	<b>3 355</b>	<b>4 568</b>	<b>4 028</b>	<b>7 705</b>

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.1a.7.

**RESERVAS EXTERNAS E DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA, 1999 - 2004**

Em mil milhões de USD

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est. Prelim.
<b>Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior</b>	<b>0.41</b>	<b>1.04</b>	<b>0.57</b>	<b>0.35</b>	<b>0.62</b>	<b>1.36</b>
Reservas externas oficiais (Líquidas)	0.41	1.04	0.57	0.35	0.62	1.36
<b>Dívida Externa total (incl. juros em atraso)</b>	<b>9.45</b>	<b>8.92</b>	<b>8.17</b>	<b>7.72</b>	<b>9.75</b>	<b>9.88</b>
Dívida de médio e longo prazo	8.79	8.44	7.82	7.70	8.46	9.15
<i>da qual: Atrasados</i>	4.10	4.24	4.53	4.21	4.11	3.25
Dívida de curto prazo	0.66	0.47	0.35	0.02	1.29	0.73
<b>Dívida de méd./longo prazo por tipo de credor</b>	<b>8.79</b>	<b>8.44</b>	<b>7.82</b>	<b>7.70</b>	<b>8.46</b>	<b>9.15</b>
Dívida junto de Bancos Comerciais	...	...	...	1.87	2.48	3.54
<i>dos quais: Empr. garantidos por petróleo</i>	...	...	...	1.15	1.53	3.05
<i>Atrasados (bancos portugueses)</i>	...	...	...	0.36	0.52	0.00
Credores multilaterais	...	...	0.27	0.31	0.33	0.37
Credores bilaterais	...	...	7.55	4.57	4.65	4.38
Club de Paris	...	...	...	2.36	2.54	2.54
<i>dos quais: Atrasados</i>	...	...	...	1.81	2.02	1.94
Não Club de Paris	...	...	...	2.21	2.11	1.84
<i>dos quais: Atrasados</i>	...	...	...	1.31	1.07	0.17
Fornecedores	...	...	...	0.96	1.00	0.87
<i>dos quais: Atrasados</i>	...	...	...	0.64	0.68	0.24

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.1a.8.

**OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 1999 - 2005**

Em percentagem do PIB

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est	Proj. <sup>1</sup>
<b>1. RECEITAS TOTAIS</b>	<b>46.5</b>	<b>50.2</b>	<b>45.1</b>	<b>40.4</b>	<b>37.5</b>	<b>36.2</b>	<b>30.6</b>
Receitas petrolíferas	40.7	44.8	35.9	31.0	28.2	28.2	20.4
Receitas não-petrolíferas	5.8	5.3	9.2	9.4	9.4	8.0	10.2
Impostos sobre o rendimento	1.7	1.5	2.7	2.6	2.7	...	...
Impostos sobre o consumo	1.7	1.7	2.9	3.1	2.9	...	...
Impostos sobre o comércio externo	1.2	1.3	2.2	2.2	2.2	...	...
Outras receitas	1.2	0.8	1.3	1.4	1.5	...	...
<b>2. DESPESAS TOTAIS</b>	<b>81.4</b>	<b>58.6</b>	<b>49.1</b>	<b>47.9</b>	<b>45.3</b>	<b>35.6</b>	<b>38.6</b>
Despesas correntes	50.6	43.6	35.6	40.7	37.9	30.5	26.9
Despesas com o Pessoal	4.1	5.8	8.1	11.3	12.5	10.3	11.8
Despesas em Bens e serviços	26.7	25.8	17.0	20.0	15.9	9.4	8.9
Pagamento de Juros	9.3	5.5	5.0	4.2	2.4	2.3	2.4
Transferências	10.5	6.6	5.4	5.2	7.1	8.5	3.7
Despesas de investimento	12.8	6.1	6.3	7.2	7.4	4.4	11.7
<b>SALDO TOTAL ANTES DE DONATIVOS (base compromissos)</b>	<b>-34.9</b>	<b>-8.4</b>	<b>-4.0</b>	<b>-7.5</b>	<b>-7.8</b>	<b>0.6</b>	<b>-8.0</b>
Alteração nos pagamentos em atraso (líq.)	10.5	25.4	-1.2	7.9	0.9	-2.5	-0.1
Internos	2.9	21.8	-3.8	5.6	0.1	-2.7	-1.3
Juros Externos	7.6	3.6	2.6	2.3	0.8	0.2	1.1
<b>SALDO TOTAL ANTES DE DONATIVOS (base caixa)</b>	<b>-24.4</b>	<b>17.1</b>	<b>-5.1</b>	<b>0.4</b>	<b>-7.0</b>	<b>-1.9</b>	<b>-8.1</b>
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>24.4</b>	<b>-17.1</b>	<b>5.1</b>	<b>0.4</b>	<b>7.0</b>	<b>1.9</b>	<b>8.1</b>
Bonus da exploração de petróleo	15.1	0.0	2.2	0.0	0.0	0.0	0.0
Donativos	4.1	2.2	2.4	0.0	0.8	0.5	0.3
Financiamento Externo (líquido)	1.7	-4.7	-5.2	-5.8	1.3	-2.8	4.0
Entradas / novos empréstimos	14.5	11.5	13.0	7.6	10.0	10.2	9.6
Amortização	-12.8	-16.3	-18.3	-12.7	-8.7	-13.0	-5.6
Endividamento de curto prazo (líq.)	0.0	0.0	0.0	-0.7	0.0	0.0	0.0
Financiamento Doméstico (líquido)	3.5	-14.6	5.4	4.1	4.9	1.6	3.8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> As projecções para 2005 foram elaboradas pelo Ministério do Planeamento da República Popular de Angola.

Quadro II.1a.9.

**SÍNTESE MONETÁRIA, 1999 - 2005**

Em mil milhões de Kwanzas

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Abr. <sup>1</sup>
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS SOBRE O EXTERIOR</b>	<b>5.8</b>	<b>30.5</b>	<b>48.5</b>	<b>94.5</b>	<b>142.3</b>	<b>222.9</b>	<b>246.3</b>
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	<i>1.08</i>	<i>1.93</i>	<i>1.53</i>	<i>1.62</i>	<i>1.79</i>	<i>2.60</i>	<i>2.80</i>
Reservas Internacionais (Líquidas)	2.3	17.5	17.0	19.0	49.3	116.3	124.3
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	<i>0.41</i>	<i>1.04</i>	<i>0.57</i>	<i>0.35</i>	<i>0.62</i>	<i>1.36</i>	<i>1.41</i>
Reservas Brutas - Banco Nacional de Angola	2.3	17.5	23.4	22.0	50.1	117.3	125.0
Responsabilidades perante o Exterior - curto prazo			-6.4	-3.0	-0.8	-1.0	-0.6
Outras Disponibilidades sobre o Exterior (Líquidas)			-0.8	-1.3	-1.4	-1.4	-1.5
Disponib. Líquidas sobre o Exterior - Bancos Comerciais	3.7	14.2	32.3	77.8	94.4	107.9	123.6
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	<i>0.7</i>	<i>0.9</i>	<i>1.1</i>	<i>1.4</i>	<i>1.2</i>	<i>1.3</i>	<i>1.4</i>
<b>ACTIVOS DOMÉSTICOS (Líquidos)</b>	<b>-1.8</b>	<b>-14.7</b>	<b>-6.8</b>	<b>13.1</b>	<b>38.0</b>	<b>44.4</b>	<b>56.0</b>
Crédito Interno (Líquido)	1.2	-13.5	-1.2	26.8	64.4	71.0	78.4
Crédito concedido ao Governo (Líquido)	0.7	-15.7	-9.4	2.1	6.4	-24.2	-35.6
Crédito concedido à Economia	0.5	2.2	8.2	24.7	58.0	95.2	114.0
Outros activos líquidos (inclui Capital e Reservas)	-3.1	-1.2	-4.9	-12.7	-26.3	-26.6	-22.4
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>3.9</b>	<b>15.8</b>	<b>41.7</b>	<b>107.6</b>	<b>180.3</b>	<b>267.2</b>	<b>302.3</b>
<b>MASSA MONETÁRIA (M3)</b>	<b>3.9</b>	<b>15.8</b>	<b>41.7</b>	<b>107.6</b>	<b>180.3</b>	<b>267.2</b>	<b>302.3</b>
Moeda e Quase-Moeda (M2)	3.9	15.8	41.4	107.0	177.9	241.7	268.6
Moeda	3.0	13.3	30.2	69.4	127.0	187.3	216.7
Circulação Monetária	0.7	3.0	8.2	20.9	35.4	46.0	33.7
Depósitos à Vista	2.4	10.3	22.0	48.6	91.6	141.2	183.0
- em moeda local	0.5	2.1	5.5	11.1	33.9	50.0	64.5
- em moeda externa	1.9	8.2	16.5	37.4	57.7	91.2	118.5
Quase-Moeda	0.9	2.5	11.2	37.5	50.9	54.4	51.9
Depósitos a prazo em moeda local	0.1	0.0	0.9	1.9	3.9	5.0	4.2
Depósitos a prazo em moeda externa	0.8	2.5	10.3	35.6	47.1	49.4	47.7
Títulos do banco central	0.0	0.0	0.3	0.6	2.4	25.6	33.7
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.9</b>	<b>15.8</b>	<b>41.7</b>	<b>107.6</b>	<b>180.3</b>	<b>267.2</b>	<b>302.3</b>

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Valores preliminares.

Quadro II.1a.10.

**TAXAS DE JURO, 1997 - 2005**

Taxas de juro anuais									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jun. (prel.)
<b>Taxas de Depósitos</b>									
<b>(em moeda nacional)</b>									
Depósitos à ordem	10.0	10.0	10.0	15.8	10.2	10.0	10.0	10.0	10.0
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	35.0	37.5	35.5	46.0	56.1	41.0	23.6	14.5	15.4
91-180 dias	40.0	40.0	55.0	55.0	50.0	59.7	41.1	28.2	28.8
181-365 dias	45.0	45.0	57.0	57.0	57.0	-	-	41.6	-
Mais de 1 ano	45.0	47.5	57.0	-	-	-	27.1	-	-
<b>Taxas de Crédito</b>									
<b>(em moeda nacional)</b>									
Até 180 dias	45.0	50.0	118.3	89.6	97.6	99.7	93.4	70.4	65.8
181-365 dias	55.0	55.0	-	102.8	91.7	104.6	68.8	74.8	77.3
A mais de 1 ano	55.0	57.5	-	120.0	110.0	102.8	75.7	73.4	73.4
<b>Taxa de Redescuento do BNA</b>	-	-	120.0	150.0	150.0	150.0	150.0	95.0	95.0
<b>Títulos do Banco Central</b>									
a 14 dias	-	-	-	112.5	115.9	-	-	-	-
a 28 dias	-	-	79.1	115.2	120.8	102.7	45.8	46.4	32.0
a 63 dias	-	-	83.5	122.6	127.0	107.9	56.1	50.4	33.7
a 91 dias	-	-	-	-	128.0	109.2	81.0	56.7	34.7
a 182 dias	-	-	-	-	-	113.0	-	60.5	42.5
<i>Por memória:</i>									
<i>Inflação (t.v. homóloga anual)</i>	147.7	134.8	329.0	268.4	116.1	105.6	76.6	31.0	-

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Quadro II.1a.11.  
**TAXAS DE CÂMBIO, 1996 - 2005**

Taxas de câmbio médias do período

		KZ/EUR		KZ/USD		ITCE <sup>1,3</sup>		Variação do ITCE <sup>3</sup>	
		Merc. primário <sup>2</sup>	Merc. primário <sup>2</sup>	Merc. Paralelo <sup>4</sup>	Prémio (%)	Base: 2002		(variaç. anual em %)	
		(M.P.)	(M.P.)	(M.p.)	(Mp-MP) / M.P.	Nominal	Real	Nominal	Real
	1996	--	0.13	0.17	29.1	31 370.32	69.63	-97.8	-11.1
	1997	--	0.23	0.30	32.2	18 235.83	126.40	-41.9	81.5
	1998	--	0.39	0.61	56.1	10 623.26	150.21	-41.7	18.8
	1999	2.66	2.79	3.16	13.1	1 510.96	72.90	-85.8	-51.5
	2000	9.15	10.04	10.55	5.1	435.83	86.68	-71.2	18.9
	2001	19.77	22.02	23.95	8.8	204.98	97.32	-53.0	12.3
	2002	41.27	43.70	45.27	3.6	100.00	100.00	-51.2	2.7
	2003	84.39	74.69	77.84	4.2	54.96	104.77	-45.0	4.8
	2004	103.87	83.54	84.89	1.6	47.48	128.20	-13.6	22.4
2002	Janeiro	29.14	32.87	35.65	8.4	130.55	98.57	-44.7	20.5
	Fevereiro	30.11	34.62	34.93	0.9	124.55	99.60	-42.7	22.7
	Março	31.88	36.38	37.27	2.5	118.31	99.39	-45.5	17.2
	Abril	29.14	38.06	38.71	1.7	117.04	101.75	-46.9	4.0
	Mai	36.70	40.11	40.75	1.6	106.14	98.62	-51.8	-7.4
	Junho	40.23	42.18	43.10	2.2	99.85	97.37	-54.4	-11.7
	Julho	44.24	44.55	45.40	1.9	93.57	97.86	-55.4	-11.1
	Agosto	45.37	46.41	49.09	5.8	90.18	100.98	-54.1	-5.5
	Setembro	47.57	48.46	50.27	3.7	86.28	101.47	-52.6	-0.5
	Outubro	49.62	50.57	51.54	1.9	82.68	100.86	-51.3	1.6
	Novembro	53.18	53.14	54.11	1.8	78.29	101.30	-49.8	6.6
	Dezembro	58.09	57.09	62.37	9.2	72.57	102.19	-48.9	2.4
2003	Janeiro	64.24	60.64	66.12	9.0	68.06	98.50	-47.9	-0.1
	Fevereiro	69.82	65.75	65.96	0.3	62.73	97.14	-49.6	-2.5
	Março	72.83	67.49	70.16	3.9	60.86	99.02	-48.6	-0.4
	Abril	76.29	70.22	72.70	3.5	58.39	102.00	-50.1	0.2
	Mai	84.28	73.23	75.64	3.3	55.18	101.49	-48.0	2.9
	Junho	89.40	76.43	78.08	2.2	52.64	101.94	-47.3	4.7
	Julho	90.47	80.88	83.36	3.1	50.32	101.31	-46.2	3.5
	Agosto	95.50	85.63	89.89	5.0	47.56	100.25	-47.3	-0.7
	Setembro	90.10	80.47	85.27	6.0	50.57	109.17	-41.4	7.6
	Outubro	91.68	78.64	82.23	4.6	51.21	112.16	-38.1	11.2
	Novembro	91.74	78.41	81.46	3.9	51.31	115.22	-34.5	13.7
	Dezembro	96.31	78.48	83.23	6.0	50.64	119.01	-30.2	16.5
2004	Janeiro	100.57	79.66	82.03	3.0	49.54	119.59	-27.2	21.4
	Fevereiro	101.06	80.01	80.95	1.2	49.31	122.03	-21.4	25.6
	Março	98.40	80.23	81.72	1.9	49.55	124.53	-18.6	25.8
	Abril	97.62	81.42	82.75	1.6	49.11	125.80	-15.9	23.3
	Mai	98.62	82.20	82.79	0.7	48.63	129.44	-11.9	27.5
	Junho	101.22	83.39	83.75	0.4	47.80	129.36	-9.2	26.9
	Julho	104.88	85.51	85.50	0.0	46.49	127.89	-7.6	26.2
	Agosto	103.15	84.73	85.99	1.5	47.01	131.35	-1.2	31.0
	Setembro	104.82	85.80	86.79	1.2	46.38	131.36	-8.3	20.3
	Outubro	108.67	87.03	87.92	1.0	45.47	130.09	-11.2	16.0
	Novembro	112.84	86.87	89.00	2.5	45.10	131.31	-12.1	14.0
	Dezembro	114.56	85.64	89.44	4.4	45.40	135.62	-10.4	14.0
2005	Janeiro	114.79	86.67	88.44	2.0	44.98	136.94	-9.2	14.5
	Fevereiro	113.36	87.12	87.68	0.7	44.95	139.12	-8.9	14.0
	Março	114.86	87.09	...	...	44.81	140.42	-9.6	12.8
	Abril	113.02	87.36	...	...	44.89	141.80	-8.6	12.7
	Mai	112.76	88.84	...	...	44.36	141.96	-8.8	9.7

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE), com base no câmbio oficial para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1995/99. <sup>2</sup> A partir de 24/5/99, com a liberalização cambial, passou a ser divulgada uma "taxa de referência", correspondente à média ponderada das taxas praticadas pela banca. <sup>3</sup> Aumento do ITCE (nominal ou real): apreciação do Kwanza / Diminuição do ITCE (nominal ou real): depreciação do Kwanza. <sup>4</sup> A partir do início de 2005 deixou de ser significativa a diferença entre a taxa de referência (merc. oficial) e as taxas do denominado "mercado paralelo".

## Cabo Verde

*Área:* 4 033 Km<sup>2</sup>

*Capital:* Praia

*População:* 417 000 hab.

*Moeda:* Escudo CV



### II.2.1. Síntese

O cenário macroeconómico de Cabo Verde parece ter-se mantido globalmente positivo em 2004, apesar da desaceleração da actividade económica (com as últimas projecções a apontarem para um crescimento real do produto de 4.6%, face a 6.3% no ano anterior), decorrente sobretudo de um ano agrícola menos favorável (com algumas regiões a serem afectadas por secas e pragas). Nos restantes domínios a evolução apresenta-se positiva, com a inflação a manter-se em valores negativos (embora tenha invertido a trajectória descendente em termos homólogos e médios) e o reforço substancial das reservas cambiais (que correspondiam a 2.6 meses de importações no final do ano). Esta evolução das reservas reflecte o excedente global da balança de pagamentos, resultado da melhoria do défice corrente externo (possibilitado sobretudo pelo aumento das receitas do sector do turismo e pelo aumento das remessas de emigrantes) e da conta de capital e operações financeiras (com destaque para o IDE e para o acesso a recursos externos por parte dos bancos comerciais).

A execução orçamental de 2004 denota um comportamento muito positivo das contas públicas, com o défice global estimado em 1.6% do PIB (face a 3.4% em 2003 ou aos orçamentados 6.1%). Na origem desta evolução favorável estiveram o aumento das receitas orçamentais (potenciadas pela introdução do IVA em Janeiro e o consequente alargamento da base tributária) e dos donativos, para além da contenção das despesas correntes (em particular nos encargos com o pessoal). De destacar ainda a moderação no acesso ao crédito junto do sector bancário por parte do Governo Central, o que, a par da manutenção do cariz restritivo da política monetária ao longo de 2004, permitiu o cumprimento das metas financeiras quantitativas do programa acordado com o FMI ao abrigo da PRGF nos

meses de Junho e Dezembro (imperativas) e Setembro (indicativas).

Quadro II.2.1.

#### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	2002	2003	2004	2005
	Est.	Est.	Est.	Proj.
PIB real ( <i>t.v. anual</i> )	5.4	6.3	4.6	6.0
Inflação ( <i>t.v. média</i> )	1.9	1.2	-1.9	0.8
( <i>t.v. homóloga</i> )	3.0	-2.3	-0.3	2.0
Massa monetária ( <i>t.v.</i> )	14.3	8.6	10.5	8.7
Saldo Bal. Corrente (%PIB)	-11.4	-9.5	-6.3	-8.2
Reservas Camb.( <i>meses imp</i> )	2.2	2.0	2.6	2.7
Saldo orçamental (%PIB)	-3.4	-3.4	-1.6	-5.1
Dívida pública (%PIB)				
Externa	59.7	57.7	52.6	--
Interna <sup>1</sup>	45.6	43.3	43.6	--

Fontes: FMI, BCV e Min. Fin. e Planeamento e INE de Cabo Verde

<sup>1</sup> Inclui dívida coberta pelo Trust Fund (14.7% em 2002, 14.0% em 2003 e 13.6% em 2004).

Quadro II.2.2.

#### PROGRAMA APOIADO PELO FMI (PRGF<sup>1</sup>)

##### Metas Financeiras

	Set04		Dez04	
	Prog. <sup>2</sup>	Est.	Prog. <sup>2</sup>	Est.
<i>(em mil milhões de CVE)</i>				
Crédito Interno banc. ao Governo Central ( <i>líq</i> )	≤ 15.6	14.7	≤ 16.5	15.1
Act. Internos Líq. do BCV	≤ 9.1	8.4	≤ 10.4	7.8
Novos atras. int. G. Central	≤ 0.0	0.0	≤ 0.0	0.0
<i>(em milhões de USD)</i>				
Var. Atrasados Dív. Ext. Governo Central	≤ 0.0	0.0	≤ 0.0	0.0
Var. Dív. Pública Ext. Não-Concessional	≤ 0.0	0.0	≤ 20.0	20.0
Var. Dív. Pública Ext. Não-Conc.( <i>prazo &gt; 1ano</i> )	≤ 0.0	0.0	≤ 0.0	0.0
<i>(em milhões de EUR)</i>				
DLX do BCV	≥ 75.3	89.5	≥ 67.3	95.4

Fontes: FMI, BCV e Min. Fin. e Planeamento e INE de Cabo Verde

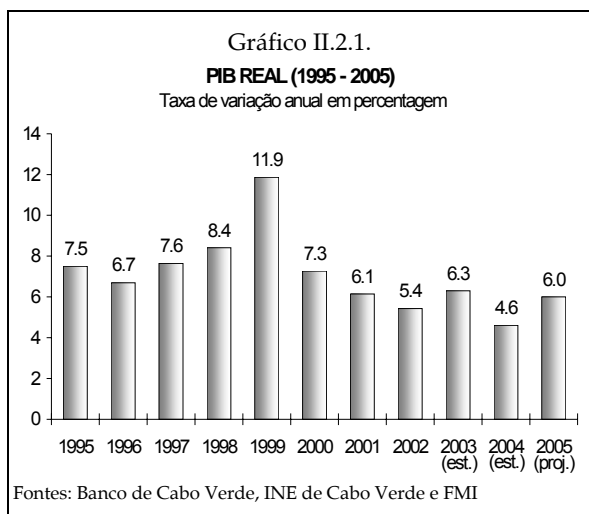
<sup>1</sup> Poverty Reduction and Growth Facility; <sup>2</sup> Metas imperativas ajustadas para Dezembro e indicativas para Setembro.

Note-se, no entanto, que o aumento da Posição Externa líquida do sistema financeiro em conjunto com o crescimento do crédito à economia (em particular do sector privado), acabaram por provocar uma expansão da massa monetária para além do programado (atingindo 10.5%, face aos previstos 7.8%). Com o intuito de induzir descidas nas taxas de juro praticadas pela banca, o BCV reduziu, em Dezembro passado, o coeficiente de reservas de caixa e, em Fevereiro de 2005, a taxa da facilidade de cedên-

cia, movimento que foi gradualmente reflectido pelos bancos nas suas taxas activas e passivas.

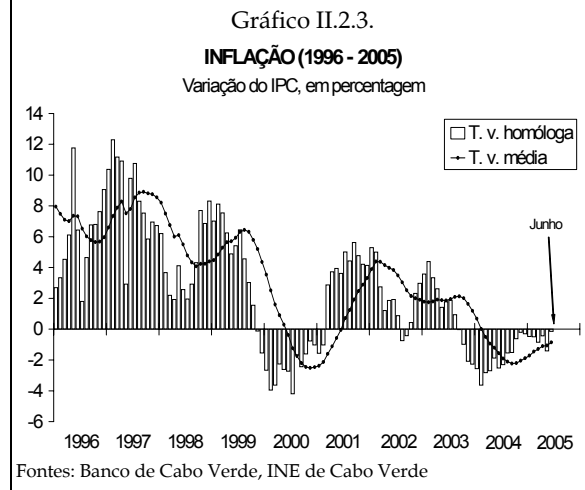
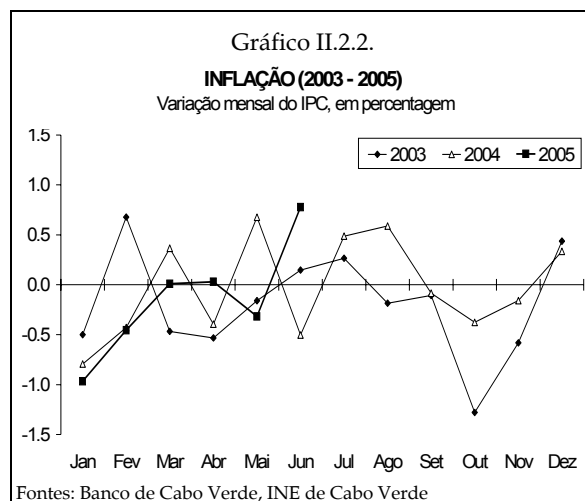
### II.2.2. Procura, Produção e Preços

As últimas projecções das autoridades nacionais para o crescimento económico em 2004, apontam para uma desaceleração do ritmo de aumento real da actividade económica em Cabo Verde para 4.6% (face a 6.3% em 2003). Este será um resultado algo aquém dos 5.0% inicialmente previstos para o corrente ano, diferença que terá ficado principalmente a dever-se às dificuldades sentidas no sector agrícola, como repercussão da seca e de uma praga que assolou as culturas de uma região do país. Os sectores do comércio, da indústria e energia e da construção acabaram por ser os motores do crescimento económico em 2004, responsáveis no seu conjunto por 2.5 p.p. do aumento real do PIB.



Na óptica da despesa, a evolução abaixo do esperado terá reflectido algum abrandamento do consumo, tanto privado (com as actualizações dos preços dos combustíveis e da água e electricidade) como público (que terá registado uma redução real). As projecções para 2005 apontam para uma aceleração do crescimento económico (para 6.0%), com base no investimento, reflectindo uma carteira de importantes projectos públicos e privados.

Ao longo de todo o ano de 2004, a inflação homóloga manteve-se negativa (-0.3% em Dezembro), denotando a evolução em baixa dos produtos alimentares e bebidas (conjugando os efeitos do passado ano agrícola, da introdução do IVA, que isentou ou baixou a taxa de imposto anteriormente praticada, e da desvalorização do USD face ao EUR), apesar dos aumentos dos produtos petrolíferos e da energia.

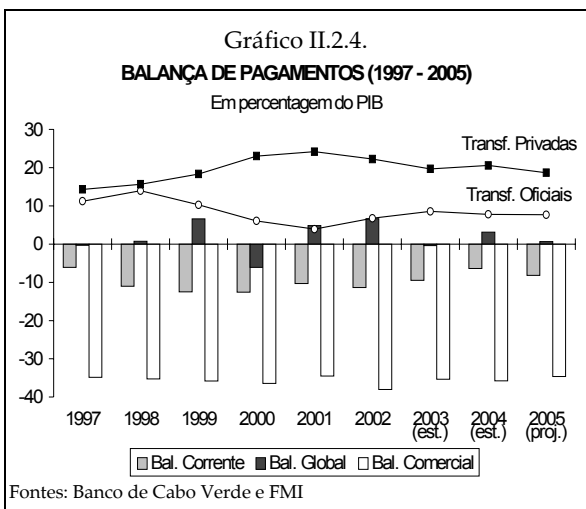


Durante o primeiro semestre de 2005 o crescimento do nível de preços continuou negativo. No entanto, as projecções para o final do ano apontam para a redução progressiva da deflação, passando mesmo para valores positivos.

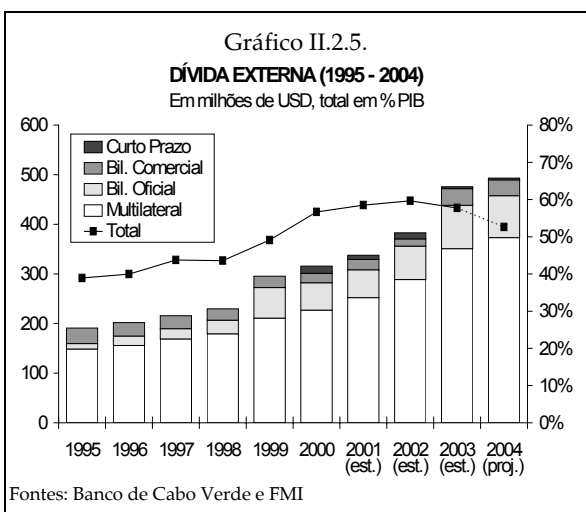
### II.2.3. Contas Externas

Os valores conhecidos para a balança de pagamentos cabo-verdiana em 2004 reflec-

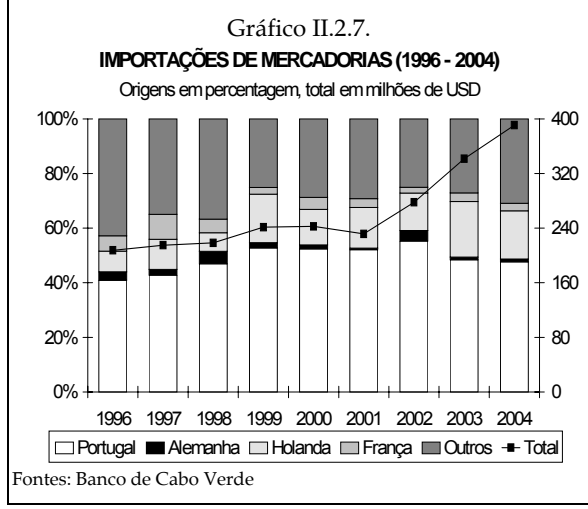
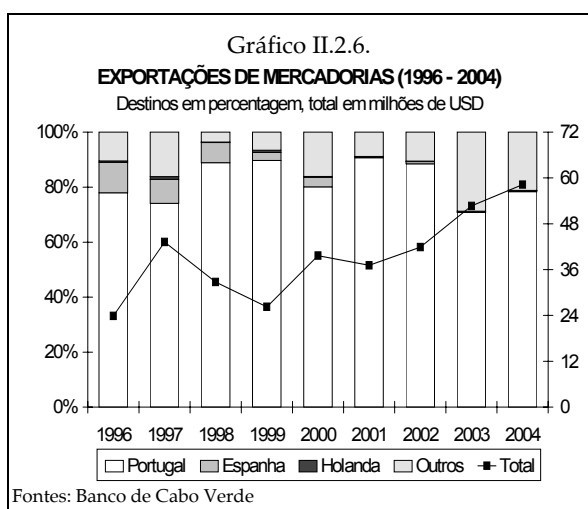
tem uma evolução globalmente positiva, e bastante mais favorável que o esperado, com nova e pronunciada redução do défice corrente (para 6.3% do PIB, face aos 9.4% registados em 2003), o retorno a valores positivos do saldo da balança global (representando 3.1% do PIB) e o reforço significativo das reservas cambiais (para 2.6 meses de importações no final do ano).



Esta evolução positiva decorreu dos incrementos registados no excedente da balança de serviços (+2.9 p.p., conjugando a diminuição das saídas relativas a transportes com o novo impulso das receitas do turismo) e nas transferências correntes (+0.8 p.p., reflectindo sobretudo o vigoroso crescimento das remessas de emigrantes, que atingiram 12% do PIB no final do ano).



O abrandamento económico de 2004 acabou também por contribuir para este desempenho das contas externas, condicionando a evolução das importações, tanto de mercadorias como de serviços. Note-se no entanto que, ainda assim, o défice comercial acabou por registar algum aumento (em 0.4 p.p.), para o qual contribuiu também a fraca capacidade de resposta das exportações.



A conta de capitais e operações financeiras apresentou alguma melhoria, à semelhança da componente corrente, registando um reforço do seu saldo positivo (de 9.8%), o qual decorreu do crescimento do excedente na conta de operações financeiras (em 23.4%), contrariado em parte pela redução verificada na conta de capital (-21.4%). Neste domínio, são de salientar os acréscimos quer do investimento directo estran-

geiro (em 34.3%, embora algo distante dos programados 61.1%) quer das entradas líquidas de capitais (em particular do acesso a recursos externos por parte dos bancos comerciais). As melhorias evidenciadas pelas contas corrente e de capitais e operações financeiras determinaram um acentuado acréscimo do saldo global da balança de pagamentos, o qual permitiu uma forte acumulação de reservas cambiais (em mais de 2.6 mil milhões de CVE).

## II.2.4. Finanças Públicas

As mais recentes estimativas para a execução orçamental de 2004 apresentam uma evolução francamente positiva das contas públicas, com o défice global a ficar em 1.6% do PIB (abaixo em 1.8 p.p. ao verificado em 2003 e em 4.2 p.p. em relação ao orçamentado). Para este desfecho terão concorrido não só o aumento das receitas totais, em 1.9 p.p. em relação ao seu peso no produto, como a contenção verificada nas despesas totais (crescendo apenas 0.1 p.p.).

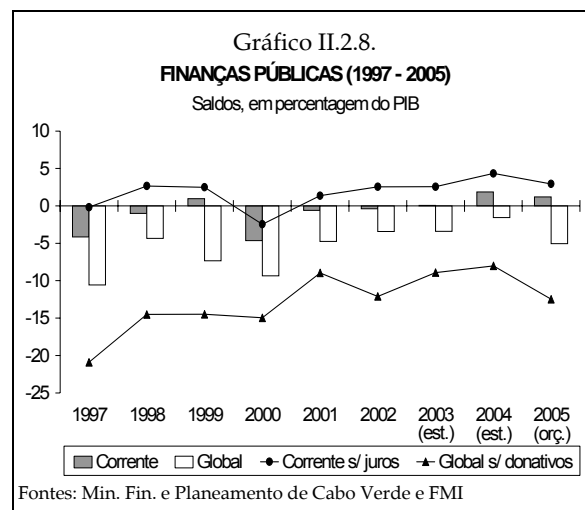
Quadro II.2.3.  
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em percentagem do PIB	2002	2003	2004	2005
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	31.2	27.4	29.3	33.4
Receitas correntes	22.2	21.2	22.4	21.8
Receitas de capital	0.3	0.7	0.3	4.1
Donativos	8.7	5.5	6.5	7.4
Transferências de EP	0.0	0.0	0.2	0.0
Despesas totais	34.6	30.8	30.9	38.5
Despesas correntes	22.6	21.2	20.5	20.6
Juros da dívida prog.	2.0	1.8	1.8	1.3
Desp. de capital	12.0	9.7	10.4	17.8
Empréstimos Líquidos	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo corrente	-0.4	0.1	1.9	1.2
Saldo global	-3.4	-3.4	-1.6	-5.1

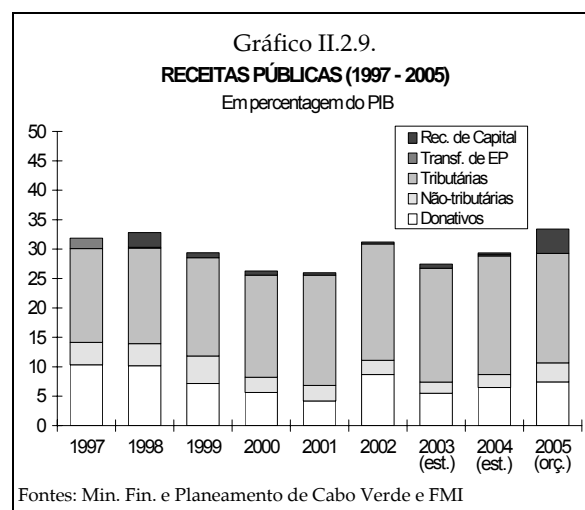
Fontes: FMI e Min. Fin. e Planeamento de Cabo Verde.

Do lado das receitas, destaca-se o crescimento registado na arrecadação de receitas correntes (+1.2 p.p.), da qual se evidenciaram os montantes relativos a receitas não-fiscais (em especial taxas e preços de

serviços públicos) e a impostos sobre a despesa (com saliência para o IVA, tanto mais tratando-se do primeiro ano de existência do imposto). Realce-se ainda a subida dos donativos (+1.0 p.p.), com um grau de execução (78%) bastante superior ao de 2003 (56%).

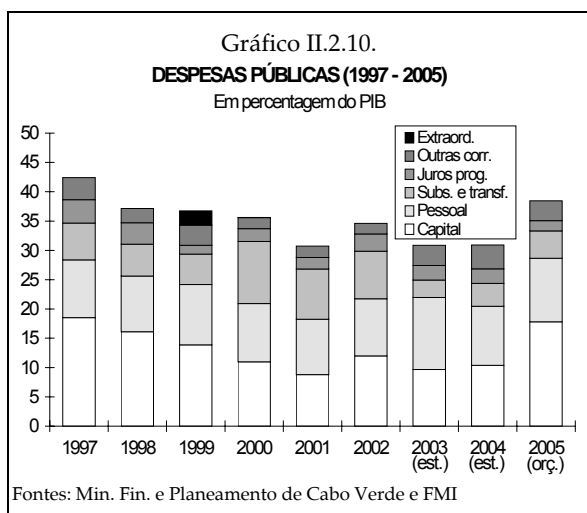


Relativamente às despesas, os valores disponíveis denotam uma redução importante nas despesas correntes (em 0.7 p.p.), da qual, e apesar de estarem ainda por classificar CVE 1 675 milhões, se evidencia a diminuição do peso dos encargos com salários e ordenados (em 2.2 p.p.) e com outras despesas (-0.9 p.p.).



Apesar de manterem um grau de execução relativamente baixo (na ordem dos 65%), as despesas de investimento demons-

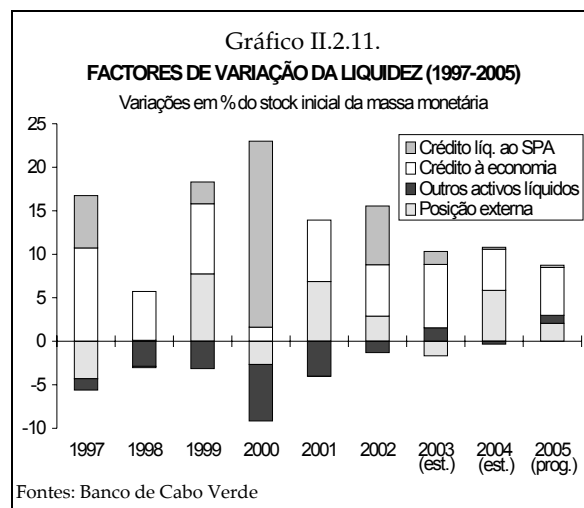
traram uma subida significativa (+0.7 p.p.), recuperando parte da quebra registada no ano anterior. Saliente-se ainda o reforço do saldo corrente positivo (para 1.9% do PIB), dando continuidade à tendência recente.



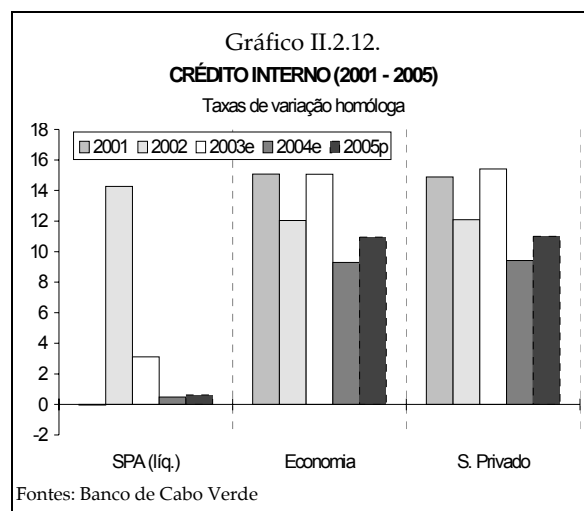
Em relação ao financiamento, a redução patenteada pelos desembolsos externos acabou por determinar que, em termos líquidos, a componente interna tenha sido o principal recurso utilizado. Note-se, no entanto, que o aumento do financiamento interno não foi efectuado junto do sector bancário, o qual apresentou inclusivamente valores menores que em 2003.

## II.2.5. Situação Monetária e Cambial

A evolução monetária em 2004 foi marcada pelos efeitos do aperto introduzido pelo Banco de Cabo Verde a partir do último trimestre de 2003. O ano de 2004 foi caracterizado pela acumulação de reservas cambiais (as quais atingiram 2.6 meses de importações em Dezembro, quando no final de 2003 representavam apenas 2.1 meses), por algum abrandamento do ritmo de crescimento do crédito à economia (para 9.3% face ao final do ano anterior, o que compara com 15.1% em 2003) e ainda pela moderação do recurso do sector público administrativo ao financiamento junto do sector bancário (traduzido num aumento no crédito líquido ao S.P.A. de 0.5% face a 3.1% no ano precedente).

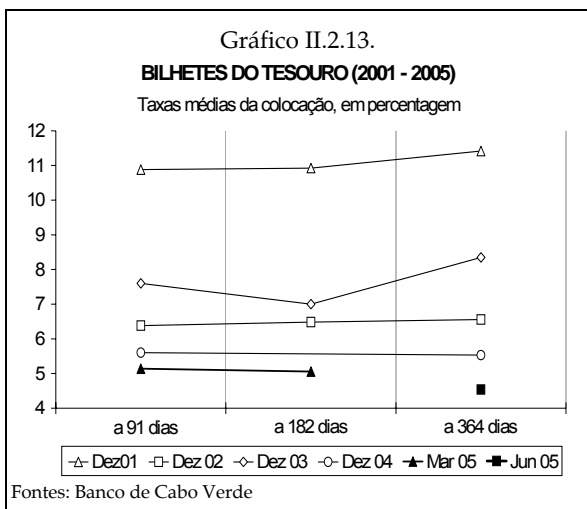


A conjugação destas evoluções acabou por determinar uma expansão da massa monetária acima do programado, terminando o ano com 10.5% (face aos projectados 7.4%), com destaque para os impactos expansionistas das disponibilidades líquidas sobre o exterior do BCV (com um crescimento nominal de 38%, contribuindo para o aumento da massa monetária em 5.5%) e do crédito ao sector privado (que, apesar do abrandamento, foi ainda responsável por 4.8% da subida da liquidez).



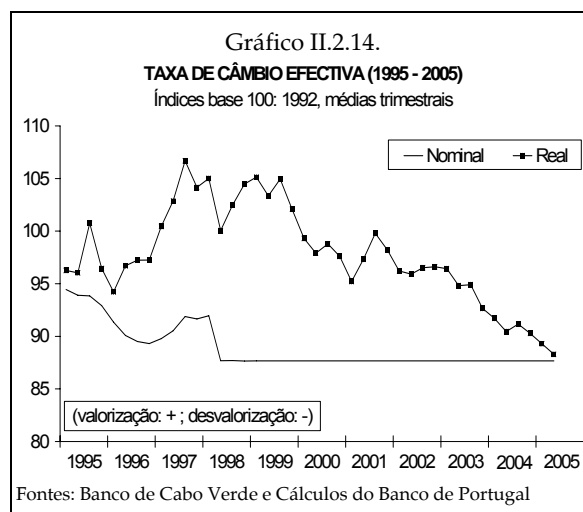
Tendo como principal objectivo o de assegurar a sustentabilidade do regime cambial, o banco central manteve a política monetária com um cariz restritivo ao longo de 2004. Como resultado dessa actuação, e beneficiando de uma política orçamental prudente, todas as metas financeiras do

programa acordado com o FMI foram cumpridas com larga margem, tanto em Setembro (meramente indicativas) como em Junho e Dezembro (de carácter imperativo). Este aperto, conjugado com alguma falta de concorrência num sector bancário bastante concentrado, contribuiu para que os bancos comerciais mantivessem elevadas as margens de intermediação.



Em Dezembro de 2004, o BCV, procurando fomentar a descida das taxas de juro, e aproveitando a posição favorável da balança de pagamentos e a contenção das necessidades de financiamento do S.P.A. (repercutida na descida progressiva e continuada das taxas de colocação de BT), resolveu reduzir em 1 p.p. o coeficiente de reservas de caixa (de 19% para 18%) e, em Fevereiro do corrente ano, baixar a taxa da facilidade de cedência para 7.5% (-1 p.p.), com os bancos comerciais a repercutirem

gradualmente essa redução nas suas taxas activas e passivas.



A estrutura dos meios de pagamento continua a ser caracterizada pela manutenção da tendência de redução da preferência pela liquidez, com destaque para os valores da circulação que representavam menos de 10% do total em Junho de 2005 (o que constitui um mínimo histórico) e pela manutenção de uma maior apetência pelas formas menos líquidas.

Este crescendo evidenciado pela quase-moeda resulta principalmente das subidas verificadas nos montantes aplicados em depósitos a prazo em moeda nacional, tanto de residentes como de emigrantes, numa tendência que se mantém apesar da descida registada nas taxas passivas praticadas pelo sistema bancário.

Quadro II.2a.1.  
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2000 - 2005

	Unidades	2000	2001	2002	2003	2004		2005	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>									
PIB p.m.	milhões de EUR	585	629	660	725	794	749	825	
	t. var. real	7.3	6.1	5.4	6.3	5.0	4.6	6.0	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	-1.0	4.1	3.0	-2.3	1.5	-0.3	2.0	-0.1 Jun.
	t. var. média	-2.5	3.3	1.9	1.2	-1.6	-1.9	0.8	-0.9 Jun.
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>									
Receitas totais	% PIB	26.3	26.0	31.2	27.4	30.1	29.3	33.4	
Donativos	% PIB	5.6	4.2	8.7	5.5	7.8	6.5	7.4	
Despesas totais	% PIB	35.6	30.7	34.6	30.8	35.8	30.9	38.5	
Saldo global (base compromissos)	% PIB	-9.3	-4.8	-3.4	-3.4	-5.8	-1.6	-5.1	
Sem donativos	% PIB	-15.0	-9.0	-12.1	-8.9	-13.5	-8.0	-12.5	
Dívida interna	% PIB	41.5	40.1	45.6	43.3		43.6		
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	56.4	0.0	14.3	3.1	-0.1	0.5	0.6	-3.8 Jun. <sup>4</sup>
Crédito à economia	t. var. anual	3.1	15.1	12.0	15.1	10.1	9.3	11.0	3.0 Jun. <sup>4</sup>
Massa monetária (M3)	t. var. anual	13.8	9.9	14.3	8.6	7.4	10.5	8.7	5.5 Jun. <sup>4</sup>
<b>TAXAS DE JURO<sup>1</sup></b>									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	6.82	8.00	7.19	5.69		5.69	5.31 Jun.	
Redesconto	taxa anual	8.50	8.50	8.50	8.50		8.50	8.50 Jun.	
Cedência de liquidez	taxa anual		11.50	10.00	8.50		8.50	7.50 Jun.	
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	8.69	10.88	6.38	7.60		5.60	4.14 Mai.	
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>									
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	51.1	-6.4	12.7	25.8	2.3	10.6	1.1	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	0.4	-4.5	20.0	22.9	0.7	14.4	5.7	
Balança corrente	% PIB	-12.5	-10.3	-11.4	-9.5	-9.0	-6.3	-8.2	
Excluindo transferências oficiais	% PIB	-16.6	-14.1	-17.1	-15.5	-14.6	-12.2	-14.0	
Balança corrente e de capital	% PIB	-8.5	-5.8	-9.2	-6.9	-7.8	-4.4	-6.3	
Reservas cambiais	meses import. <sup>2</sup>	1.2	1.8	2.2	2.0	2.0	2.6	2.7	
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>									
Valor total	milhões de EUR	331.6	368.1	394.1	418.4		394.0		
	% PIB	56.7	58.5	59.7	57.7		52.6		
	% exportações <sup>2</sup>	213.1	198.6	184.9	186.6		163.0		
Serviço da dívida	% exportações <sup>2</sup>	14.4	22.4	11.7	8.4		9.0		
<b>TAXAS DE CÂMBIO (médias)</b>									
Nominal CVE/EUR	t. média	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3 Jun.
Nominal CVE/USD	t. média	115.9	123.2	117.3	97.8	105.2	88.7	88.9	90.5 Jun.
ITCE nominal (base 100: 1992) <sup>1</sup>	t. var. anual	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0 Jun. <sup>4</sup>	
ITCE real (base 100: 1992) <sup>1</sup>	t. var. anual	-6.2	-0.8	-1.4	-1.7		-0.2	-1.9 Jun. <sup>4</sup>	

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças e do Plano de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); <sup>2</sup> Índice da taxa de câmbio efectiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 1995/99 (valorização: +; desvalorização: -); <sup>3</sup> Importações e exportações de bens e serviços; <sup>4</sup> Variação face a Dezembro anterior.

Quadro II.2a.2.  
**PRODUTO INTERNO BRUTO, 1999 - 2005**

Preços correntes, em milhões de CVE							
	1999	2000	2001	2002	2003 Est.	2004 Est.	2005 Proj.
Sector primário	9245	8326	7936	7544	8709	8604	
Agricultura, pecuária e silvicultura	6975	6894	6751	6604	7497	7407	
Pesca	1412	1432	1184	940	1212	1197	
Sector secundário	9314	9828	9427	10901	12019	12887	
Indústria e energia	4497	4893	4292	5013	5307	5890	
Construção	4816	4936	5134	5888	6713	6997	
Sector terciário	39861	41311	46220	48031	52272	52855	
Comércio	10958	11249	11706	13554	15683	16340	
Hotéis e restaurantes	1224	1445	1663	1583	2104	2015	
Transportes e comunicações	11741	12656	15803	14902	14844	14884	
Banca e seguros	3043	2541	3051	3262	3473	3592	
Habitação	3281	3369	3726	4028	4214	4292	
Administração pública	8269	8606	8758	9176	10306	10012	
Outros serviços	1345	1444	1513	1526	1649	1720	
Serviços bancários <sup>1</sup>	-2111	-1766	-1907	-2209	-2450	-2721	
Impostos sobre importações	5465	6840	7705	8550	9361	10925	
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (p. m.)</b>	<b>61774</b>	<b>64539</b>	<b>69380</b>	<b>72817</b>	<b>79911</b>	<b>82550</b>	<b>91000</b>
Consumo	62075	68183					
Público	11882	12217					
Privado	50194	55966					
Investimento	23143	19818					
Formação bruta de capital fixo	21223	19653					
Variação de existências	1920	165					
Procura interna	85218	88001					
Exportações de bens e serviços	12227	13503					
Procura global	97445	101503					
Importações de bens e serviços	35672	36965					
<i>Pro memoria:</i>							
Poupança interna bruta	-302	-3644					
PIBpm nominal (milhões de EUR)	560.2	585.3	629.2	660.4	724.7	748.6	825.3
PIBpm nominal (milhões de USD)	601.5	557.0	563.1	621.0	817.1	930.2	1023.4
Deflator do PIB (variação anual em %)	7.0	-2.6	1.3	-0.5	3.2	-1.2	4.0
PIB nominal (variação anual em %)	19.7	4.5	7.5	5.0	9.7	3.3	10.2
PIB real (variação anual em %)	11.9	7.3	6.1	5.4	6.3	4.6	6.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Estimativa correspondente ao valor dos serviços bancários intermédios utilizados pelos restantes ramos de actividade.

## Quadro II.2a.3.

**ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1993 - 2005<sup>1</sup>**

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1993	Dezembro	--	4.37	4.37	5.81
1994	Dezembro	--	4.10	4.10	3.44
1995	Dezembro	--	5.62	5.62	8.37
1996	Dezembro	--	9.06	9.06	5.96
1997	Dezembro	--	6.72	6.72	8.56
1998	Dezembro	--	8.32	8.32	4.39
1999	Dezembro	--	-1.55	-1.55	4.35
2000	Dezembro	--	-1.03	-1.03	-2.47
2001	Dezembro	--	4.14	4.14	3.32
2002	Dezembro	--	2.97	2.97	1.91
2003	Janeiro	-0.50	-0.50	3.58	1.78
	Fevereiro	0.68	0.18	4.39	1.74
	Março	-0.47	-0.29	3.34	1.80
	Abril	-0.53	-0.82	2.63	1.91
	Maio	-0.16	-0.98	1.41	1.88
	Junho	0.15	-0.84	1.78	1.86
	Julho	0.27	-0.57	1.89	1.95
	Agosto	-0.18	-0.76	0.94	2.09
	Setembro	-0.11	-0.86	-0.02	2.13
	Outubro	-1.28	-2.13	-0.99	2.01
	Novembro	-0.58	-2.70	-2.08	1.63
	Dezembro	0.44	-2.27	-2.27	1.19
	<i>Dezembro (prog.)</i>	--	2.00	2.00	2.30
2004	Janeiro	-0.79	-0.79	-2.56	0.68
	Fevereiro	-0.43	-1.22	-3.63	0.01
	Março	0.37	-0.86	-2.83	-0.50
	Abril	-0.39	-1.25	-2.69	-0.94
	Maio	0.68	-0.58	-1.88	-1.21
	Junho	-0.50	-1.08	-2.52	-1.56
	Julho	0.49	-0.60	-2.30	-1.91
	Agosto	0.59	-0.01	-1.54	-2.11
	Setembro	-0.08	-0.10	-1.52	-2.24
	Outubro	-0.38	-0.47	-0.62	-2.21
	Novembro	-0.16	-0.63	-0.20	-2.05
	Dezembro	0.34	-0.30	-0.30	-1.89
	<i>Dezembro (proj. rev.)</i>	--	1.50	1.50	-1.60
2005	Janeiro	-0.97	-0.97	-0.47	-1.72
	Fevereiro	-0.46	-1.42	-0.50	-1.46
	Março	0.01	-1.41	-0.85	-1.29
	Abril	0.03	-1.38	-0.43	-1.10
	Maio	-0.32	-1.69	-1.41	-1.06
	Junho	0.78	-0.93	-0.14	-0.86
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	2.00	2.00	0.80

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Série revista, a partir de Julho de 2000, para incorporar uma nova ponderação das propinas escolares.

<sup>(1)</sup> mês n / mês n-1; <sup>(2)</sup> mês n / Dezembro anterior; <sup>(3)</sup> mês n / mês n do ano anterior; <sup>(4)</sup> últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.2a.4.  
**BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2000 - 2005**

Em milhões de CVE

	2000	2001	2002	2003	2004		2005	
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Proj.	Trim. I
<b>1. CONTA CORRENTE</b>	-8094	-7154	-8267	-7586	-7857	-5239	-7436	-1377
Balança comercial	-23514	-23958	-27677	-28253	-30511	-29516	-31510	-7735
Exportações (f.o.b.) <sup>1</sup>	4598	4577	4909	5150	5665	5170	5239	1489
Importações (f.o.b.)	-28112	-28535	-32586	-33403	-36176	-34685	-36749	-9224
Balança de serviços (líq.)	563	907	1472	1342	2319	3820	3376	804
Exportações	12561	15863	18588	19578	23916	21478	23493	4685
dos quais: Transportes	5257	6162	8662	8105		8209		2016
Turismo	4732	6621	7112	8300	9136	9708	10918	1996
Importações	-11998	-14956	-17116	-18236	-21597	-17659	-20117	-3881
dos quais: Transportes	-5337	-6106	-7982	-8787		-7933		-1981
Turismo	-4346	-6201	-6614	-6928		-6899		-1364
Balança de rendimentos (líq.)	-1311	-485	-1612	-1134	-1436	-1338	-1560	-158
Exportações	434	935	820	1516	1262	1702	1721	591
dos quais: Juros extraord. das contribuições p/ TF <sup>2</sup>	3							
Rendimento do TF <sup>2</sup> (ano anterior)	94	426	503	508	639	639	363	363
Importações	-1745	-1420	-2432	-2650	-2698	-3040	-3281	-749
dos quais: Juros da dívida pública programados	-558	-478	-719	-514	-595	-549	-477	-112
Transferências correntes <sup>2</sup>	16168	16382	19550	20459	21771	21795	22258	5711
Transferências oficiais	2614	2601	4159	4776	4882	4799	5273	869
Transferências privadas	13554	13781	15391	15730	16889	16996	16985	4842
das quais: Remessas de emigrantes	10232	9826	9912	9032		10023		3318
<b>2. CONTA DE CAPITAL E DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	2550	10249	11347	6828	6558	7499	8052	1268
<b>2.1. CONTA DE CAPITAL</b>	2607	3129	1580	2071	1028	1629	1727	277
Transferências de capital	2607	3129	1580	2071	1028	1629	1727	277
das quais: Perdão de dívida	0	125	0	0		0		0
Donativos para o TF <sup>2</sup>	1265	0	0	441		0		0
<b>2.2. CONTA DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	-57	7120	9767	4757	5530	5870	6325	991
Investimento directo	2437	1036	1413	1350	1484	1812	1985	334
do qual: Receitas de privatizações para o TF <sup>2</sup>	2439	0	0	0		0		0
Investimento de carteira	13	-167	0	0	0	0	0	0
Outras operações	-2507	6251	8354	3407	4046	4058	4340	657
das quais: Desembolsos de empréstimos ao SPA	2443	7066	3630	2999	4381	2371	5185	417
Desembolsos para o TF <sup>2</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortizações programadas	-1919	-4107	-2020	-1551	-2689	-1853	-2377	-315
Alimentação do TF <sup>2</sup>	-3707	0	0	-441	0	0	0	0
<b>3. ERROS E OMISSÕES</b>	1640	276	1767	456	0	331	0	683
<b>4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)</b>	<b>-3904</b>	<b>3371</b>	<b>4846</b>	<b>-302</b>	<b>-1299</b>	<b>2591</b>	<b>616</b>	<b>574</b>
<b>5. FINANCIAMENTO</b>	3904	-3371	-4846	302	-1210	-2591	-1168	-574
Variação das DLX (aumento: -)	1070	-2872	-2241	68	-1210	-2621	-1168	-605
Financiamento excepcional	2834	-499	-2605	234		31	0	30
do qual: Saques sobre a Facilidade do ACC <sup>3</sup>	1650	550	550	550		550		0
Reembolso progr. da Facilidade do ACC	-1650	-440	-550	-550		-550		-110
Variação de atrasados (aumento: +)	2834	-2532	-2605	234		-62		-14
<b>6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO<sup>4</sup>: (4) + (5)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2509</b>	<b>0</b>	<b>-552</b>	<b>0</b>
<i>Para memória:</i>								
Conta Corrente (em percentagem do PIB)	-12.5	-10.3	-11.4	-9.5	-9.0	-6.3	-8.2	--
Conta Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	-8.5	-5.8	-9.2	-6.9	-7.8	-4.4	-6.3	--
Reservas oficiais (em meses de importações) <sup>5</sup>	1.2	1.8	2.2	2.0	2.0	2.6	2.7	2.7

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; <sup>2</sup> Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; <sup>3</sup> Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; <sup>4</sup> Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; <sup>5</sup> Activos Externos Líquidos do BCV e importações de bens e serviços.

Quadro II.2a.5.  
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1990 - 2004

Em percentagem do total

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1990 a 2004
Alemanha	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3	0.7	1.6	1.1	0.1	0.6
Espanha	0.0	0.0	0.0	15.3	0.0	7.2	11.1	8.7	7.3	2.9	3.5	0.2	0.8	0.0	0.3	3.3
Holanda	1.1	10.4	10.5	3.4	2.1	0.9	0.5	1.0	0.2	0.8	0.3	0.2	0.2	0.4	0.2	0.7
Portugal	39.6	66.0	80.0	48.8	58.8	82.9	77.9	74.1	88.9	89.7	80.1	90.7	88.4	70.8	78.3	79.4
E.U.A.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	11.4	6.3	4.4	22.5	19.4	7.9
Outros	59.3	23.6	9.5	32.5	39.1	9.0	10.5	16.2	3.7	6.6	2.5	2.0	4.6	5.1	1.6	8.0
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.2a.6.  
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1990 - 2004

Em percentagem do total

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1990 a 2004
Alemanha	2.4	6.3	3.7	4.9	4.0	4.1	3.1	2.1	4.6	2.0	1.5	0.6	3.9	1.0	1.0	2.7
Brasil	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3	3.5	2.6	1.0	0.8
Espanha	7.3	5.4	2.1	0.7	0.9	1.7	3.8	2.4	2.4	2.4	2.5	3.6	3.8	2.6	4.3	3.0
E.U.A.	1.9	1.4	5.6	3.5	2.3	3.3	3.6	9.4	5.6	3.4	3.6	2.3	3.3	3.4	2.8	3.7
França	3.2	2.1	3.6	4.4	13.8	4.0	5.6	9.2	5.0	2.4	4.4	3.2	2.1	3.1	2.7	4.4
Holanda	8.9	9.8	10.4	8.5	8.0	7.9	7.6	11.0	6.8	17.8	13.0	14.9	13.7	20.3	17.6	12.7
Portugal	31.1	34.2	32.2	33.6	34.5	39.8	40.9	42.8	46.9	52.7	52.4	52.1	55.3	48.4	47.6	44.8
Reino Unido	1.6	1.5	1.9	2.1	1.4	2.1	2.8	2.0	2.7	2.9	1.8	1.6	0.4	0.9	1.1	1.7
Suécia	1.8	2.6	2.2	2.3	4.2	2.3	1.7	1.1	0.7	0.1	0.0	0.6	0.1	0.1	0.1	1.1
Outros	41.8	36.7	38.4	40.0	30.9	34.8	30.9	20.0	25.2	16.3	20.8	18.8	14.0	17.4	21.7	25.0
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.2a.7.  
DÍVIDA EXTERNA, 1999 - 2004

Em milhões de CVE

	1999	2000	2001 Est.	2002 Est.	2003 Est.	2004 Proj.
Dívida de médio e longo prazo	30337	34918	40586	43455	46140	43440
Credores multilaterais	21652	26296	31074	33817	34326	33102
Credores oficiais bilaterais	6328	6429	6900	7938	8557	7517
Credores comerciais	2357	2193	2612	1700	3257	2822
Dívida de curto prazo	--	1650	1010	1454	381	337
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL</b>	<b>30337</b>	<b>36568</b>	<b>40586</b>	<b>43455</b>	<b>46140</b>	<b>43440</b>
da qual:						
Atrasados	388	3222	1711	885	0	
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--	
Dívida de m/l prazo	388	3222	1711	885	0	
Capital	322	2917	1361	731	0	
Juros	66	305	350	153	0	
Serviço da dívida de médio e longo prazo	2519.0	2477.0	4585.0	2738.9	2065.1	2402.9
Capital	2049.0	1919.0	4107.0	2019.6	1550.7	1853.5
Juros	470.0	558.0	478.0	719.3	514.4	549.4
			<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>			
Dívida externa total	223.2	213.1	198.6	184.9	186.6	163.0
Serviço da dívida de médio e longo prazo	18.5	14.4	22.4	11.7	8.4	9.0
			<i>(em % do PIB)</i>			
Dívida externa total	49.1	56.7	58.5	59.7	57.7	52.6

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.2a.8.  
**OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2000 - 2005**

Em milhões de CVE

	2000	2001	2002	2003	2004		2005			
					Est.	Orç.	Est.	g.e. <sup>1</sup>	Orç.	Trim. I
1. RECEITAS TOTAIS	16959	18025	22717	21930	26332	24228	92.0	30400	6093	20.0
1.1. Receitas orçamentais	13327	15109	16398	17529	19261	18716	97.2	23642	4947	20.9
1.1.1. Receitas correntes	12874	14817	16177	16974	18755	18466	98.5	19876	4946	24.9
Receitas não-tributárias	1685	1829	1759	1514	2805	1830	65.2	2955	423	14.3
Receitas tributárias	11189	12988	14418	15460	15949	16637	104.3	16921	4523	26.7
Impostos sobre o rendimento	3905	4788	5132	5068	5990	5395	90.1	6175	1829	29.6
Impostos sobre a despesa	7284	8199	9286	10392	9960	11242	112.9	10746	2694	25.1
1.1.2. Receitas de capital	453	292	221	554	507	249	49.2	3766	1	0.0
1.2. Donativos	3632	2916	6319	4401	6812	5335	78.3	6759	1146	17.0
1.3. Transferências de empresas públicas <sup>2</sup>	0	0	0	0	259	177	68.3	0	0	--
2. DESPESAS TOTAIS	22986	21326	25204	24652	31367	25511	81.3	34999	5798	16.6
2.1. Despesas correntes	15869	15234	16464	16919	18252	16939	92.8	18790	4783	25.5
Salários e ordenados	6412	6577	7092	9803	9543	8315	87.1	9855	2169	22.0
Bens e serviços	474	566	604	1341	1629	1002	61.5	1728	196	11.3
Subsídios e transferências	6837	5936	5894	2396	4213	3227	76.6	4254	807	19.0
dos quais: Combustíveis <sup>3</sup>	2774	1497	932	0	0	0	--	0	0	--
Bolsas de estudo	801	812	804	455	500	302	60.4	500	61	12.1
Juros da dívida	1412	1367	2147	1994	1816	2056	113.2	1589	418	26.3
Interna	494	803	1437	1478	1319	1506	114.2	1182	305	25.8
Externa	918	564	710	517	497	550	110.5	407	112	27.6
Outras despesas	734	788	726	1385	1050	664	63.3	1364	283	20.8
2.2. Despesas de investimento	7090	6092	8740	7733	13115	8572	65.4	16209	1015	6.3
2.3. Despesas extraordinárias <sup>4</sup>	27	0	0	0	0	0	--	0	0	--
2.3.1. Programa de Urgência <sup>5</sup>	27	0	0	0	0	0	--	0	0	--
3. SALDO CORRENTE: (1.1.1) - (2.1)	-2995	-418	-287	56	503	1528	--	1086	164	--
4. SALDO CORRENTE ALARGADO: (1.1) - (2.1)	-2542	-126	-66	610	1010	1777	--	4852	164	--
5. SALDO GLOBAL (SEM DONATIVOS): (1) - (2) - (1.2)	-9659	-6218	-8806	-7123	-11846	-6618	--	-11357	-851	--
6. SALDO GLOBAL (SEM DESP. EXTR.): (1) - (2) + (2.3)	-6000	-3302	-2487	-2722	-5035	-1283	--	-4599	295	--
<b>7. SALDO GLOBAL (BASE COMPROMISSOS): (1) - (2)</b>	<b>-6027</b>	<b>-3302</b>	<b>-2487</b>	<b>-2722</b>	<b>-5035</b>	<b>-1283</b>	<b>--</b>	<b>-4599</b>	<b>295</b>	<b>--</b>
8. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	3403	-2850	-5462	-765	-352	-585	--	-1100	0	--
8.1. Externos	1899	-1390	-970	-185	-352	0	--	--	--	--
8.2. Internos	1504	-1460	-4492	-580	0	-585	--	-1100	--	--
9. ALÍVIO DA DÍVIDA	0	1923	970	185	0	0	--	--	--	--
<b>10. SALDO GLOBAL (BASE CAIXA): (7) + (8) + (9)</b>	<b>-2624</b>	<b>-4229</b>	<b>-6979</b>	<b>-3303</b>	<b>-5387</b>	<b>-1868</b>	<b>--</b>	<b>-5699</b>	<b>295</b>	<b>--</b>
11. FINANCIAMENTO	2624	4229	6979	3303	2071	1868	--	5509	236	--
11.1. Interno (líq.)	3019	2538	4861	1549	-6	1232	--	221	-81	--
do qual: Sistema bancário	7697	-9	3096	772	274	208	--	-479	-298	--
Privatizações	1683	61	0	0	0	0	--	--	--	--
11.2. Externo (líq.)	-395	1691	2118	1754	2077	636	--	5288	318	--
Desembolsos	4121	5166	5196	3559	4697	2930	--	7775	743	--
Amortizações	-4516	-3475	-3077	-1805	-2620	-2294	--	-2487	-425	--
12. DIFERENCIAL DE FIN. / DISCREPÂNCIA <sup>6</sup> : (10) + (11)	0	0	0	0	-3316	0	--	-190	531	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças e do Plano de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Grau de execução face ao orçamentado (em %); <sup>2</sup> Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à actividade dessas mesmas empresas); <sup>3</sup> Indemnizações compensatórias às empresas importadoras de combustíveis; <sup>4</sup> A financiar com receitas das privatizações; <sup>5</sup> Trabalhos públicos para empregar as populações afectadas pela seca; <sup>6</sup> Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro II.2a.9.  
SÍNTESE MONETÁRIA, 2000 - 2005

Em milhões de CVE

	2000	2001	2002 est.	2003 est.	2004			2004/2003 (%)		2005		2005/2004 (%)		Jun05/2004 (%)	
					prog.	est.	e-p (%)	(A)	(B)	prog.	Jun.	(A)	(B)	(A)	(B)
POSIÇÃO EXTERNA	7139	10002	11331	10456	12599	13787	9.4	31.9	5.9	15090	18164	9.4	2.1	31.7	7.0
Activos externos (líq.)	7482	10272	11956	11266		14616	--	29.7	5.9	16234	19385	11.1	2.6	32.6	7.6
Banco de Cabo Verde	4085	6422	9082	8818		11526	--	30.7	4.8	13005	15205	12.8	2.4	31.9	5.9
Disponibilidades líq. sobre o exterior	3221	5546	8338	8173	10967	11296	3.0	38.2	5.5	12774	14946	13.1	2.4	32.3	5.8
Outros activos (líq.)	864	877	744	645		231	--	-64.2	-0.7	231	260	0.1	0.0	12.6	0.0
Bancos comerciais	3397	3850	2874	2448		3089	--	26.2	1.1	3229	4180	4.5	0.2	35.3	1.7
Responsabilidades de m/l prazo	-342	-270	-625	-810		-828	--	2.3	0.0	-1144	-1221	38.1	-0.5	47.4	-0.6
ACTIVOS INTERNOS (líq.)	34560	35823	41026	46428	48494	49061	1.2	5.7	4.6	53258	48152	8.6	6.7	-1.9	-1.4
Crédito interno total <sup>1</sup>	41184	44120	49914	54503	57360	57319	-0.1	5.2	5.0	60940	57288	6.3	5.8	-0.1	0.0
Crédito líquido ao S.P.A.	21702	21693	24789	25561	25544	25684	0.5	0.5	0.2	25845	24705	0.6	0.3	-3.8	-1.6
dq: Crédito líq. ao Governo central	11625	11676	14367	14858	15197	15066	-0.9	1.4	0.4	15227	14716	1.1	0.3	-2.3	-0.6
Crédito sobre o <i>Trust Fund</i> (TCMF) <sup>2</sup>	10600	10600	10600	11038		11038	--	0.0	0.0	11038	11038	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito à economia	19483	22421	25120	28906	31816	31591	-0.7	9.3	4.7	35051	32552	11.0	5.5	3.0	1.5
Empresas públicas	156	215	230	180		161	--	-10.5	0.0	163	372	1.2	0.0	131.2	0.3
Sector privado	19327	22205	24890	28726		31430	--	9.4	4.8	34888	32180	11.0	5.5	2.4	1.2
Crédito às IFNM		7	6	37		44	--	19.2	0.0	44	31	0.7	0.0	-29.5	0.0
Outras rubricas (líq.)	-6625	-8298	-8888	-8076	-8866	-8258	6.9	-2.3	-0.3	-7682	-9136	7.0	0.9	-10.6	-1.4
TOTAL DO ACTIVO	41699	45825	52357	56883	61093	62848	2.9	10.5	--	68347	66316	8.7	--	5.5	--
MASSA MONETÁRIA	41699	45825	52357	56883	61093	62848	2.9	10.5	10.5	68347	66316	8.7	8.7	5.5	5.5
<i>pro memoria: Base monetária</i>	13552	14581	16236	17288	18072	18467	2.2	6.8	--	19875	20118	7.6	--	8.9	--
Circulação monetária	6458	6703	6459	6516	6162	6765	9.8	3.8	--	7149	6345	5.7	--	-6.2	--
Depósitos à ordem em m/n	13672	14056	16161	16473	17807	17640	-0.9	7.1	--	19405	18636	10.0	--	5.6	--
Quase-moeda	21569	25067	29737	33894	37124	38444	3.6	13.4	--	41792	41335	8.7	--	7.5	--
TOTAL DO PASSIVO	41699	45825	52357	56883	61093	62848	2.9	10.5	--	68347	66316	8.7	--	5.5	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> No contexto da privatização da banca, o Tesouro assumiu, em Julho e Outubro de 2000, dívidas no valor de CVE 4263 milhões, determinando acréscimos no Crédito ao SPA por contrapartida de Crédito à Economia (CVE 1944 milhões) e Outras Rubricas (CVE 2319 milhões); <sup>2</sup> Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).<sup>(A)</sup> Variação face ao final do ano anterior; <sup>(B)</sup> Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contractação da liquidez).

Quadro II.2a.10.  
TAXAS DE JURO, 2000 - 2005

	Dez 00	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Mar 04	Jun 04	Set 04	Dez 04	Mar 05	Jun 05
<b>Taxas activas</b>										
Até 90 dias	11.94	13.50	12.94	12.69	12.69	12.69	12.69	12.69	12.63	12.50
De 91 a 180 dias	12.45	13.88	13.31	13.06	13.06	13.06	13.06	13.06	12.97	12.78
De 181 dias a 1 ano	12.73	14.25	13.69	13.44	13.44	13.44	13.44	13.44	13.31	13.06
De 1 a 2 anos	13.48	15.13	15.00	14.19	14.19	14.19	14.19	14.19	14.19	13.94
De 2 a 5 anos	13.10	15.00	14.38	13.56	13.56	13.56	13.56	13.56	13.56	13.34
De 5 a 10 anos	13.21	15.13	14.00	13.63	13.63	13.63	13.63	13.63	13.63	13.38
Superior a 10 anos	13.04	15.13	14.13	13.63	13.63	13.63	13.63	13.63	13.50	13.25
Crédito universitário			13.00	12.83	12.83	12.83	12.83	12.83	12.83	12.83
Crédito a emigrantes (poupança-habitação)			13.00	12.50	12.50	12.50	12.50	12.50	11.50	11.50
<b>Taxas passivas</b>										
Depósitos c/caderneta	1.50	1.50	1.13	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75	0.75
<b>Depósitos a prazo</b>										
De 30 a 60 dias	4.15	4.42	4.67	4.00	4.00	4.00	4.00	4.00	3.75	3.75
De 61 a 90 dias	4.32	4.92	4.81	3.46	3.46	3.46	3.46	3.46	3.29	3.21
De 91 a 180 dias	5.63	6.50	5.94	4.44	4.44	4.44	4.44	4.44	4.31	4.25
De 181 dias a 1 ano	6.82	8.00	7.19	5.69	5.69	5.69	5.69	5.69	5.56	5.31
Superior a 1 ano	7.91	8.25	7.19	5.88	5.88	5.88	5.88	5.88	5.75	5.50
Poupança-habitação	8.65	8.25	8.00	7.33	7.33	7.33	7.33	7.33	7.17	6.67
<b>Depósitos de emigrantes</b>										
À ordem	1.75	2.00	2.00							
C/ pré-aviso (30 a 60 dias)	4.00		4.00							
De 30 a 60 dias	5.00		6.50	4.83	4.83	4.83	4.83	4.83	4.33	4.33
De 61 a 90 dias	4.00	6.50	6.17	4.75	4.75	4.75	4.75	4.75	4.00	4.00
De 91 a 180 dias	5.00	8.17	7.25	5.50	5.50	5.50	5.50	5.50	5.00	5.00
De 181 dias a 1 ano	8.28	9.50	8.25	6.75	6.63	6.63	6.63	6.63	5.94	5.56
Superior a 1 ano	9.56	9.88	9.25	8.00	7.83	7.83	7.83	7.83	7.33	6.67
<b>Poupança-habitação</b>										
De 30 a 180 dias	8.65	7.50	7.00	6.00	6.00	6.00	6.00	6.00	6.00	5.00
De 181 dias a 1 ano	8.38	8.50	7.75	6.63	6.50	6.50	6.50	6.50	6.38	6.25
Superior a 1 ano	8.55	8.75	8.00	6.63	6.50	6.50	6.50	6.50	6.38	6.25
<b>Taxas de referência</b>										
<b>Instrumentos do BCV</b>										
Redesconto	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50
Cedência de liquidez		11.50	10.00	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	7.50	7.50
Absorção de liquidez		4.50	4.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
<b>Bilhetes do Tesouro</b>										
91 dias	8.689	10.883	6.378	7.598	7.046	6.006	5.670	5.600	5.137	
182 dias	9.152	10.924	6.483	7.000	7.109		5.623		5.055	
364 dias	9.284	11.419	6.557	8.347		6.000	5.791	5.528		4.536
<i>Para memória:</i>										
Inflação (t.v. homóloga no mês)	-1.03	4.14	2.97	-2.27	-2.83	-2.52	-1.52	-0.30	-0.85	-0.14

Fonte: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.2a.11.  
TAXAS DE CÂMBIO, 1988 - 2005

Taxas médias						
		CVE/USD	CVE/PTE	CVE/EUR	ITCE <sup>1</sup>	
					(base 100: 1992)	
				Nominal	Real	
1988		72.07	0.501	--	102.02	--
1989		77.98	0.496	--	102.51	--
1990		70.03	0.491	--	101.98	--
1991		71.41	0.494	--	101.75	--
1992		68.02	0.504	--	100.00	100.00
1993		80.43	0.501	--	97.66	97.91
1994		81.90	0.494	--	97.85	97.09
1995		76.85	0.512	--	93.78	97.39
1996		82.59	0.535	--	89.83	96.14
1997		93.19	0.532	--	90.95	103.52
1998		97.99	0.544	--	88.71	104.17
1999		102.70	--	110.27	87.67	104.93
2000		115.88	--	110.27	87.67	98.40
2001		123.21	--	110.27	87.67	97.64
2002		117.26	--	110.27	87.67	96.32
2003		97.80	--	110.27	87.67	94.70
2004		88.74	--	110.27	87.67	94.56
2003						
	Janeiro	104.01	--	110.27	87.67	96.31
	Fevereiro	102.34	--	110.27	87.67	96.83
	Março	102.39	--	110.27	87.67	96.16
	Abril	101.77	--	110.27	87.67	95.10
	Maio	95.55	--	110.27	87.67	94.55
	Junho	94.40	--	110.27	87.67	94.80
	Julho	96.93	--	110.27	87.67	95.23
	Agosto	98.90	--	110.27	87.67	94.93
	Setembro	98.59	--	110.27	87.67	94.55
	Outubro	94.31	--	110.27	87.67	92.96
	Novembro	94.37	--	110.27	87.67	92.33
	Dezembro	89.99	--	110.27	87.67	92.71
2004						
	Janeiro	87.40	--	110.27	87.67	91.96
	Fevereiro	87.18	--	110.27	87.67	91.60
	Março	89.50	--	110.27	87.67	91.61
	Abril	91.84	--	110.27	87.67	90.57
	Maio	91.92	--	110.27	87.67	90.65
	Junho	90.83	--	110.27	87.67	90.14
	Julho	89.91	--	110.27	87.67	90.73
	Agosto	90.23	--	110.27	87.67	91.48
	Setembro	90.35	--	110.27	87.67	91.30
	Outubro	88.44	--	110.27	87.67	90.52
	Novembro	84.98	--	110.27	87.67	90.03
	Dezembro	82.36	--	110.27	87.67	90.30
2005						
	Janeiro	83.85	--	110.27	87.67	89.76
	Fevereiro	84.87	--	110.27	87.67	89.23
	Março	83.52	--	110.27	87.67	88.88
	Abril	85.21	--	110.27	87.67	88.42
	Maio	86.69	--	110.27	87.67	87.86
	Junho	90.49	--	110.27	87.67	88.58

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Índice da taxa de câmbio efectiva, baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 1995/99 (valorização: +; desvalorização: -).

## Guiné-Bissau

*Área:* 36 125 Km<sup>2</sup>

*Capital:* Bissau

*População:* 1 100 000 hab.

*Moeda:* Franco CFA



### II.3.1. Síntese

A instabilidade política e social tem vindo a marcar a Guiné-Bissau desde 1998. Após as eleições de Março de 2004, as condições políticas mantiveram-se frágeis, com as tensões pós-eleitorais a resultarem num motim militar em Outubro desse ano. A situação estabilizou ligeiramente, dando possibilidade ao governo de transição de implementar um programa plurianual, com os objectivos de promoção da estabilidade política, de reconstrução regulamentar da administração pública, de procurar solucionar os graves problemas financeiros e de reanimação da actividade económica. O programa apresentado, baseado no plano de acção traçado na estratégia de redução de pobreza entretanto delineada, e o enquadramento de relativa estabilidade permitiram o estabelecimento de um *Staff Monitored Program* com o FMI para o período de Abril a Dezembro de 2005, o qual, a ser cumprido, poderá dar origem a um novo acordo ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility*, com acesso a recursos do Fundo.

Como reflexo de uma quase inexistente indústria, da descapitalização de muitas outras empresas e da deterioração de grande parte das infra-estruturas, o nível de actividade económica mantém-se muito baixo. Em 2004, o produto interno terá crescido 2.2% em termos reais, reflectindo sobretudo a regularização do pagamento dos salários públicos (com o apoio da UEMOA) e algum incremento no sector “comércio, restaurantes e hotéis”.

Ao estar integrada na UEMOA, a inflação na Guiné-Bissau reflecte principalmente as condições da união, as quais, conjuntamente com a inexistência de pressões por parte da procura interna, determinaram a manutenção do crescimento dos preços a níveis baixos ao longo de 2004 (2.9% em termos homólogos e 0.9% em termos médios), tendência que se deverá manter em 2005.

Quadro II.3.1.

#### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	2002	2003	2004	2005
	Est.	Est.	Est.	Proj.
PIB real ( <i>t.v. anual</i> )	-7.2	0.6	2.2	2.3
Inflação ( <i>t.v. média</i> )	3.3	-3.5	0.9	2.0
Massa monetária ( <i>t.v.</i> )	23.9	12.5	18.7	4.2
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i> )	-10.7	-2.3	2.2	-10.3
Saldo orçamental (% <i>PIB</i> )	-11.5	-14.4	-8.2	-14.1
Dívida externa (% <i>PIB</i> )	378.9	396.0	378.8	---

Fontes: FMI e Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

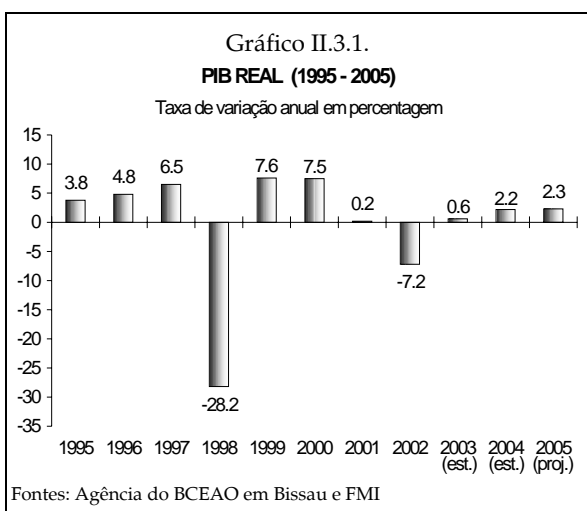
Ao nível das contas externas, a Guiné-Bissau deverá ter registado em 2004 uma melhoria significativa do saldo da balança corrente (em 4.5 p.p., em relação ao peso no PIB, para 2.2%). Para este comportamento terá contribuído o crescimento das transferências oficiais (principalmente de ajuda à balança de pagamentos), tendo as balanças comercial e de serviços e rendimentos registado agravamentos. Espera-se uma forte deterioração do saldo corrente em 2005, como reflexo de evoluções negativas em todas as suas componentes.

A execução orçamental em 2004 foi condicionada pelas dificuldades na arrecadação de receitas tributárias e pelo aumento dos encargos com o pessoal. As autoridades tiveram de conter as restantes despesas correntes e de capital, tendo contado ainda com o crescimento dos donativos (boa parte dos quais canalizados para o pagamento dos salários da função pública). No final do ano, o défice orçamental terá acabado por registar um decréscimo de 6.2 p.p., atingindo 8.2% do PIB.

A situação monetária em 2004 caracterizou-se pela aceleração do ritmo de crescimento da massa monetária, impulsionada pelo aumento das disponibilidades sobre o exterior do banco central. Os restantes factores tiveram impacto negativo, destacando-se a diminuição registada no crédito interno total (principalmente no crédito líquido ao sector público). O nível de intermediação mantém-se baixo, com a circulação monetária a representar 91% do total dos meios de pagamento.

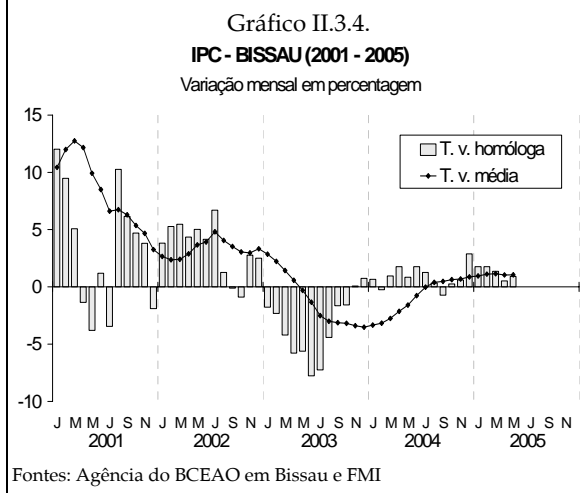
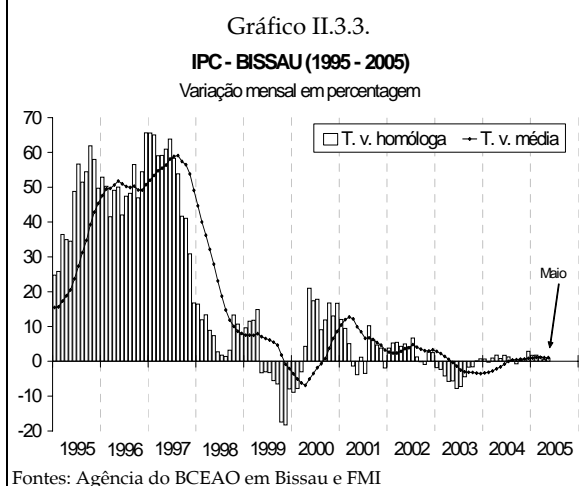
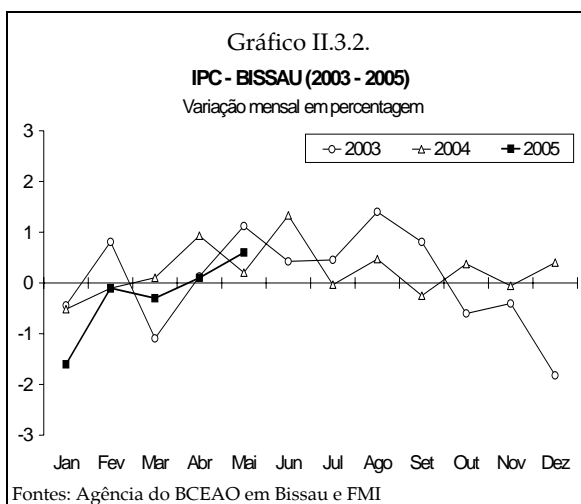
### II.3.2. Procura, Produção e Preços

As estimativas existentes para o produto interno bruto da Guiné-Bissau apontam para um crescimento económico em 2004 na ordem dos 2.2%, em termos reais, o que constitui alguma aceleração face ao ano anterior. De acordo com os dados das autoridades nacionais, esse registo de aumento da produção reflecte algum incremento real da actividade do sector terciário, em particular do “comércio, restaurantes e hotéis” e da “administração pública” (com o pagamento dos salários dos funcionários públicos, conseguido com apoio financeiro de estados da UEMOA e de doadores), os quais, conjuntamente contribuíram em 2 p.p. para o crescimento do produto interno.



Na actualidade, a estrutura económica da Guiné-Bissau caracteriza-se pela quase inexistência de indústria e pela descapitalização de muitas outras empresas (ainda como resultado do conflito), para além da deterioração de grande parte das infra-estruturas, com destaque para a quase suspensão da produção centralizada de electricidade. Para 2005, e apesar da praga de gafanhotos que assolou parte do país não ter provocado grandes prejuízos, projecta-se um aumento ligeiro do PIB real (para 2.3%) alicerçado na expansão real do sector primário.

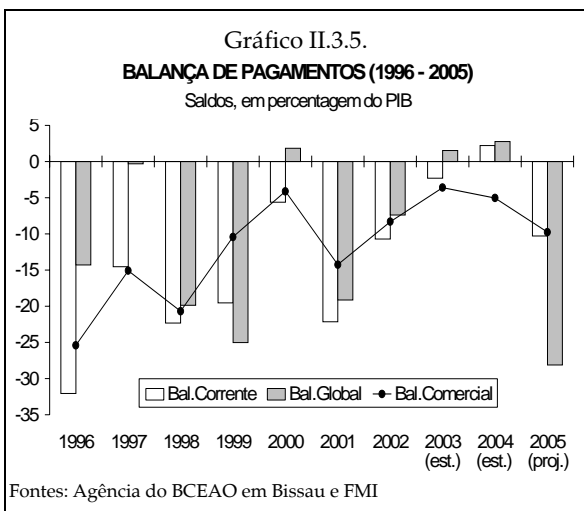
O facto de estar integrada na UEMOA, união económica e monetária, dotada de políticas monetária e cambial únicas, e a fraca pressão da procura interna acabaram por determinar a manutenção da taxa de inflação a níveis baixos.



Deste modo, o ano de 2004 registou um crescimento homólogo dos preços de 2.9% (em Dezembro), traduzido numa inflação média de 0.9% (valor que repercute ainda os efeitos dos valores homólogos negativos de 2003). De acordo com as políticas monetária e cambial definidas para o corrente ano pela UEMOA, projecta-se uma inflação média em redor dos 2.0% em 2005.

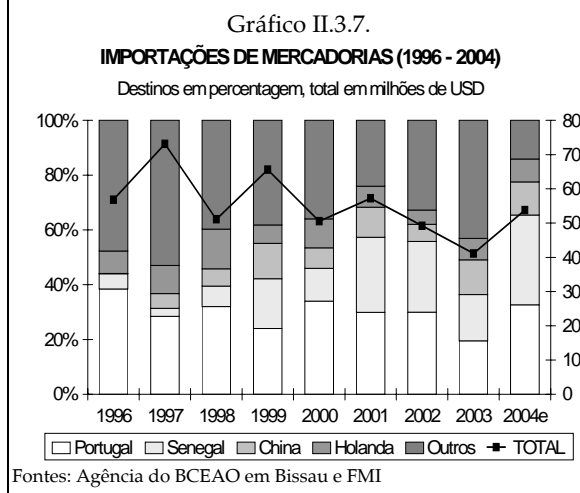
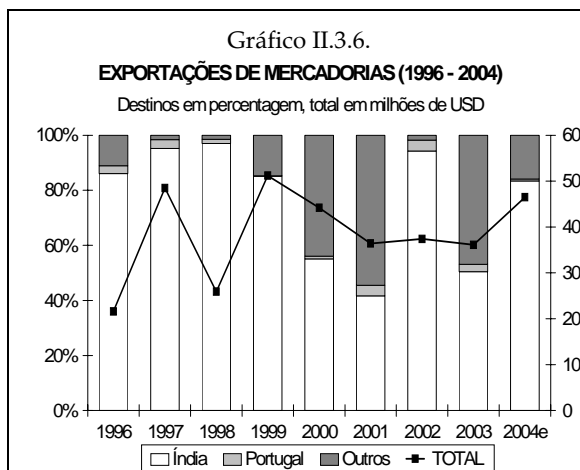
### II.3.3. Contas Externas

Os valores estimados para as contas externas da Guiné-Bissau apontam para que 2004 tenha sido caracterizado por uma melhoria importante da balança corrente, atingindo 2.2% do PIB (face aos -2.3% do ano anterior). Esta evolução, bastante melhor que a projectada, deveu-se ao forte crescimento evidenciado pelas transferências oficiais (+5.8 p.p. em relação ao peso no produto), das quais se destacam a ajuda à balança de pagamentos.



As restantes componentes da balança corrente registaram evoluções negativas face a 2003, com o défice comercial a denotar um agravamento de 1.4 p.p. em relação ao peso no PIB, fruto da forte dinâmica das importações (+7.5 p.p.) e apesar do bom comportamento das exportações (+6.0 p.p., conseguidos sobretudo através da subida significativa dos volumes relativos a castanha de caju, os quais cresceram cerca de 21% em relação ao ano anterior).

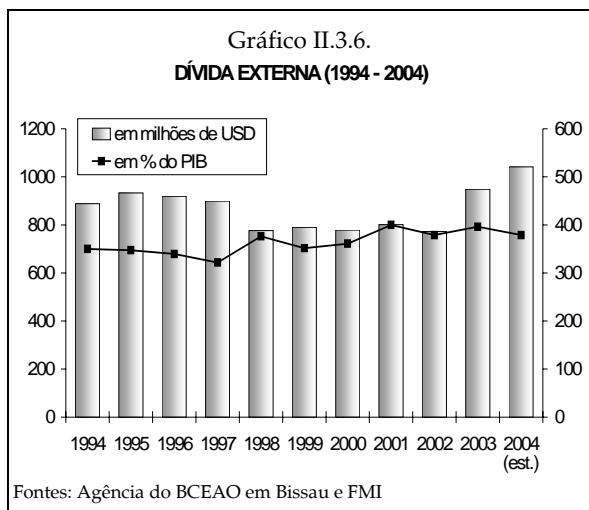
A balança de serviços e rendimentos apresentou igualmente alguma deterioração (em 0.4 p.p.), a qual deverá ter estado associada ao aumento dos pagamentos de serviços relativos a fretes (relacionados com a expansão das importações de mercadorias).



A balança de capital e operações financeiras apresenta em 2004 uma redução do seu saldo positivo (em 3.3 p.p.), relacionada sobretudo com aumento registado nas saídas de capitais (nomeadamente de curto prazo), uma vez que as entradas relativas a desembolsos de empréstimos externos e as transferências de capital (incluindo o IDE) denotaram crescimentos importantes (de 4.7 p.p. e 5.0 p.p., respectivamente).

A melhoria evidenciada pela balança corrente foi suficiente para colmatar a desdida da balança de capital e operações fina-

nceiras, pelo que o saldo global viu reforçado o seu saldo positivo, representando 2.8% do PIB no final de 2004. Esse aumento do saldo global acabou por contribuir para a acumulação de reservas oficiais, a qual beneficiou ainda do novo crescimento dos atrasados de dívida externa.



Para 2005, antecipa-se uma forte deterioração do saldo corrente (para -10.3% do PIB), conjugando evoluções negativas em todas as suas componentes, com destaque para a prevista redução das transferências correntes. O saldo global deverá também agravar-se, repercutindo a prevista diminuição dos desembolsos e das transferências de capital.

#### II.3.4. Finanças Públicas

As contas públicas na Guiné-Bissau apresentam graves desequilíbrios, constituindo um dos principais obstáculos à estabilização da economia. As principais dificuldades centram-se na arrecadação de receitas, em face da quase estagnação económica e da falta de capacidade técnica da máquina fiscal.

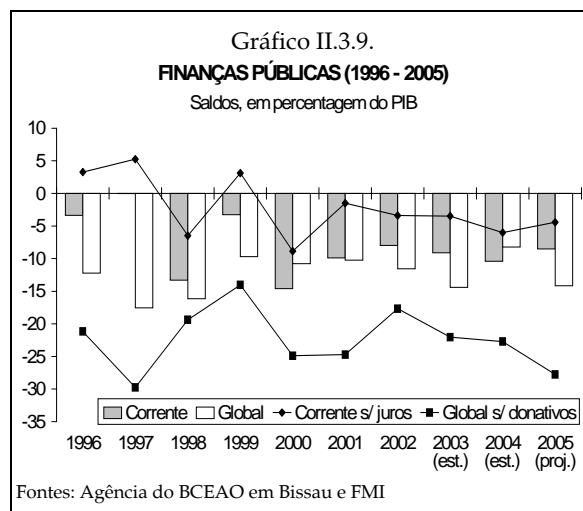
Também do lado das despesas a situação apresenta alguns constrangimentos, com o crescimento dos encargos com o pessoal (41% do total das despesas no fim de 2004), na sequência da harmonização dos escalões salariais entre as várias áreas da administração pública, em Julho de 2004.

Quadro II.3.2.  
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

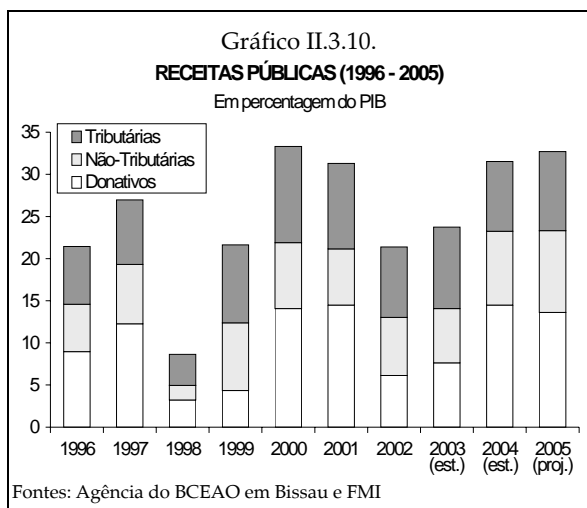
Em percentagem do PIB	2002	2003	2004	2005
		Est.	Est.	Proj.
Receitas totais	21.4	23.7	31.5	32.7
Receitas correntes	15.3	16.1	17.0	19.1
Donativos	6.1	7.6	14.5	13.6
Despesas totais	32.9	38.1	39.8	46.8
Despesas correntes	23.2	25.2	27.5	27.6
Juros da dívida prog.	4.6	5.6	4.4	4.1
Desp. de capital	8.7	11.3	10.7	19.2
Empréstimos Líquidos	0.9	1.7	1.6	0.0
Saldo corrente	-8.0	-9.1	-10.4	-8.5
Saldo global	-11.5	-14.4	-8.3	-14.1

Fontes: FMI e Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

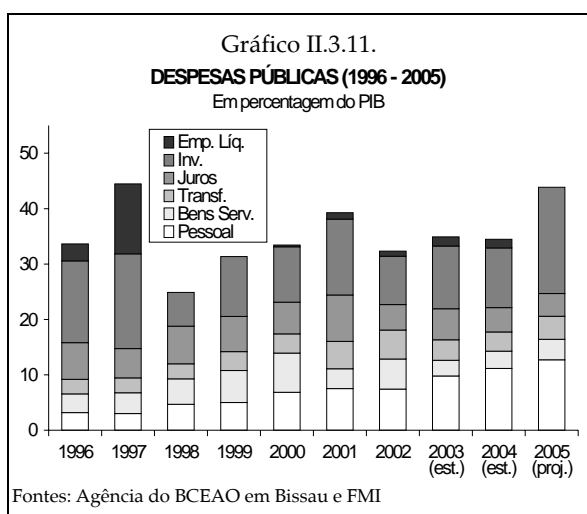
Este aumento conduziu a nova contenção nas restantes despesas, o que, apesar da ajuda orçamental de emergência obtida ainda em 2004 (equivalente a 8% do PIB e proveniente sobretudo dos países membros da UEMOA), levou a nova acumulação de atrasados (tanto internos como externos).



A conjugação de todos estes efeitos acabou por determinar uma diminuição do défice orçamental em 6.2 p.p., para 8.2% do PIB no final de 2004, a qual reflecte principalmente o incremento registado nos donativos (em 6.8 p.p.), para além da contenção levada a cabo nas despesas não relacionadas com o pessoal (as quais, no seu conjunto, se limitaram a um incremento de 0.3 p.p. em relação ao seu peso no PIB).



As poucas opções disponíveis limitaram bastante o desenvolvimento da política orçamental para 2005, sendo necessário impulsionar a receita e reduzir a despesa com o objectivo de não incorrer em novos atrasados.

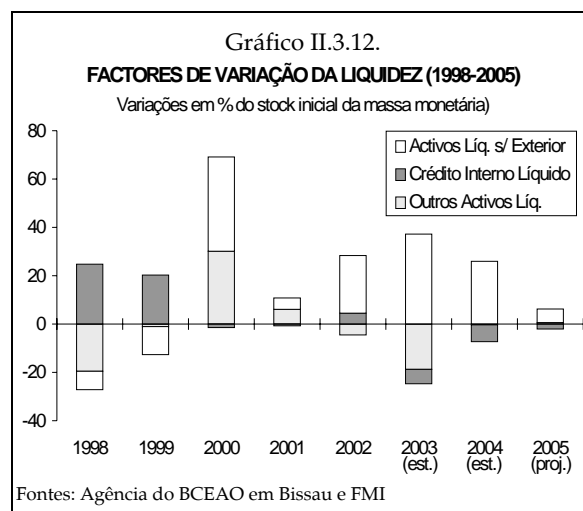


No entanto, as pressões sobre a despesa, oriundas ainda do efeito da harmonização salarial e do início da contribuição da Guiné-Bissau para as instituições financeiras da UEMOA, deverão conduzir o défice público a 14.1% do PIB, apesar do esperado aumento das receitas (em especial das alfândegas).

### II.3.5. Situação Monetária e Cambial

O ano de 2004 foi caracterizado pelo aumento do ritmo de crescimento da massa monetária (18.7%, face a 13.6% no ano ante-

rior), impulsionado pelo aumento dos activos sobre o exterior do banco central<sup>1</sup> (impacto expansionista sobre a massa monetária de 37.6%).



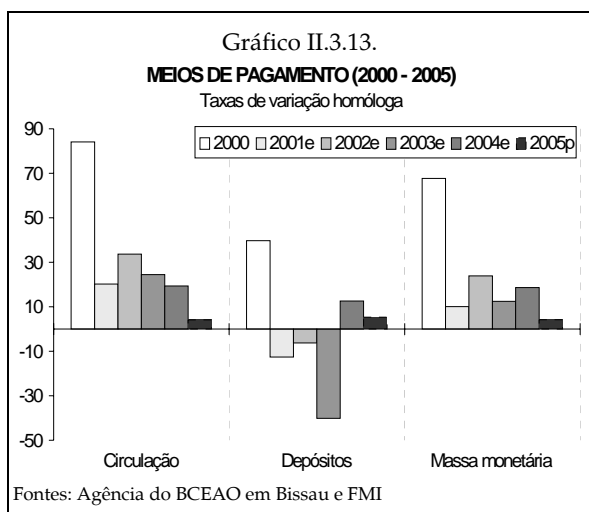
Este acabou por ser o único factor com contributo positivo para a expansão da liquidez, tendo os restantes apresentado evoluções com impactos negativos: os activos líquidos sobre o exterior dos bancos comerciais reduziram-se ligeiramente (efeito de -0.1% sobre a massa monetária), os outros activos líquidos viram aumentado o seu valor negativo (impacto de -0.3%) e o crédito interno total apresentou uma redução (responsável por -6.9%).

Em relação a este último, a evolução registada ficou principalmente a dever-se à diminuição do crédito líquido ao SPA (com um efeito de -6.5%, conjugando a redução do crédito concedido com o aumento dos depósitos), com o crédito à economia a evidenciar um pequeno decréscimo (com um impacto de -0.4%).

O grau de instabilidade político-económica vivida no território continuou a reflectir-se no nível de intermediação financeira, com a circulação a representar cerca de 91% do total, tendo sido a componente com maior responsabilidade para o cresci-

<sup>1</sup> Este aumento está relacionado com o crescimento da posição credora da Agência Nacional para a Guiné-Bissau junto do BCEAO relativa à centralização das reservas de moeda externa.

mento evidenciado pelos meios de pagamento.

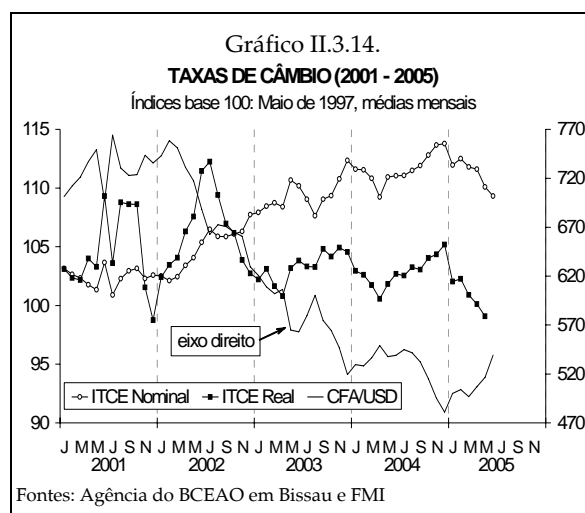


A programação monetária para 2005 caracteriza-se pela redução do ritmo de crescimento da massa monetária, contendo-o a 4.2%, mantendo no entanto as mesmas tendências do ano anterior (expansão dos activos líquidos sobre o exterior, decréscimo do crédito interno líquido e novo incremento do peso da circulação).

Os valores disponíveis para os primeiros quatro meses de 2005 apresentam uma evolução diferente da prevista, com o incremento da massa monetária (de 1.4%) a re-

flectir o crescimento do crédito interno total (em especial, o crédito à economia) e os activos líquidos sobre o exterior a manterem os níveis de final do ano anterior.

As taxas de câmbio efectivas apresentaram ao longo de 2004 uma tendência de subida (apreciação), mais pronunciada no último trimestre do ano, como reflexo da vincada apreciação nominal do CFA (ou mais precisamente do EUR) face ao USD a partir de Agosto, situação que se inverteu no início de 2005.



Quadro II.3a.1.  
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2000 - 2005

	Unidades	2000	2001 Est.	2002 Est.	2003 Est.	2004		2005	
						Proj.	Est.	Proj.	Est.
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>									
PIB nominal	milhões de EUR	233.9	222.4	216.3	211.4	220.8	221.1	234.1	
PIB real	t. var. anual	7.5	0.2	-7.2	0.6	2.6	2.2	2.3	
Inflação (I.P.Consumidor)	t. var. homóloga	16.7	-1.9	2.5	0.7	3.0	2.9	2.0	0.9 <i>Mai.</i>
	t. var. média anual	8.6	3.3	3.3	-3.5	2.3	0.9	2.0	1.1 <i>Mai.</i>
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>									
Receitas totais	% PIB	33.4	31.3	21.4	23.7	33.4	31.5	32.7	
Despesas totais	% PIB	44.1	41.5	32.9	38.1	43.9	39.8	46.8	
Défice global	% PIB	-10.8	-10.2	-11.5	-14.4	-10.4	-8.2	-14.1	
Défice global sem donativos	% PIB	-24.9	-24.7	-17.7	-22.1	-27.3	-22.7	-27.8	
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	75.5	-2.7	22.1	-19.7	16.9	-42.3	-28.9	5.5 <i>Abr.</i> <sup>4</sup>
Crédito à economia	t. var. anual	-62.2	-1.2	-5.3	-35.7	37.5	-16.3	6.2	192.0 <i>Abr.</i> <sup>4</sup>
Massa monetária (M <sub>2</sub> )	t. var. anual	67.7	10.1	23.9	12.5	4.7	18.7	4.2	1.4 <i>Abr.</i> <sup>4</sup>
<b>TAXAS DE JURO</b>									
Passiva, a 1 ano	t. anual	3.5	3.5	3.0	3.0	---	3.0	---	
Activa, a 1 ano	t. anual	16.0	16.0	15.0	16.0	---	16.0	---	
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>									
Exportações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	21.4	-19.5	7.2	16.0	8.0	41.7	1.2	
Importações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	66.2	10.6	-10.2	0.4	10.9	44.0	1.3	
Balança corrente	% PIB	-5.6	-22.1	-10.7	-2.3	-0.5	2.2	-10.3	
Balança corrente s/ transf. Oficiais <sup>1</sup>	% PIB	-17.2	-31.0	-12.8	-5.6	-6.9	-6.1	-11.7	
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>									
Stock total	milhões de EUR	842.6	894.5	817.6	838.5	---	837.3	---	
	% PIB	361.1	399.9	378.9	396.0	---	378.8	---	
	% exportações <sup>3</sup>	916.2	1 137.5	1 105.1	1 077.6	---	977.7	---	
Serviço da dívida	% exportações <sup>3</sup>	25.1	41.2	35.3	25.8	---	20.4	---	
<b>TAXAS DE CÂMBIO</b>									
Nominal XOF / USD (mercado oficial)	t. média	711.6	728.2	695.9	579.3	---	527.5	---	539.2 <i>Jun.</i>
ITCE Nominal (base 100: Maio de 1997) <sup>2</sup>	t. variação	-3.1	1.2	1.9	4.5	---	2.0	---	-3.9 <i>Jun.</i> <sup>4</sup>
ITCE Real (base 100: Maio de 1997) <sup>2</sup>	t. variação	1.4	-0.2	2.1	-3.4	---	-0.5	---	-5.8 <i>Mai.</i> <sup>4</sup>

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> Não inclui as receitas das pescas; <sup>2</sup> ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; <sup>3</sup> De bens e serviços; <sup>4</sup> Variação face a Dezembro anterior.

Quadro II.3a.2.  
**PRODUTO INTERNO BRUTO, 2000 - 2005**

Preços correntes, em mil milhões de francos CFA						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
				Est.	Est.	Proj.
Sector primário	88.0	80.4	80.0	78.8	81.0	85.2
Agropecuária, silvicultura e pesca	88.0	80.4	80.0	78.8	81.0	85.2
Sector secundário	18.4	18.3	18.4	17.4	17.8	18.8
Indústria *	15.0	14.8	14.8	14.0	14.2	15.0
Construção	3.4	3.4	3.5	3.4	3.6	3.8
Sector terciário	43.3	44.8	41.3	40.0	43.7	46.9
Comércio, restaurantes e hotéis	23.3	24.3	23.6	22.9	24.8	26.6
Transportes e comunicações	5.5	5.8	5.7	5.7	6.1	6.6
Administração pública	13.8	14.2	11.5	10.9	12.2	13.0
Banca, seguros e outros serviços	0.6	0.5	0.5	0.5	0.6	0.6
<b>Produto Interno Bruto</b> ( <i>custo de factores</i> )	<b>149.7</b>	<b>143.5</b>	<b>139.7</b>	<b>136.3</b>	<b>142.5</b>	<b>150.9</b>
Impostos indirectos	3.7	2.4	2.2	2.4	2.5	2.7
<b>Produto Interno Bruto</b> ( <i>preços de mercado</i> )	<b>153.4</b>	<b>145.9</b>	<b>141.9</b>	<b>138.7</b>	<b>145.0</b>	<b>153.6</b>
Consumo	136.7	139.3	144.4	134.1	152.9	163.5
Público	51.9	41.1	19.4	22.5	24.8	---
Privado	84.9	98.2	125.0	111.6	128.1	---
Investimento	23.2	23.2	20.9	24.8	30.0	26.1
Público	15.3	20.0	12.4	16.5	21.3	16.0
Privado	7.9	3.2	8.5	8.3	8.7	10.1
Procura interna	160.0	162.5	165.3	158.8	182.9	189.6
Exportações	62.1	51.8	44.0	45.7	51.2	51.8
Procura global	222.1	214.3	209.3	204.5	234.2	241.3
Importações	68.7	68.4	67.4	65.8	89.1	87.8
<i>Pro memoria:</i>						
Poupança interna bruta	16.7	6.6	-2.5	4.6	-7.9	-9.9
PIBpm nominal (milhões de USD)	215.6	200.4	203.9	239.4	274.9	302.3
Deflador do PIBpm (var. anual em %)	3.2	-5.1	4.8	-2.8	2.3	3.5
PIBpm nominal (variação anual em %)	11.0	-4.9	-2.7	-2.3	4.5	5.9
PIBpm real (variação anual em %)	7.5	0.2	-7.2	0.6	2.2	2.3

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

\* Inclui electricidade e água.

Quadro II.3a.3.  
**ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1997 - 2005**

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1997	Dezembro	-8.6	16.8	16.8	49.1
1998	Dezembro	-11.0	7.9	7.9	8.0
1999	Dezembro	0.3	-7.9	-7.9	-2.1
2000	Dezembro	3.5	16.7	16.7	8.6
2001	Dezembro	-2.2	-1.9	-1.9	3.3
2002	Dezembro	-2.5	2.5	2.5	3.3
2003	Dezembro	-1.8	0.7	0.7	-3.5
2004	Dezembro	0.4	2.9	2.9	0.9
2003 <sup>1</sup>	Janeiro	-0.4	-0.4	-1.8	2.9
	Fevereiro	0.8	0.4	-2.3	2.2
	Março	-1.1	-0.7	-4.2	1.4
	Abril	0.1	-0.6	-5.8	0.6
	Maio	1.1	0.5	-5.6	-0.3
	Junho	0.4	0.9	-7.8	-1.3
	Julho	0.5	1.4	-7.2	-2.5
	Agosto	1.4	2.8	-4.4	-3.0
	Setembro	0.8	3.6	-1.7	-3.1
	Outubro	-0.6	3.0	-1.6	-3.2
	Novembro	-0.4	2.6	0.1	-3.4
	Dezembro	-1.8	0.7	0.7	-3.5
2004	Janeiro	-0.5	-0.5	0.7	-3.3
	Fevereiro	-0.1	-0.6	-0.2	-3.2
	Março	0.1	-0.5	1.0	-2.8
	Abril	0.9	0.4	1.8	-2.1
	Maio	0.2	0.6	0.8	-1.6
	Junho	1.3	2.0	1.8	-0.8
	Julho	0.0	1.9	1.3	0.0
	Agosto	0.5	2.4	0.3	0.4
	Setembro	-0.2	2.1	-0.7	0.5
	Outubro	0.4	2.5	0.3	0.6
	Novembro	-0.1	2.5	0.6	0.7
	Dezembro	0.4	2.9	2.9	0.9
2005	Janeiro	-1.6	1.2	1.8	0.9
	Fevereiro	-0.1	1.1	1.8	1.1
	Março	-0.3	0.8	1.4	1.1
	Abril	0.1	0.9	0.5	1.0
	Maio	0.6	1.5	0.9	1.1

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

<sup>1</sup> A partir de Janeiro de 2003, a Guiné-Bissau, no âmbito da UEMOA, passou apenas a divulgar o Índice Harmonizado de Preços.

Quadro II.3a.4.  
BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2000 - 2005

Em mil milhões de Francos CFA

	2000	2001	2002	2003	2004		2005
	Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.
<b>Balança Corrente</b>	<b>-8.6</b>	<b>-32.3</b>	<b>-15.2</b>	<b>-3.2</b>	<b>-0.7</b>	<b>3.2</b>	<b>-15.8</b>
<i>Excluindo transferências oficiais<sup>1</sup></i>	-26.4	-45.2	-18.1	-7.8	-10.0	-8.8	-17.9
Balança comercial	-6.3	-20.8	-11.8	-5.0	-6.0	-7.3	-15.0
Exportações (f.o.b.)	44.2	36.4	37.4	36.1	35.4	46.5	51.9
das quais: Castanha de cajú	42.7	34.3	33.1	32.4	31.7	41.7	46.4
Importações (f.o.b.)	-50.5	-57.2	-49.2	-41.1	-41.4	-53.8	-67.0
Balança de serviços e rendimentos	-32.8	-40.7	-24.7	-20.5	-21.5	-22.0	-25.1
dos quais: Juros programados	-8.8	-11.7	-6.1	-6.0	-4.4	-4.5	-4.5
Transferências Correntes	30.5	29.2	21.3	22.3	26.8	32.5	24.3
Públicas	25.4	20.4	11.4	12.1	17.1	21.0	11.9
das quais: Ajuda à balança de pagamentos	8.6	1.0	0.0	1.1	6.0	12.0	2.1
das quais: Receitas das pescas	7.6	7.5	8.5	7.5	7.8	9.0	9.8
Privadas	5.1	8.8	9.9	10.2	9.8	11.5	12.4
<b>Balança de Capitais e Financeira</b>	<b>11.4</b>	<b>4.4</b>	<b>4.7</b>	<b>5.3</b>	<b>-24.8</b>	<b>0.8</b>	<b>-27.4</b>
Endividamento	-5.3	-14.0	-15.2	-8.7	-4.2	-3.1	-25.2
Desembolsos	7.3	3.4	3.4	8.0	13.2	15.2	4.7
Apoio à balança de pagamentos	5.3	0.0	0.0	2.3	7.2	7.6	0.0
Projectos	1.9	3.4	3.4	5.7	6.0	7.6	4.7
Amortizações programadas	-12.5	-17.4	-18.6	-16.7	-17.4	-18.3	-29.9
Transf. de capital e invest. directo estrangeiro (líq.)	11.7	12.5	30.3	6.7	-21.8	14.2	-2.1
Capitais de curto prazo, erros e omissões	5.1	5.9	-10.5	7.2	1.2	-10.3	0.0
<b>Balança Global</b>	<b>2.8</b>	<b>-27.9</b>	<b>-10.5</b>	<b>2.1</b>	<b>-25.5</b>	<b>4.0</b>	<b>-43.2</b>
Financiamento	-2.8	27.9	10.5	-2.1	18.4	-4.0	0.4
Variação das reservas oficiais <sup>2</sup>	-14.9	-3.7	-14.0	-23.6	-4.2	-25.5	-6.2
Variação de atrasados (redução: -)	-122.5	5.6	17.2	16.8	17.4	17.1	0.0
Alívio da dívida	134.6	26.0	7.2	4.7	5.2	4.5	6.6
Diferencial de Financiamento <sup>3</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	-7.1	0.0	-42.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> Não inclui as receitas das pescas; <sup>2</sup> Inclui a contrapartida de flutuações cambiais; <sup>3</sup> Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

**Quadro II.3a.5.**  
**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1990 - 2004**

Em percentagem do total

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 Est	1990 a 2004
Cabo Verde	1.9	0.2	2.1	0.7	0.2	0.2	7.1	0.1	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.2	0.6
Espanha	5.9	0.8	9.3	0.4	0.0	1.1	2.7	0.2	0.0	1.7	0.0	0.1	1.5	0.1	0.0	0.9
França	3.0	1.3	0.0	4.3	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.7	0.0	2.2	0.0	0.6
Gâmbia	0.0	4.7	0.4	0.0	0.0	0.9	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.4	0.0	0.3
Holanda	1.9	0.3	0.0	0.4	0.1	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.3
Índia	51.3	66.5	46.5	81.3	93.2	69.5	86.0	95.2	97.0	85.2	55.1	41.7	94.3	50.4	83.4	75.4
Nigéria	0.0	1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.4	0.0	0.0	0.0	2.2	0.4
Portugal	20.4	15.1	38.1	12.8	2.8	27.3	2.9	3.2	1.5	0.1	1.0	3.8	3.9	2.7	0.7	5.6
Senegal	0.2	3.5	2.7	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.8	0.1	0.2	2.5	0.0	5.3	0.0	1.0
Singapura	---	---	---	---	---	---	---	---	---	10.5	30.8	43.8	0.0	34.9	0.0	10.2
Outros	15.5	6.0	0.9	0.0	3.6	0.6	1.3	0.3	0.5	2.3	9.5	6.5	0.3	3.7	13.3	4.6
Exportações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

**Quadro II.3a.6.**  
**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1990 - 2004**

Em percentagem do total

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 Est	1990 a 2004
Alemanha	3.2	11.7	7.1	3.1	0.9	0.4	0.0	0.5	0.2	3.0	3.1	2.4	2.4	1.2	1.0	2.9
China	0.5	5.3	1.2	21.1	12.0	7.0	0.1	5.4	6.3	12.9	7.4	10.9	6.2	12.7	12.1	7.6
Costa do Marfim	0.5	0.7	3.4	4.1	2.7	1.8	4.0	0.0	0.5	0.2	0.0	0.2	0.2	0.5	0.0	1.3
E.U.A.	2.7	0.3	2.2	2.5	1.0	3.4	4.6	2.3	0.5	1.1	0.2	0.2	0.0	1.1	0.1	1.6
França	2.2	3.3	5.6	1.1	4.9	3.6	3.7	1.9	2.5	2.3	4.7	4.7	5.7	7.5	2.6	3.7
Holanda	20.3	19.9	24.4	23.4	14.7	14.4	8.2	10.3	14.5	6.7	10.6	7.7	5.2	7.8	8.4	13.7
Itália	3.3	2.8	4.3	0.5	1.5	0.8	0.3	0.7	0.5	0.6	1.2	1.1	1.1	2.8	0.2	1.5
Portugal	55.7	36.8	35.1	32.3	37.7	37.6	38.4	28.5	32.0	24.0	34.0	29.9	30.0	19.5	32.7	34.1
Senegal	5.0	6.5	2.6	2.0	3.0	2.3	5.5	2.9	7.5	18.2	12.0	27.4	25.8	16.9	32.7	10.6
Outros	6.6	12.8	14.2	9.8	21.5	28.7	35.1	47.6	35.5	31.0	26.7	15.4	23.3	30.0	10.2	23.0
Importações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro II.3a.7.  
DÍVIDA EXTERNA, 1999 - 2004

Em milhões de USD

	1999	2000	2001	2002	2003	2004 Est.
Dívida de médio ou longo prazo	779.4	788.9	803.7	786.5	887.1	955.8
Credores multilaterais	425.9	436.9	443.8	413.8	477.8	517.7
Credores bilaterais	343.6	352.0	359.9	372.6	409.2	438.1
Clube de Paris	233.1	240.0	246.5	254.6	288.3	315.1
Outros países	110.5	112.0	113.4	118.0	120.9	123.0
<b>Dívida Externa Total</b>	<b>789.3</b>	<b>778.5</b>	<b>801.2</b>	<b>772.6</b>	<b>948.2</b>	<b>1 041.1</b>
Serviço de dívida de m/l prazo programado	34.0	21.3	29.1	24.7	22.7	21.8
Capital	19.7	12.5	17.4	18.6	16.7	17.4
Juros	14.3	8.8	11.7	6.1	6.0	4.4
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>						
Dívida externa total	950.4	916.2	1 137.5	1 105.1	1 077.6	977.7
Serviço de dívida de m/l prazo programado						
Capital	23.7	14.7	24.7	26.6	19.0	16.3
Juros	17.2	10.4	16.5	8.7	6.8	4.1
<i>(em % do PIB)</i>						
Dívida externa total	351.5	361.1	399.9	378.9	396.0	378.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

## Quadro II.3a.8.

## OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2000 - 2005

Em mil milhões de francos CFA

	2000	2001 Est.	2002 Est.	2003 Est.	2004			2005 Proj.
					Orç.	Est.	g.e. <sup>1</sup>	
1. Receitas Totais	51.2	45.6	30.4	32.9	48.4	45.7	94.4	50.2
1.1. Receitas correntes	29.5	24.5	21.7	22.3	24.0	24.7	103.1	29.3
Receitas não-tributárias	12.0	9.7	9.8	8.9	13.6	12.7	93.5	14.9
dq: Sector das pescas	7.6	7.4	8.5	---	4.1	---	---	---
Receitas tributárias	17.5	14.8	11.9	13.4	10.4	12.0	115.7	14.4
dq: Imp. s/ comércio intern.	8.3	6.5	3.8	---	3.3	---	---	---
dq: Imp. s/ consumo	---	---	---	---	1.1	---	---	---
1.2. Donativos	21.6	21.1	8.7	10.6	24.4	21.0	85.9	20.9
dq: Projectos	9.1	12.9	6.8	9.5	11.4	9.0	79.3	18.8
dq: Ajuda orçamental	---	8.3	1.9	1.1	---	12.0	---	2.1
2. Despesas Totais	67.7	60.6	46.7	52.9	63.5	57.7	90.8	71.9
2.1. Despesas correntes	51.9	38.9	33.0	34.9	34.4	39.8	115.7	42.4
Despesas c/ pessoal	10.5	11.0	10.5	13.6	12.3	16.2	131.7	19.5
Bens e serviços	10.9	5.2	7.7	3.9	8.9	4.5	50.6	5.7
Transferências	5.3	7.2	7.4	5.1	7.1	5.0	70.3	6.4
Juros da dívida programados	8.8	12.2	6.5	7.8	6.1	6.4	104.9	6.3
Outras despesas	16.4	3.3	0.8	4.5	---	7.7	---	4.6
2.2. Despesas de capital	15.3	20.0	12.4	15.7	21.3	15.6	73.1	29.5
Financiamento Interno	3.5	2.5	0.7	0.5	1.2	2.4	195.9	4.5
Financiamento Externo	11.8	17.5	11.7	15.2	20.1	13.2	65.7	24.9
2.3. Empréstimos líquidos <sup>1</sup>	0.5	1.7	1.3	2.3	7.8	2.3	29.5	0.0
dq: Receitas de privatização	0.0	0.0	---	---	---	---	---	---
dq: Operações de reestruturação	---	---	---	---	---	---	---	---
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-22.4	-14.4	-11.3	-12.6	-10.5	-15.1	---	-13.1
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-38.2	-36.1	-25.1	-30.6	-39.6	-32.9	---	-42.6
<b>5. Saldo Global: (1.) - (2.)</b> <i>(base compromissos)</i>	<b>-16.5</b>	<b>-14.9</b>	<b>-16.4</b>	<b>-20.0</b>	<b>-15.1</b>	<b>-11.9</b>	---	<b>-21.7</b>
6. Variação de Atrasados	-124.7	8.4	15.3	20.7	7.3	5.9	81.2	0.0
6.1. Internos	-2.1	5.6	5.9	15.8	7.3	2.0	27.5	0.0
6.2. Externos	-122.6	2.8	9.4	4.9	0.0	3.9	---	0.0
7. Valores em trânsito, Erros e Omissões	1.7	-8.4	-1.9	0.2	0.0	0.0	---	0.0
<b>8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.)</b> <i>(base caixa)</i>	<b>-139.5</b>	<b>-14.9</b>	<b>-3.0</b>	<b>0.9</b>	<b>-7.9</b>	<b>-6.0</b>	---	<b>-21.7</b>
9. Financiamento	139.5	14.9	3.0	-0.9	5.9	6.0	102.4	-21.1
9.1. Interno (líq.)	5.1	-1.1	-1.9	-8.6	-9.6	-8.6	89.8	-2.5
dq: Sistema bancário	6.5	-3.0	3.2	-4.7	-0.5	-1.2	263.2	-2.6
9.2. Externo (líq.)	134.4	16.0	4.9	7.6	15.4	14.6	94.6	-18.6
dq: Desembolsos	10.2	4.6	4.9	8.0	13.1	15.2	115.6	4.7
dq: Amortizações	-12.5	-17.4	-18.6	-16.8	-20.4	-18.3	89.5	-29.9
dq: Alívio de Dívida	134.6	26.0	7.2	4.7	5.3	4.5	84.5	6.6
10. Diferencial de Financiamento <sup>2</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	-2.0	0.0	---	-42.8

Fontes: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> Corresponde a despesas financiadas através de empréstimos externos para a reestruturação de instituições estatais e empresas públicas. Neste último caso, os montantes arrecadados com as privatizações são deduzidos aos empréstimos; Inclui despesas com a desmobilização <sup>2</sup> Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro II.3a.9.  
SÍNTESE MONETÁRIA, 2000 - 2004

Em mil milhões de francos CFA

	2000	2001 Est.	2002 Est.	2003 Est.	2004		2004/2003 (em %)		2005		2005/2004 (em %)		Abr05/2004 (em %)	
					Prog.	Est.	(1)	(2)	Prog.	Abril	(1)	(2)	(1)	(2)
<b>Activos Líquidos s/ Exterior</b>	<b>28.5</b>	<b>31.5</b>	<b>48.3</b>	<b>80.8</b>	<b>86.5</b>	<b>106.3</b>	<b>31.6</b>	<b>26.0</b>	<b>112.9</b>	<b>106.3</b>	<b>6.2</b>	<b>5.7</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>
Banco Central	33.6	37.2	51.2	74.8	82.0	100.3	34.2	26.0	106.6	100.6	6.2	5.4	0.3	0.2
Activos	46.9	51.6	64.5	84.2	--	108.3	28.6	37.6	--	--	--	--	--	--
Passivos	-13.4	-14.4	-13.2	-9.4	--	-7.9	-16.1	-1.5	--	--	--	--	--	--
Bancos Comerciais	-5.1	-5.7	-3.0	6.0	4.5	5.9	-1.0	-0.1	6.3	5.7	6.0	0.3	-4.1	-0.2
<b>Crédito Interno Total</b>	<b>20.3</b>	<b>19.8</b>	<b>23.0</b>	<b>17.8</b>	<b>21.3</b>	<b>11.0</b>	<b>-38.3</b>	<b>-6.9</b>	<b>8.6</b>	<b>15.8</b>	<b>-21.7</b>	<b>-2.0</b>	<b>43.9</b>	<b>4.1</b>
Crédito líquido ao SPA	15.8	15.4	18.8	15.1	17.7	8.7	-42.3	-6.5	6.2	9.2	-28.9	-2.2	5.5	0.4
Crédito concedido	20.4	20.3	20.5	17.9	--	15.1	-15.9	-2.9	12.5	--	-17.0	-2.2	--	--
Depósitos da Administração Central	-4.6	-4.9	-1.7	-2.7	--	-6.3	134.8	-3.7	-6.3	--	-0.6	0.0	--	--
Crédito à economia	4.5	4.4	4.2	2.7	3.7	2.3	-16.3	-0.4	2.4	6.6	6.2	0.1	192.0	3.7
Outros Activos (líq.)	15.2	19.1	16.0	-0.4	-5.0	-0.7	85.0	-0.3	-0.1	-3.9	-86.5	0.5	427.0	-2.7
Total do Activo	64.0	70.5	87.3	98.2	102.8	116.5	18.7	18.7	121.4	118.2	4.2	4.2	1.4	1.4
<b>Massa Monetária (M2)</b>	<b>64.0</b>	<b>70.5</b>	<b>87.3</b>	<b>98.2</b>	<b>102.8</b>	<b>116.5</b>	<b>18.7</b>	<b>18.7</b>	<b>121.4</b>	<b>118.2</b>	<b>4.2</b>	<b>4.2</b>	<b>1.4</b>	<b>1.4</b>
Circulação monetária	44.2	53.2	71.1	88.5	93.2	105.6	19.3	17.4	109.9	107.2	4.1	3.7	1.5	1.4
Depósitos à ordem	18.6	16.3	14.6	8.3	8.6	10.3	23.6	2.0	10.8	10.3	5.3	0.5	0.4	0.0
Quase - moeda	1.2	1.0	1.3	1.4	1.0	0.7	-52.9	-0.8	0.7	0.7	6.1	0.0	6.1	0.0
Total do Passivo	64.0	70.5	87.3	98.2	102.8	116.5	18.7	18.7	121.4	118.2	4.2	4.2	1.4	1.4

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contractão da liquidez).

Quadro II.3a.10.  
TAXAS DE JURO, 1997 - 2005

Taxas anuais	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Dez. <sup>1</sup>	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mai.
<b>Depósitos</b>									
Depósitos à ordem	...	...	...	1.0	1.0	1.0	...	...	
Depósitos a prazo:									
Até 90 dias	...	...	3.0	3.0	3.0	1.8	1.5	1.5	
91-180 dias	...	...	3.3	3.3	3.3	2.3	1.8	1.8	
181-365 dias	3.5	3.5	3.5	3.5	3.5	3.0	3.0	3.0	
<b>Crédito</b>									
Até 90 dias	...	...	10.0	14.0	14.0	13.0	14.0	14.0	
90-180 dias	...	...	11.0	15.0	15.0	14.0	15.0	15.0	
181-365 dias	...	...	12.0	16.0	16.0	15.0	16.0	16.0	
Mais de 1 ano	...	...	...	...	...	...	...	...	
Descoberto DO			18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	
<b>Operações do Banco Central</b>									
<b>Tesouro</b>									
Depósitos	5.5	5.8	5.3	6.0	6.0	6.0	4.5	4.0	4.0
<b>Sistema bancário</b>									
Taxa de desconto	6.0	6.3	5.8	6.5	6.5	6.5	5.0	4.5	4.5
Taxa do mercado monetário	5.0	5.0							
<i>Pro memoria:</i>									
Inflação (t.v.h. no mês)	16.8	7.9	-7.9	16.7	-1.9	2.5	0.7	2.9	1.1

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

<sup>1</sup> Após adesão à UEMOA.

**Quadro II.3a.11.**  
**TAXAS DE CÂMBIO, 1997 - 2005**

	XOF/USD (GWP/USD até Abril de 1997)			ITCE <sup>1</sup>	
	Mercado oficial	Mercado livre	Diferencial (%)	(base 100: Maio de 1997)	
	M.O.	M.L.	M.L./M.O.	Nominal	Real
1997	583.67	---	---	100.29	86.60
1998	589.95	---	---	104.82	109.25
1999	615.63	---	---	104.82	103.70
2000	711.58	---	---	101.61	105.16
2001	728.18	731.58	0.47	102.87	104.97
2002	695.86	714.09	2.62	104.84	107.18
2003	579.28	599.75	3.53	109.58	103.50
2004	527.53	546.79	3.65	111.72	102.96
2003					
Janeiro	620.69	598.60	-3.56	107.93	102.20
Fevereiro	609.01	597.58	-1.88	108.46	103.11
Março	602.07	615.00	2.15	108.75	101.64
Abril	606.32	604.29	-0.33	108.41	100.79
Maio	564.94	598.60	5.96	110.68	103.18
Junho	563.01	598.77	6.35	110.19	103.82
Julho	579.57	615.00	6.11	109.04	103.32
Agosto	600.31	604.81	0.75	107.65	103.27
Setembro	574.75	601.44	4.64	109.05	104.82
Outubro	564.41	595.83	5.57	109.35	104.16
Novembro	546.90	589.57	7.80	110.78	104.92
Dezembro	519.36	577.46	11.19	112.36	104.55
2004					
Janeiro	529.68	489.00	-7.68	111.60	102.96
Fevereiro	528.23	539.50	2.13	111.55	102.61
Março	536.61	556.50	3.71	110.83	101.74
Abril	549.06	543.00	-1.10	109.24	100.57
Maio	537.76	565.50	5.16	110.94	101.83
Junho	539.04	559.00	3.70	111.05	102.69
Julho	544.86	560.00	2.78	111.07	102.55
Agosto	541.62	560.50	3.49	111.50	103.25
Setembro	532.30	561.50	5.49	111.91	103.05
Outubro	515.00	550.00	6.80	112.81	104.04
Novembro	495.17	523.50	5.72	113.67	104.36
Dezembro	481.00	553.50	15.07	113.79	105.19
2005					
Janeiro	500.01	---	---	111.97	102.03
Fevereiro	504.04	---	---	112.51	102.27
Março	496.90	---	---	111.80	100.90
Abril	507.00	---	---	111.60	100.11
Maio	516.75	---	---	110.09	99.08
Junho	539.22	---	---	109.32	---

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 1992/96; <sup>2</sup> Em 2 de Maio de 1997 o peso guineense foi substituído pelo franco CFA (Communauté Financière Africaine) à taxa de GWP 65 / XOF. Os valores do ITCE a partir de Maio de 1997 têm esse mês como base.

## Moçambique

*Área:* 799 380 Km<sup>2</sup>

*Capital:* Maputo

*População:* 18 700 000 hab.

*Moeda:* Metical



### II.4.1. Síntese

O ano de 2004 terá sido globalmente positivo para a economia moçambicana, com a manutenção de um forte ritmo de crescimento económico (apesar de algum abrandamento em relação a 2003), a redução da inflação, a contenção do aumento da massa monetária, para além da diminuição do défice externo. A nota menos positiva prendeu-se com algumas dificuldades sentidas no plano orçamental, que acabaram por se repercutir num ligeiro agravamento do défice público.

Em Julho de 2004, o FMI aprovou um novo acordo ao abrigo da PRGF para Moçambique para apoiar o programa apresentado pelo governo moçambicano para o triénio 2004-06, com acesso a um montante equivalente a 10% da sua quota (DSE 11.36 milhões). No final do primeiro ano de vigência, e após a segunda avaliação do programa (positiva como a antecedente), o montante já desembolsado ao abrigo desta facilidade ascende a DSE 4.86 milhões (correspondente a USD 7.1 milhões).

Os sectores agrícola, da indústria transformadora (com o início de produção da Mozal II) e dos transportes e comunicações foram os principais impulsionadores do crescimento económico em 2004, o qual ficou no entanto um pouco aquém do registado no ano anterior em resultado das descidas nos sectores da construção e das pescas. A reversão destes comportamentos negativos e a manutenção de um sector agrícola em expansão deverão conduzir a nova aceleração do crescimento económico em 2005.

Após o máximo de 17.4% em Janeiro de 2004, a inflação homóloga registou uma trajectória descendente ao longo do ano, chegando a 9.1% em Dezembro. Na base deste comportamento terão estado a evolução favorável dos preços dos bens alimentares e a apreciação efectiva do metical, tendo ainda beneficiado da condução prudente das políticas orçamental e monetária.

Quadro II.4.1.

#### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	2002	2003	2004	2005
	Est.	Est.	Est.	Proj.
PIB real ( <i>t.v. anual</i> )	8.2	7.9	7.3	7.7
Inflação ( <i>t.v. média</i> )	9.1	13.8	9.1	8.5
Massa monetária ( <i>t.v.</i> )	20.1	23.4	5.9	14.5
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i> )	-12.9	-9.2	-6.1	-9.0
Saldo orçamental (% <i>PIB</i> )	-7.3	-4.6	-4.7	-6.9
Dívida externa (% <i>PIB</i> )	90.4	82.5	89.9	--

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

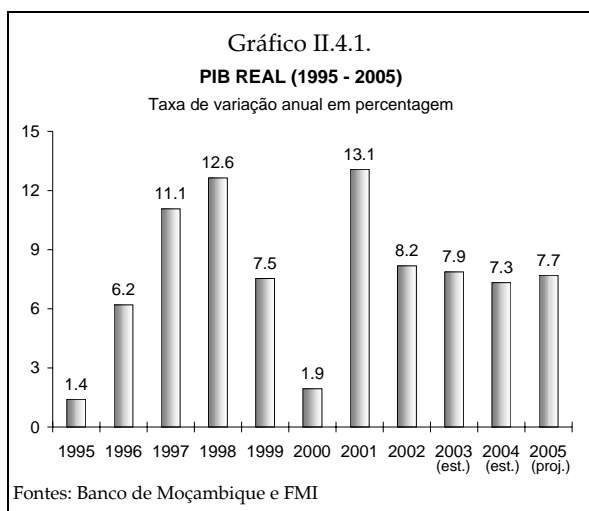
Na esfera monetária e cambial destacam-se a diminuição do ritmo de crescimento da massa monetária (5.9% no final de 2004, face a 23.8% no final de 2003) e a apreciação do MZM face ao USD (que se fixou em 20.9%). Para tal terão contribuído as medidas tomadas pelo banco central com o intuito de melhorar a gestão de liquidez, com destaque para a maior utilização da venda de moeda estrangeira nas operações de esterilização de liquidez.

As dificuldades sentidas na arrecadação de alguns tipos de receitas correntes (sobretudo impostos sobre o consumo e sobre o rendimento) obrigaram a contenções ao nível de despesas correntes (com bens e serviços e transferências) e das despesas de capital. No entanto, o acesso a desembolsos externos em termos concessionais permitiu financiar o défice global, evitando pressões sobre o mercado financeiro interno. O orçamento para 2005 caracteriza-se pelo aumento do défice global, procurando acomodar o aumento das despesas de capital.

A redução significativa patenteada pelo défice corrente externo em 2004 derivou da melhoria evidenciada pela balança comercial, como resultado do forte aumento das exportações (alumínio e gás, mas também tradicionais) e apesar da subida das importações (induzida pela MOZAL II, pelo aumento dos produtos petrolíferos e pela apreciação do metical). Para 2005, o agravamento esperado dos saldos das balanças comercial e de serviços e rendimentos deverão conduzir ao aumento do défice corrente.

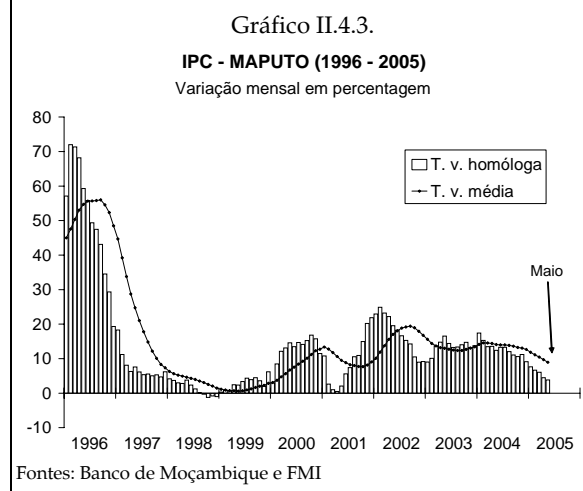
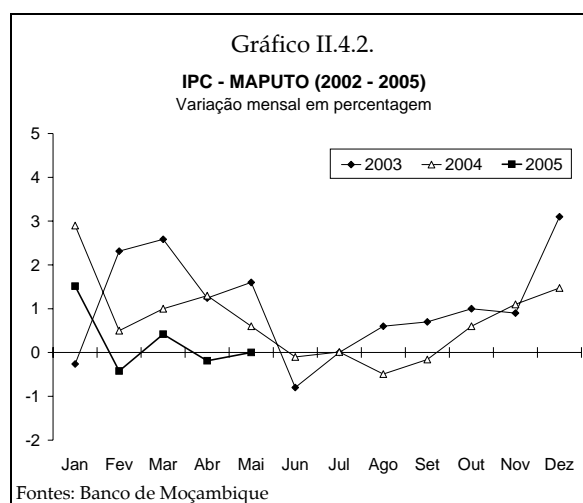
## II.4.2. Procura, Produção e Preços

As mais recentes estimativas conhecidas apontam para que o crescimento económico em Moçambique se tenha mantido forte em 2004, devendo ter atingido um aumento de 7.3%, o que constitui no entanto alguma desaceleração face ao ano anterior. Este abrandamento terá sobretudo decorrido da descida evidenciada pelo sector da construção (com a conclusão de alguns projectos privados) e pela redução da produção do sector pesqueiro (em face de condições climáticas instáveis). Dos restantes sectores destacaram-se os crescimentos reais das produções agrícola, da indústria transformadora e dos transportes e telecomunicações (responsáveis no seu conjunto por 75% do aumento real do PIB). Na óptica da despesa, o crescimento económico baseou-se principalmente nos aumentos reais evidenciados pelo investimento e pelas exportações.



Para 2005, projecta-se alguma retoma no ritmo de crescimento do produto interno (para 7.7%, em termos reais) na sequência da recuperação do sector das pescas, da manutenção da expansão da actividade agrícola e de novo impulso na construção, com a aceleração prevista da execução do plano rodoviário e com o início dos trabalhos de implementação de projecto de exploração de titânio.

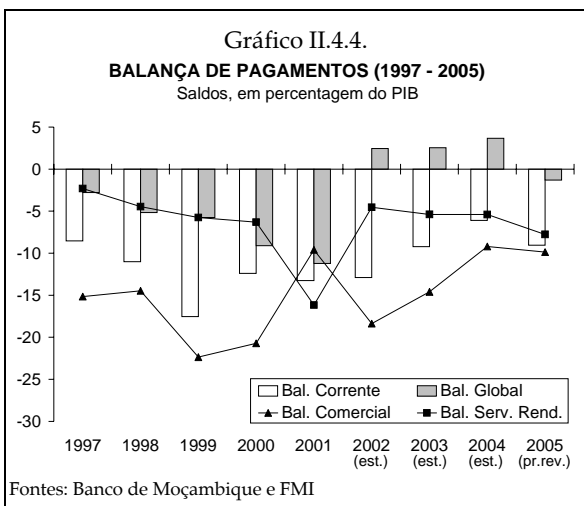
O ano de 2004 foi marcado pela tendência decrescente da inflação, com o valor homólogo a fixar-se nos 9.1% em Dezembro, após um pico de 17.4% em Janeiro. O valor de final do ano ficou abaixo do inicialmente programado (11%), tendo contado com o efeito positivo da evolução dos preços dos bens alimentares. Igualmente com impacto favorável destaca-se a apreciação do metical face ao USD, a qual atingiu 20.3% em termos acumulados ao longo do ano.



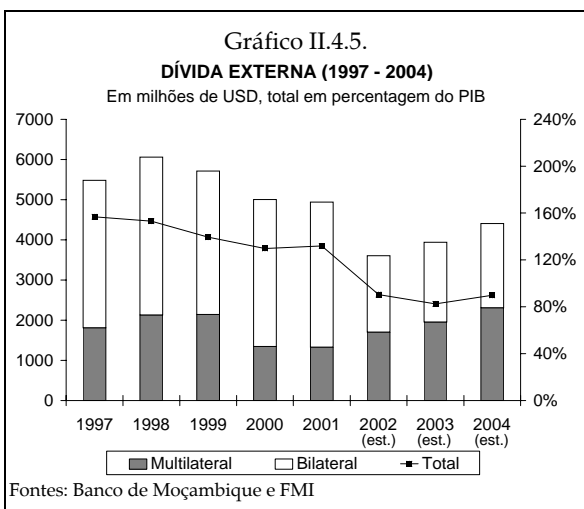
A manutenção de políticas prudentes aos níveis orçamental e monetário deverá permitir uma nova redução da inflação em 2005, programando-se para o final do ano que o crescimento do nível de preços não ultrapasse 8.5% em termos homólogos (ou 8.0% em termos médios).

### II.4.3. Contas Externas

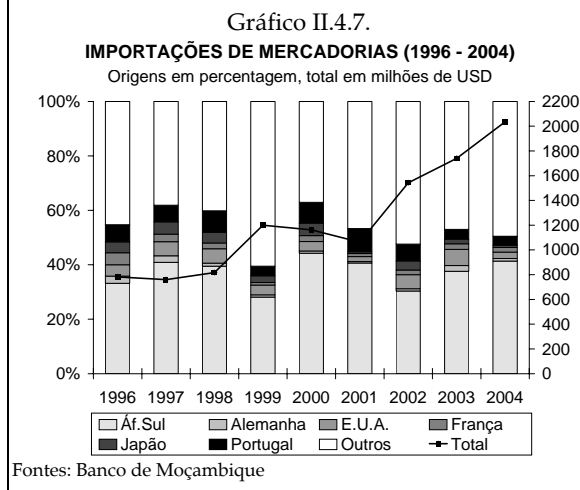
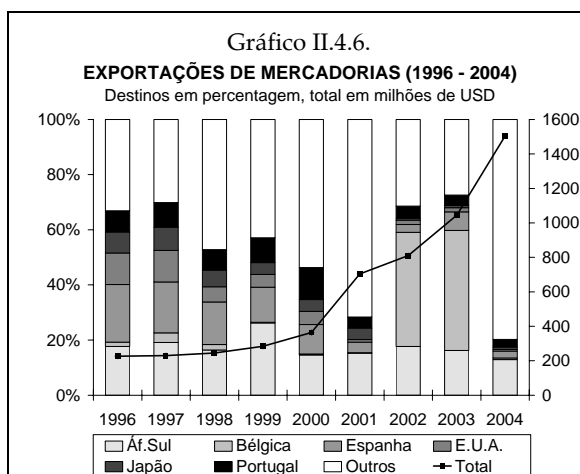
À semelhança dos últimos anos, os valores estimados para a balança de pagamentos em 2004 apresentam melhorias nas suas componentes principais, com a redução do défice corrente (em 3.1 p.p., para 6.1% do PIB) e um novo reforço do saldo positivo da balança global (em 1.1 p.p., para 3.7% do PIB).



Esta evolução terá decorrido da diminuição significativa do défice da balança comercial (em 5.4 p.p.), como resultado do robusto crescimento das exportações (44.1% face a 2003) para o qual concorreram não só o início de laboração da MOZAL II e do gasoduto de Inhambane como ainda o bom comportamento das exportações tradicionais (açúcar, camarão, algodão, caju, etc.).



Note-se que, ao invés do esperado, as importações registaram também algum aumento, induzido pelas necessidades de matéria-prima da MOZAL II, pelo aumento dos preços dos produtos petrolíferos e pela apreciação do metical. O défice da balança de serviços e rendimentos aumentou ao mesmo ritmo do produto, mantendo-se nos 5.4% do PIB, enquanto as transferências oficiais denotaram algum decréscimo, chegando a 8.5% do PIB (-2.3 p.p. que em 2003).



Apesar de evidenciar um crescimento nominal apenas ligeiro, a balança de capitais e financeira terá registado ainda um valor suficiente para cobrir o défice corrente, permitindo a acumulação de reservas cambiais acima das metas definidas no programa com o FMI.

Para 2005, projecta-se uma deterioração acentuada da balança corrente, com o défice a chegar aos 9.0% do PIB, como resultado do aumento do défice comercial (com a redução do ritmo de crescimento das exportações e a expansão das importações, em especial ligadas a novos projectos) e do agravamento da balança de serviços e rendimentos (através do aumento dos dividendos pagos aos não residentes relativos aos mega-projectos).

#### II.4.4. Finanças Públicas

As últimas estimativas avançadas para a execução orçamental de 2004 apontam para um pequeno agravamento das contas públicas, com o défice orçamental a aumentar 0.1 p.p., em relação ao peso no PIB, chegando a 4.7%. Esta evolução esteve longe da orçamentada (onde se antevia uma redução do défice para 3.9% do PIB), reflectindo alguma dificuldade na arrecadação de receitas, que se prenderam sobretudo com valores superiores ao esperado de reembolsos de IVA relativamente aos mega projectos, com atrasos no cumprimento do calendário de pagamentos do novo código do imposto sobre o rendimento e com o impacto da apreciação do metical sobre os direitos alfandegários.

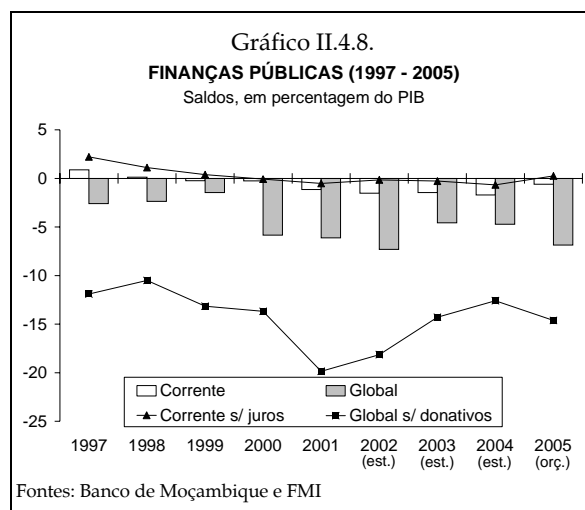
Quadro II.4.2.  
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em percentagem do PIB	2002	2003	2004	2005
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	24.1	22.9	21.0	22.4
Receitas correntes	13.0	13.2	13.2	14.6
Donativos	10.8	9.7	7.9	7.8
Despesas totais	31.4	27.5	25.8	29.2
Despesas correntes	14.6	14.7	14.9	15.2
Juros da dívida prog.	1.4	1.2	1.0	0.9
Desp. de capital	13.1	12.0	9.8	12.8
Empréstimos Líquidos	3.7	0.4	0.8	1.2
Saldo corrente	-1.5	-1.5	-1.7	-0.6
Saldo global	-7.3	-4.6	-4.7	-6.9

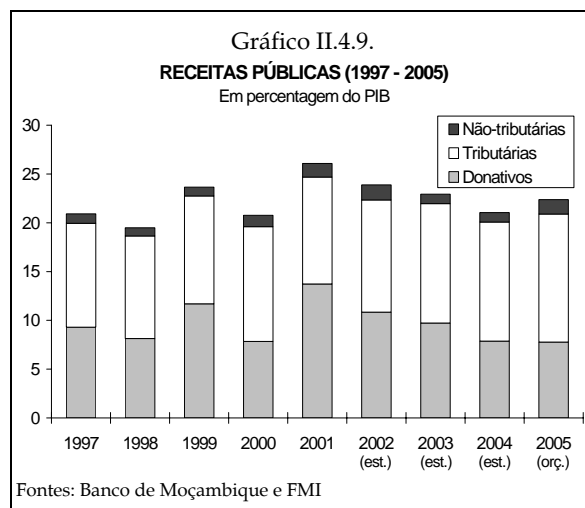
Fontes: FMI e Banco de Moçambique

Note-se que este saldo resultou ainda do esforço de contenção das despesas de capital (menos 2.2 p.p. que em 2003) e de alguns

tipos de despesas correntes em relação aos valores orçamentados (nomeadamente, transferências e bens e serviços).

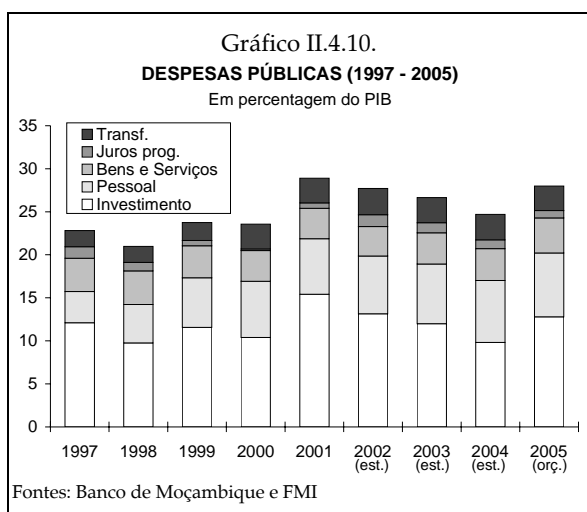


Destaca-se ainda a continuação da tendência para o aumento do défice corrente (que se iniciou em 1996), que denota a progressiva importância dos donativos no financiamento de despesas correntes.



Em relação ao financiamento, e descontando os efeitos dos movimentos contabilísticos do estabelecimento de uma conta no exterior com os rendimentos da concessão das minas de carvão Moatize, o bom comportamento da componente externa (em particular do acesso a dívida concessional) terá permitido não só financiar o défice orçamental global como ainda o reembolso

de parte da dívida do estado aos residentes em território moçambicano.

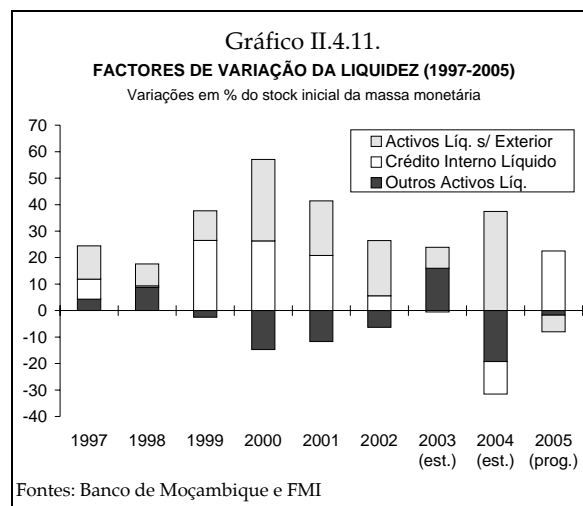


O orçamento de 2005 aponta para uma agravamento importante do saldo orçamental (para 6.9% do PIB), como resultado do aumento das despesas de capital (para sistemas de gestão de recursos hídricos e construção de pontes) a serem principalmente financiados com recurso a novos empréstimos concessionais. O corrente ano deverá ainda ser marcado pelo esforço de reforço da máquina fiscal, com o intuito de melhorar os níveis da arrecadação de receitas, procurando simultaneamente limitar o crescimento das despesas correntes.

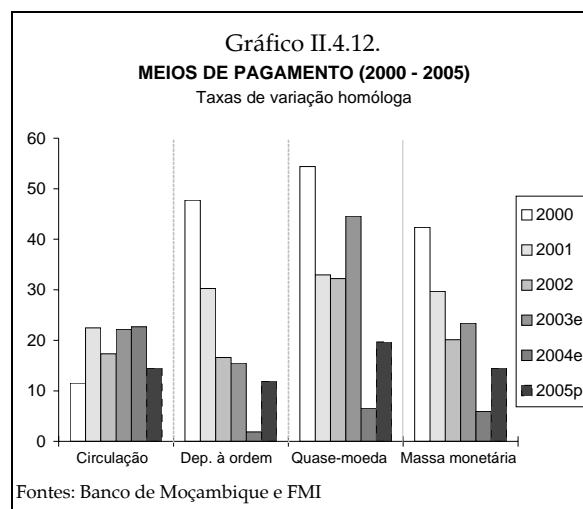
#### II.4.5. Situação Monetária e Cambial

O crescimento da massa monetária abrandou significativamente em 2004, passando de 23.4% em 2003 para 5.9% no final de 2004, reflectindo sobretudo uma redução do Crédito Interno Líquido (com um impacto contraccionista de 12.2% sobre o M2).

O aumento dos Depósitos do Sector Público Administrativo ultrapassou o crescimento evidenciado pelo Crédito concedido, acabando por induzir um impacto negativo do Crédito Líquido do SPA de 9.7% sobre a massa monetária, ao qual se juntou a contribuição dada pela diminuição evidenciada pelo Crédito à Economia (com um efeito de -2.5%).

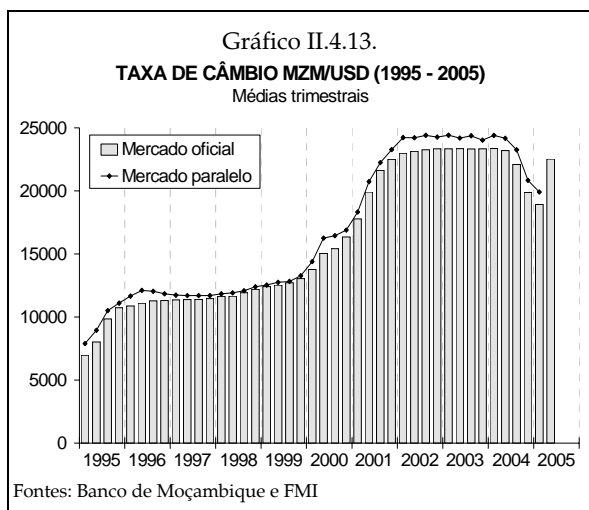


Invertendo a tendência recente, assistiu-se em 2004 a um reforço do peso da circulação no conjunto dos meios de pagamento, representando no final do ano mais de 15% do total (valor que não se verificava desde 1999). Este incremento, conjugado com o crescimento das reservas bancárias, acabou por determinar um aumento considerável da base monetária, traduzindo a subida da procura de moeda nacional.



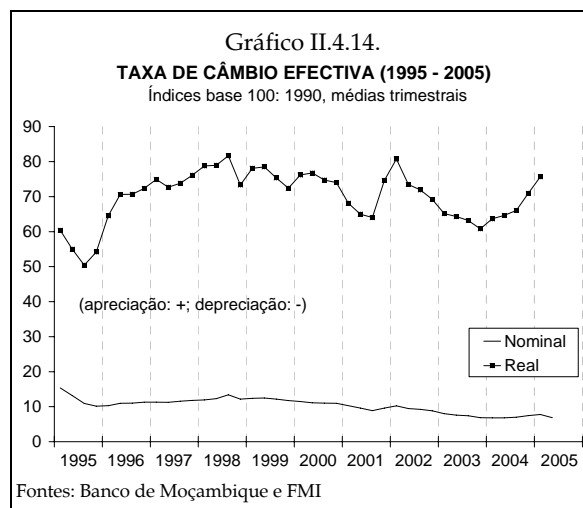
Ao longo de 2004 e nos primeiros meses de 2005, o banco central tomou um conjunto de iniciativas tendentes a melhorar a gestão da liquidez: o aumento da utilização das vendas de moeda externa para esterilização de liquidez, o alargamento da base de incidência das reservas de caixa, a introdução dos Bilhetes do Tesouro como principal ins-

trumento de política monetária e financiamento do governo, e reduções das taxas de cedência e absorção (com diminuição do intervalo entre elas). Estas medidas terão contribuído para a apreciação efectiva nominal do metical (em 12.2% ao longo do ano), traduzida também em termos efectivos reais (19.0%).



No segundo trimestre de 2005, o metical reverteu a valorização nominal que evidenciou no ano passado, tendo acabado o semestre com uma desvalorização acumulada de 28.7% face ao USD e de 17.1% face ao EUR, em relação às cotações oficiais. Em Maio, o banco central publicou normas legais (como por exemplo a imposição de constituição de provisões para operações de crédito em moeda estrangeira) com o objectivo de prevenir os agentes económicos para os riscos associados às transacções em

moeda estrangeira, promovendo simultaneamente a dinamização das exportações e contribuindo para a redução da dolarização da economia moçambicana (patente no peso dos depósitos em moeda estrangeira nos depósitos totais – 43.6% em Maio – ou no recurso ao crédito privado em moeda estrangeira – que chegou aos 63.1% naquele mês).



Para 2005, prevê-se uma aceleração do ritmo de crescimento da massa monetária (para 14.5%), a qual deverá no entanto ficar abaixo do crescimento nominal previsto para o produto interno (16.3%). O banco central continuará a tentar melhorar o sistema de gestão de liquidez, conjugando vendas de moeda externa e de Bilhetes do Tesouro.

Quadro II.4a.1.  
 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2000 - 2005

	Unidades	2000	2001	2002	2003	2004		2005	
				Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.	Est.
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>									
PIB nominal	milhões de EUR	4 174.2	4 188.9	4 222.8	4 228.0	4 619.0	4 653.7	5 232.9	
PIB real	t. var. anual	1.9	13.1	8.2	7.9	8.4	7.3	7.7	
Inflação (I.P.Consumidor - Maputo)	t. var. homóloga	11.5	21.9	9.1	13.8	11.0	9.1	8.5	3.8 <i>Mai.</i>
	t. var. média	12.7	9.0	16.8	13.4	12.9	12.7	8.0	9.0 <i>Mai.</i>
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>									
Receitas totais	% PIB	20.8	26.1	24.1	22.9	22.5	21.0	22.4	
Despesas totais	% PIB	26.7	32.2	31.4	27.5	26.4	25.8	29.2	
Défice global	% PIB	-5.8	-6.1	-7.3	-4.6	-3.9	-4.7	-6.9	
Défice global sem donativos	% PIB	-13.7	-19.8	-18.1	-14.3	-12.5	-12.6	-14.6	
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	8.5	17.3	14.8	2.1	-12.7	-88.7	85.5	-15.4 <i>Mai.</i> <sup>4</sup>
Crédito à economia	t. var. anual	30.1	22.9	4.2	-1.4	30.9	-5.6	14.6	18.5 <i>Mai.</i> <sup>4</sup>
Massa monetária (M2)	t. var. anual	42.4	29.7	20.1	23.4	5.3	5.9	14.5	11.5 <i>Mai.</i> <sup>4</sup>
<b>TAXAS DE JURO</b>									
Passiva, a 1 ano	t. anual	11.7	19.4	17.3	12.3		9.9		8.7 <i>Mai.</i>
Activa, a 1 ano <sup>1</sup>	t. anual	21.8-28.1	35.3	37.1	28.1		23.7		21.9 <i>Mai.</i>
<b>BALANÇA DE PAGAMENTOS</b>									
Exportações de mercadorias (em USD)	t. var. anual	28.3	93.2	15.2	28.9	20.6	44.1	13.9	
Importações de mercadorias (em USD)	t. var. anual	-3.1	-8.5	45.2	12.8	-14.5	16.9	15.6	
Balança corrente	% PIB	-12.4	-13.3	-12.9	-9.2	-6.0	-6.1	-9.0	
Balança corrente s/ transf. oficiais	% PIB	-27.0	-25.8	-22.9	-20.0	-14.7	-14.6	-17.6	
Reservas cambiais	meses de import. <sup>3</sup>	6.3	5.8	5.1	5.4	6.1	5.8	4.7	
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>									
Stock total	milhões de EUR	5 002.7	4 940.5	3 605.9	3 938.8		4 404.5		
	% PIB	129.8	131.9	90.4	82.5		89.9		
	% exportações <sup>3</sup>	1 018.7	592.4	459.0	348.7		266.6		
Serviço da dívida	% exportações <sup>3</sup>		2.9	6.4	6.1	4.8	4.5	5.1	
<b>TAXAS DE CÂMBIO</b>									
Nominal MZM/EUR (mercado oficial)	t. média	13 980	18 294	21 896	26 360	27 864	27 457	25 791	29 750 <i>Jun.</i>
Nominal MZM/USD (mercado oficial)	t. média	15 141	20 455	23 180	23 341	24 768	22 131	22 905	24 434 <i>Jun.</i>
Nominal MZM/USD (mercado paralelo)	t. média	15 996	21 145	24 281	24 249		23 166		23 416 <i>Mai.</i>
ITCE nominal (base 100: 1990) <sup>2</sup>	t. variação <sup>4</sup>	-8.2	-4.2	-18.2	-20.6		12.2		-12.7 <i>Jun.</i>
ITCE real (base 100: 1990) <sup>2</sup>	t. variação <sup>4</sup>	-2.5	13.1	-17.3	-10.3		19.0		-13.1 <i>Mai.</i>

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> Entre 1997 e 2000, o Banco de Moçambique apenas divulgou as taxas activas máximas e mínimas, sem referir prazos. <sup>2</sup> Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 1992/96 (apreciação: +; depreciação: -); <sup>3</sup> De bens e serviços; <sup>4</sup> Face a Dezembro do ano anterior.

Quadro II.4a.2.  
**PRODUTO INTERNO BRUTO, 1999 - 2005**

Preços correntes, em mil milhões de MZM	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
					Est.	Est.	Proj.
Sector primário	14 541	13 704	17 052	21 841	25 555	28 608	
Agricultura e pecuária	13 231	12 322	15 475	20 188	23 517	26 728	
Pesca	1 310	1 382	1 576	1 653	2 038	1 880	
Sector secundário	11 534	13 994	20 899	24 933	30 561	34 619	
Indústria extractiva	73	182	254	341	457	1 376	
Indústria transformadora	5 993	6 987	12 168	14 148	15 919	18 894	
Electricidade e água	1 447	1 739	2 723	3 709	5 185	6 888	
Construção	4 021	5 087	5 754	6 735	9 000	7 461	
Sector terciário	24 830	29 378	37 312	44 072	53 454	62 327	
Comércio e Reparações	11 401	12 494	15 894	17 745	20 037	22 899	
Restaurantes e Hotéis	626	746	1 149	1 206	1 413	1 691	
Transportes e Comunicações	4 924	6 087	8 855	11 498	16 128	20 502	
Serviços Financeiros	1 045	2 325	2 688	3 607	3 730	3 832	
Aluguer de Imóveis	1 146	1 129	1 164	1 073	1 083	1 177	
Serviços Públicos	3 584	4 323	5 344	6 478	7 917	9 071	
Outros	2 103	2 274	2 219	2 465	3 146	3 154	
Produto Interno Bruto (custo de factores)	50 905	57 077	75 263	90 847	109 571	125 554	
Impostos indirectos	1 009	1 278	1 368	1 617	1 882	2 223	
<b>Produto Interno Bruto (preços de mercado)</b>	<b>51 913</b>	<b>58 355</b>	<b>76 631</b>	<b>92 463</b>	<b>111 453</b>	<b>127 778</b>	<b>148 626</b>
Consumo	47 224	53 404	65 565	76 976	93 176	101 868	
Público	6 367	6 682	9 359	10 642	13 598	14 560	
Privado	40 857	46 722	56 206	66 334	79 577	87 307	
Investimento	19 041	19 575	16 915	21 829	29 411	27 379	
Público	6 001	6 060	10 078	9 175	13 318	12 450	
Privado	13 040	13 515	6 837	12 654	16 093	14 929	
Procura interna	66 265	72 979	82 480	98 804	122 587	129 246	
Exportações de bens e serviços	5 256	7 436	17 060	18 212	26 363	47 123	
Procura global	71 520	80 414	99 539	117 016	148 949	176 369	
Importações de bens e serviços	19 607	22 060	22 908	24 553	37 497	48 592	
<i>Pro memoria:</i>							
Poupança interna bruta	4 690	4 950	11 066	15 488	18 277	25 910	
PIBpm nominal (milhões de USD)	4 096	3 854	3 746	3 989	4 775	5 774	6 489
Deflador do PIBpm (variação anual em %)	2.9	10.3	16.1	11.5	11.7	6.8	8.0
PIBpm nominal (variação anual em %)	10.7	12.4	31.3	20.7	20.5	14.6	16.3
PIBpm real (variação anual em %)	7.5	1.9	13.1	8.2	7.9	7.3	7.7

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro II.4a.3.

**ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1990 - 2005**

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	3.5	68.2	68.2	--
1991	Dezembro	1.5	36.6	36.6	31.6
1992	Dezembro	8.1	59.0	59.0	51.9
1993	Dezembro	3.5	39.2	39.2	43.4
1994	Dezembro	3.1	67.8	67.8	61.2
1995	Dezembro	8.3	56.7	56.7	44.7
1996	Dezembro	-0.1	19.3	19.3	48.5
1997	Dezembro	1.3	6.2	6.2	7.4
1998	Dezembro	1.1	-1.0	-1.0	1.5
1999	Dezembro	5.3	6.2	6.2	2.9
2000	Dezembro	1.4	11.5	11.5	12.7
2001	Dezembro	2.8	21.9	21.9	9.0
2002	Dezembro	2.9	9.1	9.1	16.8
2003	Janeiro	-0.3	-0.3	9.0	15.6
	Fevereiro	2.3	2.0	10.1	14.4
	Março	2.6	4.7	13.7	13.7
	Abril	1.2	6.0	14.8	13.2
	Maio	1.7	7.7	16.6	13.0
	Junho	-0.8	6.9	14.4	12.7
	Julho	0.0	6.9	13.3	12.5
	Agosto	0.7	7.6	13.4	12.4
	Setembro	0.7	8.3	14.0	12.4
	Outubro	1.0	9.4	14.7	12.7
	Novembro	0.6	10.0	13.3	13.0
	Dezembro	3.4	13.8	13.8	13.4
2004	Janeiro	2.9	2.9	17.4	14.1
	Fevereiro	0.5	3.4	15.3	14.6
	Março	1.0	4.4	13.5	14.5
	Abril	1.3	5.8	13.6	14.4
	Maio	0.6	6.5	12.4	14.1
	Junho	-0.1	6.4	13.3	14.0
	Julho	0.0	6.4	13.3	14.0
	Agosto	-0.5	5.9	12.0	13.9
	Setembro	-0.2	5.7	11.1	13.6
	Outubro	0.6	6.4	10.6	13.3
	Novembro	1.1	7.5	11.2	13.1
	Dezembro	1.5	9.1	9.1	12.7
2005	Janeiro	1.5	1.5	7.6	11.8
	Fevereiro	-0.4	1.1	6.6	11.1
	Março	0.4	1.5	6.1	10.5
	Abril	-0.2	1.3	4.5	9.7
	Maio	0.0	1.3	3.8	9.0

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do BP.

Nota: a partir de 1997, o Banco de Moçambique passou a divulgar o IPC oficial, compilado pelo Instituto Nacional de Estatística moçambicano. A partir de 2000, foi alterada a base de cálculo do IPC (para 1998) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.4a.4.  
**BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2000 - 2005**

Em milhões de USD

	2000	2001	2002	2003	2004		2005	
					Proj.	Est.	Pr.Rev.	Trim. I
<b>Balança Corrente</b>	<b>-478</b>	<b>-497</b>	<b>-514</b>	<b>-440</b>	<b>-346</b>	<b>-352</b>	<b>-587</b>	<b>-61</b>
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	-1 042	-966	-914	-954	-847	-843	-1 144	-214
Balança comercial	-798	-360	-733	-697	-229	-531	-640	-101
Exportações (f.o.b.)	364	703	810	1 044	1 259	1 504	1 713	394
Importações (c.i.f.)	-1 162	-1 063	-1 543	-1 741	-1 488	-2 035	-2 353	-494
das quais: Programas especiais <sup>1</sup>	-118	-231	-402	-337	-1 038	-312	-407	-82
Balança de serviços e rendimentos	-243	-606	-181	-257	-618	-312	-504	-114
Créditos	405	311	415	358	393	370	402	75
Débitos	-648	-917	-596	-614	-1 011	-682	-906	-188
dos quais: Juros programados <sup>2</sup>	-161	-147	-27	-26	-27	-18	-28	-18
Transferências unilaterais <sup>3</sup>	564	469	400	514	501	491	557	154
Transferências oficiais	564	469	400	514	501	491	557	154
das quais: Programas especiais <sup>1</sup>	27	2	20	22	48	24	27	0
Transferências privadas	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Balança de Capitais e Financeira</b>	<b>126</b>	<b>76</b>	<b>612</b>	<b>562</b>	<b>386</b>	<b>564</b>	<b>503</b>	<b>-13</b>
Endividamento	140	-220	620	185	238	160	285	60
Desembolsos	484	156	802	395	451	463	610	105
dos quais: Empréstimos privados <sup>4</sup>	322	52	543	160	222	148	205	19
Amortizações programadas	-344	-376	-182	-210	-213	-303	-325	-45
Investimento directo estrangeiro (líq.)	139	255	380	342	168	241	115	5
Capitais de Curto Prazo, erros e omissões	-153	41	-388	35	-20	164	103	-78
<b>Balança Global</b>	<b>-351</b>	<b>-421</b>	<b>98</b>	<b>122</b>	<b>40</b>	<b>212</b>	<b>-84</b>	<b>-74</b>
Financiamento	351	421	-98	-122	-40	-212	84	74
Variação das reservas oficiais	-98	-5	-98	-122	-40	-212	84	74
Variação de atrasados (redução: -)	0	0	0	0	0	0	0	0
Alívio da dívida <sup>5</sup>	449	426	--	--	--	--	--	--
Diferencial de Financiamento <sup>6</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> Desmobilização e reintegração de militares, eleições, realojamento e desminagem entre 1995 e 1997; Ajuda à reconstrução das cheias em 2000 e 2001; Donativos dos credores multilaterais ao abrigo da assistência HIPC; <sup>2</sup> Excluindo Cahora Bassa; <sup>3</sup> Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos nos próximos tempos; <sup>4</sup> Sem garantia do Estado; <sup>5</sup> A partir de 2002 o alívio de dívida passou a estar incluído acima da linha de financiamento de modo a que o serviço de dívida reflecta o que é devido após alívio; <sup>6</sup> Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro II.4a.5.  
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1991 - 2004

Em percentagem do total

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1991 a 2004
África do Sul	8.7	16.5	14.5	17.7	23.7	17.7	19.1	16.4	26.2	14.6	15.3	17.7	16.2	12.9	16.1
Bélgica	0.0	0.0	3.4	2.3	1.5	1.5	3.5	1.9	0.2	0.3	0.1	41.4	43.5	0.6	13.4
Espanha	29.2	29.5	35.6	19.2	21.1	20.9	18.4	15.5	12.7	10.7	3.8	2.8	6.7	2.5	9.1
E.U.A.	13.2	13.4	5.3	8.6	5.9	11.4	11.4	5.5	4.7	4.7	0.9	1.6	1.5	0.6	3.4
Holanda	1.6	2.5	0.1	0.7	2.0	1.6	3.0	2.3	1.6	1.0	1.0	0.3	2.8	60.9	16.0
Índia	3.2	0.0	5.3	7.0	5.0	11.6	5.7	7.9	11.8	4.9	0.5	2.1	0.3	2.2	3.2
Japão	12.1	9.4	14.6	14.6	14.2	7.6	8.4	6.0	4.3	4.3	4.2	0.7	0.9	0.9	3.8
Malawi	6.9	0.0	0.5	6.7	6.1	7.9	8.0	4.3	1.8	3.0	1.5	1.5	3.1	3.3	3.3
Portugal	9.1	13.8	8.1	9.1	8.2	7.7	8.9	7.4	9.0	11.6	4.0	4.4	3.7	2.8	5.5
Zimbabwe	5.8	5.9	2.7	4.6	4.7	4.2	4.1	17.6	14.9	17.7	5.3	5.8	2.8	2.3	5.7
Outros <sup>1</sup>	10.2	8.9	9.9	9.6	7.5	7.9	9.4	15.1	12.9	27.0	63.4	21.8	18.2	11.0	20.4
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> Em 2001, esta rubrica inclui exportações da fundição de alumínio Mozal para a União Europeia (cerca de 55% do total das exportações), não discriminadas por países.

Quadro II.4a.6.  
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1991 - 2004

Em percentagem do total

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1991 a 2004
África do Sul	24.3	27.6	31.8	35.4	25.9	33.2	40.9	39.5	28.1	44.2	40.7	30.4	37.6	41.4	35.0
Alemanha	6.0	4.0	3.4	3.0	3.3	2.6	2.4	1.1	0.8	0.8	0.6	0.8	2.1	0.9	2.0
Espanha	1.8	2.4	1.3	1.2	5.0	1.3	1.3	0.8	0.3	1.0	1.9	0.4	1.6	1.2	1.4
E.U.A.	10.3	6.5	5.6	6.4	6.9	4.2	5.2	5.3	3.6	3.5	1.8	5.2	6.0	2.4	4.9
França	7.3	8.1	12.2	7.7	3.3	4.4	2.7	2.1	0.9	2.2	1.1	1.7	2.0	1.7	3.6
Itália	13.3	3.0	3.8	3.0	3.3	4.2	1.8	1.0	0.7	1.5	0.9	0.9	1.3	1.2	2.5
Japão	2.9	7.6	6.3	6.7	5.1	4.0	4.5	3.9	2.5	4.6	0.7	3.4	1.7	0.8	3.4
Portugal	4.0	6.1	6.1	5.0	9.0	6.3	6.1	7.9	3.5	7.6	8.5	6.2	3.6	3.3	5.6
Reino Unido	4.4	9.1	5.6	8.4	3.6	2.3	2.1	2.0	0.7	1.6	1.1	0.9	1.1	0.8	2.6
Zimbabwe	1.2	2.6	3.0	3.1	4.2	3.9	2.3	2.3	0.5	0.6	0.8	0.8	0.6	0.5	1.6
Outros	24.5	23.0	20.9	20.1	30.4	33.6	30.6	34.0	58.2	32.3	41.9	49.3	42.4	45.8	37.4
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro II.4a.7.  
**DÍVIDA EXTERNA, 1999 - 2004**

Em milhões de USD

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
				Est.	Est.	Est.
Dívida de médio ou longo prazo <sup>1</sup>	5 711.7	5 002.7	4 940.5	3 605.9	3 938.8	4 404.5
Credores multilaterais	2 141.9	1 348.2	1 331.8	1 706.4	1 953.3	2 309.8
Credores bilaterais	3 569.8	3 654.5	3 608.7	1 899.5	1 985.5	2 094.7
Países da OCDE	1 804.6	1 854.4	1 842.4	571.1	563.5	646.7
Países da OPEP	570.1	615.8	613.3	632.4	623.3	777.8
Países da Europa de Leste	142.7	212.0	187.5	197.1	189.6	298.7
Outros países	1 052.4	972.3	965.5	498.9	609.1	371.5
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--	--
<b>Dívida Externa Total</b>	<b>5 711.7</b>	<b>5 002.7</b>	<b>4 940.5</b>	<b>3 605.9</b>	<b>3 938.8</b>	<b>4 404.5</b>
Serviço da dívida de m/l prazo programado			24.1	42.8	49.6	57.9
Capital			16.0	27.7	34.9	39.4
Juros			8.1	15.1	14.7	18.4
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>						
Dívida externa total	1 377.3	1 018.7	592.4	459.0	348.7	266.6
Serviço de dívida			2.9	6.4	6.1	4.5
<i>(em % do PIB)</i>						
Dívida externa total	139.4	129.8	131.9	90.4	82.5	89.9

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> Excluindo a dívida para com Portugal relativa a Cahora-Bassa e a dívida militar para com a Rússia;

Quadro II.4a.8.  
**OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2000 - 2005**

Em mil milhões de MZM

	2000	2001	2002	2003	2004			2005		
					Orç.	Est.	g.e. <sup>1</sup>	Orç.	Trim. I	g.e. <sup>1</sup>
1. Receitas Totais <sup>2</sup>	12 154	19 989	22 285	25 555	28 741	26 891	93.6	33 250	7 380	22.2
1.1. Receitas correntes	7 535	9 469	12 057	14 714	17 793	16 838	94.6	21 706	3 948	18.2
Receitas não-tributárias	672	1 070	1 427	1 085	1 226	1 241	101.2	2 203	288	13.1
Receitas tributárias	6 862	8 400	10 629	13 629	16 567	15 598	94.2	19 503	3 660	18.8
Impostos sobre o rendimento	1 034	1 519	2 116	3 235	3 860	3 548	91.9	4 694	708	15.1
Impostos sobre o consumo	4 314	5 169	6 404	7 799	9 835	9 416	95.7	11 503	2 278	19.8
dq: Produtos petrolíferos	771	824	865	1 305	1 593	1 663	--	1 983	--	--
Impostos s/ comércio internacional	1 279	1 477	1 851	2 229	2 421	2 284	94.3	2 765	540	19.5
Outros impostos	235	235	258	366	451	350	77.6	541	134	24.8
1.2. Donativos	4 576	10 520	10 020	10 841	10 948	10 053	91.8	11 544	2 818	24.4
2. Despesas Totais <sup>3</sup>	15 558	24 680	29 031	30 642	33 739	32 917	97.6	43 432	7 740	17.8
2.1. Despesas correntes <sup>4</sup>	7 686	10 345	13 468	16 341	19 270	19 006	98.6	22 605	5 436	24.0
Despesas com o pessoal	3 817	4 946	6 206	7 734	9 146	9 195	100.5	11 045	2 656	24.0
Bens e serviços	2 081	2 715	3 163	4 039	4 956	4 727	95.4	6 051	1 086	17.9
Transferências	1 679	2 207	2 825	3 250	3 940	3 763	95.5	4 225	1 098	26.0
Juros da dívida programados	109	477	1 274	1 318	1 228	1 321	107.6	1 284	376	29.3
2.2. Despesas de Capital	6 060	11 808	12 149	13 362	14 332	12 543	87.5	19 001	2 168	11.4
Financiamento Interno	2 046	3 140	3 167	3 662	4 126	4 074	98.7	5 242	963	18.4
Financiamento Externo	4 014	8 668	8 982	9 707	10 206	8 469	83.0	13 759	1 205	8.8
2.3. Empréstimos Líquidos	1 812	2 426	3 414	481	137	1 058	--	1 826	136	--
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-151	-876	-1 412	-1 627	-1 477	-2 168	--	-899	-1 488	--
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-7 980	-15 211	-16 766	-15 928	-15 946	-16 079	--	-21 726	-3 178	--
<b>5. Saldo Global: (1.) - (2.)</b>	<b>-3 404</b>	<b>-4 691</b>	<b>-6 745</b>	<b>-5 087</b>	<b>-4 998</b>	<b>-6 025</b>	<b>--</b>	<b>-10 183</b>	<b>-361</b>	<b>--</b>
6. Financiamento	3 404	4 691	6 745	5 087	4 979	6 025	--	10 183	1 387	--
6.1. Interno (líq.) <sup>5</sup>	966	1 382	806	93	-338	1 754	-518.9	1 419	834	58.8
dq: Sistema bancário	221	682	-1 028	--	12	--	--	--	--	--
6.2. Externo (líq.)	2 438	3 309	5 939	4 994	5 317	4 271	80.3	8 764	553	6.3
Desembolsos <sup>5</sup>	2 268	3 108	5 886	5 348	5 745	4 455	77.5	9 216	667	7.2
Transf. do FMI por conta HIPC	455	513	538	237	330	484	--	368	--	--
Amortizações efectivas	286	311	485	591	758	668	88.1	820	114	13.9
7. Diferencial de Financiamento <sup>6</sup>	0	0	0	0	-19	0	--	0	1 026	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> Grau de execução face ao orçamentado (em %); <sup>2</sup> Inclui receitas não discriminadas; <sup>3</sup> Inclui despesas não discriminadas; <sup>4</sup> Inclui outras despesas correntes; <sup>5</sup> Os valores da execução de 2004 incluem movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize, no valor de MZM 2 482 milhões, pelo que, descontando esse valor, o financiamento interno líquido seria de MZM -728 milhões e os desembolsos externos ascenderiam a MZM 6 937 milhões; <sup>6</sup> Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro II.4a.9.  
SÍNTESE MONETÁRIA, 2000 - 2005

Em mil milhões de MZM

	2000	2001	2002	2003 Est.	2004		2004/2003		2005		2005p/2004		Maio05/2004	
					Prog.	Dez.	(1)	(2)	Prog. Rev.	Maio	(1)	(2)	(1)	(2)
<b>Activos Líquidos s/ Exterior</b>	<b>4 350</b>	<b>7 810</b>	<b>12 358</b>	<b>14 412</b>	<b>14 963</b>	<b>26 499</b>	<b>83.9</b>	<b>37.5</b>	<b>24 354</b>	<b>31 954</b>	<b>-8.1</b>	<b>-6.3</b>	<b>20.6</b>	<b>16.0</b>
Banco Central	-99	1 766	4 143	6 574	6 121	21 504	-227.1	46.3	18 893	24 944	12.1	-7.6	-16.0	10.1
Disponibilidades s/ Exterior	13 018	17 313	20 510	23 304	--	25 329	8.7	6.3	--	29 390	--	--	--	--
Responsabilidades s/ Exterior	-13 117	-15 547	-16 367	-16 729	--	-3 824	-77.1	-40.0	--	-4 446	--	--	--	--
Bancos Comerciais	4 449	6 044	8 215	7 838	8 842	4 994	-36.3	-8.8	5 461	7 010	9.3	1.4	40.4	5.9
<b>Crédito Interno Total</b>	<b>6 207</b>	<b>9 697</b>	<b>10 907</b>	<b>10 779</b>	<b>14 753</b>	<b>6 828</b>	<b>-36.7</b>	<b>-12.2</b>	<b>14 517</b>	<b>8 305</b>	<b>112.6</b>	<b>22.5</b>	<b>21.6</b>	<b>4.3</b>
Crédito líquido ao S.P.A.	-5 137	-4 246	-3 616	-3 541	-3 991	-6 684	-88.7	-9.7	-972	-7 711	85.5	16.7	-15.4	-3.0
Crédito concedido	1 619	2 281	2 846	4 881	--	8 749	79.2	12.0	--	13 876	--	--	--	--
Depósitos	-3 168	-4 243	-4 099	-6 707	--	-12 348	84.1	17.5	--	-19 139	--	--	--	--
Em moeda nacional	-2 734	-3 370	-3 688	-6 277	--	-11 550	84.0	16.3	--	-18 345	--	--	--	--
Em moeda estrangeira	-435	-873	-411	-430	--	-798	85.5	1.1	--	-794	--	--	--	--
Fundos consignados	-3 588	-2 284	-2 363	-1 715	--	-3 085	79.9	4.2	--	-2 448	--	--	--	--
Crédito à economia	11 344	13 944	14 523	14 320	18 744	13 513	-5.6	-2.5	15 489	16 016	14.6	5.8	18.5	7.3
Em moeda nacional	6 993	8 539	7 847	6 316	--	5 621	-11.0	-2.2	--	5 916	--	--	--	--
Em moeda estrangeira	4 350	5 405	6 676	8 004	--	7 892	-1.4	-0.3	--	10 100	--	--	--	--
Total do Activo	10 557	17 507	23 264	25 191	29 716	33 327	32.3	--	38 871	40 259	16.6	--	20.8	--
<b>Massa Monetária (M2)</b>	<b>16 779</b>	<b>21 763</b>	<b>26 145</b>	<b>32 257</b>	<b>33 977</b>	<b>34 174</b>	<b>5.9</b>	<b>5.9</b>	<b>39 127</b>	<b>38 110</b>	<b>14.5</b>	<b>14.5</b>	<b>11.5</b>	<b>11.5</b>
Circulação monetária	2 425	2 970	3 486	4 259	4 587	5 225	22.7	--	5 982	4 840	14.5	--	-7.4	--
Depósitos à ordem	10 775	14 034	16 367	18 901	20 938	19 255	1.9	--	21 544	22 927	11.9	--	19.1	--
Quase-moeda	3 579	4 759	6 292	9 097	8 453	9 695	6.6	--	11 601	10 343	19.7	--	6.7	--
Outras Rubricas (líq.)	-6 222	-4 256	-2 881	-7 066	-4 261	-847	88.0	19.3	-257	2 150	69.7	1.7	353.7	8.8
dq: Contrapartida de flutuações cambiais	-8 401	-9 735	-9 412	-10 071	--	-8 447	16.1	5.0	--	1 623	--	--	--	--
Total do Passivo	10 557	17 507	23 264	25 191	29 716	33 327	32.3	--	38 871	40 259	16.6	--	20.8	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação percentual face ao período anterior; (2) Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro II.4a.10.  
TAXAS DE JURO, 1999 - 2005

Taxas anuais	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mai.
Depósitos							
Depósitos à ordem							
Depósitos a prazo							
Até 90 dias							
91-180 dias	7.9	10.8	18.6	16.1	10.9	9.0	8.2
181-365 dias	8.9	11.7	19.4	17.3	12.3	9.9	8.7
1-2 anos	9.6	11.8	18.9	16.5	13.7	9.5	8.6
Mais de 2 anos							
Crédito <sup>1</sup>							
Até 180 dias			33.2	38.3	31.7	25.1	22.9
181-365 dias	22.1-29.1	21.8-28.1	35.3	37.1	28.1	23.7	21.9
1-2 anos			33.2	34.2	25.0	22.2	20.7
Mais de 2 anos			30.9	33.1	25.0	19.6	20.0
Taxas de Referência							
Facilidade Perm. de Cedência			35.0	26.5	18.5	13.5	11.5
Bilhetes do Tesouro (91 dias)			31.7		12.6	10.5	9.0
MMI sem garantia (Até 7 dias)	9.8			18.6	11.5	9.0	4.8
<i>Pro memoria:</i>							
Inflação (t.v. homóloga no mês)	6.2	11.5	21.9	9.1	13.8	9.1	11.8

Fonte: Banco de Moçambique.

<sup>1</sup> O rápido desenvolvimento do sistema financeiro moçambicano dificultou uma adequada apreensão das taxas activas praticadas para diferentes prazos, pelo que o Banco de Moçambique optou, entre 1997 e 2000, por divulgar apenas as taxas observadas para o prazo em causa (das quais acima se apresentam os respectivos níveis mínimo e máximo).

Quadro II.4a.11.  
 TAXAS DE CÂMBIO, 1990 - 2005

Taxas médias

	MZM/EUR			MZM/USD					ITCE <sup>1</sup>	
	Merc. oficial	Merc. livre	Dif. (%)	Merc. oficial	Merc. paralelo	Merc. livre	Diferenciais (%)		(base 100: 1990)	
	(M.O.)	(M.L.)	M.L./M.O.	(M.O.)	(M.P.)	(M.L.)	M.P./M.O.	M.L./M.O.	Nominal	Real
1990	--	--	--	929.0	2 154.5	--	131.92	--	100.00	100.00
1991	--	--	--	1 434.5	2 167.3	1 943.5	51.08	35.49	66.71	78.77
1992	--	--	--	2 432.8	2 940.5	2 544.7	20.87	4.60	39.39	64.28
1993	--	--	--	3 722.7	4 500.0	3 866.1	20.88	3.85	28.02	61.21
1994	--	--	--	5 918.1	6 678.5	6 038.6	12.85	2.04	18.37	60.81
1995	--	--	--	8 889.8	9 611.3	9 022.7	8.12	1.50	12.06	54.52
1996	--	--	--	11 139.7	11 909.4	11 293.8	6.91	1.38	10.86	69.35
1997	--	--	--	11 394.6	11 708.3	11 545.6	2.75	1.33	11.47	74.37
1998	13 320.1	13 312.3	-0.06	11 853.4	12 055.7	11 850.3	1.71	-0.03	12.39	77.83
1999	13 481.1	13 531.2	0.37	12 673.3	12 844.4	12 689.4	1.35	0.13	12.19	76.02
2000	13 979.9	14 044.8	0.46	15 140.9	15 995.9	15 254.1	5.65	0.75	11.13	75.32
2001	18 293.7	18 515.4	1.21	20 455.5	21 145.4	20 706.5	3.37	1.23	9.51	67.41
2002	21 896.4	22 370.7	2.17	23 180.4	24 281.3	23 665.4	4.75	2.09	9.44	73.76
2003	26 360.4	26 874.1	1.95	23 340.9	24 248.7	23 782.3	3.89	1.89	7.44	63.36
2004	27 457.0	27 782.7	1.19	22 130.9	23 165.5	22 581.3	4.67	2.04	7.00	66.11
2003										
Janeiro	24 718.1	25 248.2	2.14	23 342.1	24 228.3	23 801.0	3.80	1.97	8.19	65.42
Fevereiro	25 142.7	25 648.2	2.01	23 344.1	24 581.3	23 809.0	5.30	1.99	7.96	65.02
Março	25 245.5	25 719.2	1.88	23 348.0	24 428.1	23 816.8	4.63	2.01	7.81	64.97
Abril	25 311.6	25 830.0	2.05	23 353.0	24 171.2	23 809.6	3.50	1.96	7.60	63.80
Mai	26 869.7	27 489.4	2.31	23 349.4	24 132.5	23 815.5	3.35	2.00	7.52	64.20
Junho	27 326.7	27 786.1	1.68	23 345.6	24 260.9	23 776.9	3.92	1.85	7.64	64.88
Julho	26 539.7	26 914.9	1.41	23 335.1	24 182.2	23 668.4	3.63	1.43	7.47	63.48
Agosto	26 086.6	26 479.0	1.50	23 330.2	24 428.8	23 743.7	4.71	1.77	7.41	63.13
Setembro	26 037.3	26 554.8	1.99	23 324.4	24 503.0	23 735.2	5.05	1.76	7.32	62.91
Outubro	27 272.4	27 805.6	1.96	23 346.0	24 375.0	23 774.6	4.41	1.84	7.02	61.13
Novembro	27 206.2	27 795.1	2.16	23 319.9	24 047.8	23 801.8	3.12	2.07	6.88	60.58
Dezembro	28 569.0	29 218.3	2.27	23 352.8	23 644.8	23 834.9	1.25	2.06	6.68	60.73
2004										
Janeiro	29 479.8	29 900.9	1.43	23 350.0	24 135.0	23 688.4	3.36	1.45	6.91	64.36
Fevereiro	29 581.1	30 156.5	1.95	23 366.2	24 634.4	23 839.6	5.43	2.03	6.79	63.35
Março	28 709.0	29 252.4	1.89	23 375.1	24 432.8	23 843.9	4.53	2.01	6.75	63.30
Abril	28 049.3	28 580.6	1.89	23 382.4	24 261.7	23 829.4	3.76	1.91	6.74	63.81
Mai	27 917.7	28 514.5	2.14	23 283.4	24 218.7	23 747.2	4.02	1.99	6.92	65.81
Junho	27 863.0	28 471.9	2.19	22 924.3	24 028.7	23 436.0	4.82	2.23	6.78	64.29
Julho	27 533.9	27 634.6	0.37	22 455.4	23 571.9	23 047.9	4.97	2.64	6.72	63.59
Agosto	26 971.1	27 108.1	0.51	22 141.0	23 162.5	22 674.0	4.61	2.41	7.04	66.40
Setembro	26 393.8	26 446.5	0.20	21 672.9	23 031.3	22 243.8	6.27	2.63	7.25	68.19
Outubro	25 797.6	25 917.1	0.46	20 698.4	21 825.0	21 009.3	5.44	1.50	7.45	70.21
Novembro	25 786.6	25 921.5	0.52	19 931.1	20 846.9	20 274.7	4.59	1.72	7.41	70.30
Dezembro	25 401.7	25 487.5	0.34	18 991.1	19 837.5	19 341.9	4.46	1.85	7.49	72.29
2005										
Janeiro	24 581.1	24 691.3	0.45	18 777.7	19 879.7	18 777.0	5.87	0.00	7.78	76.19
Fevereiro	23 890.2	23 891.7	0.01	18 379.4	19 762.5	18 380.3	7.53	0.01	8.01	77.99
Março	25 863.9	25 801.9	-0.24	19 599.5	20 100.0	19 553.7	2.55	-0.23	7.51	72.83
Abril	25 735.0	25 839.2	0.41	19 763.1	20 485.0	19 972.7	3.65	1.06	7.58	72.98
Mai	29 813.6	29 879.7	0.22	23 375.1	23 415.6	23 525.8	0.17	0.64	6.53	62.85
Junho	29 750.1	29 774.5	0.08	24 433.7	--	24 464.2	--	0.13	6.54	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 1992/96 (apreciação: +; depreciação: -).

## São Tomé e Príncipe

*Área:* 997 Km<sup>2</sup>

*Capital:* São Tomé

*População:* 137 000 hab.

*Moeda:* Dobra



### II.5.1. Síntese

O crescimento da economia de S. Tomé e Príncipe manteve-se, em 2004, essencialmente ao mesmo ritmo do ano anterior (4%), mas a inflação acentuou-se claramente ao longo do ano, tendência que aliás se manteve nos primeiros meses de 2005.

As contas externas degradaram-se significativamente, o mesmo tendo acontecido com as contas públicas.

O agravamento do défice orçamental, que se acentuou desde meados de 2003, encontra o seu fundamento na marcada expansão das despesas públicas (nomeadamente na componente salarial), circunstância a que não terá sido alheia a expectativa do início do fluxo financeiro relativo à assinatura do primeiro contrato de exploração de petróleo (que deveria ter ocorrido em 2004 mas que não se materializou).

O actual governo reafirmou o seu propósito de corrigir estes desequilíbrios macroeconómicos ao longo de um período de três anos (2005-07), implementando um programa de consolidação fiscal. Assim, espera-se ainda uma pequena redução da taxa de crescimento do produto no presente ano, recuperando mais significativamente nos dois anos seguintes, e que no final desse período (2007) a inflação volte a expressar-se a um só dígito.

Para a concretização deste cenário deverá contribuir o novo *Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF) arrangement*, recentemente acordado com o Fundo Monetário Internacional, o qual para além dos recursos financeiros do FMI a que dará acesso, virá reforçar as perspectivas de sucesso nas negociações com os membros do Club de Paris e demais credores com vista à obtenção do reescalonamento da dívida externa de S. Tomé.

Idêntica negociação tinha ocorrido no ano de 2000 (concluída em Maio desse ano), tendo sido concedido a S. Tomé o reescalonamento e o alívio da dívida nos termos de Nápoles até à verificação do “*completion*

point” da iniciativa HIPC, o que se espera agora que ocorra em 2006. No entanto o agravamento dos desequilíbrios, sobretudo no que respeita às finanças públicas, fez gorar o calendário inicialmente estabelecido e obrigou as autoridades a solicitar o reinício das negociações.

O processo de recuperação e saneamento económico actualmente em curso iniciou-se com a actualização da estratégia nacional para a redução da pobreza e consequente apresentação do respectivo *Poverty Reduction Strategy Paper* às instituições de Bretton Woods, o que permitiu o reinício das negociações com o FMI relativas à PRGF.

Quadro II.5.1.

#### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	2002	2003	2004	2005
			Est.	Proj.
PIB real ( <i>t. v. anual</i> )	4.1	4.0	3.8	3.2
Inflação ( <i>t. v. média</i> )	9.2	9.6	12.8	15.1
Massa monetária ( <i>t.v.</i> )	26.9	41.8	7.4	12.3
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i> )	-24.6	-20.2	-27.3	-28.2
Saldo orçamental (% <i>PIB</i> )	-16.4	-17.0	-26.3	51.4
Dívida Externa (% <i>PIB</i> )	359.5	333.5	313.5	306.3

Fontes: BCSTP e FMI.

Uma importante componente dessa estratégia de ajustamento passa pela adequada gestão dos fundos que vierem a ser resultantes da extracção de petróleo e nessa medida foi recentemente aprovada legislação criando um Fundo Permanente do Petróleo, que visa assegurar uma gestão transparente e efectiva destes recursos e promover a justiça intergeracional dos seus proveitos.

Note-se no entanto que só está previsto o efectivo início da exploração e produção de hidrocarbonetos no ano de 2012, pelo que quaisquer receitas que venham a ser arrecadadas até essa altura corresponderão a antecipações e bónus contratuais a serem pagos pelas entidades que ganhem direitos de exploração.

São Tomé e Príncipe continua assim a ser uma economia muito dependente da assistência externa e cuja estrutura ainda está

fortemente centrada na produção de cacau (praticamente o único bem de exportação) e no turismo, para além da produção agrícola e piscatória, fundamentalmente destinada ao auto-consumo ou à troca em mercados locais.

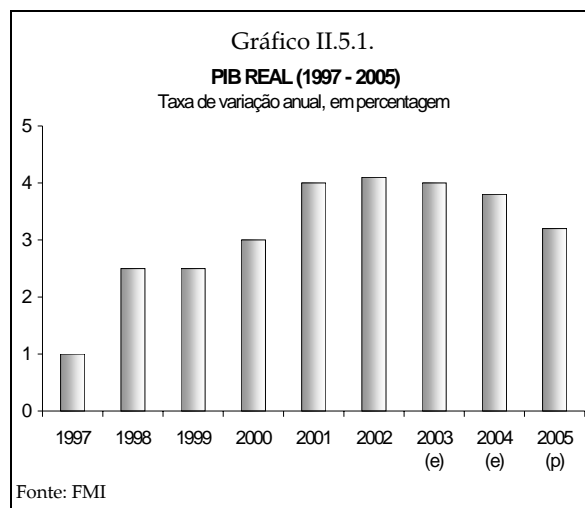
Apesar disso tem-se verificado nos últimos tempos algum interesse na constituição de novas instituições bancárias (eventualmente procurando posicionar-se desde já para o período da efectiva exploração petrolífera), três das quais entraram já em actividade, o que, aliado a uma postura mais agressiva por parte do banco comercial que até então operava em exclusividade, veio dar origem a um surto na concessão de crédito (mais do que duplicou durante o ano de 2004), o que veio igualmente contribuir para o reforço das tensões inflacionistas.

### II.5.2. Procura, Produção e Preços

Após algum progresso registado entre 1998 e 2003, a capacidade produtiva da economia são-tomense não se tem revelado capaz de crescer a taxas superiores a 4%, ritmo que se tem revelado quase constante ao longo da presente década, insuficiente para dar resposta às necessidades de desenvolvimento do país (o rendimento per capita é de cerca de 375 dólares anuais, um dos mais baixos do continente africano).

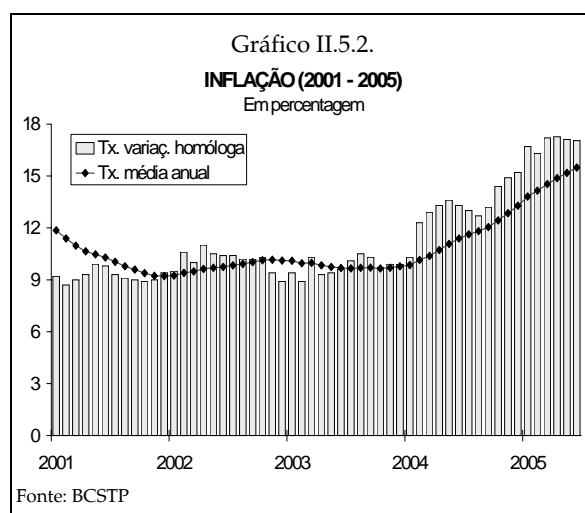
O consumo (público e privado) cifra-se em mais de 120% do produto, enquanto o investimento representa cerca de um terço do mesmo. Estes níveis de procura só são possíveis através da expressiva contribuição de donativos e transferências externas (no quadro da assistência técnica e do financiamento de projectos e programas).

A agricultura (nomeadamente para auto-sustento e produção de cacau) ainda deverá constituir o sector que ocupa mais mão-de-obra, mas, em termos de contribuição para o produto, o sector terciário (nomeadamente a administração pública e o comércio e transportes) é já claramente dominante.



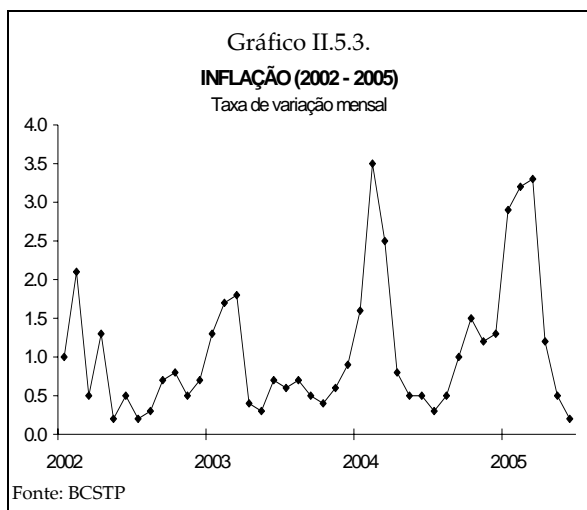
Devido à contenção orçamental que irá marcar o presente ano (e que se reflectirá sobretudo em cortes nas aquisições de bens e serviços por parte da administração bem como nas despesas de investimento) admite-se que o crescimento real do produto caia em 2005 para 3.2%.

O governo espera assim conseguir conter a inflação nos 15%, mas a forte tendência altista gerada em 2004 acentuou-se ainda mais no primeiro trimestre deste ano, estando desde então a taxa de variação homóloga dos preços no consumidor ancorada em torno dos 17%.



A persistência dos elevados preços dos bens energéticos importados bem como o eventual retorno do movimento ascendente do euro (moeda de denominação de cerca

de 70% das importações de S. Tomé) não favorece as perspectivas de inversão da tendência da inflação. Apesar disso no segundo trimestre de 2005 verificou-se um acentuado abrandamento do ritmo de variação dos preços que se espera que venha a ser sustentado.

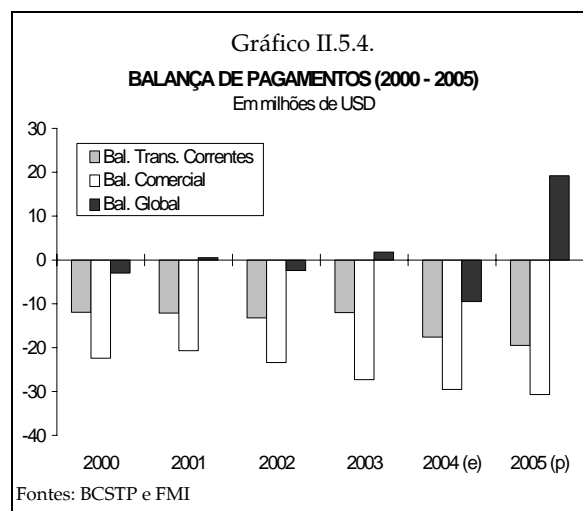


### II.5.3. Contas Externas

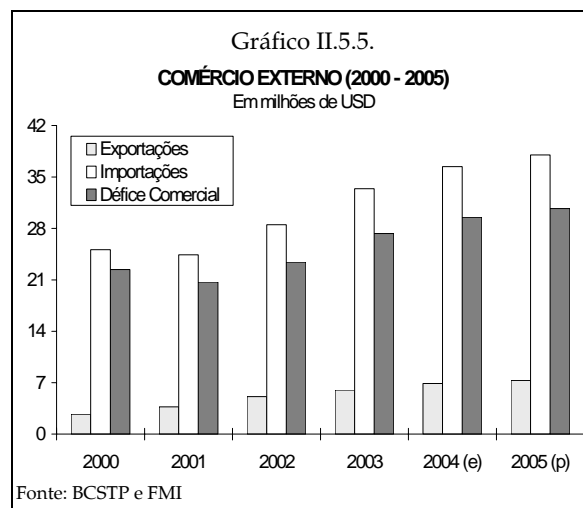
A situação do desequilíbrio externo de S. Tomé agravou-se significativamente no ano de 2004, comprometendo a evolução positiva que se havia registado nos três anos precedentes. O défice da balança corrente agravou-se mais de 7 p.p. atingindo cerca de 27.3% do PIB (no ano anterior tinha-se reduzido para 20.2%). Excluindo os fundos recebidos a título de donativos esse défice atinge o valor de 61.5% do PIB.

Do lado da componente comercial (mercadorias) houve um agravamento de 34% da factura energética, tendo, por outro lado, sido registado um menor valor das exportações de cacau. A nível dos serviços o aumento verificado nas receitas de turismo foi insuficiente para compensar o crescimento das importações de serviços. As transferências oficiais foram superiores em cerca de 2 milhões de USD ao valor registado no ano anterior, mas já o saldo líquido das transferências privadas apresentou um sinal negativo (ao contrário do que vinha sucedendo no passado recente) pelo que o

efeito conjugado de todos estes elementos deu origem à referida derrapagem da balança corrente.

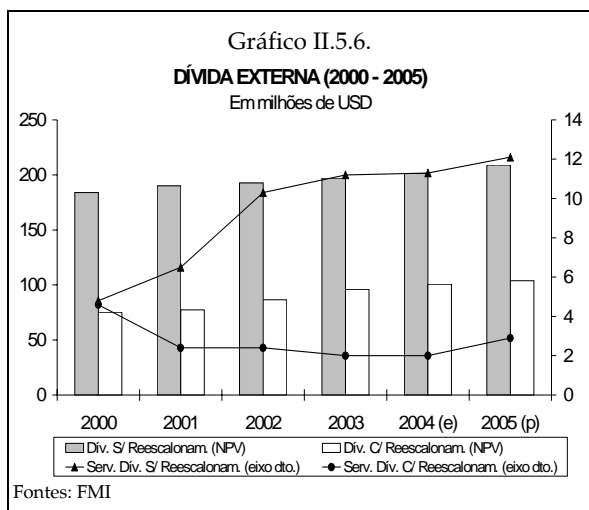


Em termos gerais a balança global apresentou um défice de 9.5 milhões de dólares, o qual foi financiado em partes sensivelmente iguais pela redução das reservas e pelo incremento dos atrasados perante o exterior.



A dívida externa continuou assim a agravar-se, conferindo fundamental importância à necessidade de S. Tomé e Príncipe negociar com os seus credores um acordo de reescalonamento da dívida.

Esta ascendia no final de Dezembro de 2004 a cerca de três vezes e meia o valor do PIB.



O benefício do reescalonamento e eventual alívio da dívida - espera-se que S. Tomé atinja durante a primeira metade de 2006 o "completion point" da iniciativa HIPC - viria complementar o acesso muito recentemente aprovado aos fundos da PRGF (2.96 milhões de SDR, dos quais 1.27 até Agosto de 2006), permitindo manter ao longo dos próximos três anos um nível de reservas mais confortável do que aquele que agora se verifica.

#### II.5.4. Finanças Públicas

Uma parte significativa das dificuldades experimentadas pela economia de S. Tomé ao longo do ano de 2004 radica no comportamento das suas contas públicas.

As despesas correntes aumentaram significativamente em 2004 face ao ano anterior (cerca de 13 p.p. do PIB), sendo esses incrementos generalizados: despesas com pessoal (o salário mínimo aumentou de 31 para 40 dólares mensais), com bens e serviços e em transferências. A perspectiva do esperado recebimento do primeiro bônus de assinatura de contrato de exploração de petróleo (que ascenderia a quase 50 milhões de dólares), bem como as tensões sociais e políticas vividas em 2003, terão sido os principais factores explicativos desta expansão das despesas públicas. As autoridades também tardaram em repercutir o aumento do preço internacional dos bens

petrolíferos no preço aos consumidores finais, degradando assim ainda mais a sua posição financeira.

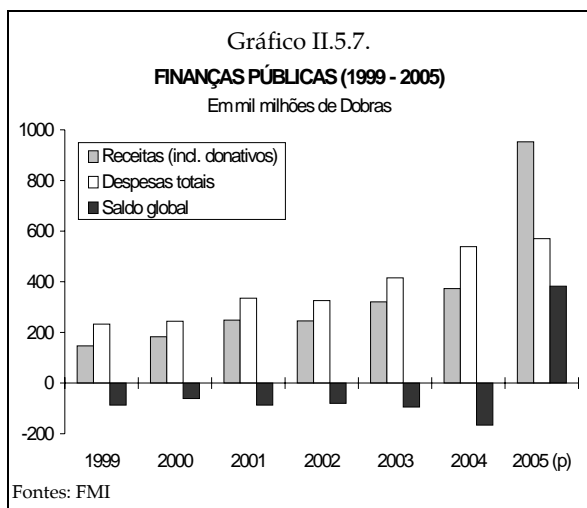
Quadro II.5.2.  
FINANÇAS PÚBLICAS

Em percentagem do PIB	2002	2003	2004	2005
			Est.	Proj.
Receitas totais	50.5	58.1	59.3	127.9
Receitas correntes	23.3	25.4	26.2	26.7
Donativos	27.2	32.5	30.9	28.2
Bonus contr. Petróleo	0.0	0.0	0.0	71.0
Despesas totais	66.9	75.1	85.6	76.5
dq: Desp. com pessoal	9.0	9.9	12.0	13.9
Transferências	8.4	6.5	10.5	12.4
Juros da dívida	5.3	4.7	4.8	4.9
Investimento	28.8	35.8	35.8	29.3
Saldo Global (base compr.)	-16.4	-17.0	-26.3	51.4

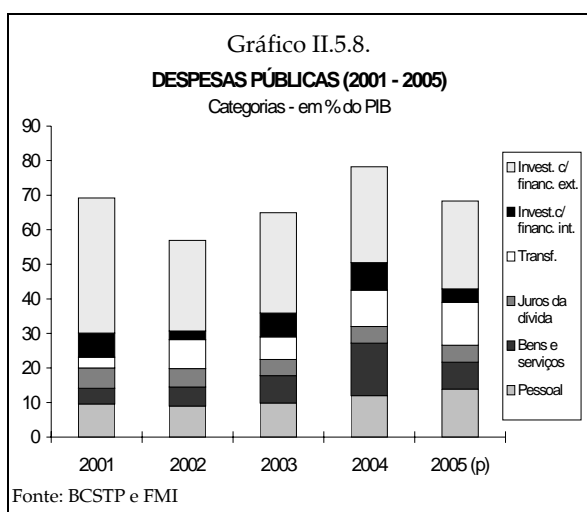
Fontes: BCSTP e FMI.

As medidas de contenção fiscal a implementar em 2005 passam por aumentos (e cobrança efectiva) de impostos que recaem sobre o consumo e as importações bem como sobre a propriedade urbana (nomeadamente por alargamento da base tributária). Está prevista também a implementação de um novo regime de imposto sobre o rendimento (pessoal e das empresas) que reforçará a progressividade do mesmo (embora só venha a entrar em vigor em Janeiro de 2006). Igualmente os aumentos do preço do petróleo serão integralmente reproduzidos no seu custo final para o consumidor.

Do lado das despesas esperam-se cortes em diversas áreas, nomeadamente na aquisição de bens e serviços e nas despesas de investimento público financiadas por recursos nacionais. Os aumentos de salários dos funcionários que foram efectuados no ano anterior irão permitir uma racionalização da estrutura de compensações pecuniárias, eliminando redundâncias que se generalizaram ao longo dos anos e que compreendem remunerações de trabalho extraordinário, suplementos salariais e outros subsídios dificilmente justificáveis e geradores de tensões sociais e profissionais.



Não obstante os referidos cortes o governo considera ser possível aumentar a componente da despesa pública afecta a objectivos sociais (“pró-poor spending”) de 22.2% para 28.2% do PIB em 2005.



Refira-se, por último, que o governo espera receber a muito breve trecho o primeiro bónus de contrato de exploração de petróleo (cerca de 50 milhões de dólares), o qual seria fundamentalmente destinado à regularização de atrasados e a dar início à constituição dos activos financeiros do Fundo de Petróleo, permitindo o registo de um saldo orçamental superior a 50% do PIB já em 2005.

## II.5.5. Situação Monetária e Cambial

Do comportamento em 2004 dos agregados monetários, tal como pode ser avaliado pelos dados estatísticos conhecidos, destaca-se o crescimento muito substancial do crédito ao sector privado, o qual aumentou cerca de 108%. O crédito líquido ao governo (positivo mas muito inferior em valor global ao anterior) também quase que duplicou.

A massa monetária não acompanhou esse ritmo de crescimento devido, por um lado, à redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior do sector bancário (na componente do banco central pois as disponibilidades líquidas do restante sector bancário aumentaram) e, por outro e de forma mais significativa, à forte contracção registada na rubrica de “diversos líquidos”.

Este comportamento é consistente com a possibilidade da expansão do crédito ter sido financiada por recursos próprios dos bancos comerciais e ter sido canalizada para o exterior, não resultando assim no crescimento dos depósitos e da massa monetária do sector bancário são-tomense.

Esta evolução explica também o facto de no final de 2004 o crédito ao sector privado representar 152.7% do volume de depósitos captados (em 2003 o crédito correspondia a 80.3% dos depósitos) e, noutro domínio, as transferências de particulares para o exterior terem sido muito mais avultadas que nos anos precedentes.

A eficácia da política monetária foi condicionada pelo facto das autoridades estarem essencialmente preocupadas com a estabilidade cambial, promovendo leilões de divisas e intervindo no reduzido mercado cambial em ordem a prevenirem uma excessiva depreciação da dobra.

Esta política só foi parcialmente conseguida pois a dobra depreciou-se em 2004 6.4% face ao dólar, valor não muito elevado mas claramente superior aos 3% e 2% que se haviam registado nos anos anteriores. Por outro lado a depreciação da dobra face ao euro foi claramente superior (cerca de

17%) o que terá reforçado as pressões inflacionistas, pois a esmagadora maioria das importações de S. Tomé e Príncipe são provenientes de países da zona euro (Portugal, Holanda, Bélgica, França).

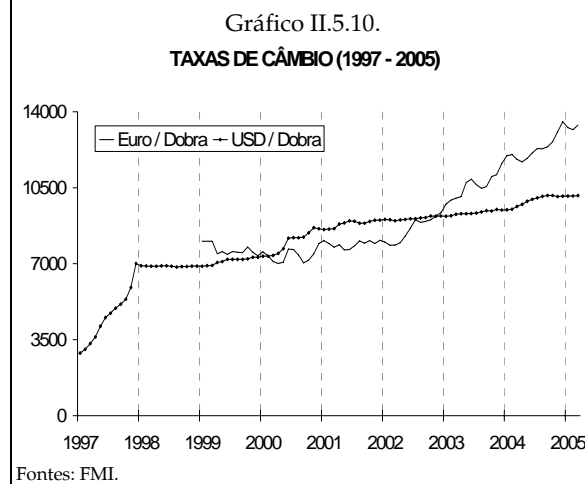
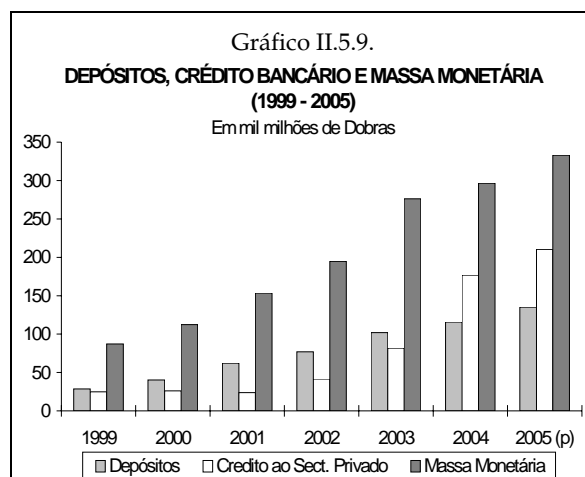
Esta situação (preponderância do comércio externo com a zona euro enquanto a referência cambial é essencialmente o dólar) induz dificuldades na prossecução da política cambial, que dificilmente serão resolvidas no futuro quando as receitas da exploração do petróleo (tradicionalmente denominadas em dólares) vierem a assumir um papel de relevo na balança de pagamentos de S. Tomé.

Em 2005 as autoridades tencionam combater a inflação recorrendo a medidas de política monetária, nomeadamente instrumentos de controlo indirecto, como a introdução de certificados de depósito do banco central com o objectivo de absorverem a liquidez dos bancos comerciais.

Espera-se que esta nova forma de actuação da política monetária permita criar as condições para reduzir o crescimento do crédito ao sector privado para cerca de 19%, o que, no quadro das hipóteses prevalecentes sobre o comportamento das disponibilidades líquidas sobre o exterior, seria compatível com um incremento da massa monetária da ordem dos 12.3%, em simultâneo com a manutenção de uma velocidade de circulação da moeda ao nível dos anos anteriores.

No domínio cambial prevê-se que o mercado passe a ter um papel acrescido na determinação da taxa de câmbio evitando-se um uso tão intensivo das reservas inter-

nacionais para absorver liquidez, como sucedeu em 2004, com a inerente redução do seu nível para níveis críticos (as reservas do BCSTP cobriam somente 3.4 meses de importação no final de 2004, quando no início desse ano o respectivo valor era de 5.4 meses).



Quadro II.5a.1.  
**PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2000 - 2005**

		2000	2001	2002	2003	2004	2005
		Est	Est	Est	Est	Est	Prog.
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>							
PIB nominal	em milhões de USD	46.3	47.7	53.6	59.1	64.3	68.2
PIB real	taxa de variação anual	3.0	4.0	4.1	4.0	3.8	3.2
I. P. Consumidor	tx. variação homóloga	9.6	9.4	8.9	10.2	15.2	15.0
	taxa de variação média	12.2	9.5	9.2	9.6	12.8	15.1
<b>PROCURA INTERNA</b>							
Consumo privado	em % do PIB		123.0	117.5	116.7	122.0	122.0
Investimento bruto	em % do PIB		35.8	32.5	36.1	34.5	37.3
Investimento público	em % do PIB		21.6	14.5	20.1	19.4	16.4
Investimento privado	em % do PIB		14.2	18.0	16.0	15.1	21.0
<b>CONTAS EXTERNAS</b>							
Balança Comercial	em milhões de USD	-22.4	-20.7	-23.4	-27.3	-29.5	-30.7
Exportações f.o.b.	em milhões de USD	2.7	3.7	5.1	6.0	6.9	7.3
Importações f.o.b.	em milhões de USD	25.1	24.4	28.5	33.4	36.4	38.0
Serviços e rendimentos (líquidos)	em milhões de USD	-5.9	-10.0	-6.2	-6.7	-9.9	-12.6
Transferências	em milhões de USD	16.4	18.6	16.5	22.1	21.8	23.7
Bal.Trans.Correntes (excl. transf. oficiais)	em milhões de USD	-27.8	-30.1	-28.9	-32.2	-39.6	-41.8
Bal.Trans.Correntes (incl. transf. oficiais)	em milhões de USD	-11.9	-12.1	-13.2	-12.0	-17.6	-19.5
Balança de Capitais	em milhões de USD	8.9	7.9	2.0	4.0	9.1	38.7
Balança Global	em milhões de USD	-3.0	0.5	-2.4	1.8	-9.5	19.2
<b>FINANÇAS PÚBLICAS</b>							
Receitas totais (c/ donativos)	em % do PIB	46.2	59.0	50.5	58.1	59.3	127.9
Das quais:	em % do PIB						
Receitas fiscais correntes	em % do PIB	20.2	18.3	19.5	20.7	23.4	24.1
Donativos	em % do PIB	26.1	37.8	27.2	32.5	30.9	28.2
Bonus assinatura contratos petróleo	em % do PIB	...	...	...	...	...	71.0
Despesas totais	em % do PIB	61.6	79.5	66.9	75.0	87.0	76.5
Despesas correntes	em % do PIB	16.4	28.9	32.2	33.2	46.5	42.7
das quais: Despesas com Pessoal	em % do PIB	7.3	9.6	9.0	9.9	12.0	13.9
Juros da Dívida Pública	em % do PIB	6.6	5.9	5.3	4.7	4.8	4.9
Despesas de investimento	em % do PIB	39.2	46.0	28.8	35.8	35.8	29.3
Despesas sociais relativas à HIPC	em % do PIB		4.1	4.6	6.1	4.8	4.5
Saldo global (base compromissos)	em % do PIB	-15.4	-20.5	-16.4	-17.0	-26.3	51.4
Saldo global (base caixa)	em % do PIB	-37.3	-19.6	-6.4	-11.9	-19.8	27.7
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>							
Massa monetária	taxa de variação anual	28.8	36.7	41.3	81.4	20.3	36.5
Crédito líquido ao Governo	taxa de variação anual	57.7	4.5	-0.3	29.7	16.6	5.2
Crédito ao sector privado	taxa de variação anual	4.9	-8.6	18.6	40.2	95.0	33.6
Taxa de referência do Banco Central	em %, no final do ano	17.0	15.5	15.5	14.5	14.5	...
Taxa de juro activa a 1 ano	em %, no final do ano	37.0	37.0	38.0	31.5	30.5	...
Taxa de juro passiva a 1 ano	em %, no final do ano	15.0	15.0	15.0	10.4	10.4	...
<b>TAXAS DE CÂMBIO (mercado oficial)</b>							
Tx. nominal Euro / STD	taxas médias anuais	7 367.4	7 900.7	8 585.7	10 567.6	12 305.9	...
Tx. nominal USD / STD	taxas médias anuais	7 978.2	8 842.1	9 088.3	9 347.6	9 902.3	...
<b>DÍVIDA EXTERNA (NPV)</b>							
	em milhões de USD	184.0	190.1	192.7	197.1	201.6	208.9
	em % das export.	1 256.4	1 200.9	1 142.5	1 024.5	899.7	836.8
	em % do PIB	397.4	398.5	359.5	333.5	313.5	306.3
Serviço da dívida	em % das export.	31.0	42.1	52.4	49.5	45.3	51.5

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.5a.2.

**PRODUTO INTERNO BRUTO E PROCURA FINAL, 2000 - 2005**

Em percentagem do PIB

	2000	2001	2002	2003 Est	2004 Est	2005 Prog.
<b>Sector Primário</b>	<b>20.1</b>	<b>19.2</b>	<b>18.0</b>	<b>17.0</b>	...	...
Agricultura	16.3	15.6	14.7	13.9	...	...
Pesca	3.7	3.5	3.3	3.1	...	...
<b>Sector Secundário</b>	<b>17.3</b>	<b>16.6</b>	<b>15.5</b>	<b>14.6</b>	...	...
Manufatura e energia	5.5	5.2	4.8	4.4	...	...
Construção	11.9	11.4	10.7	10.1	...	...
<b>Sector Terciário</b>	<b>62.6</b>	<b>64.2</b>	<b>66.5</b>	<b>68.4</b>	...	...
Comércio e transporte	25.3	25.9	26.5	26.9	...	...
Administração pública	24.9	25.6	26.9	28.2	...	...
Instituições financeiras	9.8	10.1	10.4	10.6	...	...
Outros serviços	2.6	2.6	2.7	2.7	...	...
<b>Consumo</b>	<b>111.8</b>	<b>123.0</b>	<b>117.5</b>	<b>116.7</b>	<b>122.0</b>	<b>122.0</b>
Consumo privado	80.2	75.5	75.3	69.8	...	...
Consumo público	31.6	47.5	37.2	39.7	...	...
<b>Investimento bruto</b>	<b>35.8</b>	<b>35.8</b>	<b>32.5</b>	<b>36.1</b>	<b>34.5</b>	<b>37.3</b>
Investimento público	...	21.6	14.5	20.1	19.4	16.4
Investimento privado	...	14.2	18.0	16.0	15.1	21.0
<b>Procura interna</b>	<b>147.7</b>	<b>158.8</b>	<b>150.0</b>	<b>152.8</b>	<b>156.5</b>	<b>159.3</b>
Exportações de bens e serviços	33.4	32.6	36.5	37.7	41.3	42.4
<b>Procura global</b>	<b>181.1</b>	<b>191.4</b>	<b>186.5</b>	<b>190.5</b>	<b>197.8</b>	<b>201.7</b>
Importações de bens e serviços	81.0	91.4	81.8	77.5	81.4	82.5
<i>Por memória:</i>						
<b>Produto Interno Bruto</b> (tx. de variação real anual)	<b>3.0</b>	<b>4.0</b>	<b>4.1</b>	<b>4.0</b>	<b>3.8</b>	<b>3.2</b>
<b>Prod. Interno Bruto nominal</b> (em milhões de USD)	<b>46.3</b>	<b>47.7</b>	<b>53.6</b>	<b>59.1</b>	<b>64.3</b>	<b>68.2</b>

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.5a.3.

**ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1998 - 2005**

Em percentagem

		Var. mensal [ 1 ]	Var. acumulada [ 2 ]	Var. homóloga [ 3 ]	Var. média [ 4 ]
1998		...	...	20.9	50.5
1999		...	...	12.6	12.7
2000		...	...	9.6	12.2
2001		...	...	9.4	9.2
2002		...	...	8.9	10.1
2003		...	...	9.9	9.8
2004		...	...	15.2	13.3
2002	Janeiro	1.0	1.0	9.5	9.2
	Fevereiro	2.1	3.1	10.6	9.4
	Março	0.5	3.6	10.0	9.5
	Abril	1.3	4.9	11.0	9.6
	Maiο	0.2	5.1	10.5	9.7
	Junho	0.5	5.6	10.4	9.7
	Julho	0.2	5.8	10.4	9.8
	Agosto	0.3	6.1	10.2	9.9
	Setembro	0.7	6.8	10.2	10.0
	Outubro	0.8	7.7	10.3	10.1
	Novembro	0.5	8.2	9.4	10.2
	Dezembro	0.7	8.9	8.9	10.1
2003	Janeiro	1.3	1.3	9.4	10.1
	Fevereiro	1.7	3.0	8.9	10.0
	Março	1.8	4.8	10.3	10.0
	Abril	0.4	5.2	9.3	9.8
	Maiο	0.3	5.5	9.4	9.7
	Junho	0.7	6.2	9.6	9.7
	Julho	0.6	6.8	10.1	9.7
	Agosto	0.7	7.5	10.5	9.7
	Setembro	0.5	8.0	10.3	9.7
	Outubro	0.4	8.4	9.7	9.7
	Novembro	0.6	9.0	9.9	9.7
	Dezembro	0.9	9.9	9.9	9.8
2004	Janeiro	1.6	1.6	10.3	9.9
	Fevereiro	3.5	5.1	12.3	10.1
	Março	2.5	7.6	12.9	10.4
	Abril	0.8	8.4	13.3	10.7
	Maiο	0.5	8.9	13.6	11.1
	Junho	0.5	9.4	13.3	11.4
	Julho	0.3	9.7	13.0	11.6
	Agosto	0.5	10.2	12.7	11.8
	Setembro	1.0	11.2	13.2	12.1
	Outubro	1.5	12.7	14.4	12.4
	Novembro	1.2	13.9	14.9	12.8
	Dezembro	1.3	15.2	15.2	13.3
2005	Janeiro	2.9	2.9	16.7	13.8
	Fevereiro	3.2	6.1	16.3	14.2
	Março	3.3	9.4	17.2	14.5
	Abril	1.2	10.6	17.3	14.9
	Maiο	0.5	11.1	17.1	15.2
	Junho	0.2	11.3	17.0	15.5

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.

[1] mês n / mês n-1; [2] mês n / Dez. anterior; [3] mês n / mês n do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.5a.4.  
**BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2000 - 2005**

Em milhões de USD

	2000	2001	2002	2003	2004 Est.	2005 Prog.
<b>Balança Corrente</b>	<b>-11.9</b>	<b>-12.1</b>	<b>-13.2</b>	<b>-12.0</b>	<b>-17.6</b>	<b>-19.5</b>
<i>Idem, excluindo transferências oficiais</i>	<i>-27.8</i>	<i>-30.1</i>	<i>-28.9</i>	<i>-32.2</i>	<i>-39.6</i>	<i>-41.8</i>
<b>Balança comercial</b>	<b>-22.4</b>	<b>-20.7</b>	<b>-23.4</b>	<b>-27.3</b>	<b>-29.5</b>	<b>-30.7</b>
Exportações (f.o.b.)	2.7	3.7	5.1	6.0	6.9	7.3
das quais: Cacau	2.4	3.3	4.6	5.5	5.3	5.7
Importações (f.o.b.)	25.1	24.4	28.5	33.4	36.4	38.0
das quais: Produtos alimentares	6.1	7.7	9.2	12.0	13.1	13.4
das quais: Bens de investimento	11.4	11.4	13.6	14.1	14.9	13.6
das quais: Produtos petrolíferos	4.0	4.1	4.3	3.8	5.1	6.2
<b>Balança de serviços e rendimentos</b>	<b>-5.9</b>	<b>-10.0</b>	<b>-6.2</b>	<b>-6.7</b>	<b>-9.9</b>	<b>-12.6</b>
Balança de serviços	-2.8	-7.3	-3.4	-3.9	-6.8	-9.7
Exportações de serviços	13.6	11.9	14.5	16.5	18.2	20.0
das quais: Turismo	9.9	8.4	10.4	11.6	12.5	13.4
Importações de serviços	16.4	19.2	17.9	20.4	25.0	29.7
das quais: Fretes e seguros	3.9	5.1	6.1	6.7	7.3	7.6
das quais: Assistência técnica	6.9	9.9	7.5	8.2	9.1	9.8
Balança de rendimentos	-3.0	-2.7	-2.8	-2.8	-3.1	-2.8
dos quais: Juros da dívida	-3.0	-2.7	-2.8	-2.8	-3.1	-3.2
<b>Transferências unilaterais</b>	<b>16.4</b>	<b>18.6</b>	<b>16.5</b>	<b>22.1</b>	<b>21.8</b>	<b>23.7</b>
Transferências privadas (liq.)	0.5	0.6	0.8	1.8	-0.2	1.5
Transferências oficiais (liq.)	15.9	18.0	15.7	20.3	22.0	22.2
das quais: Projectos de invest. público	12.0	13.8	12.1	15.2	14.1	13.9
<b>Balança de Capitais</b>	<b>8.9</b>	<b>7.9</b>	<b>2.0</b>	<b>4.1</b>	<b>9.0</b>	<b>38.8</b>
Capitais de médio / longo prazo (líquidos)	8.1	7.0	-1.0	1.1	4.9	53.5
dos quais: Empr. p/ projectos e programas	7.6	7.8	2.0	5.2	8.9	5.8
dos quais: Investim. directo estrang. (líq.)	3.8	3.3	3.6	3.4	3.5	8.5
dos quais: Bónus assinat. contr. petrolíferos	--	--	--	--	--	49.2
dos quais: Amortizações da dívida	-3.3	-4.1	-6.5	-7.6	-7.5	-8.9
Capitais de curto prazo	0.8	0.9	3.0	3.0	4.1	-14.7
Erros e Omissões	--	4.7	8.7	9.8	-1.0	0.0
<b>Balança Global</b>	<b>-3.0</b>	<b>0.5</b>	<b>-2.4</b>	<b>1.8</b>	<b>-9.5</b>	<b>19.2</b>
<b>Financiamento</b>	<b>3.0</b>	<b>-0.5</b>	<b>2.4</b>	<b>-1.8</b>	<b>9.5</b>	<b>-19.2</b>
Variação de reservas internac. líquidas [ <i>aumento: -</i> ]	--	-2.6	-2.4	-6.0	4.5	-3.0
Uso de recursos do FMI (PRGF)	--	--	--	--	--	1.1
Fundo Permanente do Petróleo [ <i>aumento: -</i> ]	--	--	--	--	--	-22.8
Atrasados méd./longo prazo (líquidos) [ <i>redução: -</i> ]	--	2.1	4.9	4.0	5.0	-15.3
Alívio de dívida (HIPC bilateral)	--	--	--	--	--	2.6
Reescalamento de atrasados	--	--	--	--	--	18.1
<b>Por memória:</b>						
Saldo da Balança Corrente em % do PIB	-25.7	-25.3	-24.6	-20.2	-27.3	-28.2

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional

Quadro II.5a.5.

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1998 - 2004**

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1998 a 2004
Angola	2.1	1.8	11.8	0.5	2.1	1.7	1.8	3.1
Bélgica	6.3	1.0	7.0	9.7	13.1	15.1	9.5	8.8
Holanda	61.1	87.6	62.9	58.1	60.0	40.7	51.7	60.3
Portugal	27.4	8.7	4.6	12.7	19.6	33.5	25.5	18.9
Outros	3.1	0.9	13.7	19.0	5.2	9.0	11.5	8.9
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal

Quadro II.5a.6.

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1998 - 2004**

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	1998 a 2004
Angola	13.3	7.6	9.0	15.6	11.2	10.3	16.0	11.9
Bélgica	8.6	7.2	7.2	11.0	14.8	11.9	8.8	9.9
França	0.0	3.4	7.9	6.2	0.8	3.1	0.5	3.1
Gabão	2.9	1.9	3.2	4.2	3.0	3.1	1.4	2.8
Holanda	4.8	0.4	1.4	0.9	5.7	0.5	1.0	2.1
Japão	10.5	48.5	10.1	6.8	7.0	3.4	6.0	13.2
Portugal	48.1	26.1	50.0	47.8	54.6	62.3	60.4	49.9
Outros	11.9	4.9	11.2	7.6	2.9	5.4	5.9	7.1
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal

Quadro II.5a.7.

**DÍVIDA EXTERNA E SERVIÇO DA DÍVIDA<sup>1</sup>, 1999 - 2005**

Em milhões de USD

	1999	2000	2001	2002	2003	2004 Est.	2005 Proj.
<b>Dívida Externa total (NPV)<sup>2</sup></b>	<b>230.9</b>	<b>184.0</b>	<b>190.1</b>	<b>192.7</b>	<b>197.1</b>	<b>201.6</b>	<b>208.9</b>
Dívida Externa existente (NPV)	230.9	184.0	190.1	192.7	197.1	201.6	197.9
Dívida para com organiz. multilaterais	109.6	110.9	112.6	113.3	115.9	116.5	115.2
Dívida bilateral oficial	121.3	68.1	69.3	70.8	72.2	74.0	71.4
Club de Paris	82.9	48.1	48.7	46.8	44.8	42.8	40.8
Outra dívida bilateral	38.4	20.0	20.6	24.0	27.4	31.1	30.5
Dívida Externa nova (NPV)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	11.0
<b>Serviço da dívida (total)<sup>3</sup></b>	<b>...</b>	<b>4.8</b>	<b>6.5</b>	<b>10.3</b>	<b>11.2</b>	<b>11.3</b>	<b>12.1</b>
Serviço da dívida multilateral	...	3.9	4.4	5.4	6.0	6.2	6.2
Serviço da dívida bilateral oficial	...	0.9	2.1	4.9	5.2	5.1	5.8
Club de Paris	...	0.4	1.7	4.3	4.2	4.1	3.3
Outra dívida bilateral	...	0.5	0.5	0.6	1.0	1.0	2.6
<b>Por memória:</b>							
Exportações de bens e serviços não-factoriais	16.5	15.5	15.5	19.6	22.6	25.1	27.3
Idem, média de três anos até ao presente	13.6	14.6	15.8	16.9	19.2	22.4	25.0
Receitas governamentais (excl. donativos)	9.1	10.0	10.2	12.5	15.1	18.3	18.7
Produto Interno Bruto	46.9	46.3	47.7	53.6	59.1	64.3	68.2
<b>Rácios da Dívida e do Serviço da Dívida (em %)</b>							
Rácio da dívida (NPV) face a exportações							
Rácio da dívida total	...	1 256.4	1 200.9	1 142.5	1 024.5	899.7	836.8
Rácio da dívida existente	...	1 256.4	1 200.9	1 142.5	1 024.5	899.7	792.9
Rácio da dívida (NPV) face a receitas do governo							
Rácio da dívida total	...	1 837.5	1 855.6	1 544.7	1 301.6	1 103.4	1 114.4
Rácio da dívida existente	...	1 837.5	1 855.6	1 544.7	1 301.6	1 103.4	1 056.0
Rácio do serv. da dívida face a exportações (ano corr.)	...	31.0	42.1	52.4	49.5	45.3	51.5
Rácio do serv. da dívida face a exportações (média 3 anos)	...	32.8	41.3	60.8	58.0	50.6	56.3
Rácio do serv. da dívida face a receitas governo	...	48.0	63.8	82.2	73.7	62.1	75.0

Fontes: Banco de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional, Ministério das Finanças de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Dívida existente no final de 2004, reflectindo o processo de reescalamento e alívio de dívida acordado com o "Club de Paris" em 2000, mas não o previsto para 2005; <sup>2</sup> Valor actualizado (NPV) da dívida utilizando na actualização taxas de juro comerciais médias para cada moeda; conversão em USD às taxas de câmbio do final de 2004; <sup>3</sup> Não inclui a assistência interina providenciada no quadro da iniciativa HIPC.

Quadro II.5a.8.  
**OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 1999 - 2005**

Em mil milhões de Dobras

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 Prog.
<b>Receitas Totais (incluindo Donativos)</b>	<b>146.8</b>	<b>183.4</b>	<b>248.8</b>	<b>245.6</b>	<b>321.0</b>	<b>372.9</b>	<b>952.8</b>
Receitas correntes	64.6	79.9	101.2	131.8	166.6	182.6	218.1
Receitas tributárias	54.1	59.4	89.2	113.4	140.4	165.0	198.7
Receitas não - tributárias	10.6	20.5	12.0	18.4	26.2	17.6	19.4
Donativos	82.2	103.5	159.5	132.2	179.4	194.3	210.1
Donativos para projectos	...	...	120.9	110.0	142.1	137.7	148.9
Donativos não afectos a projectos	...	...	17.3	0.5	2.4	20.4	0.0
Donativos relativos à HIPC	...	...	21.4	21.8	35.0	36.1	61.3
dq: Organizações multilaterais	...	...	21.4	21.8	35.0	36.0	33.7
dq: Bilaterais (anteriores a "HIPC compl. point")	...	...	0.0	0.0	0.0	0.0	27.6
Bónus de assinatura de contratos exploração de petróleo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	528.9
<b>Despesas Totais</b>	<b>233.2</b>	<b>244.4</b>	<b>335.3</b>	<b>325.6</b>	<b>415.1</b>	<b>538.6</b>	<b>570.2</b>
Despesas correntes	90.9	89.7	121.9	156.8	183.3	292.5	318.3
Despesas com o pessoal	25.2	28.8	40.5	43.6	55.0	75.7	103.3
Bens e serviços	12.7	15.3	18.8	26.7	43.9	95.8	58.3
Transferências	6.1	7.3	13.1	40.7	35.9	65.9	92.6
Juros da dívida pública	38.0	24.5	24.7	25.9	26.1	30.1	36.5
Outras despesas	8.8	13.8	24.8	20.0	22.4	25.0	27.7
Despesas de capital	141.5	155.3	194.3	140.0	197.9	225.0	218.2
Com financiamento interno	7.4	6.9	29.4	12.3	38.0	50.5	28.9
Com financiamento externo	134.1	148.4	164.9	127.7	160.0	174.5	189.3
Despesas relativas a iniciativa HIPC	...	...	17.2	22.5	33.6	30.1	33.7
Despesas relativas a reestruturaç. da administr. pública	...	...	1.9	6.3	0.0	0.0	0.0
Empréstimos Líquidos	0.9	-0.6	0.0	0.0	0.3	-9.0	0.0
<b>Saldo Global (base de compromissos)</b>	<b>-86.5</b>	<b>-61.1</b>	<b>-86.5</b>	<b>-80.0</b>	<b>-94.1</b>	<b>-165.7</b>	<b>382.7</b>
Por memória: Saldo global sem donativos	-168.7	-164.6	-246.0	-212.2	-273.5	-360.0	172.6
<b>Varição de Atrasados [redução: -]</b>	<b>24.7</b>	<b>-86.7</b>	<b>3.8</b>	<b>48.8</b>	<b>28.3</b>	<b>41.0</b>	<b>-176.0</b>
Varição de atrasados externos <sup>1</sup>	24.7	-86.7	3.8	14.9	9.4	13.8	-78.3
Varição de atrasados domésticos	0.0	0.0	0.0	34.0	18.8	27.2	-97.7
<b>Saldo Global (base de caixa)</b>	<b>-61.8</b>	<b>-147.8</b>	<b>-82.7</b>	<b>-31.1</b>	<b>-65.8</b>	<b>-124.7</b>	<b>206.7</b>
<b>Financiamento</b>	<b>61.8</b>	<b>147.8</b>	<b>82.7</b>	<b>31.1</b>	<b>65.8</b>	<b>124.7</b>	<b>-206.7</b>
Financiamento Externo (líquido)	56.3	139.3	31.9	3.6	24.7	72.5	-43.8
Desembolsos (projectos)	75.4	60.1	42.9	17.7	17.9	36.8	40.4
Financiamento de programas (empréstimos)	0.0	0.0	25.8	0.0	30.8	50.3	21.6
Emprest. curto prazo - Angola e Nigéria (líquido)	0.0	0.0	0.0	45.0	46.7	58.7	-10.4
Amortizaç. devida (médio e longo prazo)	-72.8	-372.0	-36.7	-59.1	-70.8	-73.2	-95.4
Alívio de dívida <sup>2</sup>	53.7	451.2	...	...	...	...	...
Financiamento doméstico	5.5	8.4	35.6	-1.8	16.0	17.2	5.2
Crédito bancário (líquido)	-16.0	8.4	17.3	-0.3	29.7	16.6	5.2
Financiamento não bancário	21.5	0.0	18.3	-1.5	-13.7	0.7	0.0
Fluxos provenientes do Fundo do Petróleo	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-245.0
Varição de atrasados (principal)	...	...	15.2	29.3	25.1	34.9	-145.6
Rescalonamento no quadro do "Club de Paris"	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	222.4
Rescalonamento dos atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	194.9
Alívio da dívida (Bilateral - pré - "complet. Point")	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	27.6

Fontes: Banco de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional, Ministério das Finanças de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Nos anos de 1999 e 2000 corresponde a variação de atrasados (capital e juros); nos anos seguintes inclui apenas a variação de juros em atraso; <sup>2</sup> Nos anos posteriores a 2000 o "alívio da dívida" está incluído no processo de rescalonamento da dívida prosseguido no quadro do "Club de Paris".

Quadro II.5a.9.  
**SÍNTESE MONETÁRIA, 1999 - 2005**

Em mil milhões de Dóbras

	1999	2000	2001	2002	2003	2004 Est.	2005 Prog.
<b>Activos Líquidos sobre o Exterior</b>	<b>124.2</b>	<b>136.2</b>	<b>169.2</b>	<b>264.7</b>	<b>324.7</b>	<b>297.7</b>	<b>323.4</b>
Banco Central	79.4	89.3	117.0	194.3	235.1	189.3	226.8
Reservas Internacionais líquidas	79.4	89.3	117.0	159.5	215.0	169.2	203.0
Reservas brutas	79.4	110.7	139.7	159.5	240.6	197.1	252.0
Responsab. curto prazo	0.0	-21.4	-22.7	0.0	-25.6	-27.9	-49.0
Outros activos externos (líquidos)	...	...	...	34.8	20.1	20.1	23.8
Bancos Comerciais	44.8	46.9	52.2	70.5	89.6	108.5	96.6
<b>Activos Domésticos (líquidos)</b>	<b>-37.0</b>	<b>-23.9</b>	<b>-15.7</b>	<b>-69.9</b>	<b>-48.6</b>	<b>-1.2</b>	<b>9.6</b>
Crédito Interno (líquido)	-12.5	-2.3	12.9	31.1	101.0	212.6	251.4
Crédito líquido ao Governo	-37.3	-28.3	-11.0	-10.5	19.2	35.7	40.9
Crédito concedido (bruto)	33.8	53.3	55.7	59.2	63.1	83.6	94.7
Depósitos do Governo	-71.1	-81.6	-66.7	-69.7	-43.9	-47.9	-53.8
Depósitos orçamentais	-35.7	-44.6	-32.1	-8.1	-18.5	-19.2	-29.4
Fundos de contrapartida	-28.3	-23.5	-24.5	-14.5	-13.6	-18.4	-9.0
Outros depósitos públicos	-7.1	-13.5	-10.1	-47.1	-11.8	-10.3	-15.4
Crédito à economia (sector privado)	24.8	26.0	23.8	41.6	81.8	176.8	210.4
Outros Activos Domésticos (líquidos)	-24.5	-21.6	-28.6	-101.0	-149.6	-213.8	-241.8
<b>Massa Monetária (M3)</b>	<b>87.2</b>	<b>112.3</b>	<b>153.5</b>	<b>194.8</b>	<b>276.2</b>	<b>296.5</b>	<b>333.0</b>
Massa Monetária em moeda local	49.4	65.2	97.9	116.2	158.3	175.8	187.0
Massa Monetária (M1)	44.9	58.1	89.0	104.0	147.1	159.3	168.1
Circulação monetária	20.9	25.0	35.8	39.4	56.4	60.0	51.9
Depósitos à ordem em moeda nacional	24.0	33.1	53.2	64.6	90.7	99.3	116.2
Depósitos a prazo em moeda nacional	4.5	7.1	8.9	12.2	11.2	16.5	19.0
Depósitos em moeda externa	37.2	46.7	55.4	78.5	117.9	120.7	145.9
<b>Por Memória - Taxas de variação anuais (%)</b>							
<b>Massa Monetária</b>	-2.9	28.8	36.7	26.9	41.8	7.3	12.3
<b>Crédito Interno (líquido)</b>	30.3	-81.6	-660.9	141.1	224.8	110.5	18.3
Crédito à economia (sector privado)	37.0	4.9	-8.6	74.8	96.6	116.1	19.0
Crédito ao Governo (bruto)	-0.9	57.7	4.5	6.3	6.6	32.5	13.3
Taxa de Inflação (homóloga - fim de período)	12.6	9.6	9.4	8.9	10.2	15.2	15.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.5a.10.  
**TAXAS DE JURO, 1999 - 2005**

Taxas anuais

	1999 Dez.	2000 Dez.	2001 Dez.	2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Dez.	2005 Jun.
Taxa de depósitos <sup>1</sup>	24.0	14.0	14.0	14.0	10.4	10.4	10.4
Taxa de crédito <sup>2</sup>	39.0	34.0	34.0	34.0	31.5	30.5	30.5
Taxa de juro de referência <sup>3</sup>	24.5	17.0	15.5	15.5	14.5	14.5	14.5
<b>Por Memória - Taxas de inflação homóloga no mês</b>	12.6	9.6	9.4	8.9	10.2	15.2	17.0

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe.

<sup>1</sup> Até 2002 esta taxa correspondia à taxa de juro de depósitos a prazo até 6 meses dos bancos comerciais; a partir dessa data é uma taxa comunicada pelo BCSTP; <sup>2</sup> Até 2002 esta taxa correspondia à taxa de juro de crédito até 6 meses dos bancos comerciais; a partir dessa data é uma taxa comunicada pelo BCSTP; <sup>3</sup> Taxa de referência estabelecida pelo BCSTP.

Quadro II.5a.11.

**TAXAS DE CÂMBIO, 1994 - 2005**

Taxas médias do período

	Euro / Dobra			USD / Dobra					ITCE <sup>1</sup>	
	Merc. oficial	Merc. livre	Dif. (%)	Merc. oficial	M. paralelo	Merc. livre	Diferenciais (%)		(base 100: Jan. 99)	
	(M.O.)	(M.L.)	M.L./M.O.	(M.O.)	(M.P.)	(M.L.)	M.P./M.O.	M.L./M.O.	Nominal	Real
1994	...	...	...	733	904	801	23.4	9.3	899.7	188.6
1995	...	...	...	1420	1543	1444	8.6	1.7	417.6	124.4
1996	...	...	...	2203	2346	2316	6.5	5.1	282.5	106.8
1997	...	...	...	4553	4609	4496	1.2	-1.2	156.0	98.9
1998	...	...	...	6886	7013	7030	1.9	2.1	106.1	99.2
1999	7650	...	...	7125	7217	7182	1.3	0.8	104.3	108.2
2000	7367	...	...	7978	8045	8044	0.8	0.8	104.8	119.2
2001	7901	...	...	8842	8851	8823	0.1	-0.2	98.6	118.4
2002	8586	8735	1.7	9088	9069	9035	-0.2	-0.6	92.1	118.7
2003	10568	10556	-0.1	9348	9356	9327	0.1	-0.2	75.8	105.0
2004	12306	12339	0.3	9902	9867	9857	-0.4	-0.5	65.3	100.6
2002 Janeiro	7995	8050	0.7	9043	9050	8964	0.1	-0.9	98.4	123.0
Fevereiro	7852	8150	3.8	9025	8966	8966	-0.7	-0.7	100.1	128.0
Março	7856	8150	3.7	8976	8964	8880	-0.1	-1.1	99.9	127.6
Abril	7968	8150	2.3	9017	9000	8981	-0.2	-0.4	98.6	126.9
Maio	8269	8300	0.4	9035	9050	9050	0.2	0.2	95.0	122.0
Junho	8643	9000	4.1	9072	9050	9050	-0.2	-0.2	91.1	117.3
Julho	9018	9100	0.9	9074	9050	9050	-0.3	-0.3	87.3	112.6
Agosto	8907	9050	1.6	9109	9050	9050	-0.6	-0.6	88.2	114.0
Setembro	8952	9100	1.7	9123	9076	9054	-0.5	-0.8	88.0	114.3
Outubro	9027	9150	1.4	9201	9150	9141	-0.6	-0.7	87.6	114.5
Novembro	9195	9293	1.1	9186	9204	9100	0.2	-0.9	86.0	112.5
Dezembro	9347	9325	-0.2	9199	9220	9136	0.2	-0.7	84.8	111.5
2003 Janeiro	9742	9555	-1.9	9187	9200	9150	0.1	-0.4	81.5	108.7
Fevereiro	9926	9874	-0.5	9210	9237	9168	0.3	-0.5	80.3	108.8
Março	10018	10100	0.8	9280	9300	9257	0.2	-0.2	79.5	109.2
Abril	10089	10100	0.1	9305	9300	9300	-0.1	-0.1	79.1	108.7
Maio	10743	10633	-1.0	9304	9300	9300	0.0	0.0	74.7	102.7
Junho	10892	10860	-0.3	9314	9333	9300	0.2	-0.1	73.9	102.4
Julho	10647	10621	-0.2	9336	9350	9312	0.1	-0.3	75.4	105.3
Agosto	10474	10613	1.3	9389	9374	9354	-0.2	-0.4	76.4	107.1
Setembro	10560	10614	0.5	9447	9450	9441	0.0	-0.1	75.4	105.8
Outubro	11015	11008	-0.1	9428	9474	9401	0.5	-0.3	72.3	101.6
Novembro	11101	11155	0.5	9501	9475	9468	-0.3	-0.4	71.7	101.3
Dezembro	11605	11545	-0.5	9469	9475	9475	0.1	0.1	68.9	98.0
2004 Janeiro	11974	11865	-0.9	9483	9475	9475	-0.1	-0.1	67.0	97.0
Fevereiro	12027	12128	0.8	9508	9478	9478	-0.3	-0.3	66.7	100.1
Março	11806	12128	2.7	9637	9545	9545	-1.0	-1.0	67.8	103.6
Abril	11692	11949	2.2	9734	9649	9648	-0.9	-0.9	68.2	104.4
Maio	11852	11962	0.9	9876	9792	9805	-0.9	-0.7	67.7	103.7
Junho	12102	12143	0.3	9966	9889	9907	-0.8	-0.6	66.2	101.6
Julho	12304	12217	-0.7	10032	9985	9968	-0.5	-0.6	65.1	100.7
Agosto	12292	12301	0.1	10102	10077	10060	-0.2	-0.4	65.2	101.3
Setembro	12382	12387	0.0	10145	10179	10124	0.3	-0.2	64.8	101.3
Outubro	12623	12526	-0.8	10144	10149	10113	0.1	-0.3	63.6	100.5
Novembro	13076	12968	-0.8	10090	10083	10072	-0.1	-0.2	61.4	97.8
Dezembro	13543	13493	-0.4	10112	10100	10088	-0.1	-0.2	59.5	95.8
2005 Janeiro	13268	13656	2.9	10117	10100	10098	-0.2	-0.2	60.5	100.6
Fevereiro	13177	13500	2.5	10123	10100	10100	-0.2	-0.2	61.0	104.6
Março	13385	13511	0.9	10137	10125	10103	-0.1	-0.3	60.2	105.9
Abril	13161	13298	1.0	10177	...	...	...	...	61.2	108.2
Maio	12956	13102	1.1	10184	...	...	...	...	62.0	109.6
Junho	12403	...	...	10186	...	...	...	...	64.5	114.3

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

<sup>1</sup> ITCE calculado utilizando as taxas de câmbio dos quatro principais parceiros comerciais no período 1998-2004. Aumento do ITCE: apreciação; redução do ITCE: depreciação.



## Timor-Leste

*Área:* 14 600 Km<sup>2</sup>

*Capital:* Dili

*População:* 924 632 hab.

*Moeda:* USD



### II.6.1. Síntese

O facto mais marcante da economia de Timor-Leste durante os últimos doze meses terá sido o crescimento notável das receitas públicas decorrentes da exploração do petróleo: o valor inicialmente previsto de 44 milhões de dólares para o conjunto do ano fiscal 2004/05 (inscrito no Orçamento de Estado aprovado em Junho de 2004) terá na realidade vindo a consubstanciar-se num valor que agora se estima em 244 milhões de dólares.

Há no entanto que ter em conta que a actividade do sector de exploração de energia ocorre em off-shore, nas águas do Mar de Timor, pelo que o seu contributo em termos de criação de emprego é praticamente inexistente, pelo que até agora a grande importância deste sector decorre do desafio financeiro que proporciona às contas públicas e aos excedentes que gera nas contas externas.

Estima-se que a economia local (excluindo o sector de exploração de gás e petróleo) terá crescido 1.8% em 2004, o que apesar de ser um valor bem superior ao dos dois anos precedentes, fica muito aquém do que seria desejável pois implica um decréscimo em termos de produto e rendimento per capita e pouco contribui para a redução da grave situação de desemprego existente. Um estudo elaborado pelo Banco Mundial revela que a economia de Timor-Leste teria de crescer a uma taxa superior a 6% ao ano para poder absorver num período razoável os recursos laborais disponíveis.

Esta situação de reduzido crescimento económico decorre essencialmente da continuada redução da presença internacional em Timor (a qual tinha provocado um *boom* no sector de comércio, hotelaria e restauração nos anos que se seguiram ao referendo). As consequências da reversão desse factor não encontraram contraponto na dinamização dos sectores de actividade mais vocacionados para o mercado doméstico, tendo nos últimos três anos o crescimento econó-

mico (excluindo o sector petrolífero) sido negativo (2002 e 2003) ou anémico (2004).

Tendo em conta esta conjuntura pouco favorável, não surpreende a evolução registada dos preços no consumidor, tendo a inflação apresentado uma trajectória descendente e expressando-se mesmo por variações mensais e anuais (taxa homóloga) negativas nos últimos meses (Maio e Junho de 2005), não obstante o aumento do preço dos combustíveis que afectou seriamente o custo dos transportes, factor com elevado peso para os residentes de Dili.

As contas externas são, a par das finanças públicas, um aspecto positivo no panorama económico. A balança de transacções correntes apresentará presumivelmente no final deste ano um excedente próximo dos 150 milhões de dólares (cerca de 43% do PIB não-petrolífero), permitindo um acumular de reservas externas correspondentes a cerca de 15 meses de importações.

Quadro II.6.1.

#### PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	2002	2003	2004		2005	
			Est.	Proj.		
PIB real ( <i>t. v. anual</i> )	-6.7	-6.2	1.8	2.5		
Inflação ( <i>t. v. média</i> )	4.7	7.2	3.6	2.5		
Massa monetária ( <i>t.v.</i> )	6.8	33.5	13.6	8.9		
Saldo Bal. Corrente (%PIB)	8.0	5.0	35.0	43.0		
Receit. petróleo (USD, milhões)	20.0	35.0	142.0	202.0		
Saldo orçamental (%PIB) <sup>1</sup>	3.1	9.8	67.9	27.0		

Fontes: Direcção de Serviços de Estatística de Timor-Leste, Autoridade Bancária e FMI.

<sup>1</sup> Anos fiscais (Julho a Junho).

O risco desta acumulação de activos gerar tensões inflacionistas é baixo dada a parcimónia da política fiscal e a intenção estabelecida de utilizar estes recursos na constituição de um Fundo de Petróleo, criado por lei em Julho de 2005, do qual só o seu "rendimento sustentável" poderá ser utilizado (e em condições muito precisas) para cobrir eventuais carências orçamentais.

O desafio maior para a economia timorense é pois encontrar os meios para estimular o crescimento necessário para melhorar os padrões de vida da população local (o

rendimento per capita inferior a 370 dólares é um dos mais baixos do mundo) e gerar postos de trabalho que permitam a absorção progressiva não só do desemprego actual, mas também do elevado número de novas pessoas que em cada ano entrarão no mercado de trabalho, efeito de uma estrutura populacional em que cerca de 60% dos timorenses tem menos de 16 anos de idade.

A redução do envolvimento internacional torna-se assim preocupante para Timor-Leste, não estritamente por razões de financiamento, mas pelo facto da concepção e implementação de numerosos projectos e investimentos necessários para permitir o desenvolvimento económico terem sido até agora orientados e acompanhados quer por instituições multilaterais (UNDP, Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento), quer por parceiros bilaterais oficiais, quer mesmo por organizações não governamentais.

As autoridades timorenses são as primeiras a reconhecer que não estão ainda criadas todas as condições (nomeadamente em termos de formação de recursos humanos) para que a máquina da administração pública possa responder eficazmente aos desafios que se lhe colocam, não obstante a favorável situação das finanças públicas.

A muito recente reformulação da estrutura do governo, nomeadamente a ênfase conferida a medidas que contribuam para um maior equilíbrio e atenção ao desenvolvimento regional, vem procurar atenuar as dificuldades encontradas na implementação das políticas aprovadas, evidenciadas pelo baixo nível de execução orçamental das despesas de capital.

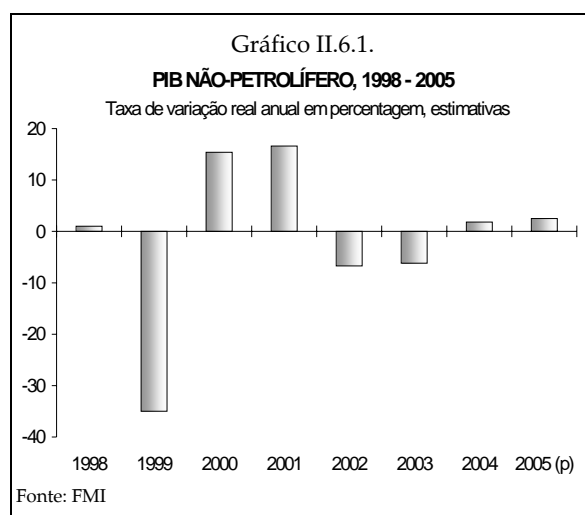
Por outro lado o débil sector privado tarda em se afirmar como agente efectivo de dinamização do desenvolvimento económico.

## II.6.2. Procura, Produção e Preços

A recente revisão dos valores estimados por uma instituição internacional para os agregados das contas nacionais veio revelar

que a trajectória descendente da economia de Timor-Leste nos anos de 2002 e 2003 (resultado da primeira vaga de redução da presença internacional) tinha sido muito mais acentuada do que até então se pretendia admitir.

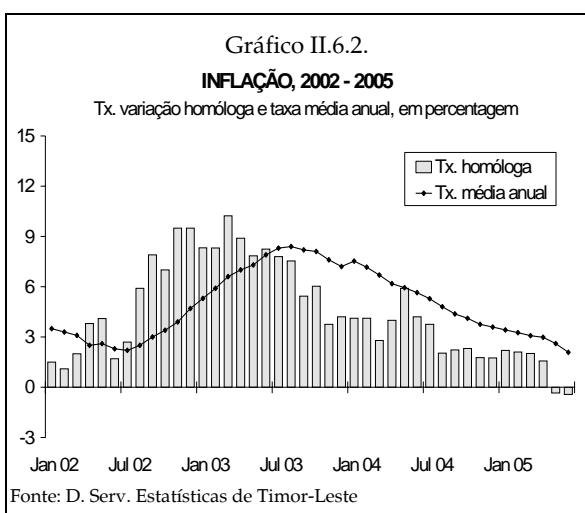
As taxas de variação do PIB real não petrolífero de Timor-Leste são agora estimadas como tendo sido -6.7 e -6.2% naqueles dois anos (2002 e 2003) em vez dos +3.0 e -3.0% até há pouco tempo apresentados como válidos. Isto implica que o nível do produto interno de Timor deverá actualmente corresponder a cerca de 80% do valor do ano anterior ao referendo que conduziu à independência (1998).



Em 2004 ter-se-á verificado um crescimento na ordem dos 1.8%, que se espera que aumente para 2.5% no presente ano. Esta evolução apesar de tudo positiva (nomeadamente no contexto do acentuar da redução da presença internacional) radica por um lado no aumento das exportações de café (efeito da subida dos preços internacionais deste produto), num melhor ano agrícola (graças a uma mais favorável estação das chuvas) e ainda de algum progresso verificado nas áreas de construção (recuperação de habitações) e de investimento de empresas individuais de transportes rodoviários, progresso que foi tornado possível pelo mais facilitado acesso ao crédito.

Ao longo de 2004 e início de 2005 os preços no consumidor (na região de Dili, pois não há informação estatística de âmbito nacional) apresentaram variações anuais progressivamente mais reduzidas, tendo mesmo a taxa de variação homóloga registado valores negativos em Maio (-0.3%) e Junho (-0.4%).

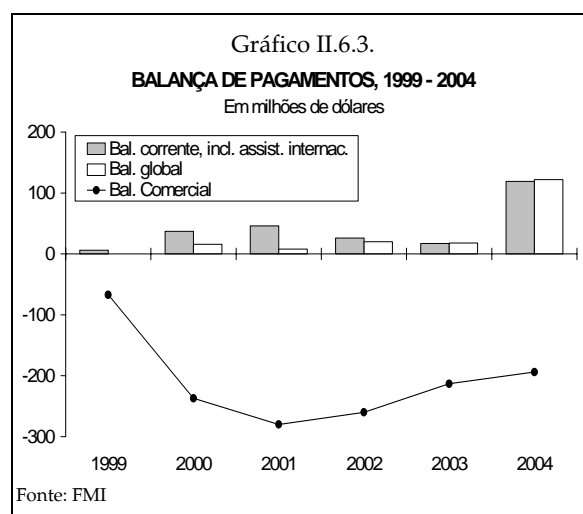
Esta evolução do índice global combina movimentos bem divergentes dos seus componentes: a evolução negativa da rubrica “alimentação” (que corresponde a cerca de 60% do cabaz de consumo e que apresentava em Junho uma variação anual de -3.9%) permitiu anular o substancial crescimento dos preços da categoria “transportes e comunicações” (+9.6%), o qual reflecte essencialmente o aumento do preço dos combustíveis.



O comportamento favorável dos preços dos bens alimentares decorre fundamentalmente das melhores condições de produção agrícola, embora também tenha a ver com a depreciação da rupia, dado que os bens manufacturados incluídos nesta rubrica (óleos alimentares, etc.) são predominantemente oriundos da Indonésia. O mesmo factor estará na base das descidas de preços nas rubricas “vestuário e calçado” e “despesas de manutenção da habitação”.

### II.6.3. Contas Externas

As contas externas de Timor-Leste apresentaram uma marcada melhoria em 2004: o saldo da balança de transacções correntes (medido em percentagem do PIB não petrolífero) passou de 5.0 para 35.0%, permitindo uma significativa acumulação de activos sobre o exterior, já que a balança de capitais e operações financeiras também registou um ligeiro excedente.



Durante o ano (civil) de 2004 o peso das transferências relativas à assistência internacional (195 milhões de dólares) ainda foi superior ao das receitas relacionadas com o petróleo (142 milhões) mas será de prever que essa relação se altere já em 2005, não só porque as receitas petrolíferas aumentaram de forma maciça na primeira metade deste ano mas também porque o papel da assistência internacional tenderá a continuar a diminuir.

Deve ainda ser tido em conta que o envolvimento internacional por um lado induz a existência de um valor elevado de transferências do exterior, mas, por outro, faz aumentar o volume das importações de Timor-Leste. Estima-se que cerca de metade das importações de bens em 2004 (100 milhões num total de 202 milhões) decorra exactamente da actividade de assistência desenvolvida pelas estruturas da ONU, por instituições multilaterais, por agências de

cooperação bilateral e por organizações não governamentais.

Dificuldades ainda não superadas no apuramento estatístico dos fluxos de comércio externo não permitem o adequado conhecimento da sua estrutura, nomeadamente a discriminação por tipos de bens e a proveniência/destino desses fluxos<sup>1</sup>.

Timor-Leste não apresenta dívida externa, pelo que os saldos positivos das balanças correntes e de capital vêm reforçar ainda mais a posição credora do país perante o exterior.

#### II.6.4. Finanças Públicas

A recente evolução das receitas decorrentes da exploração de petróleo permitem que Timor-Leste apresente uma situação de razoável desafio em termos das suas finanças públicas.

Quadro II.6.2.  
FINANÇAS PÚBLICAS

Em percentagem do PIB não-petrolífero

	2001/02	2002/03	2003/04		2004/05
			Est.	Proj.	
Receitas totais	15.2	23.9	31.2	89.5	
Receitas domésticas	5.8	5.7	8.7	9.6	
Receitas do petróleo	3.0	8.7	12.3	70.9	
Donativos	6.4	9.5	10.2	8.9	
Despesas totais	14.8	20.8	21.4	21.6	
dq: Desp. com pessoal	5.3	6.5	7.1	8.2	
Bens e serviços	6.3	10.1	11.4	11.5	
Investimento	3.2	4.3	2.9	2.4	
Saldo Global	0.4	3.1	9.8	67.9	

Fontes: Min. do Plano e das Finanças de Timor-Leste e FMI.

Em Junho de 2005 os depósitos do governo junto da Autoridade Bancária (correspondendo quer à conta corrente quer aos recursos destinados ao Fundo do Petróleo) ascendiam a quase 338 milhões de dólares, ou seja, o equivalente a quase cinco vezes as despesas totais que se estima que o estado timorense tenha efectuado em 2004/05.

Encontra-se definido que uma parte substancial desses recursos (bem como as futuras receitas da exploração de gás e

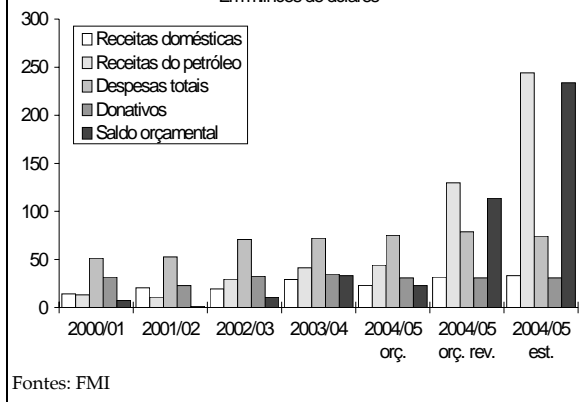
petróleo) irão ser aplicados num Fundo de Petróleo, o qual está neste momento a ser constituído e que se inspirou no modelo do seu congénere norueguês. A legislação recentemente aprovada e que deu existência legal ao Fundo procura assegurar a maior transparência na gestão desses recursos e a observação de princípios de equidade intergeracional. Os activos do Fundo não podem ser utilizados para financiar o orçamento para além de montantes claramente identificados e que correspondem ao conceito de “rendimento sustentável” do mesmo.

As receitas do petróleo que foram arrecadadas em 2004/05 (superiores em seis vezes ao valor inicialmente orçamentado, o qual por sua vez era semelhante ao montante efectivamente registado no ano 2003/04) resultaram essencialmente do início da produção da jazida de Bayu-Undan.

Gráfico II.6.4.

#### FINANÇAS PÚBLICAS, 2000 - 2005

Em milhões de dólares



Encontram-se ainda por definir os termos finais para a repartição entre Timor-Leste e a Austrália dos proveitos da futura exploração do campo de Greater Sunrise, cujas reservas em hidrocarbonetos se estimam ser bem superiores às das áreas actualmente em laboração. Com o início da exploração deste campo (que não deverá ocorrer antes de 2011) e mesmo utilizando hipóteses conservadoras no que se refere ao preço futuro do petróleo e à repartição dos proveitos entre os dois países, estima-se que

<sup>1</sup> Igualmente por esse motivo não é possível estimar os respectivos índices de taxa de câmbio efectiva.

as receitas a arrecadar por Timor referentes ao conjunto de explorações de recursos energéticos venham a ascender a cerca de 500 milhões de dólares anuais, durante um período de cinco a seis anos.

No entanto nos anos mais próximos (até à entrada em exploração dessas novas jazidas) não se espera uma repetição da situação de abundância vivida em 2004/05 pois, por um lado, não se prevê a arrecadação de tão largas receitas do petróleo e, por outro, um elevado valor de despesas de investimento que até aqui eram financiadas poradores bilaterais e instituições multilaterais (incluindo o Trust Fund) terão que passar a ser suportadas pelo orçamento do estado.

### II.6.5. Situação Monetária e Cambial

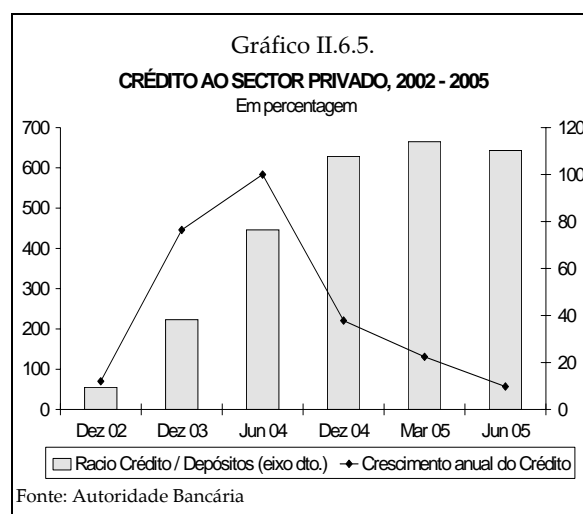
A componente monetária e cambial da economia timorense mantém-se condicionada pela opção feita em 2000 pelo uso exclusivo do dólar norte-americano como moeda legal.

A instabilidade vivida nos anos de inflação e desvalorização descontrolada da rupia (em 1997-98) e depois a complexa coexistência de um leque de moedas transaccionadas a taxas distorcidas (durante o período inicial de administração da UN) gerou um desejo de estabilidade que a opção pelo USD veio dar resposta.

O sistema financeiro de Timor esgota-se por enquanto na sua componente bancária, existindo uma Autoridade Bancária e de Pagamentos (com funções de banco central, estatuto legal que se prevê que seja conferido em breve), três bancos com sede no exterior e uma instituição local de micro-crédito que está autorizada a receber depósitos e que, tal como os bancos, foi licenciada e é supervisionada pela Autoridade Bancária.

Durante o ano de 2004 (e primeira metade de 2005) o elemento mais marcante da actividade bancária terá sido o elevado aumento do crédito concedido a particulares, o qual se destinou essencialmente à recuperação de residências e ao estabeleci-

mento de pequenas empresas para operarem nos sectores de transportes de passageiros e de construção civil.



A expansão anual do crédito chegou a atingir cerca de 600% em meados de 2004, tendo entretanto abrandado para cerca de 56% em Junho deste ano.

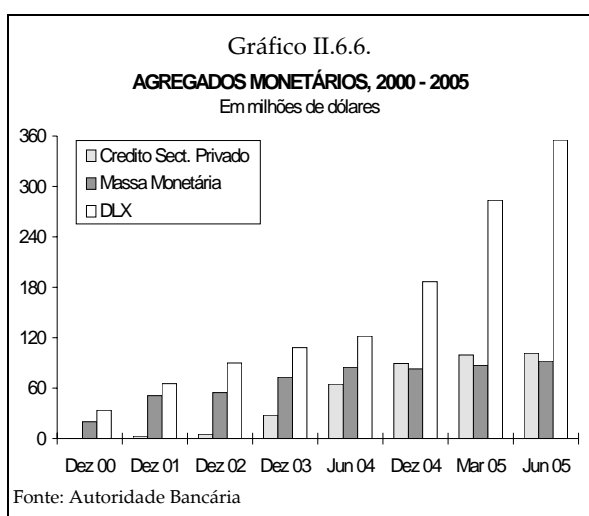
Este crescimento do crédito resultou da dinâmica adoptada no final de 2003 por uma instituição bancária. No entanto, esta mesma entidade apresenta agora uma postura mais conservadora, quer por razões de controlo interno do risco de crédito, quer por indicações da Autoridade Bancária relativamente aos limites prudenciais a observar.

Como foi referido anteriormente esta substancial expansão do crédito não gerou tensões inflacionárias, mas teve consequências directas na redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior por parte do sistema bancário comercial (em termos consolidados), dado que o valor dos empréstimos concedidos (102 milhões de dólares) ultrapassou o volume de depósitos captados (92 milhões).

O elevado montante do crédito concedido teve assim que ser parcialmente financiado através da contracção de responsabilidades por parte daquela instituição bancária junto da sua sede, aumentando portanto as respectivas responsabilidades perante o exterior.

Assim, as disponibilidades líquidas sobre o exterior consolidadas do sector bancário comercial diminuíram de 47 milhões de dólares no final de 2003 para 3.5 milhões em Dezembro de 2004 e 2.8 milhões em Junho deste ano.

Os activos líquidos sobre o exterior do sector bancário estão assim concentrados (cerca de 99% do total) na Autoridade Bancária, que os mantém sob a forma de depósitos em dólares no exterior bem como em aplicações em títulos de dívida de curto prazo de outros governos.

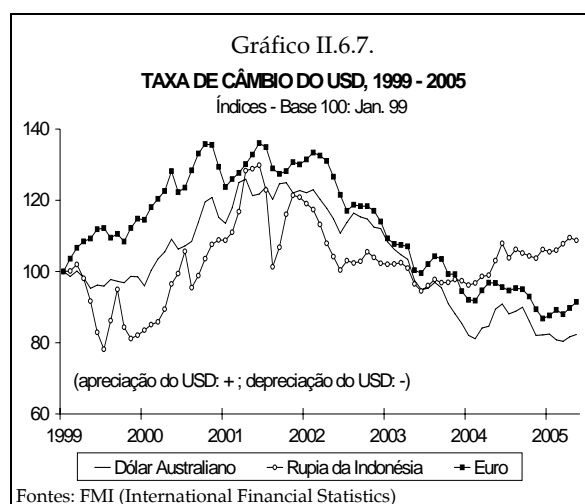


A constituição do Fundo do Petróleo não deverá implicar significativas alterações na actual estrutura de investimentos, embora seja possível que se venha a verificar algum ajustamento e um diferente tratamento contabilístico, de modo a evidenciar e tornar ainda mais transparente a estrutura e as

operações do Fundo. De qualquer modo ficou consagrado na lei o papel central da Autoridade Bancária na gestão operacional deste Fundo.

A nível cambial o ano de 2004 ficou marcado pela redução da instabilidade do dólar australiano face ao seu homólogo americano. Apesar de alguma variação ao longo do ano, a moeda australiana apresentava em Dezembro de 2004 (bem como agora) um valor cambial semelhante ao que registava no início desse mesmo ano.

Por seu lado a rupia da Indonésia apresentou ao longo do ano uma tendência de depreciação face ao dólar americano que se expressava no final de 2004 em cerca de 9% face ao início do ano. Essa tendência que se havia atenuado no início de 2005 voltou a acentuar-se no final do segundo trimestre.



Quadro II.6a.1.

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2000 - 2005

		2000	2001	2002	2003	2004	2005
	UNIDADE					Est	Proj. <sup>1</sup>
<b>PRODUTO E PREÇOS</b>							
Produto Interno Bruto - excl. sector petrolífero	milhões de USD	316	368	343	336	339	349
Crescimento real do PIB (não-petrolífero)	t. var. anual	15.4	16.6	-6.7	-6.2	1.8	2.5
Inflação (IPC Dili - base 2001, em Dezembro de cada ano) <sup>2</sup>	t. var. homólogo.	...	...	9.5	4.2	1.8	...
	t. var. méd. anual	...	...	4.7	7.2	3.6	...
<b>INVESTIMENTO E POUPANÇA</b>							
Investimento bruto <sup>3</sup>	% PIB não petrol.	41	42	36	31	28	32
Privado	% PIB não petrol.	7	9	7	9	9	9
Público	% PIB não petrol.	34	32	28	23	19	23
Poupança nacional bruta	% PIB não petrol.	-46	-44	-48	-34	6	27
Poupança privada	% PIB não petrol.	-51	-50	-54	-44	-36	-26
Poupança pública	% PIB não petrol.	5	6	6	10	42	53
Poupança externa	% PIB não petrol.	87	86	84	65	23	5
<b>FINANÇAS PÚBLICAS (Governo)<sup>4,5</sup></b>							
Receitas fiscais	% PIB não petrol.	17	15	24	31	90	57
Receitas domésticas	% PIB não petrol.	4	6	6	9	10	9
Receitas associadas à exploração recursos energéticos	% PIB não petrol.	4	3	9	12	71	45
Donativos	% PIB não petrol.	9	6	10	10	9	3
Despesas	% PIB não petrol.	15	15	21	21	22	30
Despesas correntes	% PIB não petrol.	9	12	17	19	19	20
Despesas de investimento	% PIB não petrol.	9	3	4	3	2	10
Saldo orçamental	% PIB não petrol.	2	0	3	10	68	27
Dívida pública	% PIB não petrol.	0	0	0	0	0	0
<b>FINANÇAS PÚBLICAS (Governo + out. inst. quase-fiscais)<sup>6</sup></b>							
Receitas	% PIB não petrol.	18	16	25	33	92	59
Despesas	% PIB não petrol.	69	70	73	66	62	70
Despesas correntes	% PIB não petrol.	35	38	44	44	45	41
Despesas de investimento	% PIB não petrol.	34	32	30	22	18	29
Saldo global	% PIB não petrol.	-52	-53	-48	-33	29	-11
<b>MOEDA E CRÉDITO</b>							
Massa Monetária (fim de período) <sup>7</sup>	% PIB não petrol.	6	14	16	22	25	28
Activos domést. líq. do sist. bancário (fim de período)	% PIB não petrol.	-4	-4	-10	-11	-30	-84
<b>CONTAS EXTERNAS</b>							
Balança de transacções correntes, excl. assist. internac.	milhões de USD	-275	-316	-288	-218	-77	-18
Balança de transacções correntes, incl. assist. internac.	milhões de USD	37	46	26	17	119	149
Balança Comercial	milhões de USD	-237	-280	-260	-213	-194	-204
Exportação de mercadorias <sup>8</sup>	milhões de USD	5	4	6	7	8	10
Importação de mercadorias <sup>9</sup>	milhões de USD	-242	-284	-266	-221	-202	-214
Balança Global	milhões de USD	16	8	20	18	122	216
Balança de transacções correntes, excl. assist. internac.	% PIB não petrol.	-87	-86	-84	-65	-23	-5
Balança de transacções correntes, incl. assist. internac.	% PIB não petrol.	12	13	8	5	35	43
Balança Comercial	% PIB não petrol.	-75	-76	-76	-64	-57	-58
Exportação de mercadorias <sup>8</sup>	% PIB não petrol.	2	1	2	2	2	3
Importação de mercadorias <sup>9</sup>	% PIB não petrol.	-77	-77	-78	-66	-60	-61
Balança Global	% PIB não petrol.	5	2	6	5	36	62

Fontes: FMI e Boston Institute for Developing Economies (BIDE).

<sup>1</sup> As projecções para 2005 são da responsabilidade do staff do FMI; <sup>2</sup> Índice reflectindo o comportamento dos preços no consumidor em Dili, não existe um índice de preços com âmbito nacional; <sup>3</sup> Não inclui o investimento no sector de exploração de petróleo e gás; <sup>4</sup> O ano fiscal em Timor-Leste corresponde ao período Jul-Jun pelo que, a título de exemplo, o valor apresentado para o ano 2000 corresponde ao exercício fiscal de 2000-01; <sup>5</sup> Corresponde exclusivamente a receitas e despesas integradas no orçamento e contas do estado timorense; <sup>6</sup> Para além das receitas e despesas directas do estado timorense, inclui despesas de natureza fiscal e quase-fiscal da respons. de dadores bilaterais e organiz. financ. internacionais; <sup>7</sup> Por ausência de informação estatística disponível a massa monetária não inclui o valor da circulação na posse do público (sector não-bancário); <sup>8</sup> As receitas de petróleo e gás não estão incluídas nas exportações, as quais são registadas na conta de rendimentos do exterior (*royalties*) e transferências (impostos); <sup>9</sup> Em 2005 as importações incluem os bens transferidos pela U

Quadro II.6a.2.  
**PRODUTO INTERNO BRUTO - POR SECTORES, 1999 - 2004**<sup>1</sup>  
 (excluindo Sector Petrolífero)

Em milhões de USD

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
<i>(preços correntes)</i>						
Agricultura, pescas e silvicultura	116.0	81.5	84.7	91.2	97.4	107.1
Indústria extractiva	2.7	3.7	4.0	3.3	2.7	2.8
Indústria transformadora	7.5	8.7	11.3	11.4	12.1	12.5
Electricidade, gás e água	2.1	2.6	1.4	2.7	3.3	3.3
Construção	33.0	43.3	45.6	37.9	31.0	31.9
Comércio, hotéis e restaurantes	15.1	24.7	26.3	24.5	25.1	25.4
Transportes e comunicações	14.6	22.9	26.3	28.3	31.2	31.8
Finanças, rendas e serviços às empresas	10.8	20.5	25.0	25.6	26.7	29.4
Administração pública e defesa <sup>2</sup>	66.2	106.3	141.4	116.3	104.1	92.7
Serviços privados às famílias	1.6	1.9	1.9	2.0	2.1	2.1
<b>Total</b>	<b>270.1</b>	<b>316.2</b>	<b>367.9</b>	<b>343.2</b>	<b>335.7</b>	<b>339.0</b>
<i>(preços constantes de 2000)</i>						
Agricultura, pescas e silvicultura	95.1	81.5	88.6	93.9	93.5	102.9
Indústria extractiva	3.1	3.7	3.8	3.2	2.5	2.6
Indústria transformadora	7.9	8.7	10.9	11.0	11.0	11.2
Electricidade, gás e água	2.3	2.6	1.4	2.7	3.3	3.3
Construção	34.4	43.3	44.1	36.9	28.8	29.4
Comércio, hotéis e restaurantes	17.4	24.7	25.6	23.9	23.3	23.5
Transportes e comunicações	15.9	22.9	25.4	27.4	29.3	29.9
Finanças, rendas e serviços às empresas	16.9	20.5	24.1	24.8	24.5	27.0
Administração pública e defesa <sup>2</sup>	83.5	106.3	142.7	118.0	104.5	97.0
Serviços privados às famílias	1.7	1.9	1.9	2.0	1.9	1.9
<b>Total</b>	<b>278.2</b>	<b>316.2</b>	<b>368.5</b>	<b>343.8</b>	<b>322.6</b>	<b>328.5</b>

Fontes: Autoridades de Timor-Leste, FMI e Boston Institute for Developing Economies (BIDE)

<sup>1</sup> Não é possível estimar o valor acrescentado do petróleo e do gás. As estimativas para 1999 e 2004 são da responsabilidade do staff do FMI; para 2000-2003 são do BIDE; <sup>2</sup> Inclui o valor acrescentado de serviços fornecidos pela UNTAET/UNMISSET e por agências financiadas por doadores actuando em nome do Governo.

Quadro II.6a.3.  
**PRODUTO INTERNO BRUTO - DESPESA, 1999 - 2004**<sup>1</sup>  
 (excluindo Sector Petrolífero)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
<i>(em milhões de dólares norte-americanos)</i>						
PIB não-petrolífero a preços correntes	270.1	316.2	367.8	343.3	335.7	339.0
Consumo	305.3	376.0	438.2	403.0	393.0	381.4
Consumo privado	264.8	206.0	213.0	203.8	200.0	207.9
Consumo público <sup>2,3</sup>	40.5	170.0	225.2	199.2	193.0	173.5
Investimento bruto <sup>4</sup>	56.7	130.7	153.6	122.5	105.0	96.3
Investimento privado	13.5	22.5	34.9	25.4	29.2	30.7
Investimento público <sup>2</sup>	43.2	108.2	118.7	97.1	75.8	65.6
Exportaç. líquid. de bens e serv. não factoriais	-91.9	-190.5	-224.0	-182.2	-162.3	-138.7
PNB a preços correntes	270.1	322.7	379.7	363.4	371.1	481.7
PNB não-petrolífero	270.1	316.2	367.8	343.3	335.7	339.0
Rendimento do petróleo	0.0	6.5	11.9	20.1	35.4	142.7
Poupança bruta nacional	19.8	-144.6	-161.9	-165.1	-112.7	19.5
Poupança externa	37.0	275.3	315.5	287.6	217.7	76.8
<i>(em percentagem do PIB não-petrolífero)</i>						
PIB a preços correntes	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Consumo	113.0	118.9	119.1	117.4	117.1	112.5
Consumo privado	98.0	65.1	57.9	59.4	59.6	61.3
Consumo público <sup>2,3</sup>	15.0	53.8	61.2	58.0	57.5	51.2
Investimento bruto <sup>4</sup>	21.0	41.3	41.8	35.7	31.3	28.4
Investimento privado	5.0	7.1	9.5	7.4	8.7	9.0
Investimento público <sup>2</sup>	16.0	34.2	32.3	28.3	22.6	19.4
Exportaç. líquid. de bens e serv. não factoriais	-34.0	-60.2	-60.9	-53.1	-48.3	-40.9
PNB a preços correntes	100.0	102.1	103.2	105.9	110.6	142.1
PNB não-petrolífero	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Rendimento do petróleo	0.0	2.1	3.2	5.9	10.6	42.1
Poupança bruta nacional	7.3	-45.7	-44.0	-48.1	-33.6	5.7
Poupança externa	13.7	87.1	85.8	83.8	64.9	22.7

Fontes: Autoridades de Timor-Leste, FMI e Boston Institute for Developing Economies (BIDE)

<sup>1</sup> As estimativas para o período 2000-2003 são da responsabilidade do Boston Institute (BIDE); para os anos de 1999 e 2004 foram elaboradas pelo staff do FMI; <sup>2</sup> Inclui actividades de natureza fiscal e quase-fiscal desempenhadas por daadores bilaterais e organizações multilaterais; <sup>3</sup> As despesas correntes podem apresentar alguma discrepância face a valores apresentados noutros quadros devido a diferenças de critério (nomeadamente relativas a assistência técnica); <sup>4</sup> Esta rubrica não inclui o investimento efectuado no sector de exploração de petróleo e gás.

Quadro II.6a.4.

**ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 2001- 2005<sup>1</sup>**

Variações em percentagem

		IPC	Var. mensal [ 1 ]	Var. homóloga [ 2 ]	Var. média [ 3 ]	Var. acumulada [ 4 ]
2001	Dezembro	100.0	...	...	...	...
2002	Dezembro	109.5	...	9.5	4.7	9.5
2003	Dezembro	114.1	...	4.2	7.2	4.2
2004	Dezembro	116.1	...	1.8	3.6	1.8
2002	Janeiro	100.9	0.9	1.5	3.5	0.9
	Fevereiro	101.0	0.1	1.1	3.3	1.0
	Março	100.7	-0.3	2.0	3.1	0.7
	Abril	101.2	0.5	3.8	2.5	1.2
	Maio	102.0	0.8	4.1	2.6	2.0
	Junho	103.1	1.1	1.7	2.3	3.1
	Julho	103.9	0.8	2.7	2.2	3.9
	Agosto	104.8	0.9	5.9	2.5	4.8
	Setembro	106.6	1.7	7.9	3.0	6.6
	Outubro	106.2	-0.4	7.0	3.4	6.2
	Novembro	109.2	2.8	9.5	3.9	9.2
	Dezembro	109.5	0.3	9.5	4.7	9.5
2003	Janeiro	109.3	-0.2	8.3	5.3	-0.2
	Fevereiro	109.4	0.1	8.3	5.9	-0.1
	Março	111.0	1.5	10.2	6.6	1.4
	Abril	110.2	-0.7	8.9	7.0	0.6
	Maio	110.0	-0.2	7.8	7.3	0.5
	Junho	111.6	1.5	8.2	7.9	1.9
	Julho	112.0	0.4	7.8	8.3	2.3
	Agosto	112.7	0.6	7.5	8.4	2.9
	Setembro	112.4	-0.3	5.4	8.2	2.6
	Outubro	112.6	0.2	6.0	8.1	2.8
	Novembro	113.3	0.6	3.8	7.6	3.5
	Dezembro	114.1	0.7	4.2	7.2	4.2
2004	Janeiro	113.8	-0.3	4.1	7.5	-0.3
	Fevereiro	113.9	0.1	4.1	7.2	-0.2
	Março	114.1	0.2	2.8	6.7	0.0
	Abril	114.6	0.4	4.0	6.2	0.4
	Maio	116.5	1.7	5.9	5.9	2.1
	Junho	116.3	-0.2	4.2	5.7	1.9
	Julho	116.2	-0.1	3.8	5.3	1.8
	Agosto	115.0	-1.0	2.0	4.8	0.8
	Setembro	114.9	-0.1	2.2	4.4	0.7
	Outubro	115.2	0.3	2.3	4.1	1.0
	Novembro	115.3	0.1	1.8	3.8	1.1
	Dezembro	116.1	0.7	1.8	3.6	1.8
2005	Janeiro	116.3	0.2	2.2	3.4	0.2
	Fevereiro	116.3	0.0	2.1	3.3	0.2
	Março	116.4	0.1	2.0	3.1	0.3
	Abril	116.4	0.0	1.6	3.0	0.3
	Maio	116.1	-0.3	-0.3	2.6	0.0
	Junho	115.8	-0.3	-0.4	2.1	-0.3

Fontes: Direcção de Serviços de Estatística de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.

<sup>1</sup> Índice total (incluindo despesas de habitação) para a região de Dili (Base: Dez. 2001 = 100). Não existe um índice disponível de âmbito nacional.

[ 1 ]: mês n / mês n-1; [ 2 ]: mês n / mês n do ano anterior; [ 3 ]: últimos 12 meses / 12 meses anteriores; [ 4 ]: mês n / Dezembro anterior.

Quadro II.6a.5.

**BALANÇA DE PAGAMENTOS, 1999 - 2004**

Em milhões de USD

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
<b>CONTA CORRENTE</b>						
<b>Balança de transacções correntes, excl. assist. intern.</b>	-37	-275	-316	-288	-218	-77
<b>Balança de transacções correntes, incl. assist. intern.</b>	6	37	46	26	17	119
Mercadorias	-67	-237	-280	-260	-213	-194
Exportações de bens <sup>1</sup>	52	5	4	6	7	8
das quais: Café	...	4	3	5	6	7
Importações de bens	-119	-242	-284	-266	-221	-202
das quais: relacionadas com assist. internacional	-58	-148	-163	-141	-109	-100
Serviços (Líquidos)	-25	-52	-56	-56	-48	-34
Rendimentos (líquidos)	0	2	5	6	5	30
dos quais: royalties do petróleo e juros	0	2	4	4	3	26
Transferências correntes (líq.)	98	325	377	337	273	317
dos quais: receitas fiscais do petróleo	0	5	8	16	32	116
assistência internacional	43	313	362	314	235	195
<i>Por memória: Receitas do sector petrolífero (petróleo e gás)</i>	0	7	12	20	35	142
<b>CONTA DE CAPITAL E OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>						
Transferências oficiais de capital	0	80	86	71	53	47
Operações financeiras	-3	-109	-127	-82	-37	-40
<b>ERROS E OMISSÕES</b>	-3	7	2	5	-15	-4
<b>BALANÇA GLOBAL</b>						
Alteração nos activos externos (aumento: -)	...	-16	-8	-20	-18	-122
Poupança das receitas petrolíferas (aumento: -)	...	-19	-2	-13	-16	-119
Outras		3	-6	-7	-2	-3
	<i>(em percentagem do PIB não-petrolífero)</i>					
Balança de transacções correntes, excl. assist. intern.	-14	-87	-86	-84	-65	-23
Balança de transacções correntes, incl. assist. intern.	2	12	13	8	5	35
Balança Comercial	-25	-75	-76	-76	-64	-57

Fontes: Ministério do Plano e das Finanças de Timor-Leste, Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste e FMI

<sup>1</sup> As exportações não incluem as receitas do sector petrolífero (as quais sugerem na rubrica "rendimentos" (royalties) e "transferências" (receitas fiscais) devido a carências de informação estatística na cobertura deste sector.

Quadro II.6a.6.

**OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2000 - 2005 <sup>1</sup>**

Em milhões de USD

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05			
					Orç. <sup>2</sup>	Orç. rev. <sup>3</sup>	Proj. <sup>4</sup>	
Receitas	58.7	54.0	81.3	105.4	97.9	192.2	308.0	
Receitas domésticas	14.1	20.5	19.3	29.2	23.0	31.6	33.2	
Impostos directos	0.6	5.4	5.3	6.7	5.4	7.5	...	
Impostos indirectos	11.6	12.7	11.7	18.1	13.6	19.5	...	
Receitas não tributárias e outras	1.9	2.4	2.3	4.4	4.0	4.6	...	
Receitas petrolíferas	13.1	10.8	29.5	41.4	44.1	129.8	244.0	
Impostos sobre a activ. de exploraç. petrolífera	9.9	6.5	26.4	38.0	18.3	93.9	194.8	
Royalties e juros	3.1	4.3	3.1	3.4	25.8	35.9	49.2	
Royalties	3.0	4.2	3.0	3.3	25.5	35.5	...	
Juros	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3	0.4	...	
Donativos	31.6	22.7	32.5	34.8	30.8	30.8	30.8	
Despesas	51.3	52.6	70.8	72.2	75.1	78.7	74.3	
Despesas correntes	29.6	41.1	56.2	62.5	64.9	67.8	66.1	
Despesas com pessoal	13.9	18.8	21.9	24.0	28.2	28.2	28.2	
Despesas em bens e serviços	15.7	22.2	34.3	38.5	36.7	39.6	32.6	
Despesas de capital	21.7	11.5	14.5	9.7	10.2	10.9	8.2	
<b>Saldo global</b>	<b>7.4</b>	<b>1.4</b>	<b>10.5</b>	<b>33.2</b>	<b>22.8</b>	<b>113.5</b>	<b>233.7</b>	
Financiamento	-7.4	-1.4	-10.5	-33.2	-22.8	-113.5	-233.7	
Variações nos depósitos do Governo [aumento: -]	-4.2	2.7	-8.6	-29.8	3.0	-77.6	-184.5	
Poupança de rendimentos petrolíferos [aumento: -]	-3.1	-4.3	-3.1	-3.4	-25.8	-35.9	-49.2	
Outros	-0.1	0.2	1.1	0.0	0.0	0.0	0.0	
			<i>(Em percentagem do PIB não-petrolífero)</i>					
Receitas	17.2	15.2	23.9	31.2	28.5	55.9	89.5	
Receitas domésticas	4.1	5.8	5.7	8.7	6.7	9.2	9.6	
Impostos directos	0.2	1.5	1.6	2.0	1.6	2.2	...	
Impostos indirectos	3.4	3.6	3.5	5.4	4.0	5.7	...	
Receitas não tributárias e outras	0.5	0.7	0.7	1.3	1.2	1.3	...	
Receitas petrolíferas	3.8	3.0	8.7	12.3	12.8	37.7	70.9	
das quais: impostos sobre activ. expl. petrolífera	2.9	1.8	7.8	11.3	5.3	27.3	...	
Donativos	9.3	6.4	9.5	10.2	9.0	9.0	8.9	
Despesas	15.0	14.8	20.8	21.4	21.8	22.9	21.6	
Despesas correntes	8.7	11.6	16.6	18.5	18.9	19.7	19.2	
Despesas com pessoal	4.0	5.3	6.5	7.1	8.2	8.2	...	
Despesas em bens e serviços	4.6	6.3	10.1	11.4	10.7	11.5	...	
Despesas de capital	6.4	3.2	4.3	2.9	3.0	3.2	2.4	
<b>Saldo global</b>	<b>2.2</b>	<b>0.4</b>	<b>3.1</b>	<b>9.8</b>	<b>6.6</b>	<b>33.0</b>	<b>67.9</b>	
Financiamento	-2.2	-0.4	-3.1	-9.8	-6.6	-33.0	-67.9	
<i>Por memória:</i>								
Poupança acumulada de rendim. Petrolíferos	3.1	7.4	10.5	13.9	41.0	49.8	63.1	
Em percentagem do PIB	0.9	2.1	3.1	4.1	11.9	14.5	...	
Em percentagem das despesas correntes	10.6	18.1	18.7	22.2	63.2	73.5	...	
Saldo orçamental não-petrolífero	-5.7	-9.3	-18.9	-8.2	-21.3	-16.3	...	
Em percentagem do PIB não-petrolífero	-1.7	-2.6	-5.6	-2.4	-6.2	-4.7	-3.0	

Fontes: Ministério do Plano e das Finanças de Timor-Leste e FMI

<sup>1</sup> O ano fiscal em Timor-Leste corresponde ao período de Julho a Junho; <sup>2</sup> Valores incluídos no Orçamento de Estado aprovado no Parlamento Nacional em Junho de 2004; <sup>3</sup> Valores incluídos no Orçamento de Estado revisto em Fevereiro de 2005; <sup>4</sup> Valores estimados pelo staff do FMI em Maio de 2005, tendo em conta a execução orçamental até Março de 2005.

Quadro II.6a.7.

**SÍNTESE MONETÁRIA, 2000 - 2005**

Em milhões de USD, no final do período

	2000	2001	2002	2003	2004		2005	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jun.	Dez.	Mar.	Jun. (e)
<b>SISTEMA BANCÁRIO CONSOLIDADO</b>								
<b>Disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX)</b>	<b>33.8</b>	<b>65.4</b>	<b>89.9</b>	<b>108.3</b>	<b>122.0</b>	<b>186.6</b>	<b>283.7</b>	<b>355.3</b>
Disponibilidades sobre o exterior	33.8	72.9	93.3	153.1	166.0	240.2	338.1	410.9
Disponibilidades em caixa (numerário)	6.3	11.7	18.1	19.0	17.8	28.4	24.5	...
Disponibilidades sobre bancos exteriores	27.5	61.2	75.3	122.6	136.1	86.9	65.5	...
Outros (incl. activos do Fundo de Petróleo) <sup>1</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	134.6	236.1	...
Responsabilidades perante o exterior	0.0	7.5	3.5	44.8	44.0	53.6	54.5	55.6
<b>Activos domésticos líquidos</b>	<b>-13.8</b>	<b>-14.3</b>	<b>-35.3</b>	<b>-35.4</b>	<b>-37.3</b>	<b>-103.8</b>	<b>-196.5</b>	<b>-263.1</b>
Crédito líquido ao Governo	-19.0	-21.1	-33.7	-49.7	-78.7	-168.4	-269.0	-337.6
Crédito ao sector privado	0.3	3.0	5.1	27.8	64.8	89.3	99.5	101.6
Outros activos (líquidos)	4.9	3.8	-6.7	-13.6	-23.4	-24.6	-27.0	-27.2
<b>Massa Monetária</b> <sup>2</sup>	<b>20.0</b>	<b>51.1</b>	<b>54.6</b>	<b>72.9</b>	<b>84.7</b>	<b>82.8</b>	<b>87.2</b>	<b>92.2</b>
Depósitos à vista	19.3	45.1	49.3	58.1	50.0	49.8	53.0	57.0
Depósitos a prazo	0.7	6.0	5.3	14.7	34.7	33.1	34.2	35.2
<b>AUTORIDADE BANCÁRIA</b>								
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	16.0	23.7	39.0	61.3	91.9	183.1	284.5	352.5
Disponibilidades sobre o exterior	16.0	24.7	43.5	72.8	103.9	195.1	296.5	364.8
Responsabilidades perante o exterior <sup>3</sup>	0.0	1.0	4.5	11.5	12.0	12.0	12.0	12.4
Depósitos do Governo na Autoridade Bancária	19.0	22.7	33.7	49.7	78.7	168.4	269.0	337.6
<b>BANCOS COMERCIAIS</b>								
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	17.8	41.7	46.4	47.0	30.1	3.5	-0.8	2.8
Activos domésticos líquidos (incl. crédito interno)	5.2	12.9	10.7	27.2	61.0	90.3	101.0	102.5
Responsabilidades (depósitos de clientes)	20.0	51.1	54.6	72.9	84.7	82.8	87.2	92.2
<i>Por memória:</i>								
				<i>(em percentagem)</i>				
DLX - Sector bancário (var. anual)	...	37.4	37.4	20.5	22.4	72.3	122.1	191.2
DLX - Autoridade Bancária (var. anual.)	...	48.1	64.6	57.2	69.3	198.6	227.8	283.4
Depósitos do Governo na Autorid. Bancária (var. anual)	...	19.5	48.5	47.5	89.5	238.8	262.3	328.9
Crédito ao sector privado (var. anual)	...	900.0	70.0	445.9	583.3	220.7	130.6	56.9
Rácio Crédito sobre Depósitos	1.5	5.9	9.3	38.2	76.5	107.8	114.1	110.3

Fontes: Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, FMI e cálculos do Banco de Portugal

<sup>1</sup> Esta rubrica de "outros" inclui os activos provenientes das receitas do petróleo depositados pelo Governo junto da Autoridade Bancária e investidos por esta instituição no exterior os quais fazem parte do "Fundo do Petróleo"; <sup>2</sup> A Massa Monetária não inclui a circulação uma vez que não existem registos estatísticos sobre as entradas e saídas de numerário por parte das entidades não-bancárias; <sup>3</sup> Estas responsabilidades correspondem no essencial a contas de custódia de instituições financeiras internacionais junto da Autoridade Bancária.

Quadro II.6a.8.

**TAXAS DE CÂMBIO, 1999 - 2005**

Taxas de câmbio médias do período

	Dólar Australiano	Rupia da Indonésia	Euro
	<i>USD por 1 AUD</i>	<i>IDR por 1 USD</i>	<i>USD por 1 EUR</i>
1999	0.6453	7 855.2	1.0654
2000	0.5824	8 421.8	0.9213
2001	0.5176	10 260.9	0.8948
2002	0.5439	9 311.2	0.9411
2003	0.6519	8 577.1	1.1286
2004	0.7366	8 938.9	1.2430
2002 Janeiro	0.5167	10 377.3	0.8831
Fevereiro	0.5131	10 229.3	0.8700
Março	0.5247	9 866.8	0.8758
Abril	0.5358	9 403.0	0.8858
Maio	0.5497	9 078.0	0.9169
Junho	0.5696	8 748.8	0.9551
Julho	0.5544	8 983.0	0.9920
Agosto	0.5421	8 920.3	0.9778
Setembro	0.5470	8 963.8	0.9808
Outubro	0.5499	9 193.0	0.9808
Novembro	0.5611	9 059.0	0.9919
Dezembro	0.5632	8 912.0	1.0180
2003 Janeiro	0.5823	8 890.0	1.0620
Fevereiro	0.5941	8 897.0	1.0773
Março	0.6023	8 929.5	1.0804
Abril	0.6100	8 795.8	1.0846
Maio	0.6470	8 406.3	1.1567
Junho	0.6644	8 235.8	1.1661
Julho	0.6621	8 368.5	1.1371
Agosto	0.6510	8 516.0	1.1135
Setembro	0.6614	8 439.3	1.1217
Outubro	0.6937	8 445.3	1.1692
Novembro	0.7159	8 516.3	1.1699
Dezembro	0.7384	8 485.8	1.2289
2004 Janeiro	0.7689	8 382.5	1.2612
Fevereiro	0.7777	8 432.0	1.2645
Março	0.7498	8 594.3	1.2261
Abril	0.7458	8 623.0	1.1989
Maio	0.7054	8 978.3	1.1996
Junho	0.6942	9 403.0	1.2145
Julho	0.7164	9 046.5	1.2265
Agosto	0.7099	9 256.0	1.2175
Setembro	0.7014	9 166.0	1.2217
Outubro	0.7328	9 093.3	1.2487
Novembro	0.7689	9 037.5	1.2989
Dezembro	0.7678	9 253.8	1.3376
2005 Janeiro	0.7657	9 195.3	1.3245
Fevereiro	0.7808	9 236.3	1.3013
Março	0.7848	9 391.3	1.3189
Abril	0.7727	9 542.5	1.2937
Maio	0.7662	9 476.3	1.2692

Fonte: Fundo Monetário Internacional (Int. Financial Statistics)

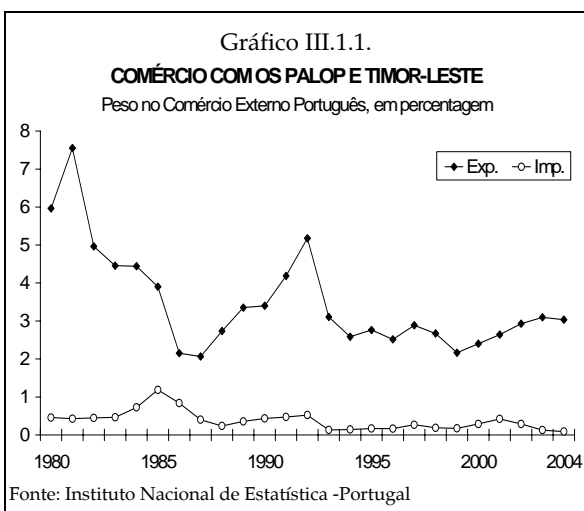
## Capítulo 3. Relações Económicas e Financeiras

entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste

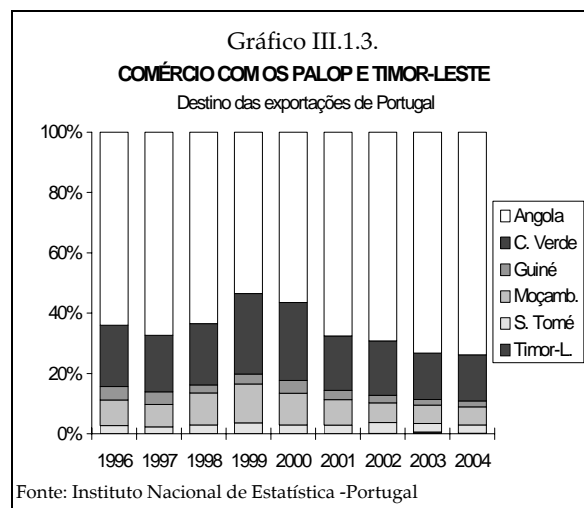
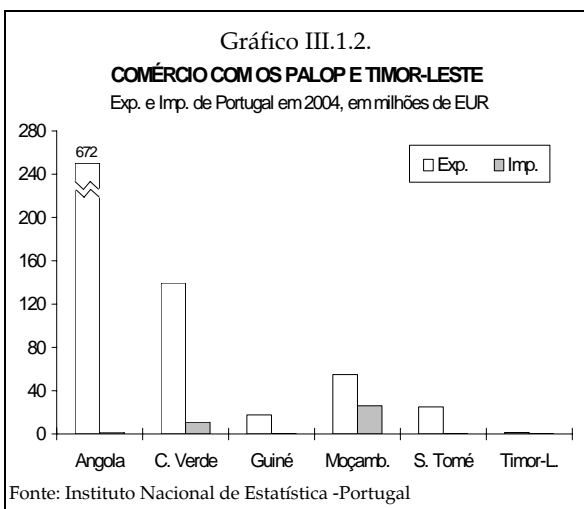


### III.1. Relações Comerciais e Balanças de Pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

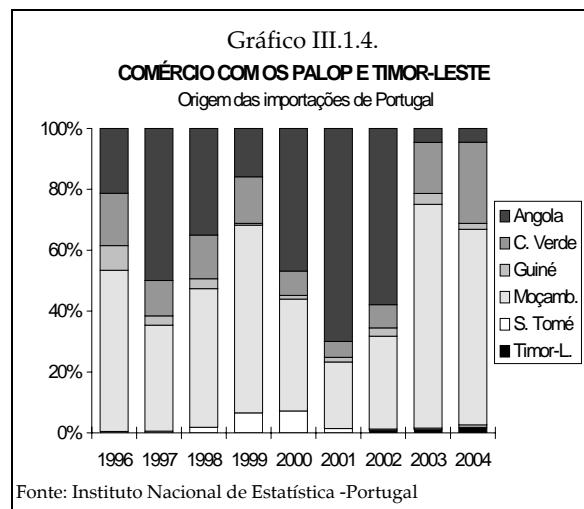
As relações comerciais entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste continuaram em 2004 a tendência dos últimos anos, com as exportações portuguesas a aumentarem 2.3% (registando EUR 910.5 milhões) e as importações a reduzirem-se 22.5% (para EUR 40.6 milhões).



O peso das trocas comerciais com este conjunto de países nos valores globais portugueses mantém-se a níveis bastante baixos, representando no final do ano 3.03% das exportações e 0.09% das importações.



Como vem acontecendo desde 1999, o saldo da balança comercial de Portugal com os PALOP e Timor-Leste voltou a crescer em 2004 (+3.9%), atingindo um valor excedentário de EUR 870.0 milhões, repercutindo-se em nova subida da taxa de cobertura, que chegou aos 2243% (1700% no ano anterior).

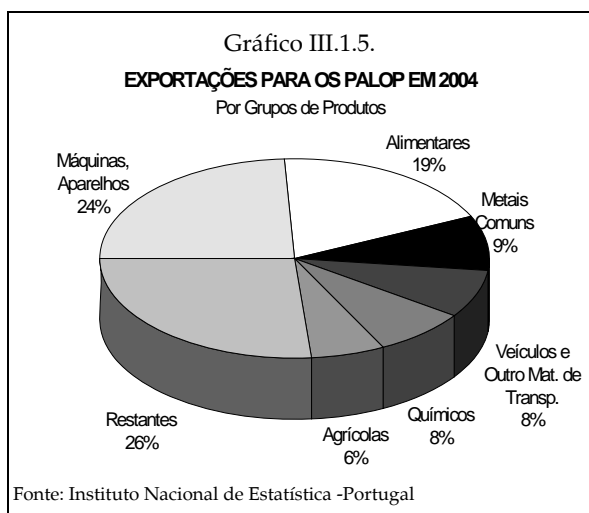


O crescimento das exportações deveu-se sobretudo à subida dos produtos enviados para Angola (EUR 20.3 milhões, +3.1% que em 2003) e para Cabo Verde (EUR 2.8 milhões, +2.0%). Dos restantes países, destaca-se a redução verificada em relação a Timor-Leste, a qual atingiu USD 3.6 milhões, correspondente a uma quebra de 72.1% relativamente a 2003.

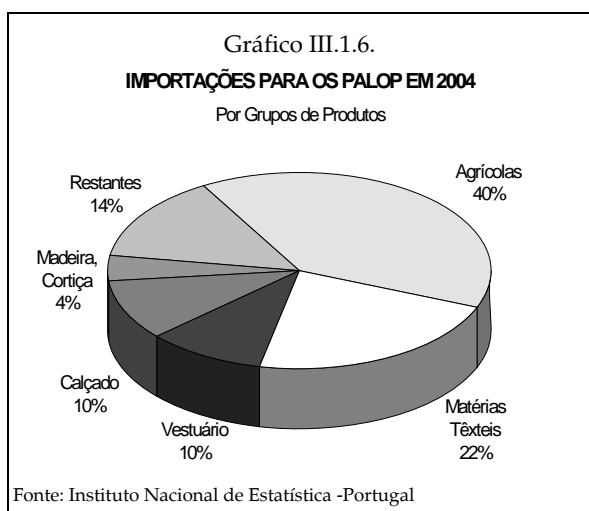
As importações continuaram em 2004 a trajetória descendente, repercutindo sobre-

tudo a diminuição de Moçambique (EUR 12.4 milhões, correspondente a -32.2%).

Em termos relativos, Angola continua a ser o principal destino das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste (74% do total), mantendo-se Moçambique como o maior originador das importações daquele conjunto de países (64%).

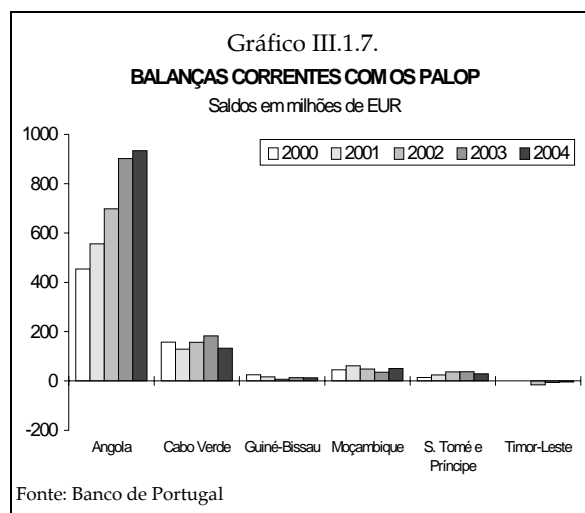


Os principais grupos de produtos que constituíram as exportações em 2004 foram novamente as *Máquinas e Aparelhos* e *Alimentares*, mantendo-se igualmente o elevado grau de concentração das exportações, com os dois principais grupos de produtos a representarem mais de 34% em todos os países, chegando a valores de 62% no caso de Timor-Leste.



Das importações, os grupos *Agrícolas* e *Matérias Têxteis* voltaram a ser os mais significativos, representando 61.8% do total em 2004. Moçambique mantém-se como a principal origem de produtos oriundos do exterior nas suas classes mais importantes (86.5% dos *Agrícolas* e 96.7% das *Matérias Têxteis*).

O saldo global das balanças de pagamentos bilaterais foi positivo para Portugal em EUR 1 604 milhões, no ano em análise, como resultado de excedentes nas balanças corrente (EUR 1 155 milhões) e financeira (EUR 462 milhões) e do défice da balança de capital (EUR 13 milhões).



As balanças de capital apresentam valores muito pouco significativos em termos agregados, sendo apenas importantes em relação a Timor-Leste.

Sendo normalmente caracterizada por apresentar valores bastante voláteis, o saldo da balança financeira agregada apresentou em 2004 um valor positivo algo significativo, o qual decorreu do elevado valor registado em Angola.

Quadro III.1a.1.  
**PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO  
 DE MERCADORIAS (ÓPTICA DE PORTUGAL)**

Em milhões de EUR, preços correntes

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		PALOP e Timor-L.	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1975	15.4	8.7	0.1	2.8	0.7	1.6	7.4	6.3	0.5	0.8			24.1	20.2
	6.3	4.4	0.1	2.6	0.7	1.8	7.4	4.1	0.4	0.6			15.0	13.5
	4.6	12.1	0.2	2.9	1.4	2.0	4.2	6.9	0.4	1.1			10.8	25.1
	1.6	14.5	0.2	3.5	0.8	2.3	4.5	7.6	0.5	1.9			7.6	29.8
1980	3.9	29.3	0.2	5.0	1.0	3.7	10.1	5.6	0.8	1.4			16.0	45.0
	3.8	44.4	0.4	8.1	0.8	4.0	5.5	9.3	0.4	3.2			10.9	68.9
	4.7	69.0	1.1	9.0	0.9	4.5	5.6	10.4	0.6	3.9			13.0	96.8
	9.0	33.6	0.2	9.3	1.4	10.6	5.9	26.8	0.4	1.7			16.9	82.1
1985	7.5	55.2	0.2	14.7	3.2	7.0	8.6	35.0	0.9	1.3			20.5	113.1
	27.7	113.3	0.7	13.4	5.3	9.9	7.4	29.5	1.0	2.3			42.0	168.5
	69.8	133.3	1.2	23.4	1.6	9.5	5.1	18.7	0.8	4.2			78.7	189.1
	55.8	68.8	1.0	23.3	1.3	5.9	1.9	15.3	0.3	2.9			60.4	116.2
1990	28.0	72.9	2.5	26.6	1.9	9.4	6.8	22.4	0.2	3.8			39.4	135.0
	22.4	147.9	1.2	26.8	1.3	13.1	5.1	23.5	0.4	4.4			30.5	215.9
	40.6	251.5	1.6	28.3	1.8	20.5	9.0	29.7	0.3	7.0			53.3	337.0
	62.5	291.9	1.7	36.7	2.3	29.4	11.0	30.6	0.2	7.7			77.6	396.2
1995	72.1	394.4	2.2	37.2	3.3	24.4	12.3	27.7	0.2	7.9			90.1	491.5
	78.1	551.6	1.9	38.6	3.2	17.7	23.7	22.8	0.3	8.3			107.2	639.0
	4.8	277.8	1.4	47.2	3.3	18.2	15.7	29.9	0.2	10.4			25.4	383.5
	4.7	242.3	2.6	69.4	4.1	25.5	20.7	35.8	0.1	10.5			32.3	383.5
2000	9.8	259.5	5.5	89.5	4.9	22.7	22.6	36.8	0.2	12.9			43.0	421.3
	9.7	304.8	7.8	96.6	3.7	21.5	24.0	40.3	0.2	12.9			45.4	476.2
	39.3	393.6	9.1	109.3	2.4	24.6	27.4	43.4	0.5	13.2			78.7	584.2
	21.9	368.3	9.0	118.0	2.0	15.6	28.5	61.5	1.1	16.9			62.5	580.4
2004	10.1	276.7	9.7	138.3	0.4	17.0	39.3	66.7	4.2	18.7			63.7	517.4
	57.7	371.0	9.8	169.6	1.5	27.7	45.2	69.1	8.9	19.3			123.0	656.8
	127.0	503.6	9.5	134.6	2.7	22.8	39.7	63.1	2.6	21.3			181.5	745.4
	69.9	569.6	9.3	148.2	3.3	20.7	36.8	53.9	0.5	29.6	1.1	0.9	120.9	822.8
2004	2.4	651.7	8.8	136.7	1.9	17.0	38.4	54.0	0.3	25.3	0.5	5.0	52.3	889.7
	1.8	672.0	10.8	139.5	0.8	17.7	26.1	54.8	0.3	25.1	0.8	1.4	40.6	910.5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro III.1a.2.  
**PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: PESO DO COMÉRCIO COM OS PALOP  
 E TIMOR-LESTE NO COMÉRCIO PORTUGUÊS**

Em percentagem

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		PALOP	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1975	3.10	3.53	0.02	1.14	0.15	0.65	1.49	2.56	0.10	0.32			4.86	8.20
	0.96	1.60	0.02	0.93	0.11	0.66	1.14	1.49	0.06	0.22			2.29	4.90
	0.48	3.13	0.02	0.76	0.15	0.53	0.44	1.77	0.05	0.28			1.14	6.47
	0.14	2.72	0.02	0.67	0.07	0.44	0.39	1.43	0.04	0.35			0.66	5.62
1980	0.23	3.34	0.01	0.57	0.06	0.42	0.61	0.64	0.05	0.16			0.96	5.13
	0.16	3.84	0.02	0.70	0.04	0.34	0.23	0.80	0.02	0.27			0.46	5.96
	0.15	5.39	0.04	0.70	0.03	0.35	0.19	0.81	0.02	0.31			0.43	7.55
	0.24	2.03	0.01	0.56	0.04	0.64	0.16	1.62	0.01	0.10			0.45	4.96
1985	0.17	2.17	0.01	0.58	0.07	0.27	0.19	1.38	0.02	0.05			0.46	4.46
	0.48	2.99	0.01	0.35	0.09	0.26	0.13	0.78	0.02	0.06			0.73	4.44
	1.06	2.75	0.02	0.48	0.02	0.20	0.08	0.39	0.01	0.09			1.19	3.90
	0.78	1.27	0.01	0.43	0.02	0.11	0.03	0.28	0.00	0.05			0.84	2.15
1990	0.29	1.11	0.03	0.41	0.02	0.14	0.07	0.34	0.00	0.06			0.40	2.06
	0.18	1.87	0.01	0.34	0.01	0.17	0.04	0.30	0.00	0.06			0.24	2.74
	0.27	2.50	0.01	0.28	0.01	0.20	0.06	0.30	0.00	0.07			0.36	3.35
	0.35	2.51	0.01	0.31	0.01	0.25	0.06	0.26	0.00	0.07			0.43	3.40
1995	0.38	3.36	0.01	0.32	0.02	0.21	0.06	0.24	0.00	0.07			0.47	4.19
	0.38	4.47	0.01	0.31	0.02	0.14	0.12	0.18	0.00	0.07			0.53	5.18
	0.02	2.25	0.01	0.38	0.02	0.15	0.08	0.24	0.00	0.08			0.13	3.11
	0.02	1.63	0.01	0.47	0.02	0.17	0.09	0.24	0.00	0.07			0.14	2.58
2000	0.04	1.70	0.02	0.59	0.02	0.15	0.09	0.24	0.00	0.08			0.17	2.76
	0.04	1.61	0.03	0.51	0.01	0.11	0.09	0.21	0.00	0.07			0.17	2.52
	0.13	1.95	0.03	0.54	0.01	0.12	0.09	0.21	0.00	0.07			0.27	2.89
	0.07	1.70	0.03	0.54	0.01	0.07	0.09	0.28	0.01	0.08			0.19	2.67
2004	0.03	1.16	0.03	0.58	0.00	0.07	0.11	0.28	0.02	0.08			0.17	2.17
	0.14	1.36	0.02	0.62	0.00	0.10	0.11	0.25	0.03	0.07			0.29	2.40
	0.29	1.79	0.02	0.48	0.01	0.08	0.09	0.22	0.01	0.08			0.42	2.64
	0.17	2.03	0.02	0.53	0.01	0.07	0.09	0.19	0.00	0.11	0.00	0.00	0.29	2.93
2004	0.01	2.27	0.02	0.48	0.00	0.06	0.09	0.19	0.00	0.09	0.00	0.02	0.13	3.10
	0.00	2.24	0.02	0.47	0.00	0.06	0.06	0.18	0.00	0.08	0.00	0.00	0.09	3.03

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal. Cálculos do Banco de Portugal.

Quadro III.1a.3.

## PORTUGAL/PALOP: COMÉRCIO BILATERAL POR GRUPOS DE PRODUTOS (ÓPTICA DE PORTUGAL)

Em milhões de EUR, preços correntes

GRUPOS DE PRODUTOS	EXPORTAÇÃO																				
	2002							2003							2004						
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	34.60	12.36	3.29	0.79	2.12	0.11	53.29	38.44	11.63	2.63	1.10	1.79	0.08	55.66	38.02	12.44	1.96	1.96	2.59	0.03	57.00
Alimentares	106.29	20.91	5.15	2.61	5.67	0.27	140.90	125.07	23.92	4.19	3.15	5.15	0.24	161.72	133.81	23.00	5.67	5.16	5.71	0.11	173.46
Combustíveis Minerais	4.47	0.91	0.16	0.34	0.30	0.00	6.18	4.69	1.74	0.11	0.56	0.26	0.00	7.36	4.57	1.14	0.05	0.75	0.27	0.00	6.77
Químicos	50.69	12.28	0.79	4.86	1.98	0.00	70.60	52.46	12.80	0.62	4.21	2.34	0.00	72.43	49.92	12.08	0.70	5.18	2.18	0.00	70.06
Plásticos, Borracha	18.67	6.66	0.70	2.00	1.09	0.00	29.12	18.59	6.89	0.46	2.59	1.06	0.00	29.60	21.00	6.83	0.37	2.83	1.01	0.02	32.05
Peles, Couros	1.18	1.88	0.01	0.12	0.04	0.00	3.24	1.61	1.45	0.02	0.12	0.07	0.00	3.27	1.32	2.05	0.08	0.25	0.05	0.00	3.75
Madeira, Cortiça	5.95	3.72	0.12	0.79	0.11	0.00	10.70	6.40	3.68	0.07	0.21	0.20	0.01	10.56	6.29	3.02	0.11	0.20	0.13	0.00	9.75
Pastas Celulósicas, Papel	26.20	5.07	0.27	3.03	0.41	0.03	35.00	24.94	5.21	0.35	6.85	0.39	0.12	37.86	25.27	4.89	0.29	3.82	0.38	0.15	34.79
Matérias Têxteis	12.99	4.28	0.36	1.11	0.97	0.04	19.75	12.29	4.85	0.41	0.54	0.58	0.00	18.67	10.60	4.09	0.27	0.54	0.46	0.00	15.96
Vestuário	8.24	0.83	0.19	0.97	0.33	0.00	10.55	9.36	1.09	0.20	0.82	0.22	0.02	11.72	9.72	1.82	0.45	0.80	0.33	0.02	13.14
Calçado	7.32	0.52	0.13	1.29	0.14	0.01	9.41	6.78	0.75	0.10	0.91	0.16	0.05	8.77	4.66	0.86	0.11	0.69	0.12	0.00	6.13
Minerais, Minérios	21.17	8.36	0.69	2.75	1.31	0.01	34.29	23.03	8.89	1.11	2.44	1.32	0.01	36.79	23.79	9.33	0.82	1.77	1.26	0.04	37.01
Metais Comuns	53.52	13.44	1.75	3.96	1.84	0.04	74.55	49.18	13.32	1.17	5.26	1.90	0.36	71.18	58.26	13.41	1.09	5.38	2.05	0.12	80.30
Máquinas, Aparelhos	118.66	31.37	3.27	21.09	9.71	0.05	184.16	164.90	23.98	2.44	18.55	6.03	3.23	219.13	165.89	25.13	2.62	19.93	4.78	0.71	219.07
Veículos e Outro Mat. de Transp.	46.03	17.26	2.53	1.41	2.01	0.02	69.27	59.74	8.39	1.83	1.24	2.57	0.05	73.81	54.17	10.89	1.83	1.52	2.11	0.10	70.62
Aparelhos de Óptica e Precisão	11.75	1.57	0.14	1.42	0.71	0.01	15.60	11.95	1.73	0.15	1.25	0.36	0.52	15.96	13.28	1.86	0.14	1.00	0.62	0.04	16.95
Outros Produtos	41.81	6.78	1.11	5.32	0.89	0.26	56.17	42.26	6.43	1.11	4.22	0.93	0.29	55.24	51.47	6.99	1.15	3.06	1.05	0.03	63.75
<b>Total</b>	<b>569.56</b>	<b>148.20</b>	<b>20.66</b>	<b>53.88</b>	<b>29.64</b>	<b>0.85</b>	<b>822.79</b>	<b>651.70</b>	<b>136.75</b>	<b>16.97</b>	<b>54.03</b>	<b>25.31</b>	<b>4.98</b>	<b>889.74</b>	<b>672.04</b>	<b>139.52</b>	<b>17.70</b>	<b>54.83</b>	<b>25.07</b>	<b>1.39</b>	<b>910.55</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

GRUPOS DE PRODUTOS	IMPORTAÇÃO																				
	2002							2003							2004						
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	0.40	0.03	0.13	21.44	0.35	1.05	23.41	0.52	0.96	0.21	18.89	0.12	0.50	21.20	0.45	0.85	0.12	13.87	0.19	0.56	16.04
Alimentares		0.06	0.00	3.95	0.00		4.01	0.05	0.09	0.00	5.03	0.04		5.21	0.01	0.20	0.01	0.35	0.01		0.56
Combustíveis Minerais	67.71						67.71	0.00						0.00		0.00					0.00
Químicos	0.02	0.00	0.03	0.01	0.09		0.16	0.00	0.00		0.01	0.00		0.02	0.00	0.02		0.01	0.00		0.04
Plásticos, Borracha	0.06	0.04	0.00	0.03			0.13	0.01	0.00	0.00	0.02			0.04	0.02	0.01		0.02			0.05
Peles, Couros	0.03	0.06		0.16	0.00		0.24	0.01	0.24		0.20			0.45	0.03	0.07		0.20			0.30
Madeira, Cortiça	0.90	0.00	0.53	0.84			2.26	0.17		0.33	0.53		0.00	1.03	0.27	0.00	0.41	1.01	0.01	0.00	1.70
Pastas Celulósicas, Papel	0.02	0.01	0.00		0.00		0.03	0.01	0.02		0.00		0.00	0.03	0.01	0.00		0.00			0.01
Matérias Têxteis		0.10	2.58	8.36	0.00		11.04		0.00	1.25	11.77	0.03	0.00	13.05	0.00	0.08	0.21	8.73			9.03
Vestuário	0.01	4.19		0.00	0.00	0.00	4.20	0.00	3.55	0.00				3.55	0.00	4.07					4.07
Calçado		4.10		0.01			4.11		3.45					3.45	0.00	3.99		0.00			3.99
Minerais, Minérios	0.52	0.00	0.00	0.03			0.55	0.35	0.00		0.09			0.44	0.07	0.01		0.10			0.17
Metais Comuns	0.04	0.08	0.00	0.19	0.00		0.31	0.01	0.12		0.05	0.01		0.19	0.22	0.20		0.00	0.01		0.44
Máquinas, Aparelhos	0.06	0.44	0.01	0.09	0.00	0.00	0.60	0.08	0.21	0.04	0.06	0.02	0.01	0.42	0.27	1.00	0.04	0.12	0.01	0.10	1.54
Veículos e Outro Mat. de Transp.	0.13	0.13	0.05	0.13	0.02	0.01	0.47	1.16	0.04	0.05	0.05	0.07	0.03	1.41	0.28	0.28		0.12	0.07	0.00	0.76
Aparelhos de Óptica e Precisão	0.04	0.02	0.00	0.01	0.00		0.06	0.02	0.06	0.00	0.01	0.00		0.10	0.12	0.01		0.03	0.00	0.11	0.28
Outros Produtos	0.00	0.02	0.00	1.57	0.00		1.60	0.01	0.01	0.00	1.74		0.00	1.75	0.09	0.01		1.52			1.61
<b>Total</b>	<b>69.94</b>	<b>9.28</b>	<b>3.33</b>	<b>36.83</b>	<b>0.47</b>	<b>1.06</b>	<b>120.91</b>	<b>2.40</b>	<b>8.75</b>	<b>1.90</b>	<b>38.45</b>	<b>0.30</b>	<b>0.54</b>	<b>52.34</b>	<b>1.84</b>	<b>10.82</b>	<b>0.79</b>	<b>26.08</b>	<b>0.29</b>	<b>0.77</b>	<b>40.59</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro III.1a.4.  
BALANÇAS DE PAGAMENTOS COM OS PALOP (ÓPTICA DE PORTUGAL)

Em milhões de EUR

		Balança Corrente					Balança de Capital	Balança Financeira		Balança agregada
		Mercadorias	Serviços	Rendimentos	Transf. Correntes	Total		Total	dq: Investim. Directo	
Angola	1996	305.4	69.8	0.1	3.8	379.0	-0.2	63.6	-9.8	442.5
	1997	368.6	136.0	34.2	10.9	549.7	-1.4	-113.9	-21.3	434.4
	1998	359.0	129.8	26.1	13.0	527.9	0.3	13.2	-24.6	541.4
	1999	274.7	106.8	39.0	8.2	428.8	0.1	13.7	-91.8	442.6
	2000	326.1	111.6	17.6	-1.0	454.3	-0.8	-43.0	-118.9	410.5
	2001	397.2	142.6	24.7	-8.3	556.1	-1.8	90.8	-46.8	645.0
	2002	510.9	154.1	34.4	-1.1	698.3	-1.1	165.3	86.3	862.4
	2003	659.4	209.6	34.6	-2.2	901.5	-3.6	-144.4	-21.1	753.6
	2004	697.1	213.7	18.4	4.8	934.0	-2.1	500.2	5.7	1 432.1
Cabo Verde	1996	91.5	4.4	0.3	-7.6	88.6	-0.1	1.2	-0.7	89.8
	1997	103.3	8.3	2.6	-8.6	105.6	-0.1	-2.5	-12.0	103.0
	1998	112.2	6.2	1.5	-8.3	111.6	0.0	-10.0	-5.5	101.6
	1999	132.5	12.7	3.3	-10.0	138.6	-0.2	58.7	-36.4	197.1
	2000	164.6	12.4	2.8	-22.3	157.4	-0.6	-51.8	-11.3	105.1
	2001	128.3	11.7	9.1	-20.3	128.8	-0.6	-11.2	-9.7	117.0
	2002	142.1	34.9	2.0	-22.0	156.9	-0.5	16.9	-5.2	173.4
	2003	131.0	37.8	35.5	-21.3	182.9	-0.7	5.1	-4.9	187.2
	2004	133.0	20.4	2.7	-23.5	132.6	-1.5	-5.6	4.1	125.5
Guiné-Bissau	1996	18.6	-1.7	-0.3	0.1	16.7	0.0	12.6	-0.3	29.3
	1997	23.1	-1.3	-0.6	-0.1	21.1	0.0	-14.5	-8.9	6.7
	1998	14.2	0.9	0.1	0.3	15.5	-0.1	2.6	-1.1	18.1
	1999	17.1	-1.9	-2.9	0.2	12.5	0.0	-5.7	2.4	6.8
	2000	27.2	0.3	-1.4	-1.0	25.1	-1.0	14.4	-1.4	38.6
	2001	20.5	0.3	0.1	-4.3	16.7	-0.1	5.2	-1.0	21.8
	2002	17.9	3.1	-8.8	-5.9	6.3	0.0	1.5	9.7	7.8
	2003	15.5	1.5	2.5	-5.9	13.5	-1.6	9.0	-1.6	20.9
	2004	17.6	-0.7	1.6	-5.8	12.7	-1.9	-1.3	-1.8	9.4
Moçambique	1996	18.6	6.4	10.2	1.7	36.9	-0.9	-10.0	-16.0	26.0
	1997	17.6	1.0	12.4	2.6	33.6	-0.7	-0.8	-18.4	32.1
	1998	35.7	-4.4	16.9	1.5	49.7	-0.4	6.2	-19.5	55.6
	1999	30.6	13.9	18.1	-7.9	54.7	-0.3	-15.8	-20.1	38.5
	2000	27.5	12.1	5.6	0.1	45.3	-2.6	-24.8	-73.9	17.9
	2001	24.6	17.8	23.4	-4.8	60.9	-3.0	-73.9	-50.0	-15.9
	2002	14.0	21.1	14.6	-1.4	48.3	-3.2	128.4	25.8	173.5
	2003	15.1	10.8	12.9	-3.1	35.7	-1.8	-6.1	-5.5	27.7
	2004	27.4	14.0	10.3	-1.1	50.6	-4.0	-25.3	11.2	21.4
S. Tomé e Príncipe	1996	13.1	3.3	0.8	0.2	17.4	0.0	0.2	-0.9	17.6
	1997	13.3	1.9	0.6	0.1	15.9	0.0	-0.1	-0.9	15.7
	1998	16.5	2.6	0.4	0.1	19.6	0.0	-0.4	-0.7	19.2
	1999	15.2	2.3	-0.1	-0.1	17.3	0.0	-0.6	-0.1	16.6
	2000	11.2	3.3	-0.1	-0.6	13.8	0.0	0.1	-0.8	14.0
	2001	18.9	4.0	1.5	-0.3	24.0	0.0	4.0	-0.4	28.0
	2002	29.5	5.8	1.0	0.2	36.6	-0.2	-2.4	-0.9	34.0
	2003	25.4	14.5	-2.9	0.2	37.3	0.0	-3.1	2.0	34.2
	2004	25.6	3.4	0.2	-0.2	29.0	-1.1	-6.3	-1.3	21.6
Timor-Leste	2002	-0.2	-5.3	-0.7	-9.6	-15.8	-24.7	0.1	0.5	-40.4
	2003	4.5	-4.8	-0.8	-4.9	-6.1	-4.3	1.1	0.0	-9.2
	2004	0.7	-2.7	-0.1	-2.0	-4.1	-2.5	0.3	1.8	-6.3

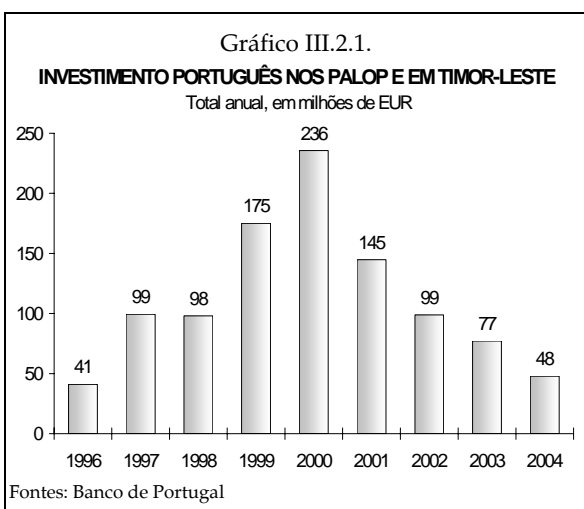
Fonte: Banco de Portugal.

As balanças aqui apresentadas estão em harmonia com as alterações introduzidas, a partir de Janeiro de 1999, nas estatísticas da balança de pagamentos elaboradas e divulgadas pelo Banco de Portugal. Estas alterações envolveram revisão de conceitos e de metodologias de apuramento de agregados, o que concorre para a não coincidência dos saldos das rubricas mercadorias com os mesmos indicadores implícitos nos dados do INE dos quadros precedentes.



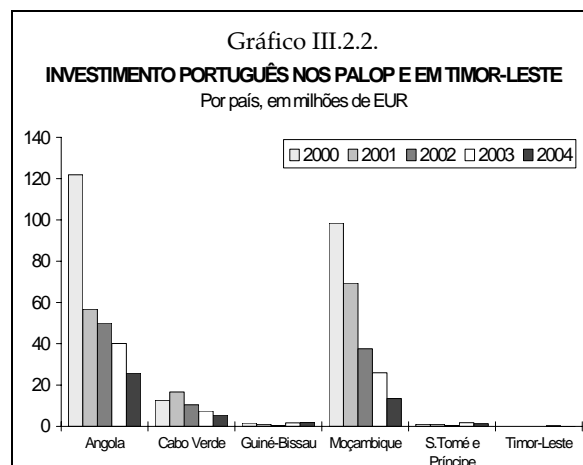
### III.2. Investimento Directo Bilateral

O investimento português nos PALOP cifrou-se em 47.80 milhões de euros em 2004, regressando a níveis que não se verificavam desde 1996. O fluxo líquido para este grupo de países registou -16.65 milhões de euros, com o montante de desinvestimentos efectuados no mesmo período a subirem aos 64.45 milhões de euros.



Angola continuou a ser o maior destino do investimento realizado (53.7% do total, apesar de ter registado uma forte quebra face a 2003), seguido de Moçambique (28.1%, continuando a tendência descendente iniciada em 2000), de Cabo Verde (11.4%, diminuindo em termos nominais pelo segundo ano consecutivo), da Guiné-Bissau (3.8%), de S. Tomé e Príncipe (2.7%) e de Timor-Leste (0.3%).

Como habitualmente, com excepção de 2003, os principais sectores receptores do investimento português efectuado no conjunto dos PALOP e Timor-Leste ao longo do ano que findou foram os relacionados com *Actividades Financeiras* (38.3%), *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (30.0%) e *Indústria Transformadora* (12.6%).



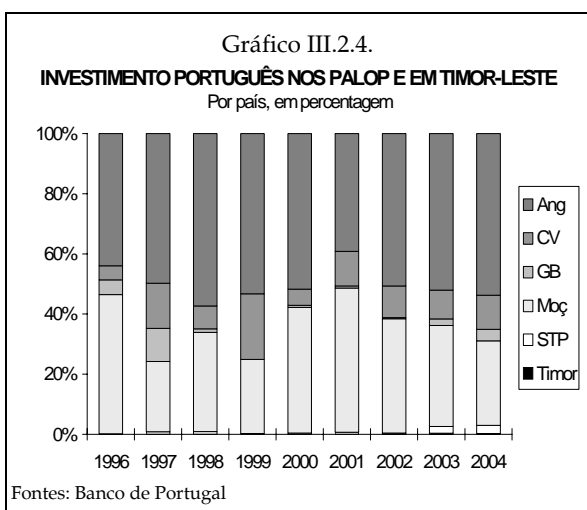
Nestes países, a redução patenteada pelo investimento foi acompanhada pelo aumento do volume de desinvestimento, sobretudo como resultado dos valores mais elevados registados em Angola na *Construção* e em Moçambique em relação a *Actividades financeiras*, responsáveis no seu conjunto por 59.2% do total.

O investimento directo realizado por Portugal em **Angola** em 2004, num montante total de 25.68 milhões de euros (menos 14.47 milhões que no ano anterior), foi, à semelhança do que vem acontecendo desde há alguns anos, sobretudo destinado ao sector de *Actividades financeiras* (59.1% do total para Angola).

Em **Moçambique**, o investimento chegou a 13.44 milhões de euros em 2004, correspondendo a uma decida de 12.50 milhões face a 2003. Esta evolução foi em

grande parte induzida pela redução a metade do sector *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*, o qual continua ainda assim a constituir o maior receptor de investimento português naquele país.

Foi canalizado para **Cabo Verde** investimento no valor de 5.44 milhões de euros no ano que findou, o que corresponde a uma diminuição de 1.95 milhões em relação a 2003. A quebra registada decorreu fundamentalmente das descidas evidenciadas pelos sectores *Actividades financeiras e Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*.



O investimento de Portugal em **S. Tomé e Príncipe** em 2004 atingiu 1.28 milhões de euros, tendo sido principalmente destinado a *Transportes, armazenagem e comunicações*. Em relação à **Guiné-Bissau**, verificou-se, de novo, em 2004, uma subida do investimento, o qual alcançou os 1.82 milhões de euros. O investimento português em **Timor-Leste** em 2004 reduziu-se a metade face aos valores de 2003, com 0.13 milhões de euros, sendo o sector *Actividades financeiras* o seu principal destino.

Após um ano de crescimento relativo acentuado, o investimento directo dos PALOP em Portugal diminuiu 32.5% relativamente a 2003, o que corresponde a uma redução de 1.77 milhões de euros, para 3.68 milhões em 2004. Angola mantém-se como

o principal investidor em Portugal, responsável por 98.6% do total do investimento com origem nos PALOP.

Quadro III.2.1.

**BANCOS PORTUGUESES REPRESENTADOS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE**

Situação em Junho de 2005

País / Banco	Forma de Representação
<b>Angola</b>	
Banco BPI	Banco de Fomento (Angola)
Banco Com. Português	Sucursal em Luanda Banco Africano de Investimento
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Angola, SARL
Banco Santander Totta	Banco Totta de Angola
Banco Rural Europa	Escritório em Luanda
<b>Cabo Verde</b>	
Caixa Geral Depósitos	Banco Interatlântico Banco Comercial do Atlântico
Montepio Geral	Caixa Económica de Cabo Verde
<b>Guiné-Bissau</b>	
Montepio Geral	Banco da África Ocidental
<b>Moçambique</b>	
Banco BPI	Banco Comercial e de Investimentos
Banco Com. Português	Banco Internacional de Moç. BIM – Investimento Novo Banco
Banco EFISA	Escritório em Maputo
Caixa Geral Depósitos	Banco Comercial e de Investimentos
Montepio Geral	Banco de Desenv. e Com. de Moç.
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	
Caixa Geral Depósitos	Banco Internac. S. Tomé e Príncipe
<b>Timor-Leste</b>	
Caixa Geral Depósitos	Sucursal em Dili

Fonte: Banco de Portugal

Quadro III.2a.1.

**INVESTIMENTO DIRECTO DE PORTUGAL NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE**

Por sectores de actividade, em milhões de EUR

	2001		2002		2003		2004	
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola								
Actividades financeiras	43.11		19.46	42.00	27.98	0.58	15.19	2.57
Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	4.49	1.33	12.99	2.24	3.48	0.38	2.85	0.48
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			0.22	0.05	0.02		0.09	
Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	1.65	2.49	2.09	0.36	1.60	0.31	1.07	0.19
Construção	0.62	0.17	2.87	83.64	1.69	10.80	0.84	20.15
Educação			0.12					
Indústrias extractivas	0.01							
Indústrias transformadoras	6.13	0.77	10.92	2.65	3.97	0.06	4.16	0.02
Pesca								
Transportes, armazenagem e comunicações			0.75	0.16	0.05			
Sector não ident. e particulares	0.65	0.98	0.65	4.04	1.36	1.73	1.35	4.85
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.09		0.02				0.13	
<i>Total</i>	56.76	5.72	50.08	135.14	40.15	13.85	25.68	28.26
Cabo Verde								
Actividades financeiras	0.81	0.29	1.26	0.39	1.75	0.63	0.85	2.42
Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	9.77	4.39	3.66	3.84	4.43	1.01	3.19	2.32
Alojamento e restauração	0.14							0.10
Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.26		0.02				0.02	
Construção	2.54	0.48	1.39	0.49		0.06	0.39	
Indústrias transformadoras	2.81	0.46	2.13	0.15	0.58	0.68	0.43	4.37
Produção e distribuição de electricidade, gás e água								
Saúde e acção social	0.11		0.01		0.02		0.01	
Transportes, armazenagem e comunicações		0.10		0.14				
Sector não ident. e particulares	0.10	0.10	1.81	0.05	0.34	0.01	0.07	0.31
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.08		0.17	0.05	0.26	0.07	0.48	0.02
<i>Total</i>	16.62	5.82	10.44	5.12	7.40	2.46	5.44	9.54
Guiné-Bissau								
Actividades financeiras	0.01		0.24	10.04	1.51		0.83	
Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.03	0.04			0.04		0.03	
Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.			0.03		0.00		0.00	
Indústrias transformadoras			0.08		0.08		0.78	
Transportes, armazenagem e comunicações	0.50							
Sector não ident. e particulares	0.40						0.07	0.03
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.06		0.03		0.04		0.12	
<i>Total</i>	1.00	0.04	0.38	10.04	1.66	0.00	1.82	0.03
Moçambique								
Actividades financeiras	11.12	0.45	3.80	1.45	3.20	3.12	1.37	17.99
Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	38.54	4.97	22.51	56.81	16.95	12.86	8.18	3.90
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	0.05		0.02	0.01	0.00		0.00	
Alojamento e restauração	3.46	0.80	1.92	1.07	1.66	1.54	2.01	0.61
Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	1.43	0.58	0.03					
Construção	4.29	3.39	4.03	0.91	1.57	0.64	1.05	1.18
Educação								
Indústrias transformadoras	8.68	7.78	3.01	0.39	1.18	1.22	0.63	0.61
Pesca	0.54		0.12		0.73	0.03	0.11	0.01
Saúde e acção social			0.04					
Transportes, armazenagem e comunicações	0.06	1.43	0.00	1.35	0.01	0.01	0.00	0.01
Sector não ident. e particulares	1.13	0.08	2.01	0.74	0.64	0.58	0.02	0.10
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.11	0.06	0.03	0.65		0.56	0.07	0.31
<i>Total</i>	69.40	19.54	37.53	63.39	25.94	20.56	13.44	24.72
S. Tomé e Príncipe								
Actividades financeiras	0.08		0.07	0.05	0.85		0.00	
Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.31	0.03	0.12		0.31		0.05	
Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.								
Construção	0.19				0.03			
Transportes, armazenagem e comunicações	0.34		0.16		0.23	3.68	1.13	
Sector não ident. e particulares				0.04	0.31	0.10		
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais	0.08		0.03				0.11	
<i>Total</i>	1.00	0.03	0.38	0.10	1.74	3.78	1.28	0.00
Timor-Leste								
Actividades financeiras				0.26	0.16		0.09	
Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas					0.05		0.02	
Transportes, armazenagem e comunicações			0.01		0.01		0.00	1.77
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais			0.04	0.33	0.04	0.23	0.02	0.13
<i>Total</i>			0.04	0.59	0.26	0.23	0.13	1.90
<b>Total PALOP e Timor-Leste</b>	<b>144.77</b>	<b>31.14</b>	<b>98.84</b>	<b>214.37</b>	<b>77.14</b>	<b>40.90</b>	<b>47.80</b>	<b>64.45</b>

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

Quadro III.2a.2.

**INVESTIMENTO DIRECTO DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE EM PORTUGAL**

Por sectores de actividade, em milhões de EUR

	2001		2002		2003		2004		
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	
Angola	Actividades financeiras	1.36		0.34		0.39		0.44	
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.03	0.37	0.23	0.10	0.08	0.08	1.05	0.11
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.	0.07		0.03	0.03	0.15	0.01	0.08	0.12
	Construção	0.21					0.05	0.10	0.30
	Indústrias extractivas								
	Transportes, armazenagem e comunicações							0.35	
	Sector não ident. e particulares	0.54	0.03	1.00	0.29	4.68		1.61	
Outras activ. de serviços colectivos, sociais e pessoais			0.03						
<i>Total</i>	<i>2.21</i>	<i>0.40</i>	<i>1.63</i>	<i>0.42</i>	<i>5.29</i>	<i>0.15</i>	<i>3.63</i>	<i>0.52</i>	
Cabo Verde	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.12	0.02	0.09					
	Comércio (grosso e retalho). Reparação de veiculos autom.								
	Construção							0.04	
	Saúde e acção social							0.00	
	Transportes, armazenagem e comunicações								
	Sector não ident. e particulares	0.16		0.01	0.01	0.05	0.06		
<i>Total</i>	<i>0.27</i>	<i>0.02</i>	<i>0.10</i>	<i>0.01</i>	<i>0.05</i>	<i>0.06</i>	<i>0.00</i>	<i>0.04</i>	
Guiné-Bissau	Sector não ident. e particulares					0.02			
	<i>Total</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.02</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	
Moçambique	Actividades financeiras					0.07			
	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas	0.40	0.33	0.30			0.01	0.03	
	Construção	0.04	0.17		0.30		0.23	0.07	
	Transportes, armazenagem e comunicações								
	Sector não ident. e particulares	0.09	0.08	0.05	0.11	0.02			
<i>Total</i>	<i>0.53</i>	<i>0.57</i>	<i>0.35</i>	<i>0.41</i>	<i>0.09</i>	<i>0.24</i>	<i>0.03</i>	<i>0.07</i>	
S. Tomé e Príncipe	Construção	0.13							
	Sector não ident. e particulares	0.44			0.60			0.02	
	<i>Total</i>	<i>0.57</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.60</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.02</i>	
Timor-Leste	Activ. imob., alugueres e serviços prestados às empresas						0.01		
	<i>Total</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.01</i>	<i>0.00</i>	
<b>Total PALOP</b>		<b>3.57</b>	<b>0.99</b>	<b>2.07</b>	<b>1.43</b>	<b>5.45</b>	<b>0.46</b>	<b>3.68</b>	<b>0.64</b>

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento Directo do Exterior em Portugal.

### III.3. Dívida Oficial dos PALOP a Portugal

A dívida oficial dos PALOP a Portugal – dívida directa ao Estado e por este garantida – totalizava 1 179 milhões de USD em 31 de Dezembro de 2004, excluindo a dívida da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, no montante de 2 890 milhões de USD.

Quadro III.3.1.

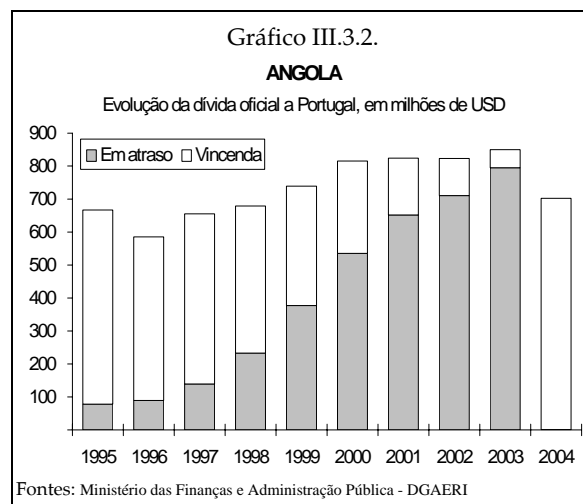
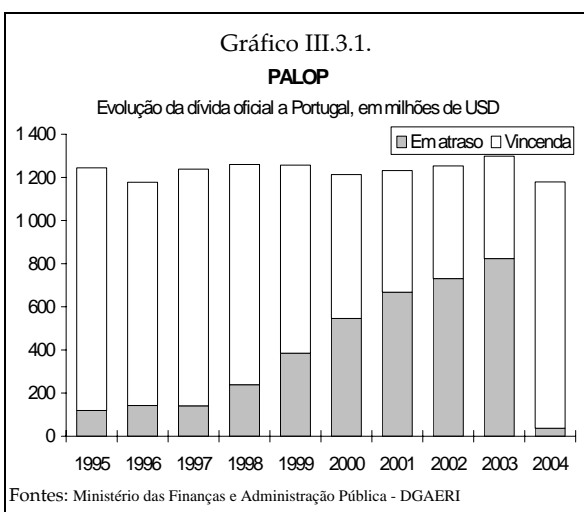
#### DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL

Em 31-12-2004

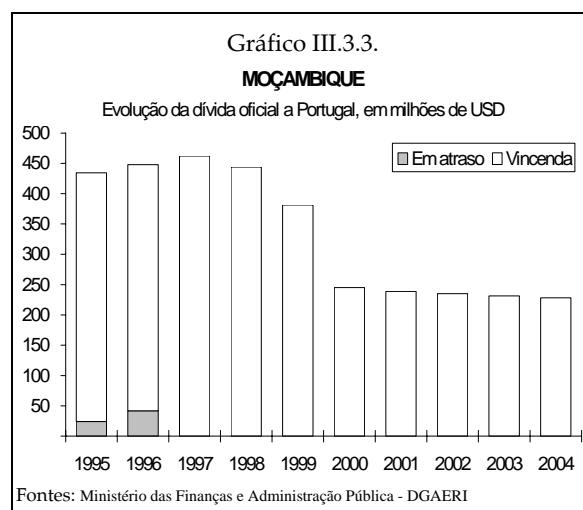
	Em milhões de USD	Em %
Angola	702	59,6
Moçambique	228	19,4
Guiné-Bissau	114	9,6
Cabo Verde	102	8,6
S. Tomé e Príncipe	33	2,8

Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública - DGAERI

Este valor corresponde a uma redução de 119 milhões de USD relativamente ao final do ano anterior. A diminuição resulta da conjugação do decréscimo evidenciado pela dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (-260 milhões de USD) com a subida patenteada pela dívida directa ao Estado (140 milhões de USD) e foi determinada, basicamente, pelo Acordo de reescalonamento da dívida de **Angola** a Portugal, o qual transformou créditos em atraso em dívida vincenda, tendo sido pagos à cabeça 27% do total.

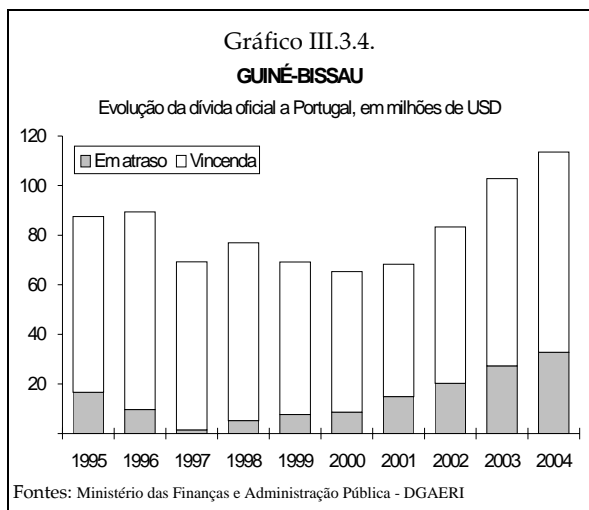


O apuramento da totalidade da dívida de Angola sujeita a reescalonamento (que abrangeu dívida directa ao estado, dívida a instituições de capitais públicos e operações comerciais garantidas pelo estado) e as condições estabelecidas no Acordo resultaram numa descida da dívida global de Angola de 148 milhões de USD (para 702 milhões de USD). Note-se que a dívida vincenda remanescente será paga em 25 anos, à taxa de juro de 1%, sendo o primeiro pagamento de juros efectuado no corrente ano, beneficiando o capital de um período de carência até 2009.

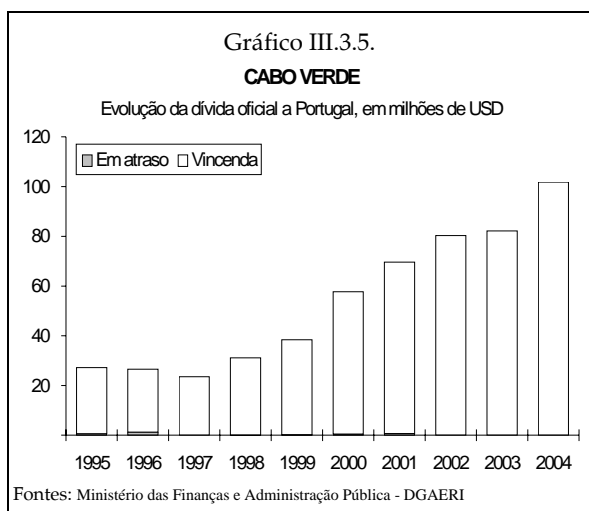


A dívida oficial de **Moçambique** a Portugal manteve a trajectória descendente iniciada em 1998, como resultado dos diversos reescalonamentos e do alívio de dívida concedido ao abrigo da HIPC, tendo registado

uma diminuição de 3 milhões de USD em 2004, o que representa cerca de 1.3% em relação ao valor no final do ano anterior. Tal como vem acontecendo desde 2000, também esta redução resulta de nova diminuição de parte da dívida de médio e longo prazo garantida pelo Estado, a qual vem sendo regularmente paga, não se registando quaisquer atrasos desde 1996.

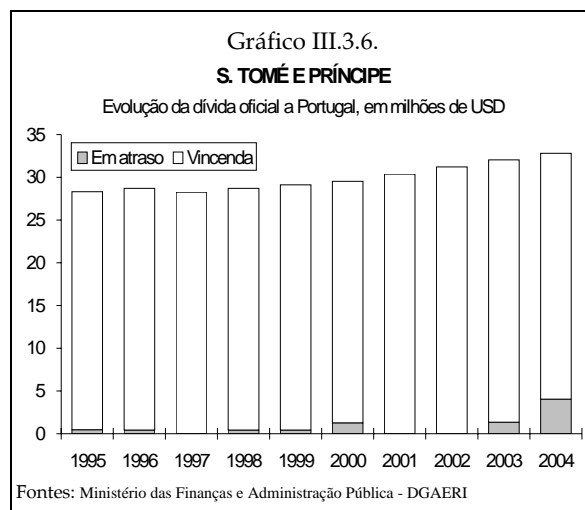


A dívida oficial da **Guiné-Bissau** evidenciou um crescimento de 11 milhões de USD (+10.4% em relação ao final de 2003). À semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, esta evolução está sobretudo relacionada com o fortalecimento do EUR em relação ao USD, uma vez que os créditos estão denominados na moeda europeia.



A dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal subiu 20 milhões de USD. Este crescimento decorreu apenas do aumento da dívida garantida pelo Estado, tendo a dívida directa evidenciado uma ligeira redução. De realçar que desde 2002 não se regista qualquer atraso por parte de Cabo Verde no pagamento da dívida a Portugal.

A dívida de **S. Tomé e Príncipe** a Portugal foi reestruturada em 1995, abrangendo créditos no valor de 28 milhões de USD. Em Março de 2001 foram reescalados os juros que se encontravam em atraso, os quais passaram a integrar a dívida vincenda a partir do final de 2001. Esta situação manteve-se apenas durante dois anos, tendo em 2003 e 2004 voltado a registar-se acumulação de atrasados.



Após terem atingido, em Dezembro de 2000, os Pontos de Decisão da Iniciativa HIPC reforçada, a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe sentiram algumas dificuldades em alcançar os objectivos traçados em programas acordados com o Fundo, pelo que o processo de alívio de dívida não tem conhecido desenvolvimentos significativos ao longo dos últimos anos.

Quadro III.3a.1.  
**DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL**

Em milhões de USD

	Dívida Directa ao Estado (1)			Dívida a Médio e Longo prazos Garantida pelo Estado (2)			Dívida a Curto prazo Garantida pelo Estado (3)			Dívida Oficial (1)+(2)+(3)			
	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	
Angola	1995	391	62	454	198	16	213				589	78	667
	1996	404	82	486	92	7	99				496	89	585
	1997	338	129	467	178	11	188				516	139	655
	1998	276	199	475	170	34	204				446	233	679
	1999	211	291	502	151	86	237				362	377	739
	2000	170	379	549	110	156	266				280	536	815
	2001	105	454	559	68	198	266				172	652	824
	2002	62	501	564	50	209	259				112	710	823
	2003	43	524	567	12	271	283				55	795	850
	2004	698		698	4	1	5				701	1	702
Cabo Verde	1995	2	1	3	24		24				27	1	27
	1996	2	1	3	23	1	24				25	1	27
	1997	2	0	2	22		22				23	0	24
	1998	11	0	11	20		20				31	0	31
	1999	21	0	21	17		17				38	0	38
	2000	38	0	39	19		19				57	0	58
	2001	40		40	29	1	29				69	1	70
	2002	45		45	35		35				80		80
	2003	48		48	34		34				82		82
	2004	46		46	56		56				102		102
Guiné-Bissau	1995	71	13	84				4	4		71	17	88
	1996	80	9	89				1	1		80	10	89
	1997	68	2	69							68	2	69
	1998	72	5	77							72	5	77
	1999	61	8	69							61	8	69
	2000	57	9	65							57	9	65
	2001	53	15	68							53	15	68
	2002	63	20	83							63	20	83
	2003	75	27	103							75	27	103
	2004	81	33	114							81	33	114
Moçambique	1995	360	9	369	50	16	65				410	24	434 (a)
	1996	372	13	385	34	29	63				406	42	448 (a)
	1997	433		433	30		30				462		462 (a)
	1998	422		422	22		22				444		444 (a)
	1999	362		362	19		19				381		381 (a)
	2000	227		227	18		18				245		245 (a)
	2001	227		227	12		12				239		239 (a)
	2002	227		227	8		8				235		235 (a)
	2003	227		227	5		5				231		231 (a)
	2004	227		227	2		2				228		228 (a)
S. Tomé e Príncipe	1995	28	0	28							28	0	28
	1996	28	0	29							28	0	29
	1997	28		28							28		28
	1998	28	0	29							28	0	29
	1999	29	0	29							29	0	29
	2000	28	1	30							28	1	30
	2001	30		30							30		30
	2002	31		31							31		31
	2003	31	1	32							31	1	32
	2004	29	4	33							29	4	33
Total dos PALOP	1995	852	85	937	272	31	303		4	4	1 124	120	1 244
	1996	886	105	991	150	37	186		1	1	1 035	142	1 178
	1997	868	130	998	229	11	240				1 097	141	1 238
	1998	809	205	1 014	212	34	246				1 021	239	1 260
	1999	684	299	983	188	86	274				872	385	1 257
	2000	520	389	909	147	156	304				667	546	1 213
	2001	455	469	925	108	199	307				564	668	1 231
	2002	429	522	950	93	209	302				522	731	1 253
	2003	425	552	977	50	271	321				475	824	1 298
	2004	1 080	37	1 117	61	1	62				1 141	38	1 179

Fonte: Ministério das Finanças - DGAERI.

(a) Não inclui a dívida da HCB, que em 31/12/2004 totalizava 2 890.04 milhões de USD.

